



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

RAQUEL ARAÚJO MONTEIRO BRANDÃO

**ESCOLA SEM PARTIDO E O ATAQUE À LIBERDADE DE ENSINO: A
EXPRESSÃO DO PENSAMENTO REACIONÁRIO DA EXTREMA DIREITA NA
EDUCAÇÃO**

FORTALEZA

2021

RAQUEL ARAÚJO MONTEIRO BRANDÃO

ESCOLA SEM PARTIDO E O ATAQUE À LIBERDADE DE ENSINO: A
EXPRESSÃO DO PENSAMENTO REACIONÁRIO DA EXTREMA DIREITA NA
EDUCAÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Orientadora: Profa. Dra. Antônia Rozimar Machado e Rocha.

Coorientadora: Profa. Dra. Raquel Dias Araújo

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B819e Brandão, Raquel Araújo Monteiro.
Escola Sem Partido e o ataque à liberdade de ensino: : a expressão do pensamento reacionário da extrema direita na educação/ Raquel Araújo Monteiro Brandão. – 2022.
237 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2022.

Orientação: Profa. Dra. Antônia Rozimar Machado e
Rocha. Coorientação: Profa. Dra. Raquel Dias Araújo.

1. Escola Sem Partido. 2. Educação conservadora. I. Título.

CDD 370

RAQUEL ARAÚJO MONTEIRO BRANDÃO

ESCOLA SEM PARTIDO E O ATAQUE À LIBERDADE DE ENSINO: A
EXPRESSÃO DO PENSAMENTO REACIONÁRIO DA EXTREMA DIREITA NA
EDUCAÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Aprovada em: 29/11/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Antônia Rozimar Machado e Rocha (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Raquel Dias Araújo (Coorientadora)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dra. Tânia Serra Azul Machado Bezerra
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dra. Kátia Regina Rodrigues Lima
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Prof. Dra. Maria José Albuquerque da Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Aos meus pais, João, Helena e Eliane.

Ao meu esposo, Isac de Freitas.

Aos(às) professores(as) perseguidos(as) no exercício da docência.

AGRADECIMENTOS

A Deus soberano, pelo dom da vida e amor incondicional.

À minha família, especialmente meus irmã(o)s e sobrinho(a)s. Amo vocês!!!

Aos meus pais, eternos incentivadores e apoiadores dos meus sonhos, projetos e realizações. Por tudo o que fizeram e fazem por mim. Meus grandes amores, minhas raízes, meus lindos...

À tia-mãe, Eliane, por todo amor, zelo, dedicação, generosidade e empenho durante minha infância. Minha eterna gratidão por tudo que fizeste em meu favor.

Ao meu amado esposo, Isac de Freitas, pela parceria, cumplicidade e incentivo diários. Como é maravilhoso compartilhar minha vida contigo!!!

À minha irmã, Maruza Monteiro, por todo apoio, incentivo, presença e amor.

Às tias maternas Fátima, Liduína (tia e madrinha), Maria Cirlene, Silvana e Regina, de quem recebi tanto afeto e cuidados na infância e adolescência.

À minha avó Iracilda Martins. Mulher forte e de fibra com quem tanto aprendi na vida. Obrigada por todo cuidado e amor.

À tia-avó, Theresa de Araújo Martins, pela partilha da vida, pela expectativa que depositou em mim e por todo incentivo. A escrita desta tese foi toda tecida, literalmente, ao seu lado.

À tia Geralda Ribeiro (*in memoriam*), que tanto incentivou e comemorou meu ingresso na pós-graduação. Obrigada pela recepção, acolhida e pelos cuidados durante o mestrado. Saudades. Ir ao Benfica é recordar a senhora sempre.

A todos os alunos para quem eu tive a oportunidade de lecionar.

À Universidade Federal do Ceará, minha casa desde 2013.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira (PPGE) e à Faculdade de Educação (FACED).

À linha de pesquisa Trabalho e Educação e, especialmente, ao eixo Capitalismo e Política Educacional, do qual faço parte.

À Secretaria do PPGE, especialmente ao Sérgio Ricardo Martins, pela atenção e presteza.

A todo(a)s o(a)s professore(a)s da minha vida, desde a educação infantil à pós-graduação.

À queridíssima professora Antônia Rozimar Machado e Rocha, por acreditar e orientar esta pesquisa. Professora e mestre Rose por quem tenho grande admiração. Sabiamente, Paulo Freire dizia que “o educador se eterniza em cada ser que educa” e eu digo que em cada ser que orienta também. Obrigada pelas orientações no mestrado e doutorado. Você faz parte de um sonho realizado.

À Raquel Dias Araújo, minha xará de nome e sobrenome e incansável professora de luta pela educação pública, pelas leituras acuradas dos meus textos e presteza na coorientação. Suas contribuições são de relevância ímpar.

Às examinadoras da banca: Clarice Zientarski, Tânia Serra Azul, Kátia Regina Rodrigues Lima e Maria José Albuquerque, pelas leituras atentas dos textos e contribuições relevantes para a construção desta tese.

À Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), pelo afastamento do trabalho concedido para o doutoramento.

Ao diretor da Escola de Ensino Médio Tomaz Pompeu de Sousa Brasil (Acarauí-CE), Renato Gonçalves Louzada Neto, meu chefe imediato, pelo apoio e pela autorização de afastamento.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pela bolsa concedida.

Aos professores entrevistados, que colaboraram fornecendo dados relevantes ao estudo.

Por fim, a todo(a)s que colaboraram de modo direto ou indireto para a realização desta pesquisa.

“Diga-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação”.
(MÉSZÁROS, 2005, p. 17)

RESUMO

Analizamos o Escola sem Partido (EsP) e o ataque à liberdade de ensino como produto do Movimento Global de Reforma da Educação. A educação é um complexo social imprescindível para gerenciar a pobreza em favor da mundialização do capital. Aliado à crise estrutural do capitalismo, encontra-se o avanço sistemático da ultradireita e do reacionarismo em escala mundial como mecanismos de dominação para sustentar o poder de classe burguês. A emergência dessas “novas direitas” invoca elementos radicais que repelem qualquer tipo de pluralidade e direitos humanos, além de atacarem os sistemas democráticos. Nesse sentido, investigamos o *modus operandi*, as trajetórias históricas, (i)legais e conceituais do EsP. Outrossim, averiguamos os mecanismos de cerceamento impostos a professores no exercício da docência, as consequências para a vida social, a atuação de legisladores e as investidas no campo jurídico para validar o EsP. O seu aspecto mais regressivo dá-se no plano da concepção do conhecimento: desconstrói o caráter e a função da escola, qual seja, socializar os conhecimentos científicos produzidos pela humanidade. Com efeito, ataca reiteradamente a escola pública de gestão pública. O EsP é a materialização da doutrina ultraliberal representada pela lógica da globalização financeira hegemônica que concebe a educação como mercadoria em vez de direito social, configurando-se, para os ultrarreacionários brasileiros, como estratégia de dominação política e econômica por meio da militarização de escolas, disciplinamento dos corpos, censura, desmonte de políticas educacionais, desfinanciamento, sistemas de *accountability*, reformas curriculares empresariais, controle e criminalização do trabalho docente. Nossa abordagem metodológica é o materialismo histórico dialético. Utilizamos como técnicas de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental, empreendida em resoluções e pareceres judiciais, projetos de lei e redes sociais, além de entrevistas com professores. Os aportes teóricos principais tratam sobre ideologias (ALTHUSSER, 1980; EAGLETON, 1997; GRAMSCI, 1977; MARX, 1996, 2004, 2012; MÉSZÁROS, 2004, 2008, 2011, 2015); educação e conservadorismo (TOMMASELLI, 2018); ideologia de gênero (AMORIM e SALEJ, 2016; BUGARELLI, 2020); e escola sem partido (FRIGOTTO, 2017; PENNA, 2018). De fato, é intencional impedir a discussão capital-trabalho e a compreensão da classe trabalhadora a respeito das relações assimétricas de poder. Para a efetivação da educação omnilateral é necessário lutar contra a farsa Escola sem Partido.

Palavras-chave: Escola sem Partido; extrema direita brasileira; pensamento reacionário.

ABSTRACT

We analyze the Escola sem Partido (EsP) movement and the attack on the freedom of teaching as a product of the Global Movement for the Reform of Education. Education is an essential social complex for managing poverty in favor of the globalization of capital. Allied to the structural crisis of capitalism is the systematic advance of the ultra-right and reactionary on a world scale as mechanisms of domination to sustain bourgeois class power. The emergence of these "new right" invokes radical elements that repel any kind of plurality and human rights, and attack democratic systems. In this sense, we investigate the *modus operandi*, the historical, (il)legal and conceptual trajectories of the EsP. We also investigated the mechanisms of restriction imposed on teachers in the exercise of teaching profession, the consequences for social life, the actions of legislators, and the attacks in the legal field to validate the EsP. Its most retrograde aspect is in the conception of knowledge: it deconstructs the nature and the function of the school, which is to socialize the scientific knowledge produced by humanity. In fact, it repeatedly attacks the public school management. The EsP is the materialization of the ultra-liberal doctrine represented by the logic of hegemonic financial globalization that views education as a commodity instead of a social right, configuring itself, for Brazilian ultra reactionaries, as a strategy of political and economic domination through the militarization of schools, discipline of the bodies, censorship, dismantling of educational policies, de-funding, accountability systems, corporate curriculum reforms, control and criminalization of teachers' work. Our methodological approach is dialectical and historical materialism. We used as data collection techniques the bibliographic and documental research, conducted in resolutions and judicial decisions, law proposals, and social networks, in addition to interviews with teachers. The main theoretical contributions treat about ideologies (ALTHUSSER, 1980; EAGLETON, 1997; GRAMSCI, 1977; MARX, 1996, 2004, 2012; MÉSZÁROS, 2004, 2008, 2011, 2015); education and conservatism (TOMMASELLI, 2018); gender ideology (AMORIM and SALEJ, 2016; BUGARELLI, 2020); and Escola sem Partido (FRIGOTTO, 2017; PENNA, 2018). Indeed, it is intentional to impede the capital-labor discussion and the working class understanding regarding asymmetrical power relations. For the effectiveness of omnilateral education is necessary to fight against the farce Escola sem Partido.

Keywords: Escola sem Partido; brazilian extreme right; reactionary thinking.

RESUMEN

Analizamos la Escuela sin Partido (EsP) y el ataque a la libertad de cátedra como producto del Movimiento Global por la Reforma de la Educación. La educación es un complejo social esencial para gestionar la pobreza a favor de la globalización del capital. A la crisis estructural del capitalismo se une el avance sistemático de la ultraderecha y de los reaccionarios a escala mundial como mecanismos de dominación para sostener el poder de la clase burguesa. La aparición de estas "nuevas derechas" invoca elementos radicales que repelen cualquier tipo de pluralidad y derechos humanos, además de atacar los sistemas democráticos. En este sentido, investigamos el modus operandi, las trayectorias históricas, (i)legales y conceptuales de la EsP. Además, investigamos los mecanismos de restricción impuestos a los profesores en el ejercicio de su profesión docente, las consecuencias para la vida social, las acciones de los legisladores y los ataques en el ámbito jurídico para validar la EsP. Su aspecto más regresivo está en el nivel de la concepción del conocimiento: deconstruye el carácter y la función de la escuela, que es socializar el conocimiento científico producido por la humanidad. En efecto, ataca reiteradamente a la escuela pública de gestión pública. La EsP es la materialización de la doctrina ultraliberal representada por la lógica de la globalización financiera hegemónica que concibe la educación como una mercancía en lugar de un derecho social, configurándose, para los ultraderechistas brasileños, como una estrategia de dominación política y económica a través de la militarización de las escuelas, el disciplinamiento de los cuerpos, la censura, el desmantelamiento de las políticas educativas, la desfinanciación, los sistemas de rendición de cuentas, las reformas curriculares corporativas, el control y la criminalización del trabajo docente. Nuestro enfoque metodológico es el materialismo histórico dialéctico. Hemos utilizado como técnicas de recogida de datos la investigación bibliográfica y documental, realizada en resoluciones y dictámenes judiciales, proyectos de ley y redes sociales, así como entrevistas con profesores. Las principales aportaciones teóricas versan sobre ideologías (ALTHUSSER, 1980; EAGLETON, 1997; GRAMSCI, 1977; MARX, 1996, 2004, 2012; MÉSZÁROS, 2004, 2008, 2011, 2015); educación y conservadurismo (TOMMASELLI, 2018); ideología de género (AMORIM y SALEJ, 2016; BUGARELLI, 2020); y escuela sin partido (FRIGOTTO, 2017; PENNA, 2018). De hecho, es intencionado impedir la discusión capital-trabajo y la comprensión por parte de la clase trabajadora de las relaciones asimétricas

de poder. Para la eficacia de la educación omnilateral es necesario luchar contra la farsa Escuela sin Partido.

Palabras clave: Escuela sin fiesta; extrema derecha brasileña; pensamiento reaccionario.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Quadro binarismo	47
Figura 2 - Campos semânticos.....	62
Figura 3 – Frente Parlamentar Evangélica	81
Figura 4 – Deveres do professor.....	109
Figura 5 – Google trends Ápice EsP Brasil	110
Figura 6 – Google trends Ápice EsP Ceará	111
Figura 7 – Escola sem Partido na Câmara.....	112
Figura 8 – Partidos dos propositores do EsP	127
Figura 9 – Projetos propostos por ano	129
Figura 10 – Status dos projetos	130
Figura 11 – Escudo identitário.....	136
Figura 12 – Instagram Dylan Homeschooling.....	178
Quadro 1 – Projetos de lei escola sem partido ou similar na câmara dos deputados – favoráveis.....	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	Assembleia Legislativa
ALERJ	Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro
ABL	Academia Brasileira de Letras
ABET	Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
ADUFC	Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará
ANAJURE	Associação Nacional de Juristas Evangélicos
ANCINE	Agência Nacional de Cinema
ANED	Associação Nacional de Educação Domiciliar
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANUP	Associação Nacional de Universidades Privadas
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ADUSP	Associação dos Docentes da USP
APEOC	Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará – Sindicato
ANPOF	Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia
APUBH	Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco
AfD	Partido Alternativo para a Alemanha
BBC	British Broadcasting Corporation
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BO	Boletim de Ocorrência
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCJR	Comissão de Constituição e Justiça
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CF	Constituição Federal
CGU	Controladoria Geral da União
CONTEE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino
CPMI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CNDH	Conselho Nacional de Direitos Humanos
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CNI	Confederação Nacional das Indústrias
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSI	Creation Studies Institute
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DEM	Democratas
DST	Doenças sexualmente transmissíveis
DOU	Diário Oficial da União
EA	Emendas Aditivas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EC	Emenda Constitucional
ENALIC	Encontro Nacional das Licenciaturas
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EsP	Escola sem Partido
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Jovens e Adultos
EUA	Estados Unidos
FADIR	Faculdade de Direito
FASUBRA	Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
FEM	Fórum Econômico Mundial
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IF	Instituto Federal
IGF	Imposto sobre Grandes Fortunas
IL	Instituto Liberdade
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Pansexuais e outros grupos e variações de sexualidade e gênero

MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MEsP	Movimento Escola sem Partido
MNDH	Movimento Nacional de Direitos Humanos
MP	Medida Provisória
MPEDU	Mestrado Profissional em Educação
MT	Mato Grosso
MEC	Ministério da Educação
MEsP	Movimento Escola sem Partido
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MBL	Movimento Brasil Livre
MP	Medida Provisória
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMC	Organização Mundial do Comércio
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização Não Governamental
OSP	Organização Social e Política do Brasil
OM	Educação Moral e Cívica
OMS	Organização Mundial da Saúde (OMS)
ONU	Assembleia Geral das Nações Unidas
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PBF	Programa Bolsa Família
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PEsP	Programa Escola sem Partido
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PECIM	Programa das Escolas Cívico-Militares
PI	Piauí
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
(PL)	Projeto de Lei

(PL)	Partido Liberal
PPP	Projeto Político Pedagógico
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNE	Pano Nacional de Educação
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PROUNI	Programa Universidade para todos
PSC	Partido Social Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PR	Partido da República
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PSD	Partido Social Democrático
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PFDC	Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
SECITECE	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior
SEDUC	Secretaria de Educação
SESC	Serviço Social do Comércio
SME	Secretaria Municipal de Educação
SINASEFE	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional
SINDIUTE	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação
STF	Supremo Tribunal Federal
SINPROF	Sindicato dos Professores e Professoras do Estado de Rondônia
SINTERO	Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia
SISU	Sistema de Seleção Unificada

TJRJ	Tribunal Judiciário do Rio de Janeiro
TPE	Todos pela Educação Todos pela Educação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFC	Universidade Federal do Ceará
UF	Universidade Federal
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPEl	Universidade Federal de Pelotas
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
URCA	Universidade Regional do Cariri
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	21
2	O AVANÇO DO PENSAMENTO REACIONÁRIO DA EXTREMA DIREITA: UMA ANÁLISE HODIERNA DA CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL.....	43
2.1	O reacionarismo internacional na cena política e social.....	43
2.2	A ascensão da extrema direita no Brasil e o recuo da democracia	54
3	IDEOLOGIA, CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO E ESCOLA EM TEMPOS DE REACIONARISMO.....	66
3.1	Notas explicativas sobre o conceito de ideologia.....	66
3.2	Ideologia no governo de Jair Bolsonaro em sintonia com o EsP	71
3.3	Movimento Global de Reforma da Educação em consonância com a agenda reacionária doEsP.....	84
3.4	A educação sob a perspectiva do EsP e sua defesa da neutralidade.....	96
4	MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO: INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CERCEAMENTO DA LIBERDADE DE ENSINO?	105
4.1	Escola sem Partido (EsP): histórico, trajetórias i/legais e elementos conceituais	105
4.2	Ideologia de gênero e feminismo: a sexualidade em xeque na “pauta cristã”	133
4.3	Marxismo cultural e comunismo: um fantasma que volta ao presente?.....	141
3	A EDUCAÇÃO SOB CENSURA: EsP, HOMESCHOOLING E ESCOLAS MILITARIZADAS.....	156
5.1	Censura sob a égide do EsP	156
5.2	Ataques e Precarização do trabalho docente aos moldes do EsP.....	165
5.3	Temas e propostas educacionais em confluência com o MEsP: o <i>homeschooling</i> e a militarização das escolas	169
5.3.1	<i>Homeschooling: pauta neoliberal para a educação</i>	170
5.3.2	<i>Militarização das escolas públicas: que projeto é esse?.....</i>	180
5.4	Por que resistir ao Movimento Escola sem Partido: por outra sociedade.....	191
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	197
	REFERÊNCIAS	205
	ANEXO A – MODELO EXTRAJUDICIAL	229
	APÊNDICE A – ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DE INTEGRANTE DA FRENTE ESCOLA SEM MORDAÇA.....	233

1 INTRODUÇÃO

“Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica”. (Paulo Freire)

A pesquisa tem como objetivo central analisar o Movimento Escola sem Partido (MEsP)¹, situando-o no contexto de avanço da extrema direita no Brasil e buscando compreender suas interfaces com o pensamento reacionário de cerceamento das liberdades democráticas em geral e, em especial, na educação.

O MEsP foi encabeçado pelo advogado e procurador Miguel Francisco Urbano Nagib no ano de 2004. O discurso oficial relata que a proposta surgiu quando sua filha chegou da escola (particular), em 2003, dizendo que o professor de História comparou Che Guevara (um dos líderes da Revolução Cubana) a São Francisco (considerado santo pela Igreja Católica). Esse seria o mote para juntar pais e formar uma associação contra a “doutrinação de esquerda” nas escolas do Brasil.

Para propagar as ideias do movimento, Nagib criou um site² no qual é possível encontrar uma variedade de textos, vídeos, entrevistas e livros com uma série de argumentos que fundamentam a defesa do EsP, bem como denúncias de pais e alunos contra professores ditos “esquerdistas”, “comunistas”, “petistas” e “doutrinadores”. Nosso ponto de partida para a pesquisa foi a análise criteriosa do conteúdo disponível nessa página eletrônica.

O MEsP é definido como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019). Em linhas gerais, o objetivo do EsP é combater a suposta doutrinação ideológica e política de alunos, no ambiente escolar, por professores esquerdistas ou simpatizantes da esquerda. Segundo o procurador, os professores estariam se aproveitando da audiência cativa de seus alunos em

¹ No decorrer da pesquisa, usamos o termo “Movimento Escola sem Partido” (MEsP) em referência ao movimento criado no Brasil para disseminar o “Escola sem Partido”; elaborar Projetos de Lei (PL); gerar discussões e audiências nas Casas Legislativas; promover *lives*; entrar nas escolas para busca de materiais de cunho “ideológico”; criar sites e páginas do Escola sem Partido; criminalizar trabalho docente, dentre outras ações. É válido destacar que foram criados dois sites do Movimento e um deles é justamente para representar a parte mais militante da organização (<https://www.escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>) enquanto o outro site (<http://www.escolasempartido.org/>) apresenta os PL e pretende repassar a ideia de um movimento mais neutro e isento. Quando mencionamos a expressão “Escola sem Partido” (EsP) referimo-nos à Associação Escola sem Partido e ao conjunto de ideias propostos e disseminados no site, situando-nos numa perspectiva mais genérica. Outra sigla é o Programa Escola sem Partido (PEsP) que diz respeito ao EsP como política educacional, que pretende modificar outras políticas existentes, a exemplo da LDB e os projetos de lei.

² Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/>. Acesso em: 04 out. 2019.

sala de aula para propagar seus ideais político-partidários. O site em questão se refere aos docentes como “doutrinadores petistas” e “esquerdistas” que têm o educador Paulo Freire como principal referência teórica e empírica de doutrinação nos ambientes escolares.

Mas, qual é o objetivo dessa empreitada ofensiva? Para compreender a questão, passamos a ler sites e documentos que referendavam movimentos contra a doutrinação nas escolas. Todos falavam dos pífios resultados das escolas públicas, atacavam a escola com a afirmação de que é incapaz de gerenciar e gerar resultados satisfatórios, assim como atacavam os professores, taxando-os de doutrinadores e partidários. Notamos que todas são iniciativas que destroem a escola pública de gestão pública. No entanto, quais os objetivos disso? O que existe por trás dessa retórica tão devastadora contra a escola pública? Essa questão passou a ser fundamental na pesquisa porque estávamos imbuídas da ideia de que o discurso da doutrinação era insuficiente para uma mobilização de tal envergadura.

Consta no site que o MEsP é "uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária" (2019). Mesmo professando essa neutralidade política e/ou partidária, os que fazem apologia ao EsP são filiados a partidos políticos de direita, possuem legendas partidárias, bancada no Congresso, filosofias de governo, interesses econômicos (como os dos Instituto Millenium, Mises Brasil, Liberal e outros *think tanks*), bancos e empresas privadas, oligopólios do mercado educacional (como a Kroton e Anhanguera – recentemente fundidas em outra gigante), portanto, não isentos de interesses, conforme advogam e aparentam ser. De antemão, é válido dizer que propagam discursos sutis que reivindicam a qualidade na educação, o direito de liberdade de escolha dos pais, a neutralidade e a não doutrinação.

Com efeito, essa “campanha interessada”, segundo Gonzalez e Costa (2018, p. 552) integra a lógica organizacional “da educação sob a égide neoliberal e neoconservadora, realçando o atrelamento da formação humana à adaptação dos sujeitos à sociabilidade capitalista”. O sociólogo Christian Laval (2019) denomina esse processo de “neoliberalismo escolar”.

Em razão dessas afirmações, é necessário examinar o MEsP à luz de sua relação com interesses mercadológicos sintonizados com o neoliberalismo que, no governo de Bolsonaro, ganhou posição privilegiada por meio do Ministério da Economia de Paulo Guedes³. No Fórum Econômico Mundial de Davos em 2020, Guedes fez a defesa de um

³ O Ministro Paulo Guedes é fiel discípulo da Escola de Chicago – a qual abriga o pensamento neoliberal e tem como um de seus principais expoentes Milton Friedman - e do modelo chileno de neoliberalismo.

gigantesco programa de *vouchers*⁴ para a Educação Infantil como forma de combater a desigualdade no Brasil. No painel “Strategic Outlook: Latin America”, o ministro afirmou que países como o Japão e Coreia do Sul se desenvolveram a partir de grandes investimentos em educação e tecnologia, argumentando que, para alavancar a economia brasileira, seria necessário dar atenção especial à educação e que “quanto mais cedo, melhor”.

Adicionalmente, destacamos que esse sistema se insere em uma perspectiva global, uma vez que os ideais do MEsP não são necessariamente brasileiros e estão diretamente relacionados ao inequívoco recrudescimento do conservadorismo tanto em termos nacionais quanto internacionais. Igualmente, salientamos que o Escola sem Partido toma assento no contexto de Reforma Global da Educação dentro da crise conjuntural e sistêmica do capital.

É importante contextualizar o momento histórico e político em que ressurgem propostas como essas, considerando o avanço do conservadorismo no país a partir dos movimentos de ultradireita. Com o processo de acumulação do capital e a crise econômica mundial (CHESNAIS, 2001), o extremismo avança no mundo, ameaçando direitos conquistados nos últimos anos por meio do uso de violência, discursos de ódio, privatização, terceirização, políticas de austeridade, ultraliberalismo, devastação ambiental e ataque aos Direitos Humanos.

O Escola sem Partido tem origem nos Estados Unidos e ramifica-se para outros lugares, como a América Latina e Europa. Mapeamos vários sites e canais de grupos (ver capítulo 3) que propagam neutralidade no ensino, lutam contra a chamada ideologia de gênero, atacam professores no exercício da profissão e impedem debates sobre sexualidade, entre outras características análogas.

Até 2014, o EsP não era tão conhecido em nível nacional. As proposições só tiveram respaldo após o deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSC/RJ) solicitar a Nagib a elaboração de um anteprojeto de lei. Feito o documento, o deputado protocolou o PL 2.974 em 13 de maio de 2014 na Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro. Ele foi o primeiro parlamentar a criar uma proposta desse tipo e seu irmão Carlos Bolsonaro (PSC) protocolou a segunda – o PL 867/2014 – na Câmara de Vereadores no mesmo estado. Muitos vereadores, bem como deputados estaduais e federais, protocolaram mais de duas centenas de PL em casas legislativas seguindo os fundamentos análogos ou *ipsis litteris* ao original.

⁴ Proposto por Milton Friedman na obra Capitalismo e liberdade (1985).

O MESP tem muitos adeptos: políticos da bancada cristã, incluindo a parcela de católicos ligada à Renovação Carismática e evangélicos, sobretudo de igrejas neopentecostais, integrantes da chamada “Bancada da Bíblia”; de partidos cujos representantes são latifundiários e empresários, como do antigo PMDB atual MDB; militares; MBL, Revoltados Online⁵; partidos de direita, extrema/ultradireita ou “nova direita”; muitos pais e até mesmo professores da educação básica e ensino superior. Nesse contexto, o MESP se tornou um campo polêmico de embates, gerando forte polarização em todo o país, especialmente no campo de ofensivas conservadoras, retrógradas e reacionárias (ditas “liberais”) da extrema/ultradireita e/ou nova direita – como têm denominado estudiosos como Pierucci (1987).

Os legisladores que apoiam o projeto em todo o Brasil defendem que a educação moral e sexual dos educandos deve ficar a cargo dos pais e não da escola, a qual deve ensinar apenas os conteúdos “tradicionais”. Qualquer manifestação do professor pode ser entendida como juízo de valor ou como forma de inculcar ideias partidárias e ideológicas. O site diz: “A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo.” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2014).

O livro “Professor não é educador”, de Armino Moreira (2012), tem sido um referencial para embasar a ideia de que educar é diferente de instruir. Para Moreira, a educação é tarefa dos pais, cabendo aos professores apenas as instruções sobre Geografia, Matemática, Português e demais matérias. O fato de o professor exigir disciplina não quer dizer que esteja educando o jovem ou a criança, porque o funcionamento de qualquer empresa, presídio, hospital ou time de futebol exige “ordem”. Para o autor, é falso dizer que professor educa: “essa mentira só beneficia os professores que não conhecem a matéria que lecionam: se o professor não sabe a lição, para não dar um triste espetáculo ante seus alunos, precisa de [sic] passar o tempo dando bons conselhos e abrindo os olhos aos alunos” (ibidem, p. 12).

Outra produção que comunga com a perspectiva supracitada é o livro “Sociedade sem Escolas” de Ivan Illich (2019), tomado como base por defensores do *homeschooling*.

⁵ Fundada por Marcello Reis em agosto de 2010, a página reunia mais de dois milhões de seguidores e foi retirada do ar pelo Facebook em agosto de 2016. A plataforma se autointitulava de direita e tinha como pautas o anticomunismo, intervenção militar, impeachment de Dilma Rousseff, antipetismo e prisão de Lula.

Existem vários livros, artigos e outras produções que corroboram a perspectiva do MEsP, a saber: “Maquiavel Pedagogo: ou o Ministério da reforma psicológica” de Pascal Bernardin (2013); “Baldeação ideológica inadvertida e diálogo” de Plínio Corrêa de Oliveira⁶ (1974); “Por uma crítica da Geografia crítica” de Luiz Lopes Diniz Filho (2013). No campo dos apologistas, essas obras são tidas como referência e disseminadas como leitura obrigatória para quem está começando a aderir ao MEsP e a compreender sobre educação conservadora.

Não é intenção desta pesquisa debruçar-se sobre a questão moral, porém, não podemos desconsiderar a ênfase dada pelo EsP aos princípios morais. Tomemos como exemplo, então, o sociólogo francês Emile Durkheim, citado várias vezes no site do EsP, que já no século XIX tratava da socialização dos indivíduos e seus nexos com aspectos morais e com a função da escola na sociedade. Embora o EsP utilize o próprio Durkheim para fundamentar a ideia de que os filhos são “responsabilidade intelectual e moral dos pais”, o estudioso, em linhas gerais, mostra em suas obras a prevalência dos aspectos sociais sobre os individuais. Portanto, segundo a perspectiva durkheimiana, a sociedade é que forma os indivíduos. Durkheim (2014, p. 47-48) pontua que “cada sociedade, [...] tem um sistema de educação que se impõe aos indivíduos com uma força geralmente irresistível. Não adianta crer que podemos educar nossos filhos como quisermos”.

De acordo com o EsP, o “problema da doutrinação de esquerda” sintoniza-se ao ensino domiciliar defendido ferrenhamente nos últimos anos no Brasil e em outros países, por exemplo, os EUA. O discurso contra essa possível doutrinação nas escolas tem mobilizado pais e representantes políticos na elaboração de diversos projetos de lei que visam coibir o que denominam “ideologia de gênero” e/ou discussões em torno de temas políticos e críticos nas escolas. O *homeschooling* e as *charter school* (escolas autônomas ou escolas livres), as quais recebem dinheiro público e têm gestão privatizada, mas são livres em sua administração, são exemplos da tentativa de despolitizar e desmerecer a escola pública.

Há, em todas as propostas do EsP, um verdadeiro ataque ao trabalho docente, contradizendo muitas teorias educacionais e psicológicas da aprendizagem, como a pedagogia da autonomia proposta por Paulo Freire (1996) e a pedagogia histórico-crítica de Saviani (2013). A própria LDB, na forma da lei 9.394/1996, entende a educação como um processo amplo que poderá ocorrer em espaços formais ou não formais, conforme definição do artigo 1º: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na

⁶ Fundador da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. Disponível em: <https://www.tfp.org.br/fundador/>. Acesso em: 16 jul. 2021.

convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. (BRASIL, 1996).

Uma das fragilidades do PEsP diz respeito à sua admissibilidade no arcabouço constitucional brasileiro. A Constituição Federal (CF) de 1988, no artigo 206, incisos II e III, preconiza que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber" e "pluralismo de ideias e concepções pedagógicas" (BRASIL, 1988). Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, no artigo terceiro, coaduna os princípios contidos na Carta Magna.

No processo 245.019/2016, impetrado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (CONTEE) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o ex-procurador-geral da República, Rodrigo Janot, emitiu um parecer pela inconstitucionalidade da Lei 7.800/2015, que criou o Escola Livre no estado de Alagoas, um projeto moldado nos ideais do MESP. Para Janot, esse projeto subestima a capacidade intelectual dos alunos, limita a liberdade de expressão e vai de encontro aos princípios educacionais contidos na CF de 1988.

A Procuradoria Federal de Direitos do Cidadão (PFDC), por sua vez, posicionou-se a respeito da inconstitucionalidade do PL 867/2015, encaminhando nota técnica em julho de 2016 ao Ministério da Educação. A PFDC esclareceu, por meio da procuradora Deborah Duprat, que o projeto já nasce "marcado pela inconstitucionalidade". Já o MEC, por meio do ex-ministro Aloizio Mercadante, encaminhou o aviso 111/2016 ao Advogado Geral da União, destacando que

O cerceamento do exercício docente, portanto, fere a Constituição brasileira ao restringir o papel do professor, estabelecer a censura de determinados conteúdos e materiais didáticos, além de proibir o livre debate no ambiente escolar. Da mesma forma, esse cerceamento pedagógico impede o cumprimento do princípio constitucional que assegura aos estudantes a liberdade de aprender em um sistema educacional inclusivo (2016, p. 1).

As inconstitucionalidades apontadas, no entanto, não cessam a “caça às bruxas” promovida pelo EsP – uma verdadeira criminalização do trabalho docente. Um caso emblemático foi o da professora de Sociologia Gabriela Viola, da Escola Estadual Maria Gai Grendel, em Curitiba, afastada de seu trabalho por divulgar em redes sociais o vídeo “O Karl Marx é baile de favela”⁷ (“Os burgueses não moram na favela/Estão nas empresas explorando

⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/LevanteMG/posts/1058296080919569/>. Acesso em: 28 set. 2020.

a galera/ E os proletários, o salário é uma miséria/ Essa é a mais-valia, vamos acabar com ela"). A paródia, que continha alguns dos principais conceitos da Sociologia Clássica (conteúdo obrigatório das Diretrizes Curriculares de Sociologia para o Ensino Médio), foi criada por alunos do 1º ano do Ensino Médio. Na entrevista ao Brasil de Fato e Ninja, Viola destaca:

Eu não sou a primeira professora que está sendo reprimida nem serei a última. Alguns não vão falar por medo, até mesmo por causa desse discurso de ódio. Essa repressão vinda dessas linhas ideológicas, de direita, não vem de hoje. Nós temos o exemplo do dia 29 de abril, aqui em Curitiba [dia em que professores e servidores estaduais foram massacrados pela Polícia Militar, no Centro Cívico]. Eu estava presente neste dia. Foi um dia humilhante para nós professores. Foi um dia em que nós fomos extremamente desrespeitados enquanto classe. Foi um dia em que fomos massacrados. Outro caso que aconteceu e que repercutiu foi a questão dos estudantes secundaristas, em São Paulo, que se mobilizaram por uma questão tão básica que é a alimentação digna. E foram duplamente reprimidos. Então, toda a vez em que há uma ascensão da luta por direitos, seja de uma classe de professores ou estudantes, a gente sente os resquícios da ditadura⁸.

A Revista Galileu, em novembro de 2019, publicou uma matéria intitulada “Brasil é destaque em relatório sobre perseguição a universidades e acadêmicos”⁹ na qual divulgou o relatório *Free to Think*¹⁰ que “analisa universidades ao redor do mundo com base em episódios que ferem o direito à liberdade de expressão e implementação de pensamento crítico na academia”. O *Free to Think* destacou em sua página que houve “aumento nas pressões de motivação política nas universidades brasileiras, incluindo ataques a *campi*, ameaças e agressões - a estudantes minoritários e legislação que ameaça as atividades e os principais valores das universidades” (tradução nossa), corte de bolsas de pesquisa e redução de orçamentos na ordem de bilhões de reais para custeio de atividades acadêmicas.

O EsP também prevê pena de multa e prisão aos professores por descumprimento da lei, caso seja aprovada. No site do MESP, há um "Modelo de Notificação Extrajudicial: arma das famílias contra a doutrinação nas escolas" (ANEXO 1).

Vários outros casos de perseguição e controle da atividade docente têm surgido, impactando sobremaneira os professores por lhes causar medo, depressão, ansiedade, pânico e por cercear suas atividades em sala de aula. Nas universidades, esse cerceamento pode ser

⁸ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/o-ensino-deve-dialogar-com-a-realidade-do-aluno-diz-professora-que-uniu-marx-ao-funk/>. Acesso em: 28 set. 2020.

⁹ Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2019/12/brasil-e-destaque-em-relatorio-sobre-perseguido-universidades-e-academicos.html>. Acesso em: 3 fev. 2020.

¹⁰ Disponível em: <https://www.scholarsatrisk.org/resources/free-to-think-2019/>. Acesso em: 3 fev. 2020.

exemplificado com as disciplinas¹¹ que tratavam do “Golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”, como a ministrada em curso de graduação em Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB). A respeito dessa questão, Penna (2018, p. 112) assinala que

[...] professores que não fazem parte de redes de sociabilidade docente fortes já têm se autocensurado por medo de notificações extrajudiciais, processos por danos morais, demissões, violência física e até ameaças de morte. Estão deixando de discutir temáticas importantes previstas em diretrizes educacionais e de acordo com sua formação profissional por medo.

Portanto, sem respaldo legal, o EsP se materializa no cotidiano acadêmico com censura, perseguição a intelectuais, criminalização das atividades docentes e nomeação de reitores¹² que concordam com a postura antidemocrática típica de partidos de ultradireita.

Tomando como referência o conjunto de problematizações levantadas até aqui, reafirmamos as indagações centrais: o que é o EsP, a que projeto de sociedade serve e quais são as concepções de escola, educação e sociedade que permeiam a construção/implementação de um PL como esse? Para complementá-las, acrescentamos: é possível uma escola sem ideologia e com total neutralidade? Se sim, em que consiste essa neutralidade? O EsP, em suas proposições, já não está defendendo uma ideologia, seja partidária, religiosa ou científica? O que significa a doutrinação política e ideológica contida nos PL propostos nas Assembleias Legislativas (AL)? Caso aprovado, quais serão as implicações do EsP na elaboração de políticas educacionais e no cotidiano escolar?

Nos PL, o significado dos termos “doutrinação” e “neutralidade” não são claros, visto que se limitam a afirmar que a doutrinação ocorrida nas escolas é “esquerdista” e “comunista” e a associá-la diretamente ao Partido dos Trabalhadores (PT) e, algumas vezes, ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Esse não é necessariamente nosso foco de pesquisa e requer estudos mais aprofundados acerca do assunto doutrinação e EsP.

Feitas essas considerações gerais em torno do objeto de pesquisa, vale esclarecer de onde nasceu o interesse de pesquisar esta temática. O desejo surgiu em meados de 2015, quando um aluno de 2º ano do Ensino Médio que acabara de se mudar de São Paulo para o Ceará, nos chamou, em sala de aula, de “esquerdista” e “petista” mesmo que jamais tivesse

¹¹ Outras universidades do Brasil criaram disciplinas no intuito de debater o “*impeachment*” e a democracia no país. O ex-Ministro da Educação Mendonça Filho acionou a justiça para investigar a proposição da disciplina ofertada pelo professor Luís Felipe Miguel da UnB.

¹² Mesmo que a comunidade acadêmica escolha democraticamente seu representante, o presidente Bolsonaro tem apontado aquele que representa seus próprios interesses políticos. No caso da Universidade Federal do Ceará, a pessoa escolhida foi o 3º nome da lista tríplice.

havido manifestação de filiação e/ou defesa do Partido dos Trabalhadores (PT) ou de outro partido durante as aulas e sequer declaração de voto em algum deles. Em sua fala, o aluno afirmava que a situação do Brasil iria mudar em 2018, que a “vadiagem no Brasil iria acabar”, que os tais direitos humanos (conteúdo que estava sendo ministrado) serviam para beneficiar bandidos. Repetia ironicamente a expressão “Bolsonaro 2018”, registrando-a no caderno, na lousa e em suas avaliações de Sociologia, acrescentando, por vezes, o símbolo *hashtag* (“#Bolsonaro 2018”). Essas atitudes eram incompreensíveis, principalmente porque naquele momento o nome “Bolsonaro” era desconhecido no lugar em que vivíamos. Embora “estabelecido” no legislativo federal há quase trinta anos, se configurava um *outsider* da política nacional, no sentido de ser um deputado sem nenhuma expressão na Câmara dos Deputados.

Ao investigar Jair Messias Bolsonaro, descobrimos sua base política no Rio de Janeiro e um pouco de sua história, além de termos nos deparado com os Projetos de Lei (PL) 2.974/2014 do deputado Flávio Bolsonaro, o primeiro PL Escola sem Partido a tramitar em uma casa legislativa, e 867/2014 do vereador Carlos Bolsonaro (ambos seus filhos) com o mesmo conteúdo. A princípio, a expressão Escola sem Partido impactou-nos e incentivou-nos a elucubrar acerca dos sentidos e significados atribuídos à educação pelos agentes que promoviam e agenciavam tal proposição.

Como docente da rede pública estadual do Ceará, sentimo-nos diretamente afetada pelos PL do EsP, particularmente, por ministrar a disciplina Sociologia, que tem como pressuposto a desnaturalização daquilo que é dado, o estranhamento dos fenômenos que ocorrem na esfera social e a problematização dos fatos sociais para a construção do olhar sociológico no aluno – ou “imaginação sociológica” na acepção do sociólogo Charles Wright Mills (1969, p. 11). A docência no Ensino Médio contempla as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Ensino de Sociologia, incluindo a discussão de temas relativos a movimentos sociais, minorias, desigualdade social, gênero, democracia, fascismo, nazismo, política, economia, poder, racismo, regimes de governo democráticos ou ditatoriais, como a Ditadura Civil-Militar de 1964, dentre outros tão caros (mas também negados e mal interpretados, intencionalmente ou não, na conjuntura brasileira e estrangeira) à educação.

Dessas problemáticas, surgiram nossas questões de pesquisa: o que é o Escola sem Partido? Não arguimos sobre aquilo que os ideólogos e apologetas defendem e que se apresenta apenas na aparência do fenômeno, aquilo que é notável de imediato e superficial, mas acerca da essência (*eidós*) de um programa que prega, em última análise, a não política

(leia-se debate, discussões críticas, históricas, filosóficas e científicas) nas escolas. Quais são as finalidades educativas do modelo proposto? Para quem se propõe o Escola sem Partido? Tais problematizações, ainda que incipientes, foram de relevância ímpar para a feitura desta tese.

Outras questões foram sendo incorporadas à medida que mergulhávamos na pesquisa. Um dos temas inerentes à discussão sobre a suposta doutrinação e, por oposição, a defesa da neutralidade dos conteúdos advogada pelo MESP, é o currículo, o qual não nos foi possível aprofundar nesta tese, mas que não deixa de ser uma das questões centrais do debate, pois nos questionamos sobre como discutir em sala de aula temas como darwinismo, gênero, feminismo, sexualidade, política, corrupção, genética, evolução, racismo, ditaduras militares, nazismo e fascismo, uma vez que “tornam-se também conteúdos de ensino a explicitação e a discussão de problemas que permanecem historicamente e que não foram enfrentados devido a relações de dominação de uma classe sobre a outra” (RAMOS, 2016, p.7). Afinal, qual currículo propõe o ESP? Tais questões, mais que conteúdos propriamente escolares, revelam em seu bojo uma disputa acentuada pelo projeto de sociedade sob os signos da civilização ou da barbárie.

De fato, não existe neutralidade nos currículos da mesma forma como não existe na ciência, nos partidos políticos, na docência e na elaboração de políticas educacionais (SAVIANI, 1999). Segundo Freire (2013), todos somos orientados por uma base ideológica e a questão é saber se ela possui uma perspectiva inclusiva ou excludente.

Como demonstramos acima, um objeto de pesquisa não nasce do nada. Ele tem relações com o pesquisador, nasce de seus questionamentos e experiências anteriores. Para Minayo (2017, p. 34), “Quando definimos o que pesquisar, a partir de que base teórica e como pesquisar, estamos fazendo escolhas que são, mesmo em última instância, ideológicas. A neutralidade da investigação científica é um mito”. Além de ideológico, atende a interesses dominantes. A autora pondera que essa é uma característica própria do conhecimento científico e que, a todo o momento, o pesquisador fará escolhas sempre no ponto de vista de seu lugar e tempo histórico. Desde a escolha do que investigar até o modo como conduzir a pesquisa, todo o processo está imbricado a concepções, cosmovisões e entendimentos sobre a própria formação.

Nesse contexto, esta pesquisa de doutorado analisou o Movimento Escola Sem Partido com o propósito de compreender sua historicidade, fundamentos e bases teóricas, marcos (i)legais (âmbito jurídico) e, principalmente, implicações e rebatimentos no que tange

à elaboração e implementação das políticas educacionais no Brasil no governo Jair Bolsonaro¹³. Nosso recorte temporal remonta ao início do MESP em 2003 e vai até 2021, ano de conclusão deste trabalho. Nossos objetivos específicos, como desdobramento do objetivo geral, consistiram em: 1) analisar o avanço da extrema direita no contexto internacional e no Brasil e a propagação de seu ideário reacionário de sociedade; 2) investigar as origens e os fundamentos ideológicos e legais do PEsP; 3) discutir a forma de institucionalização do PEsP, seus mecanismos de legitimação, de um lado, e, de outro, os de resistência.

A pesquisa se configura um desafio, uma vez que seu objeto está em curso, é uma ação contínua, ainda aberta. É a História do Tempo Presente, diriam alguns historiadores (FICCO, 2012; CHAVEAU; TÉTART, 1999; RÉMOND, 1996), ou História Imediata, como diriam outros (CALIL, 2005): está sob a lente de processos sociais ainda “não acabados”. Assim, não se analisam apenas os múltiplos discursos acerca do objeto de estudo, nem os pesquisadores são meros expectadores “desinteressados”, mas testemunhas oculares do desenrolar histórico e, portanto, sujeitos históricos.

O desafio foi praticamente cotidiano, pois quase diariamente surgiam fatos novos que alteravam o desenrolar da pesquisa: um projeto que foi aprovado em alguma cidade ou estado, um movimento contra o EsP, uma fala de um defensor do projeto, uma situação de sala de aula, ocorrência de perseguição a religiões afro-brasileiras, homofobia, intolerância, censura à discussão de gênero e aborto, censura a livros didáticos e paradidáticos, repreensão de apresentações teatrais, implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-militares, andamento do *homeschooling* no Supremo Tribunal Federal (STF) e, mais recentemente, as aulas remotas devido à pandemia de covid-19, o negacionismo científico e histórico e o ataque a professores. Tudo isso tem relevância no decorrer de uma pesquisa em andamento.

Uma das marcas da análise da História do Tempo Presente é o fato de pesquisadores e objeto estarem em uma mesma temporalidade. Segundo Fico (2012, p. 44), “isso traz consequências epistemológicas para o conhecimento que se deseja construir”. Por isso, vários pesquisadores, como Roger Chartier (2009), Chauveau e Tétard (1999) e Rémond (1996), têm se debruçado na História do Tempo Presente para melhor compreendê-la e os problemas que a envolvem. Rémond (1996, p.206) observa que

¹³ Jair Messias Bolsonaro assumiu a cadeira presidencial em 2018, com o apoio de grupos ultraconservadores e promessas de governo alinhadas, no campo da educação, ao MESP.

[...] após um período em que a epistemologia privilegiava a continuidade, a constância, as estruturas, nossos contemporâneos redescobriram, graças ao fato e à atualidade, a importância da história. A atualidade nos persegue, não nos poupa: há uma demanda social e disso somos testemunhas.

Concordamos com o autor sobre a necessidade de compreensão do tempo presente no cenário brasileiro e internacional e sua interface com o aspecto educacional, visto que a pesquisa da história da educação neste “tempo em aberto” exige “rigor teórico-metodológico igual ou superior à história de outros períodos, enfatizando a disciplina, a probidade e busca constante e ética da verdade” (RÉMOND, 1996, p.209). Ademais, como pesquisadores jamais neutros, estamos mergulhados numa “atualidade que nos persegue”, nos intima a desvendá-la para podermos caminhar para o passado e somos “responsáveis na pesquisa da verdade objetiva sobre o tempo presente” (idem). Nesse sentido, alertamos que esse tipo de pesquisa cria certas dificuldades, por exemplo, a proximidade que porventura tenhamos com o objeto em análise poderá gerar riscos de interpretação apressada de um objeto de estudo “imediate”, exigindo dos pesquisadores maior atenção, rigor e perspicácia.

Minayo, Deslandes e Gomes (2002, p. 17), “[...] as questões da investigação estão [...] relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e objetivos”. Popper (1974, p. 61-62), em “A lógica da pesquisa científica”, escreve: “Admito, com sinceridade que, ao formular minhas propostas, fui guiado por juízos de valor e por algumas predileções de ordem pessoal”. Conosco não foi diferente, conforme explicitado anteriormente. Em várias situações, tivemos que nos conter como professora e defensora da escola pública para não dificultar a inserção em alguns espaços previstos para a realização da pesquisa de campo.

A construção da metodologia desta pesquisa levou em consideração a frase do poeta espanhol Antônio Machado: “Caminhante não há caminho, o caminho se faz ao caminhar”. Desta feita, inicialmente fomos mergulhando na temática, buscando e ouvindo “tudo” (presencial ou virtual) que dizia respeito ao EsP, com o intuito de conhecer os múltiplos olhares e performances dos atores sociais engajados na promoção do EsP ou daqueles que se contrapunham à proposição. A partir disso, fomos elaborando nosso problema de pesquisa e os objetivos, tecendo os fios teóricos, escolhendo procedimentos de coleta de dados, de como apreender e construir da melhor forma possível o objeto de estudo, selecionando e fazendo escolhas na delimitação de uma temática ampla, complexa, polêmica e controversa.

Para captar a essência do Escola sem Partido, em consonância com a tradição científica adotada pela linha de pesquisa Trabalho e Educação da qual fazemos parte, no que concerne à escolha metodológica, optamos pelo materialismo histórico-dialético, teoria e metodologia das Ciências Sociais de matriz marxista que busca apreender a realidade em sua totalidade.

Karl Marx (2008, p. 1080) nos alerta para a necessidade de compreender a essência das coisas para além da sua aparência fenomênica: “Se a aparência e essência das coisas coincidissem, a ciência seria desnecessária”. Na realidade social, o que vemos é a aparência¹⁴, o fetichismo das mercadorias, a ocultação da relação valor de uso e valor de troca que culmina na subsunção, alienação e reificação do trabalhador. A elaboração de políticas educacionais é semelhante, pois o discurso gerencial discorre sobre alavancar “resultados educacionais”, adotando mecanismos como avaliação quantitativa, *accountability* e ranqueamento de escolas, situando a educação como “solucionadora” da desigualdade social e a escola como a própria redenção da sociedade tal como nos discursos políticos eloquentes e documentos diversos de organismos multilaterais.

A formulação da perspectiva materialista histórica se originou nos estudos de Karl Marx e Friedrich Engels no século XIX. Ressaltamos que a proposição materialista de Marx vai de encontro ao idealismo hegeliano: “Ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui é da terra que se sobe ao céu” (MARX, 2008, p. 19). Desse modo, para o autor, a metafísica, os sistemas de ideias, a religião, a filosofia e o direito seriam gestados na sociedade a partir dos meios de produção vigentes.

Partindo da noção de que o primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material “e isso mesmo constitui um fato histórico” (MARX; ENGELS, 2008, p. 21), este trabalho se concentra fundamentalmente nas bases materiais em que se formam as ideologias, as políticas educacionais e a construção do MEsP. Considerando, ainda, que “a implementação de uma política pública é marcada por interesses econômicos, políticos e ideológicos, não é possível captar o significado de uma política educacional sem compreender a lógica global do sistema orgânico do capital” (GOMIDE, 2014, p.8).

Gomide (2014) afirma que o materialismo histórico-dialético é o método mais apropriado para o estudo das políticas educacionais, principalmente em circunstâncias de

¹⁴ Na filosofia grega, os conceitos aparência e essência estão entre os mais debatidos e controversos. A discussão ainda hoje mobiliza filósofos e estudiosos de outras áreas, como a Psicologia.

avanço das concepções neoliberais e gerencialistas no processo de definição de políticas educacionais, sobretudo a partir da década de 1990. Lima e Sena (2020, p.15) explicam que, para compreender as “reformas educacionais no Brasil, faz-se necessário primeiramente, que entendamos a educação como um complexo social estritamente ligado às dinâmicas da sociedade, portanto entender a realidade como totalidade em movimento”.

Procuramos compreender a educação brasileira a partir das raízes sociais nas quais se forma: em uma sociedade colonizada, escravagista, classista, patrimonialista, patriarcalista, conservadora e excludente; em um Estado autoritário, burocrático, burguês, dependente e subordinado ao capital estrangeiro (FERNANDES, 1973; FREYRE, 2001, 1961; HOLANDA, 1995); e em um sistema de educação dualístico, elitista, meritocrático, seletivo e descontinuado. (SAVIANI, 2000).

Para examinar essa miríade de fatos, adotamos a pesquisa qualitativa. Esse tipo de abordagem possibilita a compreensão do fenômeno em profundidade, sob vários ângulos e múltiplos aspectos. Buscamos entender nosso problema a partir do que os próprios criadores do Escola sem Partido disseminam em sites, vídeos, blogs, programas de televisão, PL, audiências públicas, entre outros. Na observação criteriosa desses elementos, buscávamos captar os sentidos e significados atribuídos à educação seguindo a perspectiva interpretativa do EsP e relacionando-a à conjuntura política e social do Brasil.

Considerando a impossibilidade de analisar todos os PL (mais de duzentos), elegemos alguns mais ilustrativos, como o PL 2974/2014, protocolado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) pelo então deputado Flávio Bolsonaro (sem partido); a Lei 7.800/2016 do estado de Alagoas, conhecida como Programa Escola Livre (que foi aprovada pelo legislativo e depois suspensa pelo STF); o PL 246/2019, de autoria da Deputada Federal Bia Kicis (PSL); o PL 10.577/2018 de autoria do ex-deputado Cabo Daciolo (PATRI/RJ) “que proíbe a disseminação da ideologia de gênero nas escolas” e o PL 7.180/2014 do deputado Eriavelton Santana (PSC/BA) “dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar”.

Na coleta de dados, a fim de acessar mais facilmente informações atualizadas, compreendermos a lógica e o *modus operandi* de defensores do MESP (incluindo pais, legisladores, líderes religiosos e demais agentes) e adotamos como estratégia o cadastro em sites, e-mail, WhatsApp e em páginas online referentes ao assunto. As redes sociais Facebook (maior rede social do mundo, com 2.7 bilhões de usuários), Instagram e Twitter disseminam conteúdos, ideias e opiniões de grupos; associações de pais; Frente Parlamentar Evangélica

(FPE); Endireita Fortaleza¹⁵; e legisladores (da conjuntura conservadora e reacionária do Brasil Presente) como os deputados estaduais cearenses Silvana Oliveira (PL) e André Fernandes (Republicanos), os deputados federais Jaziel Ferreira (PL) e Heitor Rodrigo Pereira Freire (PSL), a deputada estadual catarinense Ana Caroline Campagnolo (PSL), a vereadora cearense Priscila Costa (PSC), o presidente Bolsonaro (PL), entre outros com comportamentos mais performáticos que se destacam na defesa do EsP e de outras pautas conservadoras em “favor da família cristã e dos bons costumes”.

Outros sites consultados foram: Conservadorismo do Brasil 2.0, Conservadorismo do Brasil 4.0, Tradutores de Direita, Direita Conservadora, Olavo de Carvalho, Grupo de Apoio ao Governo Bolsonaro, Presidente Bolsonaro, Movimento Endireita Ceará, Brasil Paralelo, Gazeta do Povo, dentre outros. A inscrição na Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED) permitiu o recebimento de e-mails de atualização do movimento, bem como propagandas e informações sobre educação domiciliar. É importante ressaltar que, embora tenhamos solicitado ao MEC alguns dados por correio eletrônico – como a “Carta aos diretores sobre o Hino Nacional” –, não obtivemos resposta.

O primeiro ano desta pesquisa foi essencialmente dedicado a coletar dados no espaço virtual. Através de algoritmos gerados pelos acessos que realizávamos, páginas sempre atuais relacionadas ao Escola sem Partido, “ideologia de gênero” e demais assuntos apareciam em nosso *feed* de notícias no celular. Esse mecanismo possibilitava o acesso mais fácil e rápido a matérias para compor nossa coleta. Ressaltamos que sempre acessávamos páginas com teor mais voltado para a direita, embora tenhamos acessado páginas com viés de esquerda também. Além de acessar o conteúdo disseminado pelos organizadores das diversas páginas eletrônicas, foi significativo ler e analisar os comentários postados pelos simpatizantes ou críticos em redes sociais. Os comentários serviram de indicativos e deram pistas do grau de aceitação e das motivações para a aprovação do PEsp. Possibilitaram, ainda,

¹⁵ O grupo reúne-se, na maioria das vezes, na Praça Portugal, situada no bairro Meireles, um dos mais elitizados da cidade. “Endireita Fortaleza é um grupo SUPRAPARTIDÁRIO de posicionamento ideológico de direita, conservador e que atua no âmbito político, cultural e social de maneira responsável e compromissada. O grupo Endireita Fortaleza norteia-se com base em duas figuras públicas brasileiras, o professor Olavo de Carvalho (como referencial intelectual) e o Deputado Jair Messias Bolsonaro (como referencial político). Nosso propósito é evidenciar verdadeiros heróis vivos, exemplos a serem seguidos neste momento em que todos os setores da sociedade brasileira estão corrompidos e que nossa história não é mais, verdadeiramente, contada nos livros escolares. O grupo Endireita Fortaleza visa atuar ativamente na sociedade através do apoio daqueles que realmente tem o poder: o Povo. Defendemos a conservação e a permanência de valores familiares, cristãos e a reconstrução cultural. Seja membro do Endireita Fortaleza! A direita tem voz e tem vez, faça parte dessa força”. Disponível em: <https://www.facebook.com/endireitafortaleza/>. Acesso em: 4 set. 2016.

notar a falta de argumentos e embasamento robustos em defesa do projeto. Em todas estas páginas era nítido o ataque ao PT e a outros partidos de esquerda, como o PSOL, assim como a quaisquer pautas progressistas.

Assistimos a vários vídeos em defesa da proposta EsP, principalmente no contexto das eleições 2018. Por sinal, o tema Escola sem Partido ocupou centralidade nos debates eleitorais. Naquele período, a tensão entre quem concordava e desaprovava a proposta era muito polarizada. A entrada nas redes sociais contribuiu para compreender a conjuntura política brasileira, perceber a influência da internet na política e as bolhas ideológicas formadas nos espectros políticos de direita e esquerda, especialmente acerca do EsP.

Entretanto, destacamos que nosso comportamento nas páginas virtuais de movimentos de direita era de mera observação: tivemos o devido controle de não nos manifestarmos, não curtíamos nada, não compartilhávamos, não criticávamos as páginas virtuais, tampouco nos apresentamos como pesquisadora da temática EsP. A intenção era tentar ver o EsP com as lentes dos outros, de quem acredita e defende. Essas foram tentativas de evitar maior envolvimento e engajamento entre nossos papéis sociais de professora de escola pública e pesquisadora. Esta questão epistemológica da pesquisadora dentro de seu próprio objeto é, de certa forma, uma simbiose que requer distanciamento e estranhamento. É inegável que nossa familiaridade com a temática educação propiciou maior compreensão deste objeto de estudo. De antemão, os movimentos de distanciamento e familiaridade compuseram esta tese do início ao fim.

Por outro lado, adotamos postura diferente em nossa página pessoal do Facebook em que publicávamos e recebíamos “insultos” como petista, esquerdista, esquerdopata, comunista, socialista e degenerada da educação de crianças. No contexto eleitoral, atuamos como ativista da educação, ajudando a desconstruir as fake news que víamos, principalmente, no Facebook. Notamos que, naquele período, prevaleceu a discussão sobre “ideologia de gênero” e o “kit gay”.

Como instrumento de coleta de dados, usávamos nosso diário de campo para registrar os achados e para posterior consulta e análise do material coletado. Considerando a multiplicidade de assuntos referentes ao Escola sem Partido, fomos abrindo tópicos gerais como “kit gay”, “ideologia de gênero”, *homeschooling*, casos de censura a professores, Ministério da Educação (MEC), audiências públicas, conjuntura política, entre outros.

O EsP é um projeto em intensa disputa pela educação pública. Nesse sentido, existem movimentos contrários à proposta. Estes grupos também foram nosso objeto de

análise. Para tanto, nos cadastramos inicialmente no grupo de WhatsApp da Frente Estadual Escola sem Mordação do Ceará. A participação no grupo foi uma medida que permitiu observar a organização de professores e alunos da educação básica e superior de escolas públicas e privadas, sindicatos, entidades estudantis e partidos políticos – como o Partido, Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e Partido Comunista Brasileiro (PCB) – contra o EsP.

Em algumas reuniões presenciais do Grupo Escola sem Mordação foi possível perceber, por meio de testemunhos e encaminhamentos do coletivo para o combate ao PL EsP no Ceará de nº 273/2015, que alguns integrantes sofreram acossamento no exercício do trabalho. O espaço virtual divulga casos de perseguição aos docentes das redes pública e privada, possibilitando, inclusive, o acesso a Boletins de Ocorrência (BO) com denúncias de assédio a esses profissionais, realizadas, algumas vezes, pela própria gestão escolar ou por vídeos de aulas gravados por alunos; processos administrativos movidos pela Secretaria de Educação Municipal e Estadual; sindicâncias; resoluções; sanções (como descontos na folha de pagamento de docentes); afastamento das funções laborais por ordem de órgão superior ou por transtorno de ansiedade, depressão e pânico. Nas próprias reuniões, tivemos a oportunidade de conversar informalmente com alguns desses professores ou pegamos o contato de celular e e-mail para conversas posteriores.

Além da Frente Estadual, observamos o Movimento Escola Democrática¹⁶, Frente Nacional Escola sem Mordação, Professores Contra o Escola sem Partido, sindicatos de professores da educação básica e ensino superior. Existem vários documentos e manuais que combatem e ensinam os professores a se defenderem de perseguições, assédio moral e criminalização do trabalho docente. Estes materiais foram elaborados em momento de grande tensão e disputa política na conjuntura brasileira – o impeachment de Dilma Rousseff, a posse do governo de Michel Temer, as eleições de 2018 e ataques orquestrados a professores desde a educação infantil ao ensino superior, coordenados, principalmente, pelo MESP.

Na tessitura de nossa metodologia de pesquisa, realizamos uma pesquisa de campo. Nossa ideia inicial era participar de eventos, reuniões, fóruns e audiências nas Câmaras e Assembleias Legislativas e outros espaços nos quais se discutia o EsP. Em março de 2020, porém, devido à pandemia de covid-19 e em consideração às orientações da

¹⁶ Disponível em: <https://cdhpf.org.br/artigos/3489/>. Acesso em: 12 jul. 2019.

Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre distanciamento social, essas atividades foram suspensas.

Participamos de duas audiências públicas na Assembleia Legislativa do Ceará, em 02/10/2017 e 13/12/2018, e de duas em Câmaras Municipais, sendo uma em Baturité/CE, em 07/10/2017, e outra em Fortaleza, em 12/12/2018. As audiências na Assembleia foram propostas pela Comissão de Educação, cuja presidente à época era a deputada estadual Silvana Oliveira e os proponentes das outras duas foram os vereadores Vagné Nogueira Nascimento (PRP) e Josivan dos Santos (PR). A audiência na Câmara de Fortaleza tratou do PL de Evaldo Lima e de duas Emendas Aditivas (EA) propostas pelo vereador Jorge Pinheiro (PSDC).

A Audiência na Assembleia Legislativa realizada em 2 de outubro de 2017 teve a participação do deputado federal Eduardo Bolsonaro (na época, filiado ao PSC/SP). Na ocasião, chegamos com uma hora de antecedência para conseguirmos entrar, conhecer o ambiente e interagir. Escolhemos ficar do lado do grupo de direita (como se autodefiniam) para questionar e procurar entender suas perspectivas a respeito do EsP. A maioria dos presentes na audiência eram favoráveis ao PL. Muitos usavam camisetas alusivas a Bolsonaro e as vendiam no próprio espaço público. Enquanto ocorria a audiência, professores, estudantes e entidades sindicais protestavam do lado de fora da Assembleia, pois tiveram a entrada impedida.

Destacamos que as audiências foram marcadas por tom beligerante e persecutório aos professores. Pessoas “vestidas a caráter” falavam em nome de Deus ao mesmo tempo em que defendiam o armamento da população e a pena de morte por meio de gestos, além de professarem insultos contra o PT e o trabalho dos docentes (chamados, aos gritos, de “doutrinadores”), o que nos causou grande estranhamento. Naquele período, ainda não entendíamos o bolsonarismo¹⁷, que irrompia no cenário político e social brasileiro.

Nas audiências, optamos por omitir nossa posição de militante defensora da escola pública em razão da forte polarização política e porque a intenção era realizar entrevistas para esta pesquisa. Qualquer manifestação contrária ao que era dito poderia comprometer uma futura inserção em espaços de discussão e, por consequência, a coleta de dados. Particularmente, essa primeira audiência impactou-nos e afetou-nos em demasia. A

¹⁷ Boito Júnior (2020) caracteriza o bolsonarismo como neofascismo.

SEDUC/CE foi convidada, mas não enviou nenhum representante. Em nota, deixou claro que discordava do EsP.

Na audiência realizada em 13 de dezembro de 2018, a deputada Silvana Oliveira entrou na sala de audiência rindo, dançando e batendo continência ao Coronel Luiz José Silveira Benício, chefe da Assessoria Parlamentar. Outras manifestações¹⁸ contrárias à deputada ocorreram. Nessa segunda audiência, também proposta por Oliveira, o PL foi retirado de pauta, em razão de não ter sido discutido na Câmara dos Deputados e ter sido posteriormente arquivado.

Já audiência pública realizada em setembro de 2017, na Câmara Municipal da cidade de Baturité - CE estavam presentes o deputado federal Eduardo Bolsonaro, Heitor Freire (posteriormente deputado estadual pelo PSL-CE), vereadores locais, comunidade baturiteense, Movimento Endireita Fortaleza, professores e religiosos. O projeto de Lei 40/2017, dos vereadores Josivan dos Santos e Vagné Nascimento, não foi aprovado. Dos doze legisladores presentes, nove se posicionaram contrários à proposta. A audiência foi muito tumultuada, houve controle da entrada por guardas, a Câmara não comportava a quantidade de pessoas e foi necessária a montagem de um sistema de projeção do lado de fora. Ainda assim, entramos, ocupando assento ao lado do grupo defensor do projeto, pois consideramos que isso seria mais uma estratégia para compreender a perspectiva de quem defende o EsP.

Em 31 de outubro de 2019, em mais de uma audiência na Câmara Municipal de Fortaleza – na qual o poder legislativo votaria o projeto 0524/2018 que “dispõe sobre a liberdade de expressão no ambiente escolar e a proteção do professor frente a casos de violência contra o mesmo [sic], no exercício da sua atividade profissional” –, houve intensa mobilização de docentes, do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (SINDIUTE), da Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará – Sindicato (APEOC) e da bancada evangélica. Nas galerias, muitos pastores se manifestaram contra a “ideologia de gênero”. Professores gritavam palavras de ordem e frases como: “O Estado é laico!”, “Não existe ideologia de gênero!”, “Igreja sem partido!”, “Pastores, cuidem das igrejas, que nós cuidamos das escolas!”.

¹⁸ Um professor gritou: “Queria ver se fosse um filho de vocês na escola pública!” e outros deram sequência ao protesto com falas como: “Queria ver vocês dando doze aulas por dia!”, “Eu quero merenda escolar!”, “Chega de garapa com açúcar!”, “A gente quer qualidade na escola!”, “Entrem nas salas de aulas quentes!”, “Vamos votar também na igreja sem partido!”, “Esqueceram a menina que caiu na fossa?” Sobre a criança que caiu na fossa de uma escola, a matéria do G1 descreve o evento ocorrido em uma escola municipal de Fortaleza. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/crianca-morre-apos-cair-em-fossa-enquanto-brincava-em-escola-de-fortaleza.ghtml>. Acesso em: 01 nov. 2019.

Acompanhamos atentamente os PL voltados para a educação, em especial aqueles propostos pela bancada evangélica, conservadora, defensora da “pauta dos costumes” (referente a questões relacionadas ao moralismo), como as Frentes Parlamentares sobre Educação Domiciliar e contra a “ideologia de gênero”, lideradas pela deputada Oliveira, supracitada, e pelo deputado federal Jaziel Pereira.

Além das participações nos eventos registrados acima, também comparecemos a conferências organizadas pela Frente Escola sem Mordaça. No dia 6 de dezembro de 2018, a conferência realizada na UFC teve como palestrante o professor Fernando Penna, da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), que também palestrou no Encontro Nacional das Licenciaturas (ENALIC) na UECE, com *paper* intitulado “Escola sem Mordaça”.

Nosso ponto de partida são os aportes teóricos marxistas, especificamente sobre a análise acerca das ideologias (ALTHUSSER, 1980; EAGLETON, 1997; GRAMSCI 1977; MARX 1996, 2004, 2012; MÉSZÁROS 2004, 2008, 2011, 2015); educação e conservadorismo (TOMMASELLI, 2018); ideologia de gênero (BUGARELLI, 2020); e escola sem partido (PENNA, 2018). Encontramos no site Professores contra o Escola sem Partido um link com diversas produções acadêmicas¹⁹. A proposta do grupo foi a de sistematizar e socializar essas produções para divulgá-las. “As teorias são redes, lançadas para capturar aquilo que denominamos “o mundo”: para racionalizá-lo, explicá-lo, dominá-lo. Nossos esforços são no sentido de tornar as malhas da rede cada vez mais estreitas” (POPPER, 1976, p. 61-62).

Esta pesquisa utilizou a análise documental dos sites do EsP, do Ministério da Educação (MEC), das Assembleias Legislativas (AL), da Associação de Educação Domiciliar (ANED), do Supremo Tribunal Federal (STF) e das Secretarias de Educação de estados e municípios. Consideramos ainda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), bem como resoluções e pareceres judiciais relevantes para este estudo. Jornais, sobretudo online, e documentários também foram utilizados. Adicionalmente, analisamos alguns PL do EsP – como o 867/2015, o primeiro projeto Escola sem Partido que recebeu esta denominação na Câmara dos Deputados, e o PL

¹⁹ Disponível em: <https://profscontraoesp.org/bibliografia-referencias-academicas/>. Acesso em: 21 jan. 2020.

7.180/2014, o PL original do Escola sem Partido, ao qual estão apensados 23 projetos correlatos.

Outra técnica importante na coleta de dados foi a entrevista. Optamos por realizar entrevista semiestruturada com roteiro elaborado preliminarmente (APÊNDICE 1). Após fazer contato com as pessoas que seriam entrevistadas, perguntamos sobre a possibilidade de gravar ou não nossas conversas. Todos os sujeitos da pesquisa consentiram e assinaram termo de consentimento conforme as normas da Universidade Federal do Ceará (UFC). A entrevista foi realizada pelo Google Meet (um recurso do Google que permite gravação e interação instantânea). Entrevistamos, em 19/07/21, a professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Elizabeth Carla Barbosa, que falou sobre a atuação da Frente Nacional Escola Sem Mordança; o professor Francisco Jarir Lima Pereira, em 16/07/21, representante da Frente Estadual Escola sem Mordança no Ceará; e o professor Euclides Agrela Braga Neto, em 28/07/21. A escolha do professor Euclides se deu porque ele passou por situações vexatórias em sala de aula por questões relativas ao Escola sem Partido (EsP), fato de grande repercussão no Ceará em contexto eleitoral, e por ter formação em História e integrar a área de ciências humanas, a área de conhecimento mais atacada nos tempos hodiernos. O fato de o professor ser historiador trouxe elementos significativos para situar os determinantes históricos e conjunturais que explicam o surgimento do EsP.

As entrevistas perfizeram um total de quase 4 horas de conversas com os entrevistados. Nosso intuito nessa parte da pesquisa é dar voz a professores que passaram por situações vexatórias e de perseguição ao trabalho docente e conhecer as Frentes que lideraram os movimentos de resistência ao MESP. As entrevistas encontram-se no último capítulo.

A pesquisa foi dividida em quatro capítulos. No primeiro, abordamos “O avanço do pensamento reacionário da extrema direita: uma análise hodierna da conjuntura nacional e internacional”. Nesta seção, discorremos acerca da crise do capital e das estratégias de recomposição produtiva e o avanço sistemático da ultradireita e do reacionarismo em escala mundial. Aqui tratamos das formas que o capital utiliza para dominar e sustentar seu poder de classe. Para tanto, a educação é tida como fator de reprodução social e posta em xeque no movimento de reforma global. Avaliamos estas questões também no plano nacional com a análise do golpe de 2016 instaurado no Brasil, o papel da mídia televisiva e da internet, a ascensão de grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL), o crescimento do fundamentalismo religioso e como esses elementos fatuais constituíram um dos mais

expressivos recuos democráticos numa escala mundial, colocando o país na cena política como um dos mais ultraconservadores da atualidade.

No segundo capítulo, intitulado “Ideologia, Concepções de educação e escola em tempos de reacionarismo”, analisamos como a categoria “ideologia” aparece continuamente nos discursos do presidente Jair Bolsonaro em reuniões oficiais, redes sociais e documentos (como Plano de Governo e o Escola Livre), a fim de compreender as questões ideológicas que permeiam o EsP. Reiteradamente, ideólogos dos MEsP falam em ideologia como se fossem isentos e neutros e/ou como se essa neutralidade fosse possível. Compreendemos que é um dos conceitos mais caros às Ciências Sociais e que não existe um consenso entre os estudiosos. Nesse sentido, buscamos analisar o conceito ideologia à luz de pensadores marxistas para compreender as concepções de educação que permeiam o governo Bolsonaro e a proposta do Escola sem Partido.

No terceiro capítulo, “Movimento Escola sem Partido: a institucionalização do cerceamento da liberdade de ensino”, analisamos as trajetórias históricas, legais e conceituais do PEsP para investigar seu surgimento, finalidades, concepções ideológicas, fundamentos e métodos. Neste capítulo, tivemos como objetivo demonstrar o *modus operandi* do EsP como movimento reacionário. Destacamos nas análises o que os idealizadores do MEsP chamam de “ideologia de gênero”, marxismo cultural, “kit gay” e liberdade de expressão. Ademais, apontamos os mecanismos de cerceamento impostos a professores no exercício da docência, as consequências para o trabalho docente, as investidas no campo jurídico para validar o EsP e suas sucessivas derrotas provocadas pela inconstitucionalidade que é cercear a liberdade de ensino.

O quarto e último capítulo, denominado “Movimento Escola sem Partido: Projetos conservadores na educação e as resistências: EsP, *homeschooling* e militarização das escolas”, discutiu, como parte do mesmo movimento reacionário, a proposta de *homeschooling* e de militarização das escolas. Encerramos o capítulo tratando das resistências a esse projeto na contramão da ordem dominante. Se houve movimento no sentido de aprovar o EsP, também surgiram muitos movimentos contrários à proposta que lutaram incansavelmente para derrubá-la. A resistência demonstrou força e luta pela educação emancipadora, laica, gratuita e socialmente referenciada para todos.

2 O AVANÇO DO PENSAMENTO REACIONÁRIO DA EXTREMA DIREITA: UMA ANÁLISE HODIERNA DA CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

O capítulo discute o avanço do pensamento e das práticas reacionárias da extrema direita na conjuntura nacional e internacional com a finalidade de demonstrar que há um contexto fértil para a criação de projetos como o EsP, bem como um constante movimento do capital em prol de sua expansão e recomposição na ordem mundial, especialmente após a crise global do sistema capitalista em 2008.

O extremismo de direita, propulsionado pelo capitalismo financeiro, vem fortalecendo o neoliberalismo por meio de pautas de costumes, populismo, surgimento de grupos neonazistas e reacionarismo. Os discursos liberais e a defesa do Estado mínimo, por sua vez, têm contribuído para a ascensão de grupos ultradireitistas. Esses movimentos ocorreram nos Estados Unidos com Donald Trump, no Brasil com Jair Bolsonaro, na Bolívia com Jeanine Áñez e na Europa com o aparecimento/recrudescimento de partidos como Alternativa para a Alemanha e Reagrupamento Nacional na França.

O capítulo divide-se em duas partes: inicialmente, fazemos um exame do contexto internacional, especialmente no que se refere à crise do capital e ao avanço da ultradireita no contexto mundial, criando terreno fértil para implodir conquistas sociais históricas das últimas décadas e, assim, avançar com a pauta mercantil e reacionária; posteriormente, no segundo tópico, analisamos como a extrema direita ascendeu ao poder no Brasil, especialmente a partir das manifestações de junho de 2013 (ou Jornadas de junho), que já continham elementos contraditórios, e do golpe de 2016 e como esse movimento de fortalecimento do pensamento reacionário no Brasil se alinha a grupos internacionais.

2.1 O reacionarismo internacional na cena política e social

Neste primeiro tópico, pretendemos externar nossa compreensão de que os elementos de uma política reacionária que beiram as práticas fascistas, servindo à expansão do grande capital, não se limitam ao Brasil. Para isso, desenvolveremos uma análise que aponte para o avanço da extrema direita no contexto internacional.

Esse avanço se configura tanto em países com democracia consolidada como nos que estão em fase de implementação democrática e se fortalece pela substituição de um quadro político alinhado com a social democracia por outro afinado com o ultraliberalismo

(em conjunto com uma pauta de cunho moralizante e cerceador das liberdades políticas). Desdobra-se, ainda, em arcabouços legais e políticos que retiram os direitos dos trabalhadores, como os direitos civis e as garantias constitucionais, e restringem suas liberdades de manifestação humana.

Os termos direita e esquerda originaram-se durante a Revolução Francesa (1789-1799) a partir do lugar ocupado por políticos na Assembleia Nacional Constituinte. Aqueles que estavam sentados à direita eram favoráveis à implantação de uma monarquia constitucional com a manutenção do *status quo* e privilégios para minorias, a exemplo de voto censitário. Estes eram os girondinos, moderados e defensores de alguns princípios do Absolutismo. Os que ficavam à esquerda, os jacobinos, eram contrários ao poder absoluto do monarca, radicais com a defesa de que o povo pudesse participar do governo e buscavam transformar a França numa República.

Essas categorias até hoje compõem nossos sistemas políticos, denotando posicionamentos e decisões por vezes polarizadas e polêmicas na gestão do Estado. Aqui, vamos nos ater mais às ações da extrema direita, que, por sinal, são diversas. Não existe um conceito plausível, fechado e que possa definir de maneira exata o que é direita, ultradireita e/ou extrema direita, pelo contrário, há uma variada gama de plataformas e espectros políticos com diversos matizes e nuances. Vejamos o que Lowy (2015, p. 653-654) diz a respeito:

A atual extrema-direita europeia é muito diversa, uma variedade que vai de partidos abertamente neonazistas, como o Aurora Dourada na Grécia, às forças burguesas perfeitamente bem integradas ao jogo político institucional, como o suíço UDC. O que eles têm em comum é o seu nacionalismo chauvinista — e, portanto, oposição à globalização “cosmopolita” e a qualquer forma de unidade europeia —, xenofobia, racismo, ódio a imigrantes e ciganos (o povo mais antigo do continente), islamofobia e anticomunismo. Além disso, em sua maioria, se não em sua totalidade, são favoráveis a medidas autoritárias contra a “insegurança” (usualmente associada a imigrantes) por meio do aumento da repressão policial, penas de prisão e pela reintrodução da pena de morte. A orientação reacionária nacionalista, na maioria das vezes, é “complementada” com uma retórica “social”, em apoio às pessoas simples e à classe trabalhadora (branca) nacional. Em outras questões — por exemplo, neoliberalismo, democracia parlamentar, antissemitismo, homofobia, misoginia ou secularismo — esses movimentos são mais divididos.

A emergência dessas “novas direitas” traz elementos exacerbados e radicais como autoritarismo, islamofobia (aversão ao Islamismo), xenofobia, conservadorismo e misoginia, e repele e atropela quaisquer tipos de pluralidades, diversidades culturais e sexuais, minorias sociais e direitos humanos, além de atacar os sistemas democráticos (burgueses). No plano econômico, são anticomunistas e adeptos do liberalismo econômico. Enfatizamos que essas

direitas são plurais e múltiplas no tocante a ideologias e no modo de atuação. Logo, as manifestações diferem de país para país, mas podem mesclar características parecidas.

Lowy explicita que parte considerável da extrema direita europeia hoje tem matriz fascista e/ou neonazista (que faz apologia ao neonazismo, de Adolf Hitler). Em essência, tem caráter profascista, mas não é similar ao fascismo clássico. A antropóloga Adriana Abreu Magalhães Dias, estudiosa do neonazismo, em entrevista ao *The Intercept*²⁰ afirmou que encontrou pelo menos três sites que demonstram que grupos neonazistas apoiam Jair Bolsonaro desde 2004 e que, portanto, a base bolsonarista é nazista. O próprio assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República, Filipe Martins, fez um gesto classificado como sinal de ódio em plena sessão no Senado. O símbolo que funciona como “trolagem” é uma espécie de insulto, uma mensagem codificada para integrantes da extrema direita.

Segundo Sanches (2021), jornalista da BBC News Brasil, o presidente brasileiro recebeu fora da agenda, em julho de 2021 a deputada Beatrix von Storch, líder do Partido Alternativa para a Alemanha (AfD), que é neta de ex-Ministro das Finanças de Adolf Hitler. Além do presidente, outros nomes, como o deputado federal Eduardo Bolsonaro, a deputada Bia Kicis (presidente da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ) e o Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, estiveram com a alemã. O encontro do presidente gerou críticas de entidades judaicas e do Museu do Holocausto. É notável que o ex-Secretário de Cultura (de Bolsonaro), Roberto Alvim, em discurso pronunciado sobre o Prêmio Nacional das Artes, copiou trechos do ex-Ministro da Propaganda nazista Paul Joseph Goebbels (1897-1945).

Elementos neonazistas, a saber, endossaram a campanha eleitoral da presidência da República dos Estados Unidos em 2016. O bilionário Donald Trump (2017-2020) foi eleito mediante discursos nacionalistas, populistas, misóginos, racistas, imperialistas, homofóbicos e pró-armas. Sua performance bélica e pragmática, a princípio, dava a entender se tratar de um desinformado, impulsivo, desbaratado, que atirava para todos os lados. No entanto, era apenas estratégia de poder, inclusive, com o trabalho ideológico construído pelo americano Steven Kevin Bannon (ou Steve) que contribuiu sobremaneira para o avanço do conservadorismo e se tornou estrategista-chefe da campanha presidencial de Trump. Formado em Havard na área de

²⁰ Disponível em: <https://theintercept.com/2021/07/28/carta-bolsonaro-neonazismo/>. Acesso em: 01 ago 2021. Dias é autora da tese “Observando o ódio: entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane”, publicada em 2018.

informação e mídia, transformou uma campanha fracassada em “performance vitoriosa”.

Bannon se apresenta como aquele que implementaria a ideologia populista global, de postura performática e midiática, e dono da Cambridge Analytica²¹, empresa de marketing político que busca entender o comportamento do eleitor através do Big Data – ferramenta de coleta e análise de dados com uso da psicometria para traçar o perfil psicológico de milhões de eleitores. Com base nas informações (de fontes diversas), é possível indicar preferências e costumes dos eleitores, direcionar conteúdos e imagens necessárias ao convencimento dos duvidosos e fomentar discursos de ódio. Um dos principais mecanismos de disseminação desses conteúdos foram as redes sociais com uso de *deep fakes*, *fake news* ou *bots* (automações de software que adotam perfis falsos e passam a produzir e disseminar conteúdos igualmente falsos). Seriam os novos cabos eleitorais da era digital. (ALEXANDER, 2018).

Segundo Alexander (2018, p. 1013), a ideologia propagada por Bannon é baseada em códigos binários (excludentes) e narrativas temporais (perigosas), um conjunto de “contrastes extraordinariamente simplificadores entre bom e mau, sagrado e profano. Essa série semiótica cria perigosos “outros”, cuja existência contínua ameaça a boa gente que constitui o que Bannon descreve como a “verdadeira América”. Nessa perspectiva, somente os “americanos nativos” se enquadram no espectro ideológico de ultradireita, mas os americanos nativos afros e indígenas ficam de fora desse enquadramento. Observemos as categorias binárias:

21 A empresa foi fechada após o escândalo de dados de mais de 87 milhões de usuários do Facebook usados para influenciar eleitores em vários países.

Figura 1 - Quadro binarismo

Estados Unidos (puro)	Eles (profano)
Povo	Elites
Verdadeiros americanos	Imigrantes (não brancos)
Nacionalistas	Globalistas
Propriedade	Pobreza
Religioso	Secular
Cristão	Não cristão
Ocidente	O Resto
Civilização	Barbárie

Fonte: Alexander (2018, p. 1014)

O binarismo é estratégico e bélico: articula em torno de si sérios problemas para a sociedade, apontando o outro como violento, perigoso, estranho e que deve ser combatido. A tática é gerar conflito, tensões, antagonismos, polarizações, batalhas funestas entre o bem e o mal. Alexander explica que “Bannon acena com admiração para fascistas, fanáticos, ditadores e teocratas reacionários” (ALEXANDER, 2018, p. 1009-1011), indo de encontro ao Estado Democrático de Direito, e é líder ideológico da direita americana e propulsor da guerra cultural.

A propósito, há, na geopolítica da ultradireita, um grupo situado em Bruxelas chamado “The Movement”, fundado em 2016 por Steve Bannon e financiado por bilionários, como os irmãos Koch, August von Finck e George Soros. Os articulistas do movimento tratam de questões nacionalistas, controle das fronteiras (muro fronteiriço EUA e México ou Muro de Trump) e protecionismo econômico de modo a garantir o imperialismo e poderio de seus países.

Bannon é alinhado ao site *alt-right* e/ou *alternative right Breitbart News Network*²² (de extrema direita) que continuamente publica conteúdos falsos, racistas e misóginos, assim como teorias da conspiração e outras pautas antidemocráticas.

Para propagar o *slogan* político – globalismo e ultraliberalismo – a lei do “vale tudo” esteve em pleno vigor, inclusive, com uso de teorias da conspiração, como QAnon, nas quais Trump aparece como o herói contra a pedofilia e o satanismo ao enfrentar uma luta

22 Disponível em: <https://translate.google.com/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=https://www.breitbart.com/&prev=search&pto=ae>. Acesso em: 1 ago. 2021.

secreta contra o “*deep state*” (“Estado profundo”). A matéria veiculada pelo El País²³ detalhou os perigos da disseminação de ideias conspiratórias. A revista VEJA, por sua vez, publicou que “Existem precedentes. QAnon já protagonizou atos violentos por parte de supremacistas brancos, inclusive o tiroteio na sinagoga de Pittsburgh, em outubro de 2018, que matou 11 pessoas, e o massacre de El Paso, em agosto de 2019, com 22 mortes”.

Plataformas de redes sociais, como Facebook, Twitter e Instagram retiraram centenas de páginas relacionadas ao QAnon, conforme matéria publicada na revista VEJA²⁴. Em agosto de 2021, um seguidor do QAnon matou dois filhos por acreditar que eles tinham DNA (ácido desoxirribonucleico) de cobra. Foi desse grupo também que surgiu a *fake news* de que a covid-19 era uma arma biológica chinesa (gripe chinesa ou gripe de Wuhan) para acabar com os Estados Unidos. A direita radical propagou desinformação e confusão na cabeça das pessoas em plena pandemia para avançar seus projetos políticos (estratégia igualmente adotada em outros momentos pandêmicos).

Segundo a ONG MediaMatters²⁵, o QAnon declarou a existência de uma força global, poderosa e maligna composta por pedófilos, canibais e adoradores de Satanás que deve ser combatida pelas “pessoas boas” ou “pessoas de bem” e que Trump vinha lutando sistematicamente contra esses males. Essa informação surgiu em 2017, quando um usuário não identificado afirmou ter informações secretas do governo americano confirmando que o presidente norte-americano estava travando uma luta árdua contra o Estado Profundo (*deep state*). A página foi visualizada milhões de vezes e ganhou adeptos e seguidores. O próprio presidente americano repostou dezenas de vezes publicações do site no período eleitoral nos EUA.

Constatamos que a empreitada direitista não se resume aos EUA (RANQUETAT JÚNIOR, 2019). Acrescente-se que Bannon “está mobilizando atores e forças para criar uma espécie de movimento internacional soberanista que se contraponha ao globalismo, à ameaça do fortalecimento do Islã e ao avanço da agenda cultural progressista” (idem, p. 26), bem

23 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-17/qanon-a-nova-teoria-da-conspiracao-que-se-prepara-para-entrar-no-congresso-dos-eua.html>. Acesso em: 21 set. 2019.

24 “O Facebook anunciou nesta quarta-feira, 19, que removeu da plataforma 790 grupos de discussão da teoria da conspiração QAnon. A rede social também fez restrições a outros 1.950 grupos, 440 páginas e mais de 10.000 contas do Instagram relacionadas ao movimento de extrema direita, popular entre alguns partidários do presidente Donald Trump e classificado pelo FBI como uma potencial ameaça terrorista doméstica”.

Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/seguindo-twitter-facebook-remove-790-grupos-da-conspiracao-qanon/>. Acesso em: 21 set. 2020.

25 Disponível em: <https://www.mediamatters.org/qanon-conspiracy-theory/here-are-qanon-supporters-running-congress-2020>. Acesso em: 21 ago. 2020.

como ao Papa Francisco, Jorge Mario Bergoglio. Para fomentar ainda mais a guerra cultural e o populismo nacionalista, foi idealizada a Escola de Gladiadores ou Academia judaico-cristã na Itália, que funcionaria em um monastério do século XII relativamente próximo a Roma (centro do catolicismo). A ideia inicial era ofertar cursos simples e, posteriormente, mais elaborados para formar os “guerreiros culturais”, a saber, populistas de extrema direita.

Noticiários brasileiros destacaram a relação do deputado federal Eduardo Bolsonaro com o “The Movement”, que, inclusive, foi escolhido por Bannon como representante do grupo no Brasil. Pela ocasião da passagem de aniversário de 65 anos de Bannon, o deputado Eduardo publicou no Twitter: “Estive hoje no jantar de aniversário de Steve Bannon pessoa ícone no combate ao marxismo cultural e a quem desejo muitas felicidades. Parabéns!”²⁶. Em março de 2019, em Washington, Eduardo Bolsonaro, Olavo de Carvalho e Paulo Guedes estiveram em um jantar na residência do embaixador do Brasil com a presença de Bannon.

O Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, um dos apoletas do marxismo cultural no Brasil, criou o blog MetaPolítica 17²⁷, cujo subtítulo é “Contra o Globalismo”. Vejamos a apresentação da página online:

Quero ajudar o Brasil e o mundo a se libertarem da ideologia globalista. Globalismo é a globalização econômica que passou a ser pilotada pelo marxismo cultural. Essencialmente é um sistema anti-humano e anti-cristão. A fé em Cristo significa, hoje, lutar contra o globalismo, cujo objetivo último é romper a conexão entre Deus e o homem, tornado o homem escravo e Deus irrelevante. O projeto metapolítico significa, essencialmente, abrir-se para a presença de Deus na política e na história.

Os anti globalistas propagam que o marxismo cultural, diferentemente do marxismo clássico (que tem a luta de classes como ponto crucial), quer dominar o mundo através das ideias e da cultura. Divulgam a tese de que “tudo” está encoberto pelo manto da teoria marxista e de que o grande perigo do mundo é a esquerda. Olavo de Carvalho é um dos críticos do marxismo cultural no Brasil. A esse respeito, vejamos:

[...] Estava, portanto, inaugurada, depois do marxismo clássico, do marxismo soviético e do marxismo revisionista de Eduard Bernstein (o primeiro tucano), a quarta modalidade de marxismo: o marxismo cultural. Como não falava em revolução proletária nem pregava abertamente nenhuma truculência, a nova escola foi bem aceita nos meios encarregados de defender a cultura ocidental que ela professava destruir (CARVALHO, 2002).

26 Disponível em: <https://twitter.com/bolsonarosp/status/1067637284831404032>. Acesso em: 23 ago. 2021.

27 Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/about>. Acesso em: 01 ago. 2021.

Segundo Carvalho, existe um movimento cultural e ideológico para a tomada do poder. As universidades, as escolas de educação básica (principalmente o ensino de Sociologia e Filosofia), meios de comunicação, partidos políticos, entre outros, são espaços de formação de militantes e estão organizados para fazer a revolução cultural no Brasil. Analisemos:

Em poucas décadas, o marxismo cultural tornou-se a influência predominante nas universidades, na mídia, no show business e nos meios editoriais do Ocidente. Seus dogmas macabros, vindo sem o rótulo de “marxismo”, são imbecilmente aceitos como valores culturais supra-ideológicos [*sic*] pelas classes empresariais e eclesíásticas cuja destruição é o seu único e incontornável objetivo. Dificilmente se encontrará hoje um romance, um filme, uma peça de teatro, um livro didático onde as crenças do marxismo cultural, no mais das vezes não reconhecidas como tais, não estejam presentes com toda a virulência do seu conteúdo calunioso e perverso. (CARVALHO, 2002).

Segundo a lógica do marxismo cultural, tudo está arraigado e contaminado pela onda “esquerdista” e/ou “esquerdopata”. Há a disseminação da ideia de que socialista ou comunista não é gente, de que os conteúdos propagados são violentos, pecaminosos, imorais, cristofóbicos e satânicos. Existe um complô para a tomada do poder com fins da destruição dos valores tradicionais e cristãos para implantação do modelo socialista.

Marxismo cultural²⁸ é uma deturpação deliberada da Escola de Frankfurt (surgida no início do século XX) e das análises do italiano Antônio Francesco Gramsci (1891-1937) acerca do marxismo, que começou a ser difundida nos Estados Unidos na década de 1990 por conservadores e segmentos da extrema direita, como uma teoria da conspiração. O texto “The Frankfurt School and ‘Political Correctness’”²⁹ (A nova era das trevas: a Escola de Frankfurt e o ‘politicamente correto’), escrito por Michael J. Minnicino, rastreia o início dessa história. Para Ranquetat Júnior (2019, p. 26):

[...] esta nova direita populista caracteriza-se por defender os valores da civilização ocidental, e, ainda, procura recuperar o poder de decisão e a autonomia de ação dos Estados nacionais em face da atividade dos organismos supranacionais e das elites globais tecnocráticas.

28 Similar ao bolchevismo cultural inventado durante o nazismo.

29 Disponível

em:

<https://ia800401.us.archive.org/24/items/TheNewDarkAgeTheFrankfurtSchoolAndPoliticalCorrectness/The%20New%20Dark%20Age%20-%20The%20Frankfurt%20School%20and%20Political%20Correctness.pdf>. Acesso

em: 24 ago. 2021. O trabalho foi publicado pela organização Schiller Institute em parceria com Lyndon LaRouche, um dos teóricos da conspiração.

Além de disseminarem valores morais e religiosos fundamentalistas, pregam uma pseudo pureza e um tipo de capitalismo bom, iluminado e fundado em princípios cristãos. Vejamos como Steve Bannon falou ao Vaticano via Skype, em 2014:

O verdadeiro capitalismo, o capitalismo virtuoso, seria o “capitalismo iluminado”, ou seja, um modo de economia de mercado fundada nos princípios morais cristãos. Este capitalismo iluminado é o que teria propiciado o desenvolvimento tecnológico e material do ocidente e dos Estados Unidos. Este representaria uma forma de capitalismo empreendedor e positivo. Para o ideólogo americano, os pioneiros do capitalismo eram crentes, fiéis seguidores do cristianismo ou do judaísmo, enquanto que hoje a maioria dos grandes empresários, banqueiros e homens de negócios de Wall Street estariam contaminados pela mentalidade secularista da nossa época. (RANQUETAT JÚNIOR, 2019, p. 28-29).

Nada mais ideológico e enganoso que propagar a ideia de um capitalismo iluminado³⁰. Não existe capitalismo humanizado e bom. Não passa de falácia, pois o capitalismo é selvagem e vive da exploração da força de trabalho. É a própria reificação dos sujeitos. No capitalismo, o trabalho é mercadoria, é vendido e se torna força de trabalho. O trabalhador vende sua força por um salário que sequer consegue satisfazer suas necessidades mais elementares. Daí, o proprietário dos meios produtivos se apropria da mão de obra do empregado (trabalho excedente) que gera a mais valia (absoluta e relativa). No capitalismo, há uma assimetria abissal entre trabalhadores e donos dos meios de produção e o trabalhador fica alienado daquilo que produz. Há um estranhamento entre a coisa produzida e aquele que produziu (MARX, 2013, 2004; MARX; ENGELS, 2008).

Alexander (2018) explicita que a ideologia do conservadorismo está relacionada ao reformismo progressista que vinha ocorrendo com o Estado de Bem-Estar Social e outras políticas e que pôs em xeque o fracasso de conservadores. Vejamos:

É impossível subestimar como esse fracasso, tão extraordinário quanto raramente reconhecido, enfureceu a direita cultural e política americana. Tornou-a ensandecida pelo ódio. E essa ira ferveu até transbordar plenamente com o declínio continuado do poder global americano; a ascensão da China; os impasses dos empreendimentos militares; uma economia globalizada, pós-industrial que recompensa a educação e

30 Em “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” Max Weber analisa o papel da religião protestante nas práticas econômicas a ponto de o Calvinismo contribuir para o desenvolvimento do capitalismo. Era uma lógica diferente do catolicismo, que postulava a abnegação e a renúncia material. Desse modo, o Calvinismo se propagou rapidamente pela Europa, destacando-se na Inglaterra. A obra relata que no Calvinismo havia a ideia arraigada de que, quanto mais o cristão trabalhasse arduamente e empreendesse esforços, mais rico seria e, quanto mais rica uma pessoa fosse, mais abençoado por Deus era considerada. O dogma da predestinação é marcante no Calvinismo. Alguns eleitos eram predestinados ao sucesso, ao trabalho, à riqueza. A riqueza era vista como suor do trabalho humano e dádiva de Deus aos escolhidos. “O trabalho social do calvinista no mundo é exclusivamente *trabalho in majorem {Dei gloriam}* para aumentar a glória de Deus” (WEBER, 2004, p. 99).

pune a mão de obra não qualificada; e os oito anos do destacado, imperturbável, profundamente polarizado, mas também relativamente efetivo reinado do primeiro presidente afro-americano da América [...]. (ALEXANDER, 2018, p. 1012).

Vivemos uma crise estrutural e sistêmica sem precedentes. Crises não são fatos isolados: são essenciais para a reprodução do capitalismo e alteram drasticamente a configuração dos espaços físicos, além de mudarem o modo de pensar das pessoas, as instituições, tecnologias, relações sociais, preferências culturais e subjetividades (HARVEY, 2016). Em meio às crises que se desenrolam no mundo e às soluções encontradas para saná-las, Harvey pontua que:

Em termos gerais, o mundo está polarizado entre a continuação ou até o aprofundamento das soluções neoliberais, baseadas na oferta [*supply-side*] e monetaristas, enfatizando a austeridade como remédio apropriado para curar nossos males (caso da Europa e dos Estados Unidos), e a retomada de uma versão em geral diluída de uma expansão keynesiana baseada na demanda e financiada pela dívida (como na China), ignorando a ênfase de Keynes na redistribuição de renda para as classes mais baixas como um de seus componentes-chave. Não importa qual política é seguida: o resultado é o favorecimento do clube de bilionários que constitui hoje uma plutocracia cada vez mais poderosa, tanto dentro dos países como no cenário mundial... (HARVEY, 2016, p. 10-11).

Sabe-se que esses arranjos constituem sintomas da grave crise estrutural do capitalismo, a qual gera irracionalidades, vistas na contemporaneidade, como o desemprego estrutural, a violência, a miséria, a comercialização de produtos cancerígenos, a degradação ambiental³¹ e o caos social. Para Mészáros (2008, p. 73), “vivemos numa ordem social na qual

31 Em relação ao meio ambiente, a Amazônia tem sido devastada continuamente com queimadas e derrubadas ilegais. Países da Europa têm chamado a atenção mundial para a questão, mas Bolsonaro justifica que é apenas um debate ideológico e não apresenta um plano de contingência para o problema. Em uma das coletivas de imprensa, o presidente falou que acha que “são ONGs as responsáveis pelas queimadas”, conforme publicação do site Uol em 23 de outubro de 2019. Na mesma linha de raciocínio, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, coaduna com o presidente ao chamar de farra “os gastos com as ONGs”. Nota-se um claro desmerecimento ao trabalho das organizações não governamentais (ONGs) no combate à destruição da floresta amazônica. Observemos que os órgãos de controle e fiscalização foram desmontados no governo bolsonarista. Na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em 2019, Macron inclusive convocou o G7 para intervir na situação das queimadas no Brasil, pois, para ele, trata-se de uma crise internacional. Os países integrantes deliberaram que ofertariam cerca de R\$ 90 milhões de reais em caráter emergencial para conter as queimadas na floresta brasileira, considerada “o pulmão do mundo”, mas nenhuma ação foi concretizada por “recusa” do governo brasileiro. Outro fato de ordem emergencial é o que ocorreu no litoral nordestino: grandes quantidades de óleo cru foram encontradas em praias, provocando a destruição da costa marinha. O Ministério do Meio Ambiente não apresentou um plano de contingência para amenizar os efeitos deletérios e os nordestinos retiraram o material poluente com as próprias mãos, colocando em risco sua saúde. Essas pessoas dependem economicamente do mar: pescadores, donos de barracas de praia, de pousadas, turismólogos, cozinheiros, garçons... É patente o despreparo da pasta do Meio Ambiente para lidar com os problemas. Apesar de a mídia abordar o problema diariamente, órgãos do governo nada fizeram até a justiça cobrar um posicionamento, precisamente porque “o antagonismo é estrutural, o sistema do capital é - deve sempre permanecer - irreformável e incontrolável” (MÉSZÁROS, 2007, p. 58), comprometendo a vida humana, dos animais, dos ecossistemas.

mesmo os requisitos mínimos para a satisfação humana são insensivelmente negados à esmagadora maioria da humanidade”. Reiteramos, é a barbárie social contínua e persistente do capital.

De fato, temos visto a ascensão de uma classe plutocrata. Segundo a Forbes³², na pandemia o fosso entre bilionários e miseráveis aumentou consideravelmente. Por sinal, o número de bilionários vem crescendo diariamente. A novidade no mercado financeiro e digital de moedas ou ativos financeiros são as criptomoedas. O Bitcoin foi um dos investimentos que mais se valorizou no ano passado, gerando dividendos estratosféricos aos acionistas e investidores. De 2020 para 2021, surgiram no mundo mais 660 bilionários. A China tem sido um celeiro de novos plutocratas. A ONG Oxfam³³ no “Relatório Recompensem o trabalho, não a riqueza” publicou que, de toda a riqueza produzida em 2017, 87% ficou concentrada nas mãos de apenas 1% dos mais ricos do mundo. Por outro lado, 3,7 bilhões de pessoas não receberam nada.

As contradições desse sistema são tão avassaladoras que no mesmo mês (julho de 2021) ouvimos notícias de que o homem mais rico do mundo Jeff Bezos (proprietário da gigante Amazon) fez turismo espacial em viagem milionária (US\$ 28 milhões) de poucos minutos, de que dezenas de pessoas formaram filas para receber ossada em açougue de Cuiabá (MT) e de que pessoas procuraram comida no carro do lixo em Fortaleza-CE. Harvey (2016, p. 17) destaca que “As contradições têm o péssimo hábito de não se resolverem, apenas se deslocarem”.

Freitas (2018, p. 15) aponta que “É importante anotar que tal cenário não é específico do Brasil, pois estas forças políticas ganharam destaque em vários países”. Harvey (2004, p. 155), por sua vez, revela que “o programa neoconservador de política externa foi formulado no Project for the New American Century (PNAC)³⁴ (Projeto para o novo século americano), que começou a ser implementado em 1997”. Harvey (2004, p. 159) complementa que:

Os neoconservadores estão empenhados, ao que parece, em nada mais que um plano de total domínio do globo'. Nesse mundo organizado de uma Pax Americana, espera-se que todos os setores possam florescer sob a proteção do capitalismo de livre

32 Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/04/os-25-maiores-bilionarios-do-mundo-em-2021/>. Acesso em: 21 de julho de 2021.

33 Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/recompensem-o-trabalho-nao-a-riqueza/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

34 Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130112203305/http://www.newamericancentury.org/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

mercado. Na concepção neoconservadora, o resto do mundo (ou pelo menos todas as classes proprietárias) deverá ser e será grato pelo espaço concedido ao desenvolvimento econômico sob o capitalismo de livre mercado em toda parte.

O PNAC foi um *think tank* neoconservador situado em Washington, que ficou ativo entre 1997 e 2006, cujo objetivo principal era promover a liderança mundial dos EUA. Trata-se de organização educacional sem fins lucrativos com a proposição de: “que a liderança americana é boa tanto para a América quanto para o mundo; e que tal liderança requer força militar, energia diplomática e compromisso com princípios morais” (NEW AMERICAN CENTURY, 1997, n/p.).

A questão nevrálgica do avanço de grupos extremistas de direita está relacionada à crise estrutural do capital e, concomitantemente, às crises cíclicas, como a de 2008, na qual países europeus e americanos sentiram seus padrões de vida confortáveis despencarem por conta da austeridade fiscal. Em paralelo a isso, processos migratórios devido a disputas por território e poder alavancaram a saída de africanos e asiáticos para a Europa, fazendo insuflar mais ainda ideias nacionalistas (em defesa da pátria e da nação) e racistas, de não cooperação com países periféricos da ordem capitalista, como o Brexit (saída do Reino Unido da União Europeia) e a criação de partidos de direita e movimentos com teor e práticas nazistas, de supremacia branca e imperialistas.

O avanço econômico de outras potências, como China e Rússia, fez com que os Estados Unidos alavancassem a corrida armamentista e os conflitos militares a fim de manter seu poderio e dominação. O conservadorismo (tradição, costumes, moral, religião) tem sido a roupagem política/ideológica “perfeita” usada para fundamentar a manutenção da sociedade de classes. Trata-se de uma estratégia e instrumento do capital para gerar a barbárie social e naturalizá-la na sociedade.

Na próxima seção, veremos como a extrema direita ascendeu ao poder no Brasil a partir das manifestações de junho de 2013 (ou Jornadas de junho) e do golpe de 2016. Observaremos que a mesma perspectiva ideológica reacionária e ultraliberal dos EUA e Europa é transplantada para nosso país, claro, ressaltadas as características e especificidades próprias do contexto cultural e social brasileiro.

2.2 A ascensão da extrema direita no Brasil e o recuo da democracia

“O que está acontecendo?”, “O que isso significa?”, “Que tanta gente na rua é

essa?”, “Afiml, o que eles querem?”. Esses foram alguns questionamentos que fizemos em meados de 2013, porque os motivos das manifestações de junho de 2013 não estavam suficientemente claros: “A mídia e todos que viveram aquele momento buscaram formas de compreender e narrar o que estava acontecendo” (FRANÇA; BERNARDES, 2016, p. 12). Multidões foram às ruas reivindicar melhorias nas áreas da educação, saúde, segurança pública, sistema judiciário e transporte público, mas também contra a corrupção, em um momento em que o antipetismo e os pedidos de intervenção militar se tornaram acirrados.

Foi o maior movimento de rua da história recente (CALIL, 2013) desde o impeachment de Fernando Collor de Melo, em 1992, com destaque para a presença maciça da juventude. Uma das grandes diferenças entre as manifestações do período Collor e as de 2013 reside na convocatória – feita, a última, pelas redes sociais em tempo quase real, aumentando o número de manifestantes e os locais de protesto. Esse ineditismo gerou visibilidade na mídia, causando impacto político (SCHERER-WARREN, 2014).

Nessas manifestações, estavam presentes movimentos sociais de todo tipo, ainda que, nas jornadas de 2013, tenha havido repúdio e hostilidades aos partidos políticos presentes. Em certo sentido, havia uma negação da política. Conforme Perez (2020, p. 1), que pesquisou as jornadas em Teresina (PI), os coletivos criticavam “partidos políticos e organizações tradicionais pela presença de hierarquias e ineficiência”. Calil (2013, p. 387) atenta para a seguinte questão: “se a tentativa de despolitizar e esvaziar o conteúdo social das manifestações é nítida, há um ponto que merece uma análise mais cuidadosa: a tentativa de instrumentalização dos protestos por movimentos de extrema-direita”.

Tradicionalmente, são as classes trabalhadoras e populares que se mobilizam, “mas a novidade do período foi o maior ativismo dos setores médios e dominantes” (TATAGIBA; GALVÃO, 2019). Esses segmentos reivindicavam pautas conservadoras e fundamentalistas e a retórica anticorrupção foi progressivamente associada às pautas moralistas/moralizantes, especificamente referentes a gênero e sexualidade, ou substituída por elas, que se tornaram cada vez mais fortes (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 956).

Desde as jornadas de junho de 2013, nota-se uma exacerbada polarização política entre direita e esquerda, conservadores e progressistas, entre aqueles que vestiam amarelo e os que vestiam vermelho, pró e contra o Movimento Brasil Livre³⁵ (MBL): “O padrão de

³⁵ “O MBL se propõe a promover o liberalismo como a filosofia política orientadora da atuação do Estado no Brasil. Para tanto, defendemos a liberdade individual, a propriedade privada e o Estado de Direito como conceitos fundamentais de uma sociedade que se propõe a ser livre, próspera e justa. Dentre os valores (a base

protesto verificado nesse período caracteriza-se pela combinação de duas dinâmicas distintas: polarização política e heterogeneização de atores e reivindicações” (TATAGIBA; GALVÃO, 2019, p. 1).

Em 2014, veio a Copa do Mundo e bilhões de reais foram gastos com construção de estádios e toda a estrutura necessária (aeroportos, rodovias, estradas, portos, setor de turismo) para receber o maior evento de futebol do mundo. Ouviam-se ecos de todo o Brasil: “Queremos escolas e hospitais PADRÃO FIFA!”. Os valores públicos investidos foram tratados exaustivamente como os mais altos de toda a história, como conluio público-privado e corrupção. Alguns grupos progressistas falavam em boicotar o evento.

Boito Júnior (2016) sustenta a tese de que a crise no governo Dilma Rousseff foi uma crise na política desenvolvimentista gestada pela ofensiva neoliberal – e não provocada pela luta popular e operária. O autor afirma “que o Governo Lula alterou a relação do Estado brasileiro com a burguesia ao melhorar a posição da grande burguesia interna industrial e agrária no interior do bloco no poder” (BOITO JÚNIOR, 2006, p. 238). Ainda que considerado um governo de esquerda, andava de mãos dadas com a alta burguesia. Nesse conjunto, é importante ressaltar as repercussões das políticas neoliberais e da crise do capitalismo nas políticas públicas e sociais em países periféricos como o Brasil, posto o esgotamento da “política de conciliação de classes nos governos petistas” no fomento a novos protestos (TATAGIBA; GALVÃO, 2019).

Anteriormente, nos governos do PT, as minorias sociais tiveram acesso a diversas políticas públicas e ações afirmativas para a redução das desigualdades sociais e raciais – como o Programa Bolsa Família e a expansão do ensino superior, que aumentou consideravelmente em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso, a partir da interiorização de universidades federais, por meio do Programa de Reestruturação das Universidades Federais (Reuni), criação de novos Institutos Federais de Educação (IF), criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e da Política de Cotas (Lei nº 12.711/2012) para estudantes de escola pública, indígenas e negros através de parcerias público-privadas.

As políticas supracitadas de reconhecimento das minorias afetaram as bases do “autoritarismo social”, e, por isso, passaram a ser vistas apenas como política de governo

sobre a qual construiremos a nossa atuação) e princípios (o direcionamento da nossa atuação) do MBL. A partir de Valores e Princípios, o MBL busca construir uma atuação coerente e pragmática em sintonia com a realidade política, econômica, social e cultural do país”. Disponível em: <https://mbl.org.br/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

clientelista e populista (TATAGIBA; GALVÃO, 2019). A elite brasileira ignóbil, mesquinha, truculenta e reacionária ficou incomodada com os pequenos avanços na redistribuição de renda porque afetariam sua dominação social e econômica secular.

Dessa maneira, fortaleceram-se as condições para o “golpeachment: um golpe reacionário vindo das classes privilegiadas como reação à pequena ascensão das classes populares, segundo Souza, que define a classe média como tropa de choque dos ricos e endinheirados” (SOUZA, 2017, p. 115), chave de leitura para a compreensão da vileza e iniquidade vista na sociedade de classes³⁶. Para o estudioso, se formou no Brasil “um pacto antipopular comandado pela elite dos proprietários, onde se misturam aspectos racionais, como preservação de privilégios, e aspectos irracionais, como necessidades de distinção e ódio e ressentimento de classe” (SOUZA, 2017, p. 108).

Naquela conjuntura, era perceptível a conformação de um forte sentimento antipetista e da não participação de Lula nas eleições de 2018. Lula passou 580 dias preso em Curitiba por ter sido condenado na operação Lava Jato pelo ex-juiz Sérgio Moro. Em 23 de junho de 2021, o STF declarou suspeição de Moro no julgamento que decretou a prisão do ex-presidente.

Após o questionável impeachment – ou, conforme Braz (2017, p. 88), golpe de 2016, “forjado por uma farsa parlamentar-judicial” –, Michel Temer submeteu a Reforma do Ensino Médio³⁷ ao Congresso Nacional pela Medida Provisória 746/2016 sem conversar com educadores e apresentou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/55, transformada, após a aprovação, na Emenda Constitucional (EC) 95/16 que congelou por duas décadas os orçamentos da saúde, da educação e de outras despesas primárias.

Esses fatos provocaram várias mobilizações e manifestações na gestão Temer, inclusive com greves e paralisações em muitas escolas e universidades do país. Estudantes ocuparam escolas³⁸ e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2016 foi cancelado em

36 Esse conceito foi trabalhado pelo sociólogo Florestan Fernandes em “Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento” ainda na década de 1950.

37 Sobre a Reforma do Ensino Médio, o educador emérito da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Dermeval Saviani, assinala que em matéria de educação o Brasil retrocedeu à década de 1940 com a Reforma Capanema (HERMIDA; LIRA, 2018).

38 Em uma sessão especial sobre valores de ordem familiar na educação, ocorrida na Câmara dos Deputados em 2016, Eduardo Bolsonaro (que à época era do PSC), fez a seguinte menção às ocupações: “[...] quais são as contribuições dessas ditas ocupações? [...] Tratam-se de invasões. Na minha terra chama-se crime e, depois quando a polícia é obrigada através de uma ordem judicial fazer uma reintegração de posse, posam de vítimas. ‘Não! É opressora, tá me batendo e é por isso que eles não entendem os ocorridos durante o período do regime Militar. Mas, eu adianto aqui, as ocupações ou invasões, né? Renderam muitos frutos - atraso no vestibular, decréscimo ali, no posicionamento do Brasil na prova internacional do Pisa e, inclusive um assassinato e lá no

mais de trezentas unidades, atingindo aproximadamente duzentos e quarenta mil jovens, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e a matéria “Enem 2016 será adiado para 240 mil alunos de 364 escolas; veja lista³⁹”, publicada em 4 de novembro de 2016.

Apesar das incontáveis manifestações pelo país, e a contragosto da maioria dos movimentos sociais, a Reforma Trabalhista⁴⁰ foi aprovada no “desgoverno Temer”. Para especialistas na área do Direito do Trabalho, a classe trabalhadora perderá cada vez mais seus direitos⁴¹ e a precarização do trabalho se acentuará cada vez mais. O desemprego e a informalidade cresceram, ainda que “amenizados” pelo empreendedorismo do “se vire como pode”, da uberização do trabalho e do novo proletariado de serviços e escravidão digital. (ANTUNES, 2018, p. 25).

No “desgoverno Temer” também foi lançada a PEC 287/2016⁴² que propôs alterações no sistema previdenciário brasileiro. Com o término do mandato, a proposta foi reapresentada com mais força no governo Bolsonaro: em 23 de outubro de 2019, o Senado aprovou em segundo turno o texto base da Reforma da Previdência Social (EC 103), alegando déficit bilionário⁴³ e economia de mais de 800 bilhões nas contas públicas em uma década.

As ações descritas acima foram elaboradas pelo relatório “Um Ajuste Justo - Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil” (2017) produzido pelo Banco Mundial a pedido do governo federal brasileiro com o intuito de promover uma revisão das

Paraná. E vem aqui com a cara de pau pra dizer que estão colaborando com o futuro do país. O futuro do país, presidente é com respeito a autoridade e com respeito, principalmente os dizeres que estão aqui... os deveres do professor” (EDUARDO BOLSONARO, 2017). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=OFTNkz-mwF8>. Acesso em: 23 jan. 2020.

39 Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2016/noticia/enem-2016-sera-adiado-para-240-mil-alunos-de-364-escolas-veja-lista.ghtml>. Acesso em: 23 jan. 2020.

40 Lei 13.467, 13-07-2017 que altera a Consolidação das Leis trabalhistas criada em 1932 no governo Getúlio Vargas.

41 A exemplo da Estácio, após um mês da aprovação da Reforma Trabalhista demitiu em massa 1.200 professores para recontratá-los de acordo com as novas regras vigentes. Em audiência na Câmara dos Deputados, ficou claro, que reforma “agravou a situação dos professores da rede particular de ensino superior ao possibilitar demissões em massa da categoria e a contratação de docentes por salários mais baixos”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/584201-para-debatedores-reforma-trabalhista-levou-a-demissoes-em-massa-em-faculdades/>. Acesso em: 27 jan. 2020.

42 Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0v9qlj5y77o71tsq7h4wh5121331970.node0?codteor=1514975&filename=PEC+287/2016. Acesso em: 09 jul. 2021.

43 Teoria questionada pela professora Denise Gentil na tese intitulada “A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social” (GENTIL, 2007). A real questão é a arrecadação para pagar a dívida pública e o incentivo aos trabalhadores para usarem a previdência privada, beneficiando o sistema financeiro. Para Gentil (2017, p. 6) “as vantagens distribuídas sob pressão de *lobbies* e de bancadas representativas do que existe de mais conservador na sociedade brasileira, vão desde desonerações tributárias, parcelamentos e perdão de dívidas, descaso com a dívida ativa previdenciária, tolerância com os altos índices de sonegação até a liberação seletiva de emendas de parlamentares para que assegurassem apoio político”.

despesas públicas. A base para isso é a de que o Estado gasta muito com saúde, educação, previdência e funcionalismo público e, portanto, precisa promover ajustes fiscais e orçamentários na máquina pública para investimentos discricionários e no setor empresarial como forma de alavancar a economia.

Segundo o Banco Mundial (2017), a “ineficiência do ensino fundamental e médio está principalmente relacionada ao número excessivo de professores” e a redução de professores geraria uma economia de 22 bilhões aos cofres públicos. E mais, para sanar de vez este problema não se deve repor os funcionários que se aposentam: “A redução do número de professores por meio da aposentadoria poderia ajustar as razões a níveis eficientes no ensino fundamental até 2027 e, no ensino médio, até 2026” (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 129). A análise do relatório nos faz concluir que se trata de um ajuste injusto, de retirada de direitos, de destruição do funcionalismo público, da previdência social e das leis trabalhistas e de ataque ao professor. É um documento manipulador e falacioso em estreita sintonia com a perspectiva do empresariamento da educação pública que orienta o Estado a gastar menos e transferir recursos diretos para os conglomerados e institutos educacionais.

Na mesma linha de retirada de direitos sociais e em consonância com as “orientações” do Banco, está em curso a PEC32/2020⁴⁴ da Reforma Administrativa que “altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa”. A PEC mexe diretamente com funcionários públicos e direitos já estabelecidos na CF/1988, destinando arrocho para a classe trabalhadora com medidas como criação de avaliações subjetivas para a admissão em cargos públicos e não-progressão a servidores por tempo de serviço. Nessa contrarreforma ficaram de fora o Poder Legislativo, Judiciário e Forças Armadas, que elaboram suas próprias regras e, diga-se de passagem, com privilégios e regalias como nenhum outro “estamento do andar de baixo”. Prosseguindo com a agenda neoliberalizante, o Ministro da Economia Paulo Guedes já enviou ao Congresso Nacional proposta de PEC que trata da Reforma Tributária. Proposta essa muito aquém da justiça fiscal e social que precisa ser realizada no Brasil. Em nenhum momento se fala em taxar grandes fortunas (Imposto sobre Grandes Fortunas - IGF), que tem previsão legal na CF/1988, e de reforma tributária estrutural; não se fala nos pagamentos estratosféricos de dívida pública (atualmente em mais de 5 trilhões) nem em Reforma Política.

No entanto, “por trás da retórica da austeridade há um enorme benefício para o

44 Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1928147. Acesso em: 08 jul. 2021.

capital, que aumenta suas margens de lucro, corta gastos, reduz as obrigações sociais do Estado e estimula a privatização dos serviços públicos” (ROSSI; DWECK, 2018, p.15) de modo que a expropriação da previdência pública consiste numa estratégia de financeirização do capital altamente lucrativa.

Retomando o tema da “ascensão direitista”, em 2015, “o Brasil descobriu que havia uma direita militante e aguerrida no país” (GALLEGO, 2018, p. 11) e, nas eleições de 2018, essa “direita saiu do armário” (MESSENERG, 2017). Sobretudo o PSL, o Novo e o PRB (hoje, Republicanos) cresceram vertiginosamente no Brasil. Codato, Bolognesi e Roeder (2015) relatam que, em 2014, a direita voltou a crescer no Congresso, “revertendo o movimento de queda constante do número de representantes na Câmara dos Deputados que se observava desde 1998. Em 2010, os partidos conservadores ganharam 36,3% das cadeiras; em 2014, 43,5%”. E, nas últimas eleições de 2018, conseguiram compor a segunda maior bancada no Congresso Nacional.

Na obra “O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil”, Solano *et al* (2018) discutem questões como o surgimento, organização, polarização e avanço da direita. Gallego (2018, p. 14), por sua vez, mostra que houve uma reorganização e um fortalecimento político desses grupos no Brasil e que três eixos os estruturam:

1. Libertarianismo: que sacraliza o mercado como regulador máximo das relações sociais;
2. Fundamentalismo religioso: em nome de Deus e da verdade absoluta que anula qualquer possibilidade de debate;
3. A reciclagem do perigo vermelho: anticomunismo - bolivarianismo.

Nas eleições de 2018, candidatos dessa corrente política, evangélicos e católicos da ala mais conservadora, tomaram a bandeira do país como símbolo do “Brasil acima de todos” a partir do controle de emissoras⁴⁵ de rádio, televisão e redes sociais. Dessa forma, a Igreja se tornou curral eleitoral, por meio do qual, “líderes religiosos desempenham o papel de novos coronéis da política brasileira” (GALLEGO, 2018, p. 21).

O voto conservador passou, então, a ser “moral”, apelando para os “bons costumes”, a família e o antipetismo, já que o PT (segundo grupos direitistas), instituiu a libertinagem, é a favor do aborto, da sexualização precoce de crianças e da “safadeza”. Muitos candidatos citavam as igrejas nos palanques e postavam em redes sociais seu compromisso com o EsP e com a moralidade cristã. Pastores e candidatos prometiam fiscalizar conteúdos

45 Sistema Brasileiro de Televisão, (SBT), Record TV, Rede Bandeirantes.

escolares, fazer *blitz* nas escolas, processar “professores doutrinadores”, reter livros com quaisquer conotações sexuais, combater a “sexualização infantil” e a pedofilia, além de defender o *homeschooling* como forma de “proteger” as crianças e adolescentes do doutrinamento docente e garantir educação de qualidade. Nas redes sociais, o “kit gay” se tornou uma grande verdade, um mal a ser combatido pelos defensores dos inocentes que podem ser “doutrinados por professores mal intencionados”. Além da pauta dos costumes, muitos desses defensores paladinos da moral defenderam ferrenhamente ideais neoliberais, como meritocracia, terceirização, empreendedorismo e privatização.

Calil (2018) classificou em diversos grupos os apoiadores de Bolsonaro que se autodenominam conservadores e de direita: 1) *nerds, gamers, hackers e haters*⁴⁶ – usuários de tecnologias da informação para a “construção de um mito”; 2) masculinidade viril – defensores do armamento e da justiça pelas próprias mãos; 3) pessoas de bem; 4) militares e ex-militares; 5) femininas e bolsogatas⁴⁷; 6) mães de direita; 7) homossexuais conservadores; 8) etnias de direita; 9) estudantes pela liberdade; 10) periféricos de direita; 11) meritocratas; 12) influenciadores digitais, liberais e conservadores que desejam salvar o Brasil a fim de que “não se torne uma Venezuela”.

Já Messenberg (2017) elaborou uma tabela contendo “três campos semânticos” relativos aos formadores de opinião e às ideias-força que mobilizaram o período eleitoral em 2018. Vejamos:

46 Esses grupos compõem uma das maiores bases de apoio de Bolsonaro. Geralmente do sexo masculino, jovens, brancos, com renda média elevada, utilizam as redes sociais para disparar em massa conteúdos sem base científica, *fake news*, discursos de ódio, e interação diretamente com a “*alt-right*” (direita alternativa americana).

47 Mulheres que se declaram antifeministas, antipetistas, defensoras das pautas de costumes e dos valores cristãos, contra o aborto e a favor da submissão das mulheres aos homens. Geralmente são brancas com renda acima da média brasileira.

Figura 2 - Campos semânticos

Campos semânticos		
Antipetismo	Conservadorismo moral	Princípios neoliberais
Ideias-força	Ideias-força	Ideias-força
<i>Impeachment</i> (Fora PT, Fora Dilma, Fora Lula)	Família tradicional	Estado mínimo
Corrupção	Resgate da fé cristã	Eficiência do mercado (privatização)
Crise econômica	Patriotismo	Livre iniciativa (empreendedorismo)
Bolivarianismo	Anticomunismo	Meritocracia
	Combate à criminalidade / aumento da violência	Corte de políticas sociais
	Oposição às cotas raciais	

Fonte: Messenberg (2017, p. 633)

Vieira (2018, p. 91) destaca que segmentos fundamentalistas e extremistas têm ocupado espaços nas instituições, criando obstáculos para os direitos humanos, particularmente das minorias sociais, como mulheres, indígenas, LGBTQI+ e movimentos “progressistas”. Outras ações extremistas atuam para atacar os direitos humanos e sociais, a fim de que o Estado interfira diretamente na imposição de determinadas doutrinas religiosas em detrimento de outras.

Notadamente, as eleições de 2018 foram marcadas por escândalos: financiamento de campanha, fraude eleitoral, denúncias de corrupção – como esquemas envolvendo falsas candidaturas no PSL, “rachadinhas” (prática criminosa de apropriação indevida do salário de assessores) no gabinete de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e, posteriormente, no gabinete de Carlos Bolsonaro em ligações com milicianos do Rio de Janeiro, enriquecimento ilícito de Flávio Bolsonaro de mais de 400%, lavagem de dinheiro e outras ilicitudes “acobertadas” pelo ex-ministro da Justiça, Sérgio Fernando Moro.

Segundo o Datafolha e o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), os eleitores de Bolsonaro são majoritariamente jovens. A matéria “Por que 60% dos eleitores de Bolsonaro são jovens?”, publicada em 2017 pela British Broadcasting Corporation (BBC), avalia que sua forte atuação nas redes sociais pode ter atraído mais essa faixa etária do que os demais candidatos. Na campanha, o discurso adotado foi o do

“antissistema” e da “velha política” em contraposição à “nova política”, que iria de encontro ao *establishment* e ao *status quo*. Com o mesmo bordão, foram eleitos dezenas de deputados, alguns senadores e governadores como Wilson Witzel (PSC/RJ) e Carlos Moisés (PSL/SC). Ciocari e Persichetti (2018, p. 1) concluíram que “mesmo com discurso independente, como tantos outros políticos, Bolsonaro não foge da convergência e da disputa de poderes cada vez mais intrínseca entre espetáculo, política e mídia”, tendo inclusive adotado o presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 2018) e conluio entre centrão e executivo.

É importante frisar o papel das redes sociais no mundo político e, em especial, nas eleições de 2018 no Brasil, tendo em vista que o ciberativismo não é tão novo como se pensa. Na década de 1990, o Movimento Zapatista⁴⁸ já deu sinais dessa expressão na contemporaneidade. Segundo Queiroz (2017, p. 2), “o ciberativismo ganhou força a partir da onda de protestos ocorrida na denominada Primavera Árabe, que começou no final de 2010, com características transnacionais e que passou pelo Norte da África e o Oriente Médio”. Chagas, Modesto e Magalhães também afirmam que “[...] os grupos de WhatsApp pró-Bolsonaro foram impulsionadores importantes da campanha desenvolvida no território digital em 2018” (CHAGAS; MODESTO; MAGALHÃES, 2019, p.8). A esse respeito, foi montada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPMI) com a finalidade de:

Investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio (SENADO FEDERAL, 2019).

Instalada em 4 de setembro de 2019, com previsão de conclusão em 13 de abril de 2020, a Comissão teve os trabalhos paralisados temporariamente em razão da crise sanitária da covid-19. Mesmo assim, demonstrou como as eleições de 2018 foram articuladas nos meios digitais com o uso de dinheiro público – dentro do próprio Senado, conforme investigação da Polícia Legislativa.

Posteriormente, várias pessoas que participaram ativamente da campanha eleitoral de Bolsonaro mostraram abertamente o *modus operandi* do bolsonarismo. Uma delas, a jornalista e deputada federal Joice Cristina Hasselmann (PSL), discorreu em audiência sobre

48 Movimento Mexicano de indígenas e camponeses na região de Chiapas em prol da luta por terras inspirado em Emiliano Zapata.

agências que disparavam *fake news* a respeito dos candidatos e instituições oponentes e seu custo milionário no Twitter. Hasselmann descreveu linchamentos virtuais orquestrados pelo chamado gabinete do ódio⁴⁹, “rachadinhas” na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) e envolvimento do clã Bolsonaro com “gabinetes do crime” e milícias no estado. Ela também questionou a fachada no candidato à presidência poucos dias antes da eleição. Outro deputado, Alexandre Frota, fez denúncias sobre as práticas bolsonaristas ao participar ativamente da CPI das *fake news*. Esses depoimentos fizeram com que Eduardo Bolsonaro, sob a alegação de parcialidade dos depoentes, ingressasse com uma ação no STF para barrar as investigações da CPI.

A previsão era de que os trabalhos dessa comissão fossem encerrados em 2020, porém foi solicitado mais tempo para investigar as *fake news* relacionadas à pandemia da covid-19 – como acusação à China de criação do vírus em laboratório, suposta existência de um complô comunista para tomar o poder, minimização da gravidade da pandemia, validade da vacina Coronavac, dentre tantas outras que adquiriram status de verdade para considerável parcela da sociedade brasileira. Mais tarde, foi criada uma CPI própria da covid-19, presidida pelo senador Omar Aziz (PSD/AM), para investigar compra de vacinas superfaturadas, notícias falsas relacionadas à pandemia, kit cloroquina (remédio sem comprovação científica para tratamento da doença), não contrato de compra e venda de 70 milhões de doses de vacina com a farmacêutica Pfizer ainda em 2020, entre outros assuntos que configuram crimes sanitários. A CPI, ao encerrar seus trabalhos em outubro de 2021, enumerou uma série de crimes cometidos por Bolsonaro e seus ministros de Estado que levaram à morte de milhares de vítimas. Entre eles estão: crime contra a probidade na administração, crime contra a saúde pública, prevaricação, crime de periclitamento da vida e da saúde, emprego irregular de verbas públicas, subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento e outros listados por advogados e juristas.

Este capítulo tratou do avanço reacionário da extrema direita na conjuntura nacional e internacional, demonstrando os ataques desferidos às políticas sociais como educação, saúde e previdência social. A perspectiva ultraliberal proclama o Estado mínimo e o nacionalismo como bandeiras da liberdade e do crescimento econômico às custas da classe trabalhadora.

49 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/622252-joice-hasselmann-denuncia-milicia-e-gabinete-de-odio-na-disseminacao-de-fake-news/>. Acesso em: 29 fev. 2020.

No capítulo a seguir, analisaremos o conceito de ideologia, concepções de educação e escola na conjuntura conservadora e reacionária mundial e, especificamente, brasileira. Questionamos acerca das concepções de educação subjacentes ao governo Bolsonaro e aos ideólogos do EsP.

3 IDEOLOGIA, CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO E ESCOLA EM TEMPOS DE REACIONARISMO

Este capítulo trata de “ideologias”, palavra emblemática que ganhou ainda mais peso quando relacionada ao EsP e à educação conservadora. Abordamos as ideologias que fundamentam o EsP e suas relações com fatores políticos, econômicos, culturais e religiosos, utilizando referenciais teóricos do campo sociológico, como os de Marx e Engels (2008), Mészáros (2004), Lowy (2000), Eagleton (1997) e Gramsci (1977).

Partindo do pressuposto de que toda política educacional é fundamentada em concepções de educação e escola (SAVIANI; MENDES, 1983), investigamos quais são as que permeiam ou moldam o EsP e, por extensão, alguns PL que combatem o “viés ideológico” nas escolas – considerando o que significa esse termo.

3.1 Notas explicativas sobre o conceito de ideologia

Não raro se discute sobre a morte e o fim das ideologias com o argumento de que as discussões sobre o termo – e, conseqüentemente, o tema – não fazem sentido, já que seriam apenas noções prévias e sem materialidade na vida social. Apesar disso, o conceito de ideologia se mostra vivo e bem atual. Afirmar que a discussão não tem relevância seria desconsiderar a existência de um sistema ideológico.

Não existe consenso acerca da definição desse conceito nas Ciências Sociais: as noções e definições variam conforme os tempos históricos. O emaranhado de concepções sobre ideologia torna complexa sua definição, fazendo com que seja praticamente impossível chegar a um conceito único e preciso e à plausibilidade da tese sobre a não discussão do termo e, portanto, do conceito (EAGLETON, 1997).

Sobre a “genealogia da ideologia”, há registros de que o francês iluminista Destutt de Tracy cunhou o termo no século XIX na obra “Les Éléments d'idéologie”, publicada em 1801, na qual procurou fundar a Ciência ou o Estudo das Ideias. Porém, foi Napoleão Bonaparte que publicizou a palavra “ideológico” ao criticar Tracy e adeptos de sua teoria materialista da ideologia, taxando-os de especuladores metafísicos. Com isso, surgiu o sentido negativo e pejorativo do vocábulo. Posteriormente, entre 1845 e 1846, Marx e Engels escreveram “Ideologia Alemã”, livro em que apresentam o seu conceito de ideologia.

Em “A ideologia alemã”, Marx e Engels (2008, p. 19) tecem críticas contundentes ao sistema idealista hegeliano ao afirmar, por exemplo, que “Ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui é da terra que se sobe ao céu”. Os dois estudiosos pontuam que os hegelianos não fizeram nenhuma ligação entre a filosofia de Hegel e a realidade alemã, limitando-se a explicar o mundo por meio de dogmas, especulações metafísicas e religiosas estanques, com conceitos e visões de mundo “sem vida própria” ou independência. Para os filósofos, mais que apenas conhecer o mundo, importa a sua transformação a partir da ótica dialética de compreensão do tempo histórico.

Ainda para os autores, a ideologia é vista como inseparável da produção material da vida, pois “São os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento e também os produtos do seu pensamento”. (MARX; ENGELS, 2008, p. 20). Eles são enfáticos ao explicar que “Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2008, p. 20). Em “A Crítica da Economia Política”, Marx (2008, p. 47) reitera: “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”.

Didaticamente, os autores apresentam a metáfora do edifício, segundo a qual a base ou infraestrutura seria a produção da vida material ou tudo o que diz respeito à vida econômica da sociedade, por exemplo, a mercadoria, as fábricas, a compra e venda de produtos e o dinheiro. Por outro lado, a superestrutura é composta por elementos não materiais – o Estado e as formas de consciência social, como religião, família, aparatos jurídicos, moral, dentre outras. Esses elementos não são dados nem imparciais, mas produtos do tempo histórico, do modo de produção e das relações sociais vigentes. Desse modo, segundo Marx e Engels (2008, p. 48 e 49): “Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência, e conseqüentemente pensam: na medida em que dominam como classe e determinam uma época histórica em toda sua extensão”. É nesse universo que a compreensão da ideologia em Marx ajuda a entender a inversão ou o falseamento da realidade que se coloca pela classe dominante. Portanto, infra e superestrutura não estão dissociadas, mas se comunicam incessantemente.

A classe burguesa falseia a realidade de tal forma que demonstra suas proposições como se fossem de interesse coletivo a fim de manter a dominação da classe proletária. Um exemplo disso é o Estado – uma criação burguesa para manter os direitos da própria classe

constituente por meio de um aparato legal burocrático. Outro conceito fundamental formulado é o de “mais-valia”, isto é, a apropriação dos lucros quase totais em detrimento do trabalhador que tudo produziu.

O Estado, para Marx e Engels (2008, p. 34), “é o comitê da classe burguesa”, é o aparato jurídico-político-administrativo burguês que está acima da sociedade civil e que surge para defender e resguardar a propriedade privada, salvaguardando os interesses dessa mesma classe burguesa, sendo, por conseguinte, um aparelho de dominação. Tomando como exemplo a Declaração dos Direitos Humanos da França, os autores julgam não haver democracia e, se ela existe, seria a democracia do Estado burguês: os direitos, postos como da coletividade, na verdade asseguram apenas os interesses privados da classe dominante pós-Revolução Francesa (MARX; ENGELS, 2008).

A ideologia dominante funciona como forma de fazer acreditar em mitos da democracia, na igualdade real entre as pessoas, no poder da meritocracia, no sucesso do empreendedorismo, na não existência da luta de classe e no próprio mito da morte da ideologia, construtos bem elaborados para levar a crer que são proposições reais e verdadeiras indistintamente para todos. Outra função da ideologia burguesa é ocultar as contradições de classe para camuflar tanto a estrutura social cindida entre os proprietários dos meios de produção e a classe trabalhadora quanto a divisão social do trabalho, a mais-valia, o salário, o lucro, a mercadoria e o trabalho abstrato, visando à manutenção da ordem social e do *status quo*.

Para Lowy, é difícil encontrar um conceito tão complexo e com tantos significados quanto o de “ideologia” na área das Ciências Sociais (LOWY, 2000). Segundo o pesquisador, “Nele se dá uma acumulação fantástica de contradições, de paradoxos, de arbitrariedades, de ambiguidades, de equívocos e de mal-entendidos, o que torna extremamente difícil encontrar o seu caminho nesse labirinto” (LOWY, 2000, p. 11).

Marx (2008, p.35) explica que “toda classe que aspira à dominação [...], deve conquistar primeiro o poder político para apresentar seu interesse como interesse geral”. Essa estratégia de dominação sublima e conforma os sujeitos sociais para evitar a consciência e uma luta de classes mais direta. Caberia ao Estado representativo a garantia da “igualdade social” e dos direitos de todos e a todos.

A centralidade do trabalho em Marx adquire conotação de grau exponencial, já que recupera a categoria como elemento fundante do ser humano, uma vez que é pelo trabalho que o homem se hominiza. Na sociedade capitalista, o discurso da liberdade e da igualdade é

ideológico: não há liberdade quando o trabalhador vende sua força de trabalho, pois, ao vendê-la está também vendendo seu tempo, seu conhecimento, sua força e a si mesmo. Nesse processo, o trabalhador é reificado, visto que não há igualdade entre o capitalista detentor dos meios de produção e o trabalhador destituído desses meios. O trabalho, no capitalismo, explora, escraviza e aliena, porque o salário recebido em troca da venda da força de trabalho nem sequer consegue satisfazer às necessidades mais elementares – como a alimentação e o descanso.

Eagleton (1997, p. 38) explica a ideologia: “em uma sociedade totalmente justa, não seria necessária, uma vez que não haveria nada a ser explicado”. A ideologia burguesa é fundamental na sociedade capitalista para a manutenção do domínio de um estrato social sobre outro(s), apresentando interesses particulares como se fossem universais.

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os dominantes, ou seja: a classe materialmente poderosa em uma determinada sociedade é também a espiritualmente dominante. Por isso, a classe que dispõe dos meios de produção material também dispõe dos meios de produção intelectual (MARX, 2008, p. 48).

Marx (2008, p. 22) observa que a ideologia dominante é tomada como pertencente a toda a sociedade, quando, na verdade, representa apenas a classe dominante, ou seja, “as ideias dominantes parecem ter validade para toda a sociedade, isto é, também para as classes submetidas e dominadas”. Marx (idem) reitera que é engendrada a ilusão de que cada época da vida social resulta não de determinados interesses materiais de uma classe, mas de ideias abstratas como as de honra e lealdade (sociedade aristocrática) e as de liberdade e igualdade (sociedade burguesa). Considerando nossa conjuntura histórica, notamos o uso desmesurado do termo “liberdade”, inclusive embasando discursos de ódio e antidemocráticos.

Gramsci, assim como Marx, embora não tenha criado uma teoria sobre “ideologia”, deu especial atenção à temática, principalmente para a elaboração de outro conceito central, a hegemonia, e do papel dos intelectuais na construção da perspectiva marxiana da classe para si. A origem desse termo remonta ao sensorialismo dos materialistas franceses do século XVIII como a ciência das ideias e de uma concepção fisiológica da ideologia (GRAMSCI, 1978). Para o jornalista sardenho, “ideologia deve ser analisada historicamente, segundo a filosofia da práxis, como uma superestrutura” (idem, ibidem, p. 62).

Gramsci (1978, p. 63) corrobora Marx ao afirmar que “As ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais”. Nos estudos gramscianos, a ideologia é tratada como uma visão, concepção ou expressão de mundo. Todos, então, teriam sua concepção de mundo de acordo com o tempo ou bloco histórico, isto é, das relações entre estrutura e superestrutura em que estão situados.

Para Mészáros (2004, p. 65), “A ideologia não é uma ilusão, nem uma superstição religiosa de pessoas fanáticas, mas é uma forma de consciência social, materialmente ancorada, sustentada”. Como é constantemente reconstituída pelo conjunto de valores que controlam o metabolismo social, sua supressão na sociedade de classes é impossível. O discurso ideológico, conforme explicita Mészáros (2004, p. 58):

[...] domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados a aceitar um determinado conjunto de valores sem ao qual se poderia opor uma oposição oposta bem fundamentada.

Para o filósofo húngaro, na vida social nada acontece de forma isenta e totalmente factual, pois tudo é permeado de/pelas ideologias de forma sutil e quase imperceptível. O poder dominante pode disseminar seus interesses no sistema social – e efetivamente o faz – usando de distorções e naturalizações de modo a torná-los o mais imparciais possível (pelo menos aparentemente) e abusando abertamente dos recursos da linguagem, muitas vezes sem que percebamos.

Mészáros (2004, p. 57) atenta para o fato de que “tudo está impregnado de ideologias, quer a percebamos, quer não”. O filósofo húngaro explica que, no contexto da sociedade conservadora na qual vivemos, o sistema de ideologias estabelecido “funciona de maneira a apresentar suas próprias regras de seletividade, tendenciosidade, discriminação e até distorção sistemática como normalidade, objetividade e imparcialidade científica” (idem, p. 6). Trazendo o EsP para o debate, poderíamos dizer que, no seu sistema ideológico, o outro partido (considerado de esquerda) é ideológico, o seu (partido de direita) não é. Assim, “Temos de olhar além das aparências superficiais, se quisermos agir de maneira coerente no mundo: agir em resposta a sinais superficiais e enganadores só produz resultados desastrosos” (MÉSZÁROS, 2017, p. 17).

A historicidade ou a análise do tempo histórico e do contexto social é relevante no debate acerca das ideologias, visto que elas sempre estarão afinadas com o momento em que

são criadas e disseminadas. Lowy (2000, p. 16) assevera que: “é a história social e econômica que nos dá a chave para compreender essas transformações profundas que se deram na história, na ideologia ou na utopia, seja religiosa, seja política ou filosófica”. Nesse sentido, o EsP perpassa a conjuntura política, econômica, social, cultural e religiosa tanto no Brasil, como em outros países.

3.2 Ideologia no governo de Jair Bolsonaro em sintonia com o EsP

No dia da votação do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, o ex-deputado Jair Messias Bolsonaro falou no Congresso Nacional:

Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para história nessa data, pela forma como conduziu os trabalhos nessa casa. Parabéns presidente Eduardo Cunha! Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve. Contra o comunismo! Pela nossa liberdade! Contra o Fórum de São Paulo! Pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! Pelo Exército de Caxias! Pelas nossas Forças Armadas! Por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim! (Jair Bolsonaro, em 17/04/2016).

No discurso acima, com expressiva audiência nacional e repercussão internacional, é nítida a apologia feita à ditadura civil-militar que perdurou no Brasil entre 1964 e 1985. A fala explícita a sensação de glória a ser alcançada com a concretização do impeachment de Dilma Rousseff e uma evidente polarização entre grupos de direita e esquerda no Brasil. O uso da palavra “perderam” se refere à destituição não apenas da ex-presidente, mas de um grupo político eleito por meio do voto popular tanto em 1964 quanto em 2016. E a justificativa para o golpe político foi o mesmo discurso anticomunista e anticorrupção⁵⁰.

O “perigo vermelho”⁵¹, ao qual as forças reacionárias se referiam, estava com a máquina pública desde 2003. Dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2011) e quase dois de Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016), que não chegou ao final em

50 Esse discurso é recorrente na história brasileira (MENDES; NASCIMENTO, 2010). Jessé de Souza (2017, p. 13) alerta para essa problemática ao afirmar que “combater a corrupção de verdade, seria combater a rapina”, isto é, os oligopólios, o grande capital. “Esse é o poder real, que rapina trilhões e ninguém percebe a trama, porque foi criado o espantalho perfeito com a ideia de Estado como único corrupto”. Por isso, o discurso da privatização que entrega a “preço de banana” as estatais brasileiras aos grandes investidores estrangeiros. “É necessário, para quem domina e quer continuar dominando, se apropriar da produção de ideias para interpretar e justificar tudo o que acontece no mundo de acordo com seus interesses” (idem, p. 18).

51 A expressão se refere à ideia disseminada pelos grupos de centro-direita de que havia um alinhamento do Partido dos Trabalhadores com o ideal comunista.

razão de uma armação fisiologista milionária evidenciada pelo depoimento do doleiro Lúcio Funaro (operador de propinas da Lava Jato para o PMDB), em acordo de delação premiada, que culminou com a prisão de Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados. Esses fatos vieram à tona e colocaram em xeque a legitimidade do “conflituoso e controverso processo jurídico-político de 2016, ocorrido em nível de presidência da República” (RECK; BITTENCOURT, 2016, p, 192).

Singer *et al.* (2016) afirmam que houve um golpe arquitetado pelos poderes legislativo e judiciário, com apoio da mídia corporativa, visando interesses econômicos e políticos e o completo desmonte do Estado. O próprio Michel Temer, em rede nacional⁵², declarou que houve golpe, apesar de ter sido, segundo ele, sem sua participação. Sobre essa negação, Singer *et al (idem)* destaca que “nenhum golpista admite que se denomine sua ação em português claro: golpe de Estado”.

A propósito, a história do Brasil é marcada por golpes, a exemplo da Noite da Agonia em 1823; do Golpe da Maioridade (1840) de Dom Pedro II, que fez com que subisse ao trono quando tinha apenas 13 anos de idade; da Proclamação da República, em que o povo assistiu a tudo “bestializado”; da Revolução ou Golpe de 30; Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas; e do Golpe Civil-Militar (1964-1985), entre tantos outros. Em um estudo conceitual e histórico a respeito do tema, Napolitano (2019, p. 411) não hesita “em dizer que o que ocorreu em 2016 foi um Golpe de Estado político”. Profissionais de várias áreas do conhecimento (tanto fora quanto dentro do país) que se debruçaram sobre os estudos dos acontecimentos políticos em nosso território concordam com Napolitano, como Demier (2018), Lowy (2016) e Singer (2016). No documentário “Democracia em Vertigem” (com indicação ao Oscar 2020), a cineasta Petra Costa trouxe uma série de entrevistas que argumentam em prol da tese de que houve de fato golpe de Estado em 2016 no Brasil. Para Miguel (2016, p. 32), o golpe consiste numa “fratura irremediável no experimento democrático iniciado no Brasil em 1985”.

Na votação do impeachment de Rousseff, a bancada evangélica, em comparação com a bancada não evangélica, “votou mais fortemente apoiada em justificativas que se mostraram afinadas menos com valores democráticos e mais com o universo da tradição”. (PRANDI; CARNEIRO, 2018, p. 19). Além disso, Prandi e Carneiro (*idem*) reiteraram que as barganhas e benefícios “obtidos em troca do voto podem até ter nome próprio, mas sua

⁵² Programa Roda Viva apresentado em 16 de setembro de 2019.

justificativa pública, sua legitimidade, tem de ser obtida em nome do pai: Deus, a igreja, a família, o país, seu lugar e aqueles que o habitam”.

Alguns veículos de comunicação⁵³ nacionais e internacionais questionaram o impeachment da governante no mais alto cargo executivo do Brasil em 2016. Há afirmações contundentes sobre a existência de conluíus com o próprio STF, principalmente porque em um áudio publicado em várias mídias consta um diálogo entre Romero Jucá, à época Ministro do Planejamento, mencionando um “acordo nacional com o STF com tudo”. Há ainda os que defendem a tese do *lawfare*⁵⁴, de que a mais alta corte do país teria usado da legalidade para cumprir interesses políticos, atuando como justiça partidária ou ativismo judiciário (TASSINARI, 2018; CITTADINO, 2001). Souza (2017, p. 107), por sua vez, defende a existência de uma elite do dinheiro que “compra o Parlamento, sentenças de juízes, a imprensa e o que mais for necessário” para manter seus privilégios de classe.

A respeito de judiciário partidário, o site MP Pró-Sociedade, “de perfil conservador e sem vínculo partidário” (embora com discursos contra a esquerda) defendia implacavelmente não só a nomeação do ex-Ministro Sérgio Moro ao STF, como também a Lava Jato⁵⁵ e seus percalços jurídicos. Sobre a educação, o MP⁵⁶ (2018, p. 1) destaca: “Concordamos que se deve buscar um Ensino de qualidade, voltado para a capacitação e desenvolvimento das habilidades individuais e não para a formação de militantes de qualquer visão política. E que Educação é uma prerrogativa da família”. Na mesma linha de raciocínio, a Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE)⁵⁷ salvaguardava a família

53 Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/uma-injusti%C3%A7a-hist%C3%B3rica-o-impeachment-de-dilma-rousseff-na-imprensa-alem%C3%A3/a-19517970>; <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39917564>.

54 Ver Tomishima (2017), Ortolan (2019), e Andrade (2020). Entre as principais características desse fenômeno, segundo Andrade (2020, p. 208-209) estão: “(a) iniciativas de leis para reduzir as garantias na persecução penal; (b) iniciativa de leis com tipos penais excessivamente abertos; (c) judicialização de questões antes reservadas ao ambiente político; (d) reinterpretação criativa de leis existentes, reduzindo direitos fundamentais; (e) instauração de perseguições penais para alcançar objetivos políticos; (f) divulgação de investigações criminais e de fatos do processo penal pela mídia com o fim de obter o clamor público contra o inimigo; g) prejuízo à imparcialidade do julgador”.

55 “A Lava Jato funciona como uma espécie de partido da alta classe média. Aliou-se, em consonância com a posição da massa da classe média abastada, ao imperialismo e à fração da burguesia brasileira a ele integrada para obter o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Está contribuindo, enormemente, para a restauração do neoliberalismo puro e duro” (BOITO JÚNIOR, 2017, p. 3). “Há indícios de que a operação Lava-Jato nutriu-se de informações fornecidas por órgãos de espionagem estadunidenses e, como todos sabem, o conjunto da grande mídia foi, praticamente, parte integrante dessa operação: cuidou do convencimento público que legitimou os atropelos dos direitos dos investigados e apoiou o caráter seletivo da investigação. Ou seja, o imperialismo e a burguesia estimularam a operação e viram nela uma empreitada que servia aos seus interesses” (idem, p. 4).

56 Disponível em: <https://www.jota.info/wp-content/uploads/2018/12/db013392cb314ee0366632dd555ee0b8.pdf?x48657>. Acesso em: 7 set. 2020.

57 Para melhor compreensão da ANAJURE ver o site: <https://anajure.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 31 jan. 2020.

tradicional, heterossexual e monogâmica, com peremptória defesa do governo Bolsonaro.

Forças conservadoras e até reacionárias sempre tiveram espaço no Brasil. Todavia, não estavam em tanta evidência como nos últimos anos ou, pelo menos, não apareciam com força no cenário político e social. Desde as manifestações de 2013, nota-se a disputa muito polarizada entre setores da esquerda e forças conservadoras por projetos de sociedade. Nas eleições de 2018, o Brasil teve dois candidatos a presidente que são evangélicos: Cabo Daciolo (PODEMOS-SC) e Marina Silva (Rede Sustentabilidade), que defendiam as pautas dos costumes. Porém, o escolhido foi Bolsonaro que representa mais fortemente a ultradireita e o reacionarismo.

Jair Messias Bolsonaro (ex-PSL-RJ e hoje sem partido) é capitão reformado do Exército, teve sete mandatos como deputado federal por diferentes partidos e estava filiado ao Partido Social Liberal (PSL). Ele é o primeiro presidente da República que troca de partido ainda no exercício do mandato. Três de seus filhos atuam na política: Eduardo Bolsonaro⁵⁸ é deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro e filiado ao PSL; Carlos Bolsonaro é vereador pelo PSC/RJ; e Flávio Nantes Bolsonaro (Republicanos/RJ) é senador. Algumas das características dos discursos dos quatro políticos são o discurso de ódio às minorias, a crítica aos Direitos Humanos, a apologia à ditadura militar (que em suas perspectivas foi regime militar) e a defesa do armamento e da pena de morte.

Na campanha de 2018, houve um apelo pelo combate à doutrinação que supostamente ocorria nas escolas de educação básica e superior. Por outro lado, o então candidato Bolsonaro e seus apoiadores passaram a usar incessantemente o mote “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. O slogan é divulgado como se fosse isento de carga ideológica. No entanto, como pensar um partido político sem ideologia? De fato, essa possibilidade não existe, fica apenas no plano do discurso político, na medida em que,

⁵⁸ Foi líder do partido PSL. O PSL ficou rachado, envolto em disputas de poder e cargos, visando às eleições de 2020. O partido é composto por 53 deputados e 4 senadores pelo PSL. Bolsonaro não conseguiu emplacar o filho Eduardo como embaixador e quis conduzi-lo à presidência do partido pelo qual se elegeu. No entanto, quem ocupava o cargo era o Delegado Waldir. O partido ficou dividido e, em meio a confusão e vazamento de áudios, o delegado Waldir afirmou: “Eu vou implodir o presidente. Aí eu mostro a gravação dele. Não tem conversa. Eu implodo ele. Eu sou o cara mais fiel. Acabou, cara. Eu sou o cara mais fiel a esse vagabundo. Eu votei nessa p*, eu andei no sol em 246 cidades para defender o nome desse vagabundo”. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/lider-do-psl-diz-que-bolsonaro-e-vagabundo-e-que-vai-implodir-presidente/>. Acesso em: 22 out. 2019. No meio da confusão no PSL, a deputada Joice Hasselmann também perdeu assento na liderança do governo. Eduardo publicou em rede social (instagram) uma foto de Hasselmann como pano de fundo de uma cédula de R\$3,00 reais e incentivou internautas a deixarem de seguir a deputada com o slogan: #DeixeDeSeguirAPepa. Por sua vez, a deputada Joice publicou fazendo a Eduardo: “menininho nem-nem: nem embaixador, nem líder, nem respeitado”. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/confesso-que-errei-diz-joice-hasselmann-sobre-discussao-com-eduardo/>. Acesso em: 22 out. 2019.

negando a ideologia, surge a ideologia da negação, ou seja, outra ideologia, a de manutenção do *status quo*, a da neutralidade, a ideologia da classe dominante é substituída pela ideologia da crise de valores éticos, familiares, cristãos, dos conservadores, do patriotismo, entre outros chavões usados. Por sinal, a bandeira brasileira e as cores verde e amarelo que predominam nela viraram símbolos do bolsonarismo.

Desde a campanha para presidência da República do Brasil, a palavra ideologia ou ideológico vem ganhando centralidade nos debates, palanques, igrejas, programas televisivos, coletivas de imprensa e mídias sociais, especialmente, no Facebook e Twitter. Como a campanha de Bolsonaro utilizou demasiadamente as mídias digitais, pode-se dizer que houve um confronto ideológico na internet em que um batalhão de direitistas fazia apologia ao candidato Bolsonaro em detrimento do candidato do PT. Dessa briga nas redes sociais, surgiram muitos memes e *fake news*.

O resultado das urnas referente às eleições de 2018 compôs bancada evangélica no Congresso, uma das mais conservadoras da história do legislativo brasileiro desde 1964, de acordo com matéria veiculada pelo site Congresso em Foco do UOL⁵⁹. O PSL elegeu 132 deputados federais, a segunda maior composição no Congresso Nacional, com os candidatos defendendo a pauta dos costumes, valores tradicionais, família cristã e cidadãos de bem. Já o Partido dos Trabalhadores (PT), mesmo com toda a ofensiva da direita orquestrada midiaticamente contra o Partido, conseguiu ser a primeira, com 142 deputados no parlamento.

Retomando especificamente o termo ideologia e seus derivados, vejamos um trecho do discurso de posse de Jair Bolsonaro proferido em 1º de janeiro de 2019:

Não podemos deixar que **ideologias** nefastas venham a dividir os brasileiros. **Ideologias** que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerces da nossa sociedade. [...] Temos o grande desafio de enfrentar [...] a **ideologização** de nossas crianças. Também é urgente acabar com a **ideologia** que defende bandidos e criminaliza policiais, que levou o Brasil a viver o aumento dos índices de violência e do poder do crime organizado [...]. Vamos retirar o viés **ideológico** de nossas relações internacionais.

Visitamos também um de nossos grandes parceiros no Cone Sul, a Argentina. Com o Presidente Mauricio Macri e nossos sócios do Uruguai e do Paraguai, afastamos do Mercosul a **ideologia** e conquistamos importantes vitórias comerciais...

Durante as últimas décadas, nos deixamos seduzir, sem perceber, por **sistemas ideológicos** de pensamento que não buscavam a verdade, mas o poder absoluto.

A **ideologia** se instalou no terreno da cultura, da educação e da mídia, dominando meios de comunicação, universidades e escolas.

A **ideologia** invadiu nossos lares para investir contra a célula *mater* de qualquer sociedade saudável, a família.

⁵⁹ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/renovada-bancada-evangelica-chega-com-mais-forca-no-proximo-congresso/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

Também no pronunciamento de abertura na 74ª sessão da ONU, Bolsonaro citou pelo menos seis vezes o termo ideologia ou suas variantes.

[...] Durante as últimas décadas, nos deixamos seduzir, sem perceber, por sistemas **ideológicos** de pensamento que não buscavam a verdade, mas o poder absoluto.

A **ideologia** se instalou no terreno da cultura, da educação e da mídia, dominando meios de comunicação, universidades e escolas.

A **ideologia** invadiu nossos lares para investir contra a *célula mater* de qualquer sociedade saudável, a família.

Tentam ainda destruir a inocência de nossas crianças, pervertendo até mesmo sua identidade mais básica e elementar, a biológica.

O politicamente correto passou a dominar o debate público para expulsar a racionalidade e substituí-la pela manipulação, pela repetição de clichês e pelas palavras de ordem.

A **ideologia** invadiu a própria alma humana para dela expulsar Deus e a dignidade com que Ele nos revestiu.

E, com esses métodos, essa **ideologia** sempre deixou um rastro de morte, ignorância e miséria por onde passou.

[...] A ONU pode ajudar a derrotar o ambiente materialista e **ideológico** que compromete alguns princípios básicos da dignidade humana...

(Discurso de Jair Bolsonaro na ONU, em 24 de setembro de 2019, grifos nossos).

Na verdade, nota-se em quase todos os discursos políticos do governo Bolsonaro e demais partidos conservadores que o apoiam o uso dessas expressões. São tão recorrentes que se tornaram um chavão ou mesmo um cartão de apresentação. Na ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985), esse estratagema foi utilizado da mesma forma pelos que conduziam o regime político autoritário. Naquela época, o grande mal a ser combatido pelos militares era o comunismo, que estaria se alastrando pelo país, ou o totalitarismo de esquerda, como apregoavam os detentores do poder (MAGALHÃES, 1997; MARTINS, 1999).

O discurso anti-ideologia, além de recorrente, é ácido e serviu de plataforma política eleitoral. Para ilustrar, vejamos o plano de governo⁶⁰ nos tópicos que tratam da saúde e educação:

a) [...] Melhorar a saúde e dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica, **sem doutrinar**;

b) Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências, português, **SEM DOCTRINAÇÃO PRECOCE**. Além disso, a prioridade precisa ser a educação básica e o ensino médio/técnico;

c) Além de mudar o método de gestão, na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização, **expurgando a ideologia de Paulo Freire**, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), impedindo a

⁶⁰ Disponível em: <https://abrilveja.files.wordpress.com/2018/10/plano-de-governo-jair-bolsonaro.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

aprovação automática e a própria questão de disciplina dentro das escolas. Hoje, não raro, professores são agredidos, física ou moralmente, por alunos ou pai dentro das escolas. Um dos maiores males atuais é a forte **doutrinação**. (PROPOSTA DE PLANO DE GOVERNO, 2018, Grifo nosso).

No Plano de Governo de Bolsonaro (2018) os termos “ideologia” e “ideológicas” são colocados como perversões e doutrinação ideológica de esquerda. Para ele, deve ser abandonada qualquer questão ideológica e a educação aparelhada ideologicamente, pois “ideologia”, na perspectiva apresentada por Bolsonaro, tem sempre conotação pejorativa, como se fosse um mal a ser combatido e extirpado do Brasil.

Os políticos da direita e extrema-direita têm usado o termo tomando-o com um sentido negativo e não como uma questão presente em todos os âmbitos sociais, sejam eles igreja, família, partidos políticos, círculos juvenis, associações e agremiações diversas, entre tantos outros segmentos coletivos. A retórica discursiva de negação das ideologias ou da distorção de seu complexo conceito estaria apagando a sua existência no plano de governo que defende, em suas práticas e discursos políticos, discursos religiosos ou econômicos com os quais concordam (e que promovem). Em outras palavras, portam-se como se em matéria de política existisse neutralidade, com o propósito de fazer acreditar que agem de modo neutro, completamente isento, objetivando apenas buscar acabar com a corrupção e traçar o melhor projeto político para o Brasil.

Entretanto, o que de fato se pretende extirpar é a ideologia socialista que, na visão dos grupos de direita, imperava no Brasil nos governos do PT (2002-2015) e/ou de outros partidos de esquerda.

Ainda na perspectiva bolsonarista, o vocábulo ideologia é convenientemente colocado como sinônimo de socialismo, de comunismo, de marxismo cultural ou, simplesmente, de ideologia de esquerda, como se apenas os partidos de esquerda tivessem ideologia. Parece mais um “macartismo *a la brasileira*” – um movimento para tentar combater quaisquer ações antiamericanas nos Estados Unidos entre os anos 1950 a 1957. O senador Joseph Raymond McCarthy foi um dos expoentes do movimento, disseminando ações de perseguição a qualquer manifestação considerada comunista. Desse modo, não raro, anticomunismo e macartismo são colocados como sinônimos.

Desde o início do governo, os ministros da educação atacam continuamente as políticas educacionais e os trabalhadores da educação. É como se o MEC estivesse à deriva (está, mas é projeto) e seus gestores se preocupassem apenas em “perseguir”, como no caso

em que o antigo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, pediu aos diretores escolares, por meio de carta, que gravassem estudantes cantando o hino nacional e enviassem os vídeos ao MEC, e que fosse realizada uma revisão sobre o Golpe de 1964 e a Ditadura Militar nos livros de História, bem como revisão de questões do ENEM para filtrar as chamadas ideologias esquerdistas. O exame, por sinal, diferentemente de anos anteriores, não teve nenhuma questão sobre ditadura militar no Brasil, nem sobre feminismo ou população LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexo, pansexuais e outros grupos e variações de sexualidade e gênero).

Sobre essa questão, é necessário atentar ao fato de que pelo menos 35 servidores do INEP pediram exoneração de seus cargos faltando apenas duas semanas para o ENEM em novembro de 2021. O pedido coletivo está relacionado a censuras sofridas pelos servidores no exercício da função, fragilidades técnicas e de gestão do órgão. A lógica da censura, do aparelhamento do Estado e do desmonte da educação é visível ainda pelo pedido de exoneração coletivo de servidores da CAPES.

Ainda em relação à doutrinação, em entrevista ao Programa Sete Minutos com a Verdade, da TV Jornal Cidade Online⁶¹, o sucessor de Ricardo Vélez Rodríguez (01/01/2019 a 08/04/2019), o também ex-ministro da Educação Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub (08/04/2019 a 19/06/2020), declarou:

Como você se livra dessa doutrinação? Eu acho que diminuindo o poder absoluto, hegemônico que hoje tem nessas madrassas de doutrinação que são as universidades federais. Foi criado (*sic*) uma falácia que as universidades precisam ter autonomia. Justo... autonomia de pesquisa, autonomia de ensino. Só que essa autonomia acabou se transfigurando em soberania. Então... o que você tem? "Você tem plantações extensivas (*sic*) de maconha, mas não são três pés de maconha, são plantações extensivas de maconha de algumas universidades, a ponto de ter borrifador de agrotóxico. Porque orgânico é bom contra a soja para não ter agroindústria no Brasil, mas na maconha deles eles querem toda tecnologia à disposição"... ou coisas piores. Você pega laboratórios de química, uma faculdade de química não era um centro de doutrinação... Desenvolvendo laboratório de droga sintética, de metanfetamina, e a polícia não pode entrar nos campi. O desafio é esse. Foi criada uma estrutura muito bem pensada durante muito tempo e a verdade é que a gente aterrissou há um ano, nem um ano ainda e tamo (*sic*) começando a descobrir um monte de detalhes. Cada enxadada, uma minhoca. (WEINTRAUB, 2019)

No discurso acima, nota-se o ataque direto às universidades públicas brasileiras e aos seus princípios mais caros: a autonomia e a liberdade de cátedra. A declaração de Weintraub gerou revolta nos ambientes acadêmicos, especialmente de reitores e docentes. Na

61 Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/17453/plantacoes-de-pes-de-maconha-nas-universidades-weintraub-tem-razao-veja-o-video>. Acesso em: 29 fev. 2020.

ocasião, a UnB e o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) se pronunciaram com uma moção de repúdio. Segundo o ANDES-SN,

Os ataques às universidades, institutos federais e CEFET vêm se intensificando no último período a partir da aplicação do projeto político-ideológico desenvolvido pelo governo de extrema direita que chegou ao Planalto Central. O chefe de Estado, o presidente Jair Bolsonaro, e o seu ministro da educação Abraham Weintraub, ambos defensores dos projetos denominados “escola sem partido”, têm se empenhado para que o único partido e o único projeto de educação presentes sejam os de seu domínio ideológico que esbanja conservadorismo e falta de conhecimento sobre processos educativos, propagando ódio e terror sobre o patrimônio da sociedade que é a educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada. (ANDES, 2019, s/p).

Enfatizamos que as universidades estão sendo atacadas unilateralmente por ministros da educação que defendem o Escola sem Partido em seus discursos e práticas alinhadas à direita, ao conservadorismo e ao liberalismo, mostrando total desconhecimento da função das universidades e escolas públicas. Em vista disso, o Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco (APUBH) ajuizou Ação Civil Pública em face do Ministro da Educação Weintraub e da União na Justiça de Minas Gerais. Na sentença, o Juiz Federal João Batista Ribeiro explicou:

No caso concreto, ao analisar o conteúdo das postagens e reportagens adjetivando os membros docentes e servidores da IES como “doutrinadores”, “zebras-gordas”, “preguiçosos”, desperdícios de verbas públicas, “balbúrdia”, “predadores ideológicos disfarçados de professores”, “intelectualóides”, “torres de marfim”, “regalias”, “madrças de doutrinação”, não me parece que o requerido tenha, de fato, a menor noção da relevantíssima função social da crítica - a qual diz praticar - como forma de inclusão, reflexão e de crítica/denúncia social. Nessas condições, está claro que não se tratou de simples crítica objetiva, como sustenta o réu. Houve clara intenção de ofender a honra da autora, ultrapassando o demandado da livre manifestação do pensamento (MINAS GERAIS, 2021)

Conforme descrito na sentença, o juiz explicou que liberdade de expressão não é ofender a honra das pessoas e das universidades como fez Weintraub, visto que ultrapassa o direito de liberdade de expressão e manifestação do pensamento, configurando-se como um abuso do direito constitucional⁶².

De outra parte, acerca da limitação da liberdade de expressão em casos de discurso de ódio consistente na utilização da liberdade de expressão para inferiorizar ou humilhar determinado grupo de pessoas, o próprio ordenamento penal e civil, em

62 A esse respeito, citamos o caso do deputado Daniel de Oliveira (PSL/RJ) que, imbuído do direito de liberdade de expressão, em todo o seu mandato teceu discursos de ódio, quebrou em público uma placa em homenagem a Mariele Franco e, em fevereiro de 2021, proferiu ofensas e críticas contundentes ao STF, o que o levou à prisão. Discursos de ódio cada vez mais têm sido justificados como direito à liberdade de expressão.

âmbito individual, coíbe, por exemplo, condutas que impliquem em ofensas, ameaças, difamações, tendo em conta que a proteção à liberdade de expressão não é absoluta. (MINAS GERAIS, 2021)

Em face do exposto, o juiz condenou a parte deprecada a pagar indenização de 40 mil reais por danos morais coletivos contra docentes de universidades federais. Segundo Leher (2017, p. 23), “o ataque contra o posicionamento político na educação é realmente dirigido contra o caráter emancipador, laico, secular, crítico e reflexivo da educação”.

Assim como as universidades, as demais escolas, os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a arte e a cultura também sofreram ataques fundamentalistas e foram alvos dos bolsonaristas, defensores do EsP e ultraconservadores de toda espécie. Como exemplo, citamos a exposição “*Queer* Museu-cartografias da diferença na arte brasileira”, cancelada após críticas e manifestações de grupos religiosos e do Movimento Brasil Livre (MBL). Uma das alegações era a de que a exposição disseminava conteúdos de apologia à pedofilia e à zoofilia e houve convocações aos clientes para que fechassem suas contas com a finalidade de boicotar a empresa financiadora. O fato virou uma polêmica nacional, permanecendo algum tempo na mídia e aquecendo o debate eleitoral. Mas, o que a arte fala? Quais elementos nela há para que seja censurada?

Historicamente, a arte sofre censura por parte de quem ocupa cargos de poder. Um exemplo disso é “O Juízo Final”, de Michelangelo, que passou pelo crivo da Igreja Católica, e “A Origem do Mundo”, de Gustave Courbet, obra censurada pelo júri do Salão de Paris. Uma das características da arte é a provocação, a problematização, a reflexão. A expressão artística gera inquietações, “mexe” com as emoções, com a razão e com os sentimentos.

Críticas e censuras às produções artísticas aconteceram em todos os tempos históricos. No Nazismo de Adolf Hitler (1939-1945) e na Ditadura Militar brasileira (1964-1985), havia órgãos de controle e fiscalização dos artistas, da produção e da disseminação da arte. Na Alemanha, Hitler usava as artes para disseminar sua ideologia ariana e tudo o que não se encaixava em seus ideais era tido como “arte degenerada”, logo, proibida. No Brasil, muitos artistas tiveram seus direitos suprimidos, outros foram exilados e as obras passaram pelo crivo dos militares. A censura ao trabalho artístico se deu também com cortes de recursos públicos, cancelamento de espetáculos, ameaça de fechamento da Agência Nacional de Cinema (ANCINE), rescisão de contratos sem justa causa, como ocorreu com a “Peça Gritos” (que abordava a questão LGBTQIA+) na programação da Caixa Cultural e algumas peças sobre sexualidade patrocinadas pelo Banco do Brasil.

Seguindo a pauta conservadora, dos costumes e das questões ideológicas, encobertas pelo manto da neutralidade, o romance “Vingadores, a cruzada das crianças”, no qual ocorre um beijo entre dois personagens do mesmo sexo, foi censurado por Marcelo Crivella, ex-prefeito do Rio de Janeiro, que mandou retirar todos os exemplares do evento. A organização do evento se negou a retirar o livro, alegando que o público tem o direito de ter acesso a todo tipo de obras. O episódio polêmico aguçou a curiosidade das pessoas e os livros foram esgotados em pouco tempo. Crivella, com discurso falso moralista, foi preso por corrupção em 2020.

Recorremos a Lowy (2000) para caracterizar o conservadorismo e entender melhor o significado das ações de censura citadas acima. Analisando a sociedade europeia do século XIX, Lowy (2000, p. 62) pontua que “[...] o conservador é o que defende a sociedade existente, o *status quo*, os poderes de fato, a monarquia, a Igreja ou mesmo o compromisso entre a Monarquia e o capitalismo que existiu na época. O problema dele é [...] defender com unhas e dentes a ordem estabelecida”. Igualmente, o elitismo e conservadorismo compõem a história política brasileira.

Analisando os movimentos neoconservadores, Casara (2018, p. 76) detalha que estas são articulações “fundamentais ao projeto neoliberal porque se torna necessário “compensar” os efeitos perversos [...] do neoliberalismo através de uma retórica excludente e aporofóbica, bem como de práticas autoritárias de controle da população indesejada”, isto é, constituem-se como mecanismos de limpeza social.

As bancadas conservadoras atuam em várias pautas, como a do agronegócio, da educação, do meio ambiente, da segurança, dentre outras. A evangélica compõe o terceiro maior grupo do Congresso. Em 2003, foi formada a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no Congresso Nacional que conta com 198 deputados em defesa de pautas conservadoras, conforme imagem abaixo:

Figura 3 – Frente Parlamentar Evangélica

A FPE destaca os temas prioritários que serão discutidos em 2020 | São eles:

- A liberdade de culto e de expressão, da vida e da garantia de preservação da dignidade.
- Contra o aborto, a homofobia, o racismo, o bullying e outros preconceitos.
- Contra a politização e ensino sexual nas escolas.

A bancada também está preocupada em tratar de temas ligados ao desenvolvimento do país, como a economia e a educação e os interesses do povo brasileiro.

#TemasDefendidos

#FPE2020

#Nossasbandeira



Fonte: Facebook Frente Parlamentar Evangélica, 7 de fevereiro de 2020.

Observemos que o princípio da laicidade é desconsiderado por uma grande parcela de deputados no Congresso. Não só púlpito e palanque ocupam os mesmos espaços em muitas ocasiões, mas também cultos e missas são celebrados com frequência, em pleno horário de trabalho, com a participação de servidores públicos e assessores. Sobre esse tema, Duarte (2012), em pesquisa etnográfica que aborda a FPE, observou que a bancada evangélica costuma fazer cultos no Congresso Nacional todas as quartas-feiras, dia em que há maior movimentação no local. A autora (2012, p, 54) explica que “o legislativo brasileiro abarcava não apenas a instauração de uma bancada religiosa, mas também a transformação do espaço de feitura de leis num espaço de invocação do religioso e de sacralização da política”. Ela afirma:

Assim, o posicionamento comunicativo e a ação política contra o aborto permitem que estes políticos se unam a demais atores políticos (católicos e espíritas), barganhem votos, façam acordos, obtenham apoio em votações, exercitem a política tal como ela é praticada em sintonia com os anseios morais da Igreja. Dessa forma,

se há um projeto político de cunho religioso que é verbalizado a partir do plano do sagrado, no feito político, os evangélicos devem privilegiar uma ação em consonância com o modo de fazer política brasileira. Logo, tempo da igreja e “tempo da política” se fazem presentes no modo evangélico de fazer política porque é a partir da imbricação entre invocação religiosa e ação política que este grupo pode fazer Frente na Casa legislativa de forma a produzir efeitos na política e transformar a sociedade brasileira (DUARTE, 2012, p. 70).

Em consonância com o lema de campanha “Brasil acima de todos, Deus acima de tudo”, Bolsonaro (2019) chegou a participar de um dos cultos justamente em dia de votação na Câmara dos Deputados e, sob os aplausos dos presentes, declarou:

Quantos tentam nos deixar de lado dizendo que o Estado é laico? O Estado é laico, mas nós somos cristãos. Ou para plagiar a minha querida Damares: nós somos terrivelmente cristãos. E esse espírito deve estar presente em todos os poderes. Por isso, o meu compromisso: poderei indicar dois ministros para o Supremo Tribunal Federal. Um deles será terrivelmente evangélico.

A expressão “terrivelmente cristã” foi cunhada por Damares Regina Alves, ministra da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos, figura emblemática do governo Bolsonaro que tem colecionado várias polêmicas⁶³ e que, segundo o Instituto Datafolha (2019), foi considerada uma das ministras mais bem quistas do Planalto e hoje é cotada para a vice-presidência da República na chapa de seu aliado Bolsonaro.

Um de seus assessores, o jornalista Wellington Macedo, foi processado 59 vezes por diretoras do município de Sobral, na região Norte do estado do Ceará, por ter produzido o vídeo “A educação do mal” sobre a educação sobralense⁶⁴. Suas declarações não foram comprovadas e o Ministério Público ainda não encontrou indícios do material divulgado. Ultimamente, Macedo, que fez campanha intensa nas redes sociais a favor de Bolsonaro, nada mais postou contra a educação sobralense em seu blog, redes sociais ou afins. Macedo foi preso em Brasília pela Polícia Federal por propagar vídeos contra a ordem pública, atentar

63 Por exemplo, frases para externar sua intimidade com os assuntos sacros, como a história “Jesus na goiabeira”, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mAgeb3M3H_c; temas relacionados a gênero e sexualidade também são frequentes em suas falas. Em nome da defesa da família, discorreu sobre a suposta masturbação em bebês: “Inclusive na Holanda, os especialistas ensinam que o menino deve ser masturbado com sete meses de idade para que, ao chegar na fase adulta, possa ser um homem saudável sexualmente, e a menina deve ter a vagina manipulada desde cedo para que ela tenha prazer na fase adulta”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HQzhDaZG0-w>. Em seu primeiro discurso como Ministra dos Direitos Humanos, proclamou que “...é uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa”. Ademais, atenta contra o Estado Laico ao afirmar que “é o momento da Igreja governar a Nação, agora é a hora da igreja governar”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zBfdKZeC19Q>. Suas falas acabam gerando a criação de muitos memes e, inclusive, marchinhas de carnaval, como: “Quem deu, deu, quem não deu, não Damares” em alusão à campanha de abstinência sexual no Carnaval de 2020.

64 Disponível em: <https://tribunadoceara.com.br/noticias/eleicoes-2018/governador-do-ce-aciona-justica-contra-videos-que-denunciam-fraude-na-gestao-da-educacao-em-sobral/>. Acesso em: 29 out. 2019.

contra o Estado Democrático de Direito, incitar ameaças ao STF e convocar atos antidemocráticos no dia 7 de setembro de 2021.

Um dos imbrólios na pasta da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos ocorreu em 26 de agosto de 2019, quando Caroline Dias dos Reis, integrante do CNDH (ligado ao Ministério chefiado por Damares), emitiu uma recomendação no Diário Oficial da União (DOU)⁶⁵, destinada ao Senado Federal, na qual solicita a rejeição da proposta da Reforma da Previdência aprovada na Câmara dos Deputados. A conselheira explicita o retrocesso que a aprovação da Reforma poderia causar na vida de tantos brasileiros que dependem da Seguridade Social para sobreviver: “Que rejeitem a proposta aprovada na Câmara dos Deputados, pois entendemos que qualquer mudança na atual legislação previdenciária deve ser para ampliar direitos e não para promover retrocessos sociais” (REIS, 2019).

Após a publicação no DOU, Reis foi exonerada por Alves. Por meio do Twitter, a ministra procurou se isentar publicando: “Não, jornalista. Este Conselho não é ligado a mim. Atua de forma independente. Aliás, recomendo que ignorem as manifestações ideológicas deste colegiado, que está longe de se preocupar com direitos humanos”. Mais uma vez, “as questões ideológicas” se sobrepõem aos reais direitos sociais. Damares é a expressão da religião na gestão pública ou, como se diz no meio bolsonarista, pastora fundamentalista e “terrivelmente evangélica”.

Para além da suposta doutrinação propagandeada, o EsP é produto da onda neoliberal que olha a educação não como direito social, mas como mercadoria altamente rentável. A seguir, veremos as determinações dos órgãos multilaterais na educação pública, as investidas do empresariado e como se articulam perfeitamente como as ideologias do EsP.

3.3 Movimento Global de Reforma da Educação em consonância com a agenda reacionária do EsP

Saviani (2000) afirma que, por meio das lentes históricas da educação, é possível vislumbrar determinado tipo de homem que a sociedade deseja formar. Ponce (1985) corrobora essa ideia no clássico trabalho “Educação e luta de classes”. Quando pensamos em política educacional em nível macro ou micro, em projeto de educação, Projeto Político

65 Diário Oficial da União, de 26/08/2019 | Edição: 164 | Seção: 1 | Página: 65.

Pedagógico (PPP) ou em qualquer ação realizada na escola, é preciso ter em vista as concepções de educação, objetivos e “que tipo de homem pretendemos nós atingir com a educação” (SAVIANI, 2000, p. 47). Portanto, não há neutralidade nesse campo.

O tipo de homem que se almeja formar em cada sociedade está diretamente relacionado ao modo de produção e às estruturas sociais construídas em cada tempo histórico. (PONCE, 1985). Essa formação é produto das necessidades econômicas e morais de cada época e está relacionada diretamente à prevalência de três instituições fundantes: a Igreja, o Estado e a Família. A esse respeito, Libâneo (2016, p. 40) ressalta que os problemas referentes aos “objetivos e formas de funcionamento da escola são reincidentes na história da educação, no mínimo, devido ao fato de as práticas educativas em uma sociedade estarem vinculadas a interesses de grupos e às relações de poder em âmbitos internacional e nacional”.

Na mesma direção, Souza e Rozemberg (2013, p. 440) destacam que “Com efeito, [...] é preciso também levar em consideração a influência das políticas internacionais na concepção e na formulação das políticas educacionais brasileiras”. Corroborando os autores, Libâneo (2016) avalia que as políticas implementadas nas últimas décadas mostram que Organismos Internacionais – como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) – influenciam e impactam as políticas educacionais brasileiras.

A influência e o poder das corporações globais como Banco Mundial (BM), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Fundo Monetário Internacional (FMI), Fórum Econômico Mundial (FEM) e *think tanks*, como Atlas Economic Research Foundation, sobre a educação não é um tema recente.

A pesquisa nesse campo de estudo verifica a elaboração de políticas educacionais globais com vistas à adequação a ditames econômicos neoliberais e a subsunção total do trabalho a interesses mercadológicos e a vultosos lucros. A educação, nessa concepção, não é direito, é essencialmente mercadoria, conforme anunciou a Organização Mundial do Comércio (OMC), na década de 1990. De direito, passou a produto. Outrossim, a ajuda prestada não é neutra e quaisquer intervenções, sejam de manutenção ou de reformulação da ordem social, denotam interesses de países imperialistas e desenvolvidos, dado o antagonismo do modo de produção dos Estados que representam. “Até porque, enfatizando, toda técnica secreta no seu curso a ideologia do modelo de sociedade que lhe dá forma e lhe impõe um curso” (ARAPIRACA, 1979, p. 111).

A educação sob o signo do capital significa valor de troca, moeda, mais-valia, lucro, dinheiro, negócio, capital fictício (MARX, 2013). É sob a lógica da mundialização do capital, da financeirização e dos ajustes estruturais (CHESNAIS, 1996) que a educação se torna mercadoria, bem consumível, produto vendável e altamente rentável no mercado financeiro de capitais abertos e fechados. A educação é um produto que está no mercado de ações das Bolsas de Valores e gera cifras bilionárias a investidores, a exemplo da Cogna⁶⁶, do grupo Ser Educacional⁶⁷ (Uninassau e Univeritas), Yduqs, Ânima, Laureate, Kroton (Anhanguera, Unopar e Pitágoras), Estácio, Unip, entre outras gigantes.

Movimento Global de Reforma da Educação, Reforma Empresarial, Nova Gestão Pública (NGP) ou Economização da Educação são facetas idênticas das incursões do empresariado na educação pública em cadeia mundial. (RAVITCH, 2011; FREITAS, 2018; ADRIÃO, 2018; SPRING, 2018). Todas as perspectivas incidem sobre políticas educacionais de países dos centros desenvolvidos ou da periferia capitalista com fortes rebatimentos nos currículos, avaliações, desempenho, cotidiano escolar e trabalho docente. Diferentemente do que o Escola sem Partido propaga, é necessário considerar que “não é a escola que modela a sociedade, mas as exigências sociais é que modelam o tipo de escola que será capaz de resolver seus problemas” (ARAPIRACA, 1979, p. 214).

A Teoria do Capital Humano⁶⁸ e as produções dos economistas da Escola de Chicago são bases teóricas de sustentação às reformas propostas. Investir no ser humano é determinante para aumentar a produção e superar o atraso econômico. Nessa perspectiva, o Banco Mundial concebe a educação como nova forma de acumular capital – é ativo para erradicar a pobreza e alavancar a produção. Desse modo, não se furta a destinar políticas desenvolvimentistas aos denominados países subdesenvolvidos (BASTOS; MACHADO, 2017).

Desde a crise de 1970 (desregulamentação do sistema monetário internacional e crise do petróleo) e as estratégias de recomposição do capitalismo com a reestruturação produtiva instalada nessa fase, a educação vem tomando centralidade em discursos de instituições financeiras e governos sobre o desenvolvimento econômico e a preparação de mão de obra para o mercado de trabalho. Para Saviani (2008, p. 430), a educação passou a ser

66 Disponível em: <http://www.cogna.com.br/>. Acesso em: 02 jul. 2021.

67 Uma das maiores do Brasil em termos de ensino superior. Disponível em: <https://www.sereducacional.com/>. Acesso em: 02 jul. 2021.

68 Significa todas as habilidades, competências, conhecimentos e treinamentos dos indivíduos que se tornam homens máquinas de produção de bens, riquezas e serviços. Para uma melhor compreensão acerca da teoria do capital humano, ver Schultz (1971).

[...] um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis. O acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do indivíduo, o que, entretanto, não lhe garante emprego, pelo simples fato de que, na forma atual do desenvolvimento capitalista, não há emprego para todos: a economia pode crescer convivendo com altas taxas de desemprego e com grandes contingentes populacionais excluídos do processo.

Portanto, para a engrenagem capitalista é fundamental investir na formação de recursos humanos. A educação torna as pessoas mais produtivas, embora não garanta empregabilidade devido ao desemprego estrutural e sistêmico. Para Spring (2018), “As corporações globais querem usar as escolas para moldar o homem para o mercado”. Na referida obra, o americano rastreia o movimento das corporações globais desde a década de 1940 para compreender a concepção de políticas educacionais a nível local e global. Suas conclusões são de que a Escola de Chicago, com a Teoria do Capital Humano, exerceu grande influência na forma como hoje estão sendo conduzidos os programas e políticas educacionais.

Segundo Spring (2018, p. 49) são múltiplos e retóricos os discursos sobre investimentos em educação e crescimento econômico global. Instituições de organismos multilaterais propagam a ideia de que a educação é a solução para diversas mazelas sociais como desemprego, pobreza e desigualdades de renda. Conforme o autor, a educação passou a ser vista como um valor econômico de destaque e as escolas passaram a funcionar como “apêndices do sistema econômico global”, processo denominado de Economização da Educação.

O relatório “A Nation At Risk (Uma nação em risco: o imperativo para a reforma educacional)”⁶⁹, publicado em abril de 1983, pela Comissão Nacional de Excelência em Educação, demonstra que as escolas estadunidenses estavam falhando em seus resultados: “O que era inimaginável a uma geração, está começando a acontecer — outros estão alcançando e ultrapassando nossas realizações no campo da educação” (1983, p. 50) e “Na realidade, vimos cometendo um ato impensado e unilateral de desarmamento educacional” (1983, p. 51). Em discurso de competição, estava em jogo a supremacia americana, cada vez mais ameaçada por competidores ao redor do mundo. O documento, em tom catastrófico, revela que outras nações estavam ultrapassando e até ameaçando o poder e supremacia americanos ao investir seriamente em educação. A convocatória exigia atitudes enérgicas para retomar o patamar anterior de poderio educacional, o que desencadeou uma avalanche de reformas a nível local,

69 Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002506.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

estadual e federal. A argumentação do relatório convoca para uma reforma plena do sistema educacional. Vejamos:

O conhecimento, a aprendizagem, a informação e a perícia inteligente são as novas matérias-primas do comércio internacional e estão hoje espalhando-se pelo mundo com o mesmo vigor como antes o faziam as drogas milagrosas, os fertilizantes sintéticos e os *blue jeans*. Nem que seja apenas para manter e melhorar a estreita margem competitiva que ainda temos nos mercados mundiais, precisamos dedicarnos à reforma de nosso sistema educacional, para o benefício de todos — idosos e jovens, ricos e pobres, maioria e minoria. Aprendizagem é o investimento indispensável para o êxito [*sic*] na "era da informação" em que estamos entrando. (1983, p.51-52, tradução nossa).

Corroborando a assertiva anterior, a professora Diane Ravitch (2011, p. 17) declarou: “políticos e líderes econômicos entusiasticamente se alistaram em um movimento lançado por defensores do livre-mercado, com o apoio de grandes fundações”, adotando, em 2002, o slogan “No Child Left Behind”, NCLB (Nenhuma Criança Fica para Trás) como medida para sanar a eterna crise educacional que se instalara nos EUA. Ravitch foi formuladora de políticas empresariais de educação estadunidense na década de 1990 e início dos anos 2000 nas gestões de George W. Bush e William Jefferson Bill Clinton e, com conhecimento de causa do modelo instalado, descreve o modelo gerencial de resultados nas escolas:

[...] eu defendi que certas mudanças administrativas e estruturais – ou seja, a escolha escolar, escolas autônomas, pagamento por mérito e responsabilização – iriam ajudar a reformar nossas escolas. Com tais mudanças, os professores e escolas seriam julgados por sua performance; esse era um princípio básico no mundo empresarial. **As escolas que falhassem em desempenhar-se bem seriam fechadas, assim como uma corporação fecharia uma filial que continuamente produzisse retornos insatisfatórios.** [...] Eu me convenci de que os pensadores de mentalidade empresarial estavam apontando para algo importante. As reformas que eles propunham deveriam alinhar a educação pública com práticas de organizações modernas, altamente flexíveis e de alta performance para permitir que a educação americana fizesse a transição da era industrial para a era pós-industrial. (RAVITCH, 2011, p. 23, grifos nossos).

São características da reforma educacional: “responsabilização, testes que definiam tudo, tomada de decisão baseada em dados estatísticos, escolha escolar⁷⁰, escolas autônomas, privatização, desregulamentação, pagamento por mérito, competição entre as escolas” (RAVITCH, 2011, p. 37), controle gerencial excessivo, centralização, ojeriza ao sindicalismo e eliminação dos conselhos escolares.

70 Ravitch esclarece que a escolha escolar está diretamente relacionada às questões raciais. A autora explica que a expressão era estigmatizada por volta de 1950 e 1960, quando brancos podiam escolher escolas só pra brancos.

A autora afirma que era incentivada a competição entre as escolas para que conseguissem mais recursos e mais alunos. A ordem era de que as escolas que não conseguissem alcançar as metas estabelecidas deveriam ser fechadas, assim como uma empresa que não gera lucros, enquanto as escolas que conseguissem alcançar resultados satisfatórios deveriam ser premiadas. Esse processo de escolha escolar é a expressão mais contundente do modelo capitalista de conceber e executar políticas educacionais.

Ravitch explica que estava imbuída da ideia de que o mercado traria inovação e eficiência para a educação. Se a gerência funcionava plenamente para as empresas, por que não funcionaria para as escolas? “As escolas que falhassem em desempenhar-se bem seriam fechadas, assim como uma corporação fecharia uma filial que continuamente produzisse resultados insatisfatórios” (idem, p. 23). Em uma rápida passagem pelo site do Departamento de Educação dos EUA, observamos o papel que exercem na geopolítica mundial: “Nossa missão é promover o desempenho e a preparação dos alunos para a competitividade global, promovendo a excelência educacional e garantindo acesso igualitário⁷¹”.

Posteriormente, Ravitch, em tom de autocrítica e denúncia do sistema de educação americano, assinala:

Os novos reformadores corporativos demonstram sua precária compreensão da educação construindo falsas analogias entre a educação e o mundo empresarial. Eles pensam que podem consertar a educação aplicando princípios de negócios, organização, administração, lei e marketing e pelo desenvolvimento de um bom sistema de coleta de dados que proporcione as informações necessárias para incentivar a força de trabalho – diretores, professores e estudantes – com recompensas e sanções apropriadas. Como esses reformadores, eu escrevi e falei com convicção nos anos 1990 e no começo dos 2000 sobre o que era necessário para reformar a educação pública, e muitas das minhas ideias coincidiam com as deles (RAVITCH, 2011, p. 26).

Ravitch explica que os índices educacionais da terceira à oitava série eram medidos exclusivamente pelos escores em leitura e matemática. De fato, eram as únicas matérias que importavam para a responsabilização de gestores. Essa realidade não é diferente do que hoje presenciamos no Brasil em relação às avaliações externas⁷². As crianças e adolescentes são treinados para fazer e passar nos exames, em uma espécie de adestramento. As demais matérias são negligenciadas em favor da Língua Portuguesa e Matemática. A

71 Disponível em: https://www-ed-gov.translate.goog/essa?src=ft&_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=ajax,sc,elem. Acesso em: 09 jul. 2021.

72 No Ceará temos o Sistema de Avaliação Permanente da Educação Básica do Ceará (SPAECE).

americana descreveu, ainda, como os diretores burlavam o sistema avaliativo para alavancar médias satisfatórias e a exclusão escolar de várias pessoas que não conseguiam se adequar ao modelo imposto.

Conforme Ball (2018, p. 2):

Cada vez mais, em uma escala global, a política educacional está sendo feita de novas formas, por novos atores em novos espaços, dos quais muitos são privados, em todos os sentidos dessa palavra. Com relação a isso, a governança educacional e o estado educacional estão mudando e sendo mudados de formas bem claras, e a educação está sendo retrabalhada como uma oportunidade de lucro. Serviços e políticas educacionais estão sendo mercantilizados, comprados e vendidos.

Os organismos multilaterais estão *pari passu* às corporações globais. Desde a década de 1990, o Banco Mundial (BM) orienta reformas dos sistemas educacionais como parte do movimento de reformas políticas, econômicas e sociais. Em vários documentos do BM predomina a ideia de que o investimento em educação gera crescimento econômico e ele figura como uma das principais estratégias de desenvolvimento mais rápido e sustentável para os países da periferia capitalista. É preciso formar mão de obra para o mercado e garantir a empregabilidade dos sujeitos ensinando-os conhecimentos básicos e elementares de Língua Portuguesa e Matemática. É necessária mão de obra qualificada para operar as tecnologias, gerar produtividade e movimentar a engrenagem do capital dentro do contexto de Revolução 4.0.

O documento “Aprendizagem para Todos – investir nos Conhecimentos e Competências das pessoas para promover o desenvolvimento”, do Banco Mundial (2020), demonstra relações bastante próximas com os interesses dos conglomerados. É elucidativo o papel da instituição: “investir nos conhecimentos e competências para promover o desenvolvimento” na década em curso. O Banco propala que só haverá desenvolvimento se houver resultado em educação e que tratará de apoiar e encorajar reformas educacionais nos países através de apoio técnico e financiamento. Observemos:

Isto implica uma reforma das relações de responsabilização entre os vários actores [*sic*] e participantes no sistema educacional, para que esse relacionamento seja claro, coerente com as funções, medido, monitorizado e apoiado. Significa também estabelecer um ciclo claro de retorno entre o financiamento (incluindo a ajuda internacional) e os resultados. E porque as falhas de governação e responsabilização têm geralmente os seus efeitos mais nefastos nas escolas que servem os grupos mais desfavorecidos, este sistema de gestão promove equidade educacional para além da eficiência (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 5).

A leitura do documento demonstra que o BM promete ajuda financeira e técnica a países que se comprometam a realizar a reforma educacional almejada para se adequar aos moldes solicitados pelo poder econômico. Em linhas gerais, o *modus operandi* da inovação educacional em curso é o *accountability*, currículo baseado em habilidades socioemocionais⁷³ e a primazia pelo empreendedorismo.

O objetivo preponderante da interferência e determinação dos organismos internacionais na educação é concebê-la como principal política pública para gerenciar a pobreza em favor da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996). Para isso, é cada vez mais imprescindível ensinar a ler e escrever bem para atender às necessidades do capitalismo selvagem, irreformável, incontrolável, coercitivo e destrutivo (MÉSZÁROS, 2007). Assim, não se concebe mais empregados analfabetos: é preciso ler para manusear a tecnologia, inovar e alavancar a produção por meio da chamada Educação 4.0⁷⁴ (relacionada à Quarta Revolução Industrial e à era tecnológica), uma vez que a tecnologia é uma das maiores fontes de poder nas sociedades modernas (FEENBERG, 2010, p. 1).

Lima e Sena (2020) afirmam que na pedagogia das competências na BNCC e na Proposta da BNC, professores constituem a grande cartada para uma adaptação massiva da educação à ideologia do capital, com distanciamento da perspectiva crítico-emancipatória dos processos educativos. A faceta política da educação é sublimada em nome de uma formação pragmática na qual o mercado determina as competências a serem formadas nos indivíduos, como as “habilidades maleáveis”. A título de ilustração, o modismo educacional do momento são as Competências Socioemocionais⁷⁵.

Essas imposições geram conflitos nos diversos segmentos sociais que criam e implementam políticas educacionais com consequências problemáticas para a educação básica. Segundo Libâneo (2016, p. 41), “presume-se que esse dissenso repercute em distintos significados de qualidade de ensino, contribuindo para a debilidade das políticas públicas para a escola”. Isto porque são políticas homogeneizadoras e gerais que se aplicam a todos sem qualquer distinção de cultura, valores, idiosincrasias e peculiaridades locais e regionais. No final da década de 1970, Arapiraca já abordava estas questões ao explicar:

73 Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/socioemocionais-para-crisis.html>. Acesso em: 03 jul. 2021.

74 A primeira Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra no século XVIII. A segunda aconteceu de 1850 a 1945. A terceira teve início por volta de 1950 e a quarta, denominada “Revolução 4.0”, que está em processo, diz respeito ao uso de tecnologias para a troca de dados, uso de nuvem, internet das coisas, automação, inteligência artificial, software e impressão em 3D e promete transformar profundamente a vida social, o trabalho, a educação e a indústria.

75 Disponível em: <https://porvir.org/especiais/socioemocionais/>. Acesso em: 18 jan. 2020.

[...] De outro modo, como as instituições multilaterais de prestação de serviços de ajuda não expressam, como um todo, realidades nacionais objetivas, é difícil supor que delas possam emanar instrumentos para intervenção social capazes de provocar transformações qualitativas nas sociedades nacionais periféricas, sem que lhes desfigure suas características culturais básicas. Tudo isso de acordo com o raciocínio de que as técnicas de intervenção para transformação qualitativa das sociedades nascem de questões específicas e são operacionáveis segundo um dado modo de produção que lhe condiciona obrigatoriamente (ARAPIRACA, 1979, p. 111).

Nessa direção, o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Ariosto Culau, no evento “Educação no mundo 4.0”, realizado em abril de 2020, destacou: “Temos um grande desafio pela frente para preparar estudantes e educadores protagonistas em um mundo 4.0 por meio de novos processos de ensino e aprendizagem, usando tecnologias” (ESTRELA, 2020). A título de exemplificação, citamos ainda o 5º Fórum Lide de Educação e Inovação, realizado em São Paulo em outubro de 2018, cujo título foi “As competências para o mercado de trabalho 4.0 e o impacto da educação na economia”. A presidente do Instituto Ayrton Senna falou na ocasião que:

A indústria 4.0, que não é só indústria, é todo um cenário de mudança em diversas áreas, traz de novo esse fantasma que assusta a humanidade de tempos em tempos, quando há grandes saltos de mudança. Setores e profissões inteiros desapareceram no passado durante esses saltos. E o que importa hoje é analisar a velocidade com que isso acontece, assim como qual será o papel da escola na preparação dessas novas gerações. A escola, não só no Brasil, mas no mundo, ainda está preparando os alunos para empregos do século 20, como se estivesse parada no tempo. Precisamos preparar os jovens para um mundo que está mudando muito rápido⁷⁶.

É clara a convocação de Viviane Senna à adequação dos brasileiros para a 4ª Revolução em curso. A educação é mola mestra dessa mudança no cenário mundial que se prepara para aumentar a produção pela automatização e convergência de tecnologias digitais, físicas e biológicas (sistema ciberfísicos). Os propagadores da revolução não mencionam os impactos para os países periféricos. Como nas demais Revoluções, a classe trabalhadora ficou alijada dos benefícios produzidos enquanto os burgueses lucram bilhões.

Para cumprir os preceitos do mercado, segundo Sena e Lima (2020, p. 28), o Brasil se rendeu à pedagogia das competências, alinhando, dessa maneira, as políticas educacionais ao projeto de dominação do capitalismo. Os autores explicam que:

76 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/211-noticias/218175739/70001-mec-participa-de-evento-que-discute-o-impacto-da-educacao-na-economia-do-pais?Itemid=164>. Acesso em: 11 jul. 2021.

As competências são a linguagem do mercado, constituem princípios fundantes da reestruturação produtiva e do capital, que encontra nas tecnologias da informática seu modo mais desenvolvido. Com todo aparato tecnológico e o avanço da inteligência artificial a seu dispor, as grandes empresas, dinamizadas pela alta competitividade, investem em novos padrões de gestão e de conhecimento, deste modo, pleiteia-se um novo perfil de trabalhador, bem diferente da era fordista/taylorista. São esses princípios, expressados em conjuntos de competências e habilidades, que são levados para os currículos das escolas, espaços fundamentais para sua disseminação, apropriação e reprodução (LIMA; SENA, 2020, p. 29).

Vários autores têm defendido que o novo perfil de trabalhador deve atender às necessidades do capitalismo, já que empreendedorismo, competências tecnológicas e a própria linguagem do mercado estão inseridas nos planos e políticas educacionais, como na BNCC e a BNC. Os documentos contribuem para ampliar os interesses dos empresários, ou seja, mais mercado, após as diretrizes para formação docente serem aprovadas “na calada da noite” (EVANGELISTA *et al.*, 2019).

Conforme Lima e Sena (2020, p. 33), “Compreendida enquanto complexo social fundamental para a reprodução social, a educação vive hoje um contexto de intensa disputa por parte do capital”. Há um desfiguramento da escola e do conhecimento. Em nome da política de resultados e do *accountability* disseminado nas escolas públicas. Segundo Libâneo (2016), a política de responsabilização dos gestores tem gerado corridas por resultados em detrimento da aprendizagem significativa do educando. As avaliações externas, por sua vez, têm sido apenas formas de classificar e cobrar resultados satisfatórios (tão somente quantitativos) de gestores e professores, precarizando e desvirtuando o trabalho pedagógico, tal como ocorre em empresas. No mesmo sentido, Freitas (2012, p. 379) observa, sobre as reformas educacionais em curso, que “as categorias centrais que definem esta política educacional envolvem uma combinação de responsabilização, meritocracia e privatização”.

Em “História das ideias pedagógicas no Brasil”, Saviani (2007) afirma que a educação é um campo em disputa desde os primórdios da colonização até hoje. De fato, a escola é umas das maiores agências de socialização dos indivíduos na atualidade e é justamente nessa instituição, preponderantemente na modalidade pública, que é formada a mão de obra necessária ao mercado de trabalho capitalista. Mészáros complementa que a educação “em lugar de instrumento da emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema” (MÉSZAROS, 2008, p. 15).

O Todos pela Educação (TPE), por exemplo, uma organização da sociedade civil, representa uma ofensiva do capital na educação. É a própria “pedagogia do capital em ação na

política educacional brasileira” (EVANGELISTA; LEHER, 2012). Esse movimento ocupa cadeira no Conselho Nacional de Educação (CNE), transformando-se “em um grupo dirigente no interior do aparelho do Estado, disputando a direção do projeto de Educação no conteúdo, na forma e no método” (FRIGOTTO, 2018, p. 248). Como bem explica Adrião (2016), em entrevista para a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED):

Além da diversificação dos segmentos privados no campo da educação básica, diversificou-se também a maneira pela qual esses setores atuam para a indução da política educativa: organizam-se em redes de “*advocacy*”, como pode ser entendida o “Todos pela Educação”, pois ao mesmo tempo em que disputam, junto aos diferentes âmbitos e esferas de governo, a condução e os recursos para as políticas a serem implantadas, participam de instâncias de governo ou do exercício de cargos governamentais.

Essas redes de *advocacy* atuam com o objetivo de influenciar a formulação e alocação dos recursos públicos na educação. Tal como destacou Adrião, observando o MEC e as redes de *advocacy* dos Estados, há presença massiva de representantes do empresariado da educação ocupando postos importantes e estratégicos para a consecução de seus interesses de mercado – desde a elaboração à execução de políticas educacionais – em detrimento de professores de carreira do Estado e especialistas.

A disputa pelo currículo, em Minas Gerais, fez com que o estado acrescentasse nas escolas estaduais o estudo de autores liberais, como Frédéric Bastiat (1801-1850) e Ayn Rand (1801-1850). Ao pesquisar esses autores, imediatamente os encontramos como principais referências no site do Mises Brasil, inclusive com oferta de cursos online, vídeos e sugestão de livros dos liberais supracitados. A descrição sucinta de Bastiat no Instituto Mises é: “o grande proto-austro-libertário cujas análises polêmicas ridicularizavam todos os clichês estatistas. Seu desejo primordial como escritor era passar às pessoas, da maneira mais prática possível, a urgência moral e material da liberdade”.

Conglomerados do ramo educacional têm disputado esse campo fértil e de lucros garantidos. Sobre esse aspecto, Adrião (2018) assevera que o empresariamento da educação ocorre em três linhas de frente: oferta educacional, privatização da gestão educacional e privatização do currículo. A última, “trata-se, mais amplamente, da transferência para o setor privado da definição do que ensinar, do como ensinar e do quando ensinar, além dos processos de verificação da aprendizagem, ou seja, da definição dos desenhos curriculares” (idem, p. 20).

Não raro, grupos políticos advogam propostas curriculares incompatíveis com aquelas orientadas por estudiosos e teóricos sobre o tema – a exemplo do EsP, que reivindica uma falsa neutralidade na escola e nos ambientes acadêmicos. Da mesma forma que um juiz não pode preconizar uma técnica em uma cirurgia por não ter formação nem especialização em medicina, alguém alheio à área curricular não deveria nela se imiscuir. Assim, é primordial que os docentes se ocupem do que lhes cabe. Young (2014, p. 192) salienta que muitos se acham no direito de determinar a construção dos currículos, destacando que os que detêm o poder político em geral não reconhecem a autoridade do conhecimento dos especialistas no assunto.

Nessa perspectiva, a terceirização da construção curricular, de políticas, de programas e de projetos educacionais pela Fundação Leman, pelo Instituto Ayrton Senna e outros são formas de os setores privados capturarem o fundo público. Na ótica neoliberal, “defende-se que os dispositivos de customização (curricular) são movidos pela emocionalização pedagógica, pela algoritmização subjetiva e pela personalização dos itinerários formativos” (SILVA, 2017, p. 1). O Instituto Ayrton Senna literalmente vende a ideia das competências socioemocionais⁷⁷ nas secretarias municipais e estaduais de educação – bem como no próprio MEC – como “alavancas de aprendizagem” necessárias. De acordo com Silva, “Os dispositivos de customização promovem e intensificam uma emocionalização pedagógica que traça por horizonte formativo as possibilidades de diferenciação que visam à capitalização dos indivíduos” (SILVA, 2017, p. 710).

Em 1984, na ditadura de Augusto Pinochet, o Chile universalizou o esquema de *vouchers* em toda a estrutura pública e privada. Cosse (2003) afirma que o *voucher* é uma nova e discutível panaceia educacional para a América Latina que compromete sobremaneira a educação pública na medida em que transfere recursos públicos exorbitantes para as instituições privadas. No caso brasileiro, o próprio Guedes e sua irmã Elizabeth Guedes são proprietários de empresas do segmento educacional que se beneficiarão diretamente do Programa de *Vouchers*, se implementado. É importante mencionar que Elizabeth Guedes é

⁷⁷ Segundo o instituto, “são capacidades individuais que se manifestam nos modos de pensar, sentir e nos comportamentos ou atitudes para se relacionar consigo mesmo e com os outros, estabelecer objetivos, tomar decisões e enfrentar situações adversas ou novas. Elas podem ser observadas em nosso padrão costumeiro de ação e reação frente a estímulos de ordem pessoal e social. Entre outros exemplos, estão a persistência, a assertividade, a empatia, a autoconfiança e a curiosidade para aprender. Exemplos de competências consideradas híbridas são a criatividade e pensamento crítico, pois envolvem habilidades socioemocionais e cognitivas”. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/socioemocionais-para-criises.html>. Acesso em: 24 ago. 2020.

presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP)⁷⁸, representante de monopólios na área educacional – como Anhanguera, Estácio, Kroton, Uninove e Pitágoras.

As interferências no campo educacional por parte de grupos que representam o mercado visam “formar uma legião de ‘guias perdidos’, não paradoxo, é estratégico” (SHIROMA, 2015, p. 33). É projeto de educação transformar o aluno em um depósito de conteúdos desconexos, sem acesso à educação sexual, sem conhecimentos sociológicos, históricos e filosóficos, promover a ignorância, o moralismo, a não discussão política e econômica do país e o negacionismo científico e histórico.

Essas mudanças no campo da política educacional, assim como o surgimento do EsP com a sua defesa de neutralidade frente a uma suposta doutrinação ideológica nas escolas, são formas que o capital utiliza para fazer a disputa pela educação tanto no que diz respeito ao seu conteúdo quanto aos seus valores.

3.4 A educação sob a perspectiva do EsP e sua defesa da neutralidade

Nesse contexto de domínio do capital sobre a educação, conforme relatado na seção anterior, e em sintonia com os movimentos de reforma gerencial da educação brasileira, surge o EsP, para fazer a disputa ideológica no campo da educação com a defesa de uma escola “sem partido”, “sem ideologia” e pedagogicamente neutra.

De acordo com Frigotto (2018, p. 248), o aspecto mais regressivo do empresariamento da educação “dá-se no plano da concepção do conhecimento, atualmente protagonizado pelos intelectuais do partido ideológico do Movimento Escola sem Partido”. O que está em curso é a negação do conhecimento científico e filosófico de maneira orquestrada e perpetrada. Por isso, o MEsP pleiteia uma educação neutra, isenta de elementos ideológicos e doutrinários. Na esteira desse pensamento, autores como Paulo Freire são considerados grandes inimigos por receio de que suas ideias sobre educação e sociedade possam doutrinar (leia-se, conscientizar) professores e alunos.

O Escola sem Partido reforça o caráter tecnicista das escolas. A pedagogia liberal tecnicista é uma teoria não crítica ou não progressista porque entende a educação como autônoma e isolada sem fazer relações com os aspectos socioeconômicos. A questão precípua

78 A ANUP atua para “defender os direitos e interesses de seus associados expressos na Constituição Federal e na LDB, buscando colaborar, em um esforço conjunto, com o progresso educacional do país. A associação também promove o reconhecimento das instituições de ensino da iniciativa privada e contribui com qualidade da educação superior”. Disponível em: <https://anup.org.br/#>. Acesso em: 23 jan. 2020.

dessa tendência pedagógica é manter o *status quo* e o aperfeiçoamento do sistema capitalista em articulação direta com o sistema produtivo. A pedagogia tecnicista entende a educação como “um instrumento de discriminação social, logo, um fator de marginalização.” (SAVIANI, 2012, p. 3). São características do tecnicismo: busca pela neutralidade científica, eficiência, formar para competências e habilidades próprias do mercado, professor como mero transmissor (objetivação do trabalho pedagógico), aluno como receptor passivo de conteúdos organizados previamente por técnicos e pedagogia não dialógica e autoritária.

Uma das facetas desse tecnicismo é a defesa da neutralidade. O projeto Escola Livre de Alagoas ⁷⁹ (similar ao EsP), por exemplo, também defende que a escola deve ser neutra. Não seria paradoxal, uma vez que o EsP, em suas proposições, já não está defendendo uma ideologia, seja partidária, religiosa ou científica? Qual é a concepção de escola, educação e sociedade que permeia a construção/implementação de um projeto de lei como esse? O que significa a doutrinação política e ideológica proposta pelo projeto? Enfim, as expressões “doutrinação” e “neutralidade” aparecem muito vagas, sem uma definição precisa quanto ao que de fato isso implica, e há, portanto, necessidade de estudos mais acurados para a compreensão dessas categorias.

No contexto escolar, conteúdos científicos e históricos, como darwinismo, gênero, sexualidade, política, corrupção, genética, evolução, ditadura militar, nazismo e fascismo têm sido contestados pelos defensores do EsP. Como um professor de História poderia ser neutro ao discutir questões como o golpe sofrido por Dilma Rousseff (travestido legalmente de impeachment), a Operação Lava Jato, a EC95 que congela os gastos primários por vinte anos, as manifestações políticas dos estudantes em 2013, o MBL e quem o financia (os irmãos Charles e David Koch⁸⁰)? Como ser neutro diante da política de segurança de violência do governo Witzel (RJ), da partidarização e da corrupção da justiça brasileira? Como ser neutro com as regalias do Poder Legislativo e com a impunidade de muitos parlamentares? Como ser neutro diante de uma pandemia que matou mais de 611 mil pessoas até novembro de 2021 e com o presidente contrariando as recomendações da OMS, afirmando ser a covid-19 apenas uma “gripezinha”, desde o início?

Os indivíduos se conformam à sociedade de classes ou exercem a liberdade para a transformação social. Calbino *et al.* (2009, p. 92) acreditam que “o discurso da neutralidade,

79 A Lei 7.800/2016 de Alagoas institui o Programa Escola Livre no âmbito estadual e apresenta uma conotação supostamente contrária ao ESP. Todavia, trata-se apenas de uma estratégia ou um recurso terminológico para causar confusão e angariar adeptos, pois, afinal, o PL é o mesmo EsP.

80 Bilionários americanos do ramo do petróleo.

que visa despolitizar a ação educativa não é senão uma manifestação a mais da forte carga política e da imposição ideológica das classes dirigentes por intermédio do aparelho escolar”.

No site do EsP e no Youtube, é massivo o ataque a Paulo Freire a partir de Olavo de Carvalho⁸¹, ideólogo do movimento de direita no Brasil. Freire é acusado pelos idealizadores desses movimentos conservadores e outros – como MBL e o IL - de promover doutrinação esquerdista nas escolas. Freire “é demonizado como o grande doutrinador – justo ele, que construiu uma obra toda para combater doutrinações” (MANHAS, 2016, p.19). Se há algo que Freire combatia era justamente a possibilidade de o professor impor o que quer que fosse aos alunos. Sua práxis pedagógica foi baseada na teoria da dialogicidade que trata do encontro dos homens mediatizados pela palavra. Segundo Freire:

O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. Esta é a razão por que não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito (FREIRE, 1996, p. 109).

Portanto, a perspectiva freiriana é a da horizontalidade, dos debates, do reconhecimento do outro e de suas realidades política, econômica, social e cultural. Desse modo, o diálogo é a própria ação pedagógica e, por meio dele, se passará da alienação à conscientização e à prática libertadora e emancipadora do homem.

Vasconcelos (2016, p.81), por sua vez, afirma que Freire “valoriza tremendamente a necessidade dos jovens e adultos desenvolverem capacidades autônomas de leitura do mundo a partir do contato com a complexidade dos conflitos políticos”, perspectiva muito diferente da que os ideólogos do EsP possuem, visto que entendem o aluno como refém, vítima, coitado, acrítico, que não tem possibilidade de discernimento, julgamento e problematização, consistindo apenas em recipiente no qual se depositam ideologias e doutrinações.

Outra teoria central em Freire é a politicidade: “Educar é um ato político” (FREIRE, 1984, p. 35). Logo, toda prática educativa em si é um ato político-pedagógico desde a concepção de educação, definindo a preleção dos conteúdos, a elaboração do currículo, do projeto político pedagógico e da avaliação. Nessa perspectiva, o educando deve

81 Intelectual orgânico (GRAMSCI, 1968) dos grupos de extrema direita no Brasil. Carvalho se autodenomina filósofo, jornalista e astrólogo. Foi um maiores influenciadores digitais na campanha para a presidência da República de 2018. Alguns o chamam de “guru ideológico” da direita.

se reconhecer sujeito da história. Quando se nega o caráter político da educação, o que se faz é a negação da história, a alienação e manutenção do *status quo*.

A educação, no panorama freiriano, não pode se furtar às discussões políticas e econômicas para que a ação pedagógica seja conscientizadora. Isso gerou a Freire críticas envolvendo disputas em torno do currículo e das políticas educacionais em curso, que miram cada vez mais o retrocesso e colocam a educação como mercadoria no quadro neoliberal, fortalecendo a alienação própria do sistema capitalista. Freire (2013, p. 56) explicita sobre a educação:

A qualidade de ser política é inerente à sua natureza. É impossível, na verdade, a neutralidade da educação. E é impossível, não porque professoras e professores "baderneiros e subversivos" o determinem. A educação não vira política por causa da decisão deste ou daquele educador. Ela é política.

Os insultos à obra de Freire, entre outros motivos, devem-se às suas veementes declarações sobre a inexistência da neutralidade na educação e na política. O ex-ministro Weintraub postou no Twitter que “Paulo Freire e kit gay não tem vez no MEC do pres. Jair Bolsonaro”. Weintraub, em sua breve gestão, foi um dos que mais atacou o educador. Freire já foi taxado de energúmeno e doutrinador (entre tantos outros termos pejorativos) pelo presidente e por integrantes de seu governo. Um exemplo desse ataque compulsivo é a retirada do nome do educador da Plataforma Paulo Freire, que passou a ser chamada Plataforma da Educação Básica. Em setembro de 2021, o governo federal foi proibido, através de liminar provisória em caráter de urgência, de atentar contra a dignidade do educador Paulo Freire sob pena de multa. A solicitação partiu do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH).

Esse discurso reacionário vem promovendo um verdadeiro ataque às ciências humanas, especialmente à Sociologia e à Filosofia. Nessa linha de raciocínio, em consonância com as proposições do EsP, Bolsonaro publicou no Twitter⁸² que:

O ministro da educação @abraham WeinT estuda descentralizar investimento em faculdades de Filosofia e Sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como veterinária, engenharia e medicina (26 de abril de 2019).

82 Um dos principais canais de comunicação do presidente. A respeito da conta do Twitter do presidente, o Decreto 9.671 de 2 de janeiro de 2019, autoriza comissionados a “administrar as contas pessoais das mídias sociais do Presidente da República”.

A função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta. (26 de abril de 2019).

A Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF) e muitas outras associações assinaram uma nota de repúdio às declarações do ex-ministro da educação e do presidente da República sobre cursos de humanidades como Filosofia e Sociologia.⁸³

A Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) emitiu nota de repúdio denunciando que as declarações do ministro e do presidente revelam ignorância sobre os estudos na área de ciências humanas, sua relevância, seus custos e seu público, bem como sobre a natureza da universidade. O comunicado salienta ainda que esse desconhecimento é de certa forma aceitável no público em geral, mas “inadmissível em pessoas que ocupam por um tempo determinado funções públicas tão importantes para a formação escolar e universitária, para a pesquisa acadêmica em geral e para o futuro de nosso país”⁸⁴

Nesse contexto, as disciplinas Filosofia e Sociologia ficaram à mercê de que estados e municípios as incluam ou não no currículo do Ensino Médio conforme Lei 13.415/2017 prevista na Medida Provisória nº 748/2016. A MP foi sancionada pelo governo de Michel Temer sem nenhum tipo de consulta à sociedade e sem considerar os especialistas e professores das disciplinas, o que causou certo rebuliço no meio acadêmico (MACHALA, 2017).

A ditadura militar usou expediente similar para evitar debates nas escolas ao sancionar a Lei 5.692/71 que, além de profissionalizar o ensino de segundo grau (atual ensino médio) compulsoriamente, inseriu as disciplinas Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica a fim de disseminar os valores de ordem, disciplina e patriotismo em consonância com a concepção dos detentores do poder nos anos de chumbo. Igualmente, a disciplina Organização Social e Política do Brasil, criada em 1962 por Anísio Teixeira para que a população brasileira conhecesse os problemas do país e pudesse intervir de alguma forma na sociedade, adquiriu nova conotação no Regime Militar. Foi nessa realidade ditatorial que Sociologia, História e Geografia perderam o caráter obrigatório em 1971 e foram substituídas pelas disciplinas acima mencionadas.

83 Disponível em: <http://www.anpof.org/portal/index.php/en/artigos-em-destaque/2075-nota-de-repudio-a-declaracoes-do-ministro-da-educacao-e-do-presidente-da-republica-sobre-as-faculdades-de-humanidades-nomeadamente-filosofia-e-sociologia>. Acesso em: 30 set. 2019.

84 Disponível em: <http://anpof.org/portal/index.php/en/artigos-em-destaque/2110-nota-de-repudio-as-declaracoes-do-presidente-da-republica-e-do-ministro-da-educacao-defil-unicentro>. Acesso em: 20 fev. 2020.

Na LDB 9.394/1996, a Sociologia voltou a figurar como importante, mas não como obrigatória. Somente a partir de 2008, sua obrigatoriedade no currículo do Ensino Médio foi retomada em posição um tanto marginal, “figurando com pouca carga horária ou tendo seus conteúdos diluídos em outras ciências humanas, ou ainda como integrante do conjunto de práticas e disciplinas da parte diversificada do currículo” (MOTA, 2005, p. 92).

No site do EsP, há o link “Flagrando o doutrinador” com a seguinte orientação: “Você pode estar sendo vítima de doutrinação ideológica quando seu professor se desvia frequentemente da matéria da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional”. Então não pode o professor discutir teorias sociológicas a partir dos fatos atuais e contemporâneos? Matérias jornalísticas não podem se tornar um objeto de investigação sociológica e histórica? Em tempos de pós-verdade, problematizar os temas publicados nas mídias é indispensável, bem como “questionar, debater e incentivar a criticidade dos alunos em relação aos apelos de consumo de produtos, reproduções de comportamentos e padrões de beleza ditados pelas mídias” (ANHUSSI, 2009, p. 19).

No Programa EsP, as reivindicações são de que os conteúdos sejam neutros e os professores apenas os transmitam – descompromissados, portanto, com a criticidade e historicidade dos fatos. Sua ideologia não pode ser manifestada, pois isso significaria algum tipo de doutrinação de esquerda. Todavia, a dos reivindicadores pode ser expressa, já que se afirmam como “de direita e cidadãos de bem”⁸⁵, o que já demonstra que advogam algum tipo de ideologia.

Ao propagar que professores são doutrinadores políticos e ideológicos que manipulam alunos – devendo responder judicialmente por isso –, nota-se claramente a interdição e criminalização do trabalho docente (RAMOS, 2010). Conforme Frigotto:

Neutralidade que se postula ser controlada por uma lei que criminaliza os docentes e incita a delação por colegas, alunos ou pais aos que supostamente transgridem a neutralidade. Uma delação que é estimulada com traços de ódio, vendo nos docentes inimigos, vigias ou estupradores de inocentes pela moral (FRIGOTTO, 2018, p. 248).

O ataque à educação pública pelo EsP é tão frontal que, caso seu projeto se torne lei, há previsão de penas como multa, perda do cargo e até prisão de professores por

85 A expressão “cidadãos de bem” não é nova. No início do século XX, já era usada com o intuito de salientar diferenças entre grupos sociais e defender superioridade de uns em relação a outros. Um exemplo disso é o jornal da Ku Klux Klan intitulado “Good Citizen” segundo o livro “The Second Coming of The KKK: The Ku Klux Klan of the 1920s and the American Political Tradition” de autoria da historiadora Linda Gordon.

descumprimento das “cláusulas”. No site do MESP há um “Modelo de Notificação Extrajudicial: arma das famílias contra a doutrinação nas escolas”⁸⁶ que seria encaminhado caso o aluno estivesse sendo “doutrinado” pelo professor. No link “Conselho aos Pais” da página do programa há a seguinte orientação: “processem por dano moral as escolas e os professores que transmitirem conteúdos imorais aos seus filhos”. De fato, trata-se de uma arma para perseguir e penalizar docentes, apesar da precarização aguda em que já vivem, especialmente os da educação básica.

Um aspecto importante da concepção de educação do governo Bolsonaro diz respeito ao papel das instituições de ensino superior públicas, consideradas “locais de balbúrdia” pelo ex-ministro da educação, Abraham Weintraub, que utilizou esse argumento como justificativa para o bloqueio de bilhões da pasta da educação por meio de um decreto em 2019, alegando contingenciamento à crise econômica tão propalada. De acordo com o Projeto de Lei Orçamentária para 2021, a previsão é de corte de mais de quatro bilhões de reais para a educação: um bilhão das universidades e institutos federais e o restante da educação básica. Segundo a ANDIFES, o corte atingirá quase 20% do orçamento das IES.

O descaso com o ensino superior é constatado pelos contínuos ataques a muitas universidades que têm funcionado de forma bastante precária, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), uma das maiores e mais importantes do país em termos de produção científica e número de alunos matriculados (mais de 60 mil), que sofreu cortes⁸⁷ de quase 41% dos recursos para manutenção. Igualmente, a CAPES anunciou, em setembro de 2019, o corte de 5.613 bolsas de pós-graduação que afetam diretamente estudantes e pesquisas científicas. O ministro da educação cobrou da fundação maior produção científica e alegou contenção de gastos públicos. Várias Universidades Federais (UF) já se posicionaram contra a proposta do governo federal em manifestos e paralisações.

Em sintonia com essa visão de que a universidade pública não cumpriria um papel social fundamental na produção do conhecimento científico, o governo Bolsonaro defende também que o ensino superior deve ser pago, contrapondo-o, por meio de argumentos falsos, à valorização da educação básica. Após polêmica sobre o tema, foi criado, em julho de 2019, o Programa Future-se⁸⁸ – projeto privatista da educação superior que objetiva a captação de

86 Disponível em: <http://escolasempartido.org/artigos/modelo-de-notificacao-extrajudicial-arma-das-familias-contr-a-doutrinacao-nas-escolas/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

87 Disponível em: <https://ufrj.br/noticia/2019/05/13/nota-sobre-bloqueio-de-orcamento-da-ufrj>. Acesso em: 18 out. 2019.

88 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/52641>. Acesso em: 04 out. 2019.

recursos fora do Estado sob o discurso da autonomia financeira, culminando no comprometimento da autonomia, privatização e desmonte do ensino superior. A Reforma do Aparelho do Estado da década de 1990, prevista nos Cadernos do MARE (de Bresser Pereira), já apontava os caminhos para a privatização das universidades públicas.

No 21º Fórum Nacional do Ensino Superior Particular, realizado em São Paulo em setembro de 2019, o então ministro da educação, Weintraub, declarou, em resposta aos manifestantes: “A oportunidade é gigantesca, vocês estão diante de um governo liberal, que vai dar liberdade para vocês e vai cobrar responsabilidade das suas ações”, acrescentando que iria “atrás das zebras gordas” (ALFANO, 2019). A expressão é uma referência aos professores das IES da rede federal que, na visão de Weintraub, são muito bem pagos para trabalhar apenas oito horas semanais. O ex-ministro desconsidera que a universidade está assentada no tripé ensino, pesquisa e extensão e que, na prática, a maioria dos docentes acaba trabalhando bem mais do que quarenta horas.

Além da defesa do ensino pago, o governo Bolsonaro também faz apologia do ensino a distância. Como panaceia para o suposto problema da doutrinação, nas campanhas presidenciais de 2018 Bolsonaro sugeriu educação a distância para o ensino básico usando mais um clichê: “com o ensino a distância você ajuda a combater o marxismo⁸⁹”.

Nas páginas do Facebook e Twitter do EsP foi lançada uma enquete com a seguinte pergunta: “Ao escolher a escola particular de seu filho, você daria preferência a uma que tivesse o selo do Escola do sem Partido?” Segundo o Twitter da página, 91,3% responderam que sim e 8,7 % que seriam indiferentes. Participaram dessa enquete 13.621 pessoas.

Mesmo com a não aprovação do EsP, as consequências para o trabalho docente são graves, comprometendo a autonomia e a liberdade de ensinar, previstas no artigo 206 da Constituição Federal de 1988, na LDB 9.394/96, e a elaboração e implementação das políticas educacionais brasileiras (a exemplo do PNE), obliterando as questões reais da desigualdade econômica, da crise estrutural do capital, da miséria e das estratégias do capital para se recompor (MÉSZÁROS, 2011).

No campo das políticas educacionais, o EsP alcançou algumas conquistas, como a exclusão dos termos identidade de gênero e da expressão “orientação sexual” do Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei 13.005/14. A tramitação do PNE no Congresso foi intensa:

89 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/bolsonaro-propoe-ensino-a-distancia-para-combater-marxismo-e-reduzir-custos.shtml>. Acesso em: 10 out. 2018.

houve protestos e mobilização, principalmente da bancada da bíblia e do movimento LGBTTQI+. Mendes (2016) salienta que as audiências do PNE foram marcadas por fundamentalismo religioso, heterossexualismo normativo, naturalização da família tradicional, vinculação da sexualidade somente à procriação, desrespeito à diversidade sexual, medo de lidar com as diferenças no âmbito das relações de gênero, predominância da lógica binária/sexista e homofobia maquiada de respeito.

Também ocorreu supressão do tema “orientação sexual⁹⁰” da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cujo conteúdo interdisciplinar dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), desde 1998, tratava da sexualidade e das relações de gênero de forma plural e democrática para alunos do Ensino Fundamental.

Alguns representantes do poder legislativo forçaram entrada nas escolas, inclusive nas salas de aula, para fiscalizar os planos de aula dos docentes e observar os cartazes afixados no ambiente escolar, como o vereador Fernando Holiday (DEM-SP) nas escolas municipais de São Paulo em 2017. Em outubro de 2019, outro episódio invasivo e intimidador teve como protagonistas os deputados Daniel de Oliveira e Rodrigo Amorim que, sem aviso prévio, entraram no Colégio Pedro II (Campos de São Cristóvão) fotografando “tudo” o que para eles tinha conotação política. Segundo os parlamentares, iriam fazer uma vistoria para detectar algum possível caso de doutrinação.

No próximo capítulo descrevemos o percurso histórico do EsP no Brasil e em outros países, os principais conceitos, formas de atuação, propagação de ideários e consequências para o trabalho docente.

90 Embora a discussão gênero/sexualidade não seja aceita na escola por pais e religiosos conservadores, a questão permanece latente e suas manifestações estão nas portas dos banheiros, com desenhos dos órgãos genitais, nas dúvidas e nos questionamentos dos alunos sobre métodos contraceptivos, na desinformação, na gravidez de adolescentes, DSTs que as alunas compartilham em segredo aos docentes, escondendo muitas vezes, da própria família, na violência sexual que muitos sofrem dentro do contexto familiar e que vem à tona quando os professores abordam o assunto em sala de aula.

4 MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO: INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CERCEAMENTO DA LIBERDADE DE ENSINO?

Neste capítulo, discutimos as diversas formas pelas quais o EsP busca se institucionalizar na educação brasileira e suas estratégias de legitimação para impor a censura à liberdade de ensino, que vão desde a criação de Projetos de Lei e judicialização de ações contra docentes e instituições até a disseminação de *fake news* e teorias da conspiração.

Tratamos ainda do percurso histórico, dos elementos conceituais e marcos legais e ilegais que embasam o EsP, discorrendo mais especificamente sobre questões centrais às quais se contrapõe, por exemplo, as de gênero, sexualidades, marxismo e/ou as ideologias de esquerda. Para isso, abordamos sua origem, finalidades, proposições, propostas, bases ideológicas e políticas em que se fundamentam, bem como as de seus defensores e apoiadores. Outrossim, buscamos analisar os movimentos de resistência que ocorrem contra a imposição da Escola com Mordança.

4.1 Escola sem Partido (EsP): histórico, trajetórias i/legais e elementos conceituais

O EsP foi inspirado na ONG americana No Indoctrination⁹¹ (CAMELO, 2019). Há outras instituições do mesmo tipo ao redor do mundo, como a Accuracy in Academia (AIA)⁹² e a Conservative University⁹³, que se propõem a formar crianças e jovens segundo os moldes conservadores⁹⁴. Nos EUA, assim como em outros países, é comum encontrar escolas e faculdades conservadoras.

Os apologetas do EsP se dizem conservadores e mantenedores da ordem na

91 Fundada por Luann Wright para divulgar suas ideias a partir de um site criado quando uma professora de seu filho pediu que ele lesse cinco ensaios sobre racismo de brancos contra negros e escrevesse um texto sobre o assunto. Segundo a mãe, a escola não deveria lhe ensinar “essas coisas” em uma aula. Para ela, como a escola deveria se restringir ao ensino da leitura e escrita, a postura da mestra seria “tendenciosa”. A ONG funciona como uma espécie de fórum online no qual os pais relatam e denunciam esse tipo de caso (REIS *et. al*, 2016).

92 É “um grupo de pesquisa sem fins lucrativos com sede em Washington DC que deseja o retorno das escolas à sua missão tradicional – que seria “a busca pela verdade”. Para promover esse objetivo, a AIA documenta e divulga em seu boletim mensal o viés político na educação. Os artigos enfocam: a) O uso de recursos de sala de aula e-ou universidade para doutrinar os alunos; b) Discriminação contra estudantes, professores ou administradores com base em crenças políticas ou acadêmicas; e c) Violações de liberdade de expressão no campus” (Tradução nossa). Disponível em: <https://www.academia.org/about-ai/>. Acesso em: 29 fev. 2020.

93 Segundo a página: “*is a project of Accuracy in Academia and will offer free online courses promoting conservative principles. The courses will primarily be geared towards college students, but are open to all lovers of liberty and free speech!*”. Disponível em: <http://www.conservativeuniversity.org/>. Acesso em: 08 ago. 2018.

94 O site *The best schools* divulga nomes das vinte escolas mais conservadoras dos EUA. Disponível em: <https://thebestschools.org/rankings/20-best-conservative-colleges-america/>. Acesso em: 08 de agosto de 2018.

sociedade. Entretanto, parecem se restringir aos costumes, visto que seguem o liberalismo econômico. Por sinal, o mantra “liberal na economia e conservador nos costumes”, disseminado no governo de Jair Bolsonaro, é totalmente contraditório em relação à ideia do conservadorismo clássico⁹⁵ (que em linhas gerais, defende a manutenção de instituições tradicionais como a família, a religião, os costumes e convenções sociais).

Os estudos de Mayo (2013) relatam experiências similares às do EsP em outras universidades dos Estados Unidos, como o Campus Watch, que, segundo Solano e Campanuci (2017, p. 50), “publica informes e incentiva estudantes universitários a denunciarem professores que possam ter posições ideológicas anti-israelenses ou que simplesmente sejam simpáticos à causa palestina”. Historicamente, a “questão Palestina” é a luta milenar travada entre Israel e a Palestina por territórios e desavenças religiosas.

Muitos “professores especialistas em Oriente Médio tiveram seus nomes destacados no sítio e assinalados de pró-islâmicos” (SOLANO; CAMPANUCI, 2017, p. 50), o que denota uma clara perseguição e criminalização do trabalho docente.

Na Alemanha, a Neutrale Schule Berlin⁹⁶ – “A Escola Neutra de Berlim” ou simplesmente ENB –, um canal de denúncias criado pelo Alternative für Deutschland⁹⁷ (AfD), não só reivindica a neutralidade em sala de aula, mas também permite que alunos denunciem professores. A ENB tomou como referência o Beutelsbacher Konsens (Consenso de Beutelsbach), criado na Alemanha, em 1976, porque alguns pais, adeptos do AfD, sentiram-se discriminados. Surgiu, então, o “Manual de Educação política”, uma espécie de tratado para abordar temáticas controversas em sala de aula. Em Berlim, os professores foram autorizados a tratar da temática do holocausto (ocorrido na II Guerra Mundial) em sala de aula.

O PIN parental (conhecido também como veto parental ou alfinete parental), em Múrcia na Espanha, é outro mecanismo de combate à chamada ideologia de gênero,

95 Ressaltamos que os valores defendidos pelos conservadores variam de acordo com os lugares e o tempo histórico. Portanto, são muitas as variantes do conservadorismo.

96 Disponível em: www.afd-fraktion.berlin/neutrale-schule. O canal recebe informações dos cidadãos sobre supostas violações da neutralidade política nas escolas de Berlim. “Muitos cidadãos têm a impressão de que uma visão de mundo politicamente unilateral é disseminada por professores em algumas escolas. De acordo com o site, os alunos são afetados por influências abertas ou sutis, direcionadas ou desconhecidas em sala de aula ao desenvolver seus próprios julgamentos políticos e são levados a certa visão política. A posição superior do professor em relação aos alunos exacerba esse problema. Isso cria um clima com muita facilidade, no qual os alunos não se atrevem a falar abertamente porque temem exclusão social ou notas piores. Os pais também acham difícil comunicar abertamente informações relevantes de seus filhos para a escola porque temem que seus filhos sejam prejudicados”.

97 O Partido Alternativo para Alemanha, fundado em 2013, caracteriza-se por ser um partido populista de extrema direita e alguns de seus membros são considerados neonazistas.

diversidade sexual, feminismo e temas afins, o qual foi proposto pelo Vox⁹⁸ (partido de ultra direita) e pelo PP (direita). Os partidos entendem que são formas de os genitores controlarem os conteúdos vistos nas escolas. A questão em torno do debate era: se os pais podem vetar determinado conteúdo na televisão, por que não impedir também na escola? Embalados pelo lema "Pelo direito dos pais de escolherem livremente uma educação isenta de ideologia para os nossos filhos", propõem que as escolas comuniquem aos pais as atividades vistas (não aqueles conteúdos clássicos) para que possam aprovar ou desaprovar a presença do filho, segundo suas próprias convicções morais e religiosas. Em caso de desaprovação da atividade realizada, os alunos podem faltar em nome da “objeção de consciência” sem nenhuma consequência e prejuízo avaliativo.

Na União Europeia, o recrudescimento do conservadorismo, os atentados contra os direitos das minorias sociais e a discussão de gênero estão acirrados. Bulgária, Polônia e Hungria são exemplos de países que aprovaram leis que combatem a chamada ideologia de gênero. Na América Latina também há experiências e ideias que combatem o que consideram ideologia de gênero, reivindicam a neutralidade do professor e são contrárias ao suposto doutrinação (MISKOLCI; CAMPANA, 2017). A título de exemplificação, citamos a campanha peruana “*Con mis hijos no te metas*” (com meus filhos você não se envolve) que surgiu no Peru em 2106 contra medidas de implementação de políticas públicas voltadas às questões de gênero. O movimento luta contra a nova ordem mundial e a favor da família heteroparental e já realizou uma série de atividades como passeatas, campanhas na mídia e panfletagem.

Além de partidos políticos, grupos cristãos têm criado programas para combater a suposta doutrinação de esquerda nas escolas – como o Campus Watch, citado anteriormente, e o Creation Studies Institute (CSI) – que, em geral, visam combater a teoria da evolução, o debate sobre gênero e as temáticas a respeito do multiculturalismo (SOLANO; CAMPANUCI, 2017). O CSI⁹⁹, a propósito, vende pacotes curriculares para promoção do *homeschooling*.

É importante frisar que essa narrativa de fundação do EsP no Brasil compõe aquilo que o idealizador do movimento quer mostrar na arena pública e serve ainda como forma de legitimar e aderir aos ideários reivindicados (PENNA; SALES, 2017), omitindo e

98 Disponível em: <https://translate.google.com/translate?hl=pt-BR&sl=es&u=https://www.voxespana.es/tag/pin-parental&prev=search&pto=ae>. Acesso em: 16 jul. 2021.

99 Disponível em: <http://www.creationstudies.org/>. Acesso em: 12 jul. 2020.

negando os reais interesses em jogo na arena política-econômica-educacional. A análise mais acurada mostra contradições performáticas nas falas de Nagib, entre o discurso e o conteúdo em defesa do EsP e o que ele é de fato.

No Brasil, o MEsP foi idealizado pelo advogado Miguel Francisco Urbano Nagib, em 2003, quando sua filha chegou da escola dizendo que o professor de História havia comparado Che Guevara (um dos líderes da Revolução Cubana) a São Francisco (considerado santo pela Igreja Católica)¹⁰⁰. O pai discordou e alegou tentativa de doutrinação político. “Revoltado”, redigiu uma carta, reproduziu 300 cópias e as distribuiu no estacionamento da instituição para chamar atenção de pais e alunos sobre o episódio. Sua atitude foi rechaçada: a comunidade apoiou o docente e o manifestante foi chamado para conversar com a direção da escola, que igualmente defendeu o mestre. Esse episódio foi denominado por Nagib como “Síndrome de Estocolmo”.

Diante da experiência supramencionada, Nagib criou um site¹⁰¹ com um anteprojeto na íntegra e, posteriormente, foi adicionando alguns projetos de lei semelhantes, textos, vídeos e uma série de argumentos que fundamentam a proposta contra o que ele chama de “doutrinação de esquerda” nas escolas. O organizador desse site define o EsP como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2014). Adicionalmente, explica que o EsP é “uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária”. Mesmo professando essa suposta neutralidade política e/ou partidária, como dito e reiterado nesta tese, os apologetas do EsP têm partido, bancada no Congresso, filosofias de governo e interesses ideológicos. Portanto, a pretensão não é somente rechaçar a “doutrinação de esquerda”, mas substituí-la por uma de direita.

De imediato, ao abrir a página virtual, deparamo-nos com a mensagem: “Diga não à doutrinação nas escolas e universidades. Junte-se ao Escola sem Partido”. O objetivo precípuo do EsP é combater, nas escolas, a suposta “doutrinação ideológica de esquerda” e a concepção política, moral e religiosa da qual discorda, uma vez que tal prática, na acepção do EsP,

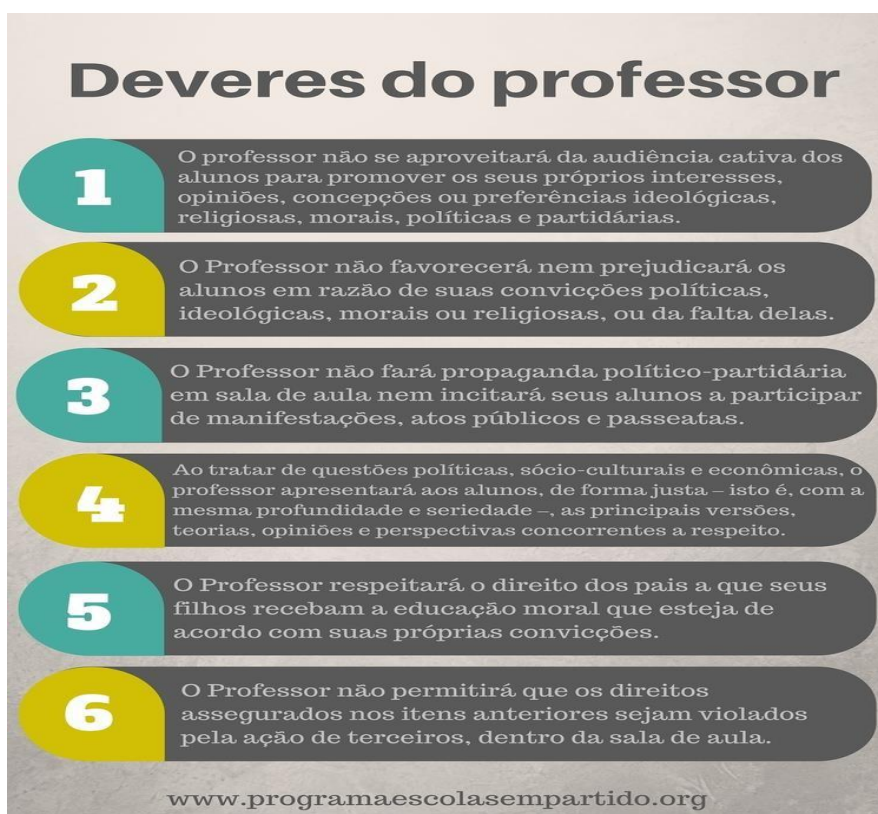
100 A matéria “O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis” (El País, 2016) descreve o início dessa história.

101 Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/>. Acesso em: 04 out. 2019.

[...] ofende a liberdade de consciência do estudante; afronta o princípio da neutralidade política e ideológica do Estado; e ameaça o próprio regime democrático, na medida em que instrumentaliza o sistema de ensino com o objetivo de desequilibrar o jogo político em favor de um dos seus competidores. Por outro lado, a exposição, em disciplina obrigatória, de conteúdos que possam estar em conflito com as convicções morais dos estudantes ou de seus pais, viola o art. 12 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, segundo o qual “os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2004).

Segundo o procurador Nagib, os professores se aproveitariam da audiência cativa de seus alunos em sala de aula para propagar seus ideais político-partidários. Como forma de combater as imposições ideológicas e políticas dos docentes, o PEsP defende a afixação, em todas as salas de aula do ensino fundamental e médio, de cartazes listando os deveres dos professores, como o seguinte:

Figura 4 – Deveres do professor



Fonte: Escola sem partido.

Os cartazes ficariam expostos nas salas dos professores e nas salas de aula com o intuito de informar aos professores sobre seus deveres. Nas escolas de educação infantil,

ficariam apenas na sala dos docentes. O conteúdo listado é um ataque explícito ao seu trabalho docente, pois, além de limitá-lo, criminaliza suas ações.

Os deveres definidos nesses cartazes vão de encontro à perspectiva de formação crítica e emancipadora dos educandos, destruindo quaisquer possibilidades de autonomia do trabalho docente, uma vez que os educadores são vistos como perigosos doutrinadores e cooptadores de alunos para favorecer seus partidos políticos ou sua crença religiosa, necessitando de regulação, vigilância e punição.

No início dos anos 2000, o Escola sem Partido era disseminado, além do site, no Orkut¹⁰² e, depois, no Facebook. Uma passagem rápida pela ferramenta Google Trends, revela que, entre 2004 e 2015, o Escola sem Partido era praticamente desconhecido, conforme as figuras abaixo. Na busca 1 (figura 5), ao digitar “Escola sem Partido Brasil”, observamos que o ápice ocorreu em 2018 e acreditamos que o fator eleitoral contribuiu para a curiosidade, procura e decisão de muitos eleitores. Nos anos anteriores, as buscas foram irrisórias, como em julho de 2005 (4 buscas) e dezembro de 2007 (1 somente). Na figura 6, fizemos o mesmo procedimento digitando Escola sem Partido e situando o estado do Ceará, e também foi demonstrado que nesse período houve maior busca pelo assunto na internet.

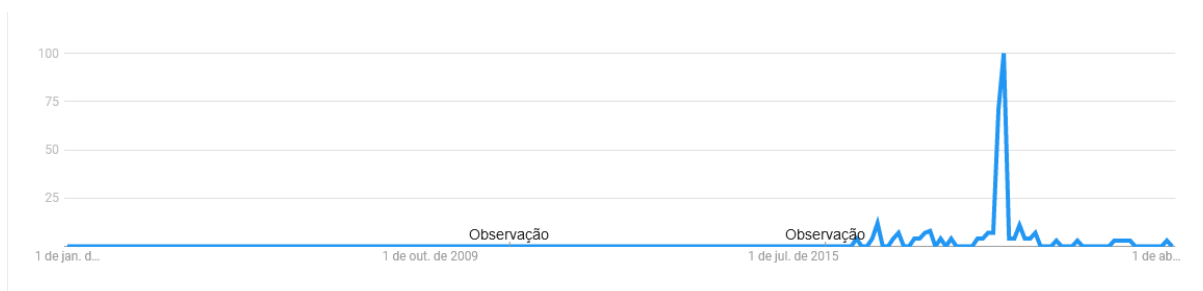
Figura 5 – Google trends Ápice EsP Brasil



Fonte: google trends - julho/2021

102 Disponível em: <https://www.orkut.br.com/MainCommMsgs?cmm=28172&tid=493674>. Acesso em: 3 set. 2021.

Figura 6 – Google trends Ápice EsP Ceará



Fonte: google trends julho/2021

De antemão, é importante frisar que o Escola sem Partido era apagado no cenário brasileiro. Foi o jornalista José Reinaldo Azevedo e Silva (Reinaldo Azevedo) que tornou conhecida a bandeira contra a ideologia nas escolas com publicações em blog na Revista Veja. Em 2007, pelo menos sete matérias¹⁰³ foram publicadas alertando para a questão da ideologia nas escolas. A matéria “Por uma escola sem Partido”¹⁰⁴ discorre que a revista voltaria a fazer matérias contra a manipulação ideológica realizada por professores de História e Geografia, em especial. Nesta publicação, Azevedo diz que convocaria os pais para fazer parte do debate haja vista ser deles a responsabilidade pela educação dos filhos.

A proposta do EsP começa a ganhar cada vez mais adeptos a partir de 2014, quando surgiu o primeiro projeto de lei, principalmente entre os políticos da bancada cristã, incluindo católicos e, em particular, evangélicos, bem como em igrejas, partidos cujos representantes são latifundiários, empresariado e movimentos, a exemplo do MBL e Revoltados Online.

Em todo o país, muitos vereadores, deputados estaduais e federais protocolaram projetos de lei Escola sem Partido nas casas legislativas com o objetivo de controlar o avanço da suposta “doutrinação ideológica”. Em 2017, ano que antecedeu o eleitoral, houve um aumento significativo desses PL, conforme demonstra o gráfico Escola sem Partido na Câmara abaixo:

103 Algumas matérias são: UFPE e a revolução cultural de Haddad (21/03/2007), UFPE anula questões denunciadas no blog (23/03/2007), Spinoza dança frevo ou toca viola? (04/04/2007), Distorção ideológica no UERJ (21/06/2007), Quem protege as crianças da esquerdopatia (03/07/2007), Proselitismo vagabundo com dinheiro público (10/07/2007), Exame ENEM: vigarice ideológica, Enem: de chimpazé a Schopenhauer (27/08/2007), Escolas 1: A mentira como um método (22/04/2008) e Escolas 2 – terror e antiamericanismo.

104 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/por-uma-escola-sem-partido/>. Acesso em: 3 set. 2021.

Figura 7 – Escola sem Partido na Câmara



Fonte: Moura e Silva, 2020.

No Ceará, o senador Luís Eduardo Grangeiro Girão (Podemos), os deputados federais Jaziel Ferreira (PL) e Heitor Rodrigo Pereira Freire (PSL), a deputada estadual Silvana Oliveira (PR) e a vereadora Priscila Costa (PSC) se destacaram na defesa do EsP e de outras pautas conservadoras em “favor da família cristã e dos bons costumes”.

De acordo com Penna e Salles (2017), o EsP é anterior à carta ao Professor Iomar¹⁰⁵, professor da filha de Miguel Nagib que foi acusado de doutrinação ideológica. No artigo “A dupla certidão de nascimento do Escola sem Partido: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária”, os autores mostram detalhadamente a relação de Nagib com os mentores de institutos liberais.

Nossas pesquisas apontam para a influência liberal por meio de institutos americanos e brasileiros – como o Millenium, o Liberal (IL) e o de Estudos Empresariais (IEE) – e para a disseminação das ideias de Von Mises e das políticas neoliberais implementadas desde a década de 1990 no Brasil, que igualmente servem de embasamento para o EsP. A propósito, “Cabe salientar que o coordenador do movimento, Miguel Nagib, teve vínculos como articulador do Instituto Millenium, organização de caráter conservador [...] Nagib foi autor de artigos e doador de tal Instituto” (SEVERO *et al.* 2019, p. 11). Outros pesquisadores do EsP demonstram a ligação de Nagib com instituições econômicas e

105

Disponível

em:

<https://web.archive.org/web/20030921075113/http://www.olavodecarvalho.org/convidados/mnagib.htm>. Acesso em: 06 nov. 2019.

religiosas que buscam implementar o projeto. Vejamos:

Seu mentor, o advogado paulista Miguel Nagib, segundo Carvalho, Maio e Polizel, corrobora com uma rede composta por corporações particulares de educação e de sistemas de ensino, famílias, partidos políticos ligados a determinadas empresas, igrejas e convicções doutrinárias cuja principal finalidade é delimitar o papel do professor e da escola ao nível da instrução técnica, ou seja, como agentes responsáveis pelo ensino e não pela educação de seus alunos (BUGARELLI; ALEGRIA, 2019, p. 22).

Destarte, pode-se auferir que o mercado, de maneira estratégica, interfere direta e frontalmente na educação das crianças e dos jovens, demarcando o que aprender, para que e como e reduzindo a docência à mera transmissão do que é prescrito pela lógica do capital. É muito significativo Nagib dizer em audiência pública¹⁰⁶ no Senado que a inspiração para seu projeto de Escola sem Partido foi o Código de Defesa do Consumidor¹⁰⁷ com o intuito de proteger a parte mais fraca da relação comercial: o estudante vulnerável. Segundo essa lógica, a educação é produto/mercadoria e o aluno é o consumidor que precisa de proteção comercial. A perspectiva vai de encontro à concepção de educação pública de gestão pública. Prevalece a ideia de que o produto deve ser ofertado segundo os valores morais dos pais.

É importante salientar que o Instituto Liberal divulga livros clássicos liberais voltados para crianças e jovens. Outro site, o Instituto Liberdade, divulgou a Coleção “Turminha da Liberdade” com livros como “A lei” (inspirado na obra “A lei”, de Frédéric Bastiat), “O lápis milagroso” (baseado no ensaio “Eu, o lápis” de Leonard Read), “O caminho para Surfdom” (calcado no livro “O Caminho da servidão”, de Friedrich Hayek) e “O fiasco Food Truck” (esteado na obra “Economia em uma única lição” de Henry Hazlitt). O conselho dos idealizadores do projeto aos pais e responsáveis é:

Desbrave o mundo livre junto com seu pequeno e ensine desde cedo as histórias mais inspiradoras de uma sociedade livre. Grandes obras adaptadas para seus filhos. Os livros dos maiores autores de economia e política totalmente adaptados para crianças. [...] As obras apresentam ideias e conceitos que infelizmente os jovens não têm acesso nas escolas. Permita que seus filhos entendam desde cedo os verdadeiros conceitos que formam uma economia baseada no livre mercado e uma civilização organizada nos princípios de liberdade. (INSTITUTO LIBERDADE)¹⁰⁸

As obras retratam o liberalismo, a meritocracia, o Estado mínimo, o livre

106 . Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jwGErV-1zUo>. Acesso em: 8 jul. 2021.

107 Lei nº 8.078/1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078compilado.htm. Acesso em: 8 jul. 2021.

108 Disponível: <https://desbravandomundolivres.com.br/>. Acesso em: 8 jan. 2021.

mercado, a responsabilidade individual e o empreendedorismo, princípios que, segundo os editores e pais, devem ser aprendidos desde a mais tenra idade. O texto de Leonard Read¹⁰⁹, *think tank* do Instituto Von Mises Brasil, igualmente atua na educação dos pequenos para o liberalismo, conforme matéria intitulada “Ensinando o básico da ciência econômica para suas crianças”¹¹⁰.

Destacamos que esses institutos representados pela alta burguesia brasileira facilitaram a campanha de Jair Bolsonaro à Presidência da República, tanto financeiramente como fornecendo suporte na formação de candidatos do PSL e na propagação midiática do ideário liberal. Por sinal, o próprio Instituto Millennium, fundado pelo empresário Hélio Beltrão, teve participação de Paulo Guedes – que tem formação em Economia pela Escola de Chicago e é ministro de Estado do governo.

Outro importante referencial para embasar as ideias do EsP é o livro "Professor não é educador", de Armindo Moreira (2012), que defende que educar é diferente de instruir. Nele, Moreira declara que a escola deve ensinar apenas os conteúdos – Geografia, Matemática, Português – e isentar-se da educação moral e sexual dos educandos e que pais e mães darão a educação moral que lhes aprouver. A leitura do livro demonstra que a concepção de educação e a função do professor são obsoletas. O autor argumenta que somente os pais devem educar porque amam e que professores, por trabalharem recebendo salário, não podem educar. O docente conteudista defendido por ele é da Teoria do Currículo Tradicional, aquele que não discute política nem problematiza o contexto social, mas apenas reproduz conteúdo, ministra aulas expositivas e cobra resultados nos exames de cada período escolar. A função social da escola para Moreira (2012, p. 83) é “[...] unicamente preparar o cidadão para entrar no mercado de trabalho e viver com saúde” de forma mecânica, apolítica, passiva. Saviani (2018) considera que a teoria tradicional atua na manutenção da ordem social.

Outrossim, em “Escola partida: ética e política na sala de aula”, Rocha (2020) escreve que “educar não é um ato político”, que “o ensino de humanas não pode ser ensino ideológico”, tratando, ainda, do que denomina “audiências cativas”, “grau zero da política” e de outras perspectivas que coadunam a postura de escola neutra. O autor também publicou “Quando ninguém educa: questionando Paulo Freire”, livro no qual postula outros ideais

109 “Foi o fundador do instituto Foundation for Economic Education -- o primeiro moderno *think tank* libertário dos EUA -- e foi amplamente responsável pelo renascimento da tradição liberal no pós-guerra”. Disponível em: <https://www.mises.org.br/SearchByAuthor.aspx?id=237&type=articles>. Acesso em: 05 nov. 2019.

110 Disponível em <https://www.mises.org.br/article/1960/ensinando-o-basico-da-ciencia-economica-para-suas-criancas>. Acesso em: 15 ago. 2020.

conservadores para a educação, criticando contundentemente a obra de Freire de forma distorcida.

Com base nessas ideias e influências, os defensores do EsP acusam professores, especialmente os das ciências humanas, de proselitismo partidário e imposição da denominada ideologia de gênero em sala de aula. Em relação a isso, há no site do EsP a seguinte denúncia:

A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo (NAGIB, 2018, s.p.)

Afirmam, ainda, que os livros de História estão arraigados na doutrinação marxista/esquerdista, criticam veementemente Freire e a pedagogia libertadora e tecem severas críticas aos posicionamentos de Frei Betto que, na visão dos idealizadores do projeto, advoga uma “Pedagogia totalitária”.

Observando alguns projetos do EsP, notamos que os PLs pedem a alteração da LDB 9.394/96, conforme apresentação abaixo:

Quadro 1 – Projetos de lei escola sem partido ou similar na Câmara dos Deputados – favoráveis

Nº PL	EMENTA	AUTOR(A) / PARTIDO	TEMA(S) PRINCIPAIS
PL 7.180/2014	Altera o art. 3º da Lei nº 9.394/1996. Inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa.	Erivelton Santana (PSC/BA)	Procedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar; educação sexual, moral e religiosa.
PL 7.181/2014	Dispõe sobre a fixação de parâmetros curriculares nacionais em lei com vigência decenal.	Erivelton Santana (PSC/BA)	Procedência dos valores de ordem familiar sobre a educação escolar; educação moral, sexual e

			religiosa; vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas.
PL 867/2015	Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o Programa Escola sem Partido.	Izalci Lucas (PSDB/DF)	Doutrinação política e ideológica; liberdade de aprender e de consciência X liberdade de ensinar e de expressão; neutralidade do Estado.
PL 246/2019	Inclui o “Programa Escola sem Partido”.	Bia Kicis (PSL/DF) e outros autores.	Doutrinação política e ideológica; liberdade de aprender e de consciência X liberdade de ensinar e de expressão; neutralidade do Estado; proibição de atividades político-partidárias por parte dos grêmios; direito à gravação das aulas.
PL 1.859/2015	Acrescenta Parágrafo único ao artigo 3º da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).	Alan Rick (PRB/AC)	Ideologia de gênero ou orientação sexual na educação; identidade de gênero;
PL 5.487/2016	Institui a proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes.	Victorio Galli (PSC/MT)	Orientação e diversidade sexual;
PL 10.577/2018	Altera o art. 3º da Lei nº 9.394/1996, para proibir	Cabo Daciolo (Patri/RJ)	Ideologia de gênero e orientação sexual.

	a disseminação da ideologia de gênero nas escolas do Brasil.		
PL 10.659/2018	Altera a Lei nº 9.394/1996 para vedar a doutrinação política, moral, religiosa ou ideologia de gênero nas escolas.	Delegado Waldir (PSL/GO)	Doutrinação política, moral e religiosa; ideologia de gênero.
PL 8.933/2017	Altera a Lei nº 9.394/1996 para dispor que o ensino sobre educação sexual somente será ministrado ao aluno mediante autorização dos pais ou responsáveis legais.	Pastor Eurico (PHS/PE)	Educação sexual.
PL 9.957/2018	Acrescenta artigo à Lei nº 9.394/1996 para coibir a doutrinação na escola. Sanções e penalidades para quem cometer doutrinação.	Jhonatan de Jesus (PRB/RR)	Doutrinação política e ideológica;
PL 5.854/2019	Dispõe sobre a necessidade de autorização por escrito de pais ou responsáveis para que menores de dezesseis anos participem de manifestações durante o horário de aula.	Hélio Lopes (PSL/RJ)	Proibição de participação dos docentes em manifestação no horário do trabalho, com previsão de penalidade; proibição de participação dos estudantes em manifestações sem autorização dos pais.
PL 3.168/2020	Acrescenta parágrafo ao art. 56 da Lei nº 9.394/1996 para vedar o desenvolvimento de atividades político-partidárias no âmbito das instituições públicas de educação superior.	Daniel Silveira (PSL/RJ)	Proibição de desenvolvimento de atividades político-partidárias nas IES.
PL 2.692/2019	Insere o art. 13-A na Lei nº 9.394/1996.	Otoni de Paula (PSC/RJ)	Permissão para estudantes de gravarem aulas com áudio e imagem.

PL 258/2019	Dispõe sobre o direito dos alunos de aprender sem ideologia político-partidária; sobre a conduta dos professores na transmissão dos conteúdos e acrescenta inciso XIV e parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.394/1996 para dispor sobre o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, bem como tornar defesa a inserção de questões relativas à ideologia de gênero no âmbito escolar.	Pastor Eurico (PATRI/PE)	Doutrinação político-partidária; precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar; ideologia de gênero, gênero e orientação sexual; educação moral, sexual e religiosa; liberdade de ensinar e aprender;
PL 3.674/2019	Altera a Lei nº 9.394/1996 para vedar apologias e ideologias dentro dos órgãos públicos e estabelecimentos de ensino. Perda da função pública para quem descumprir.	Hélio Lopes (PSL/RJ)	Apologias (sic) e ideologias; ideologias do nazismo e comunismo.

Fonte: Dias (2021)

Vale ressaltar, apenas como ilustração, que o Instituto Datafolha realizou uma pesquisa intitulada “Temas polêmicos”, entre os dias 18 e 19 de dezembro de 2018, em que questionou se assuntos políticos e educação sexual deveriam ser discutidos nas escolas. Segundo a pesquisa, 71% dos entrevistados responderam sim, 54% concordaram totalmente e 17% em parte. Discordaram 28%, sendo 8% em parte e 20% totalmente. Do grupo que respondeu afirmativamente (54%), 35% concordaram plenamente e 19% parcialmente. Do grupo discordante (44%), 10% discordaram em parte e 35% totalmente (DATAFOLHA, 2018). Diferentemente do que propaga o EsP, a pesquisa revela que é necessário discutir política nas escolas.

Ao término do mandato legislativo (2015-2018), congressistas apressaram-se para tentar a aprovação do PL do EsP em andamento – PL 7.180/2014. As tentativas foram infrutíferas em razão das manifestações organizadas por parlamentares, movimentos e associações contrárias ao PL. Os defensores do PL utilizaram estratégias diversas, como votação em sequência muito em cima da hora, no intuito de desmobilizar os oponentes. Por seis semanas consecutivas, o PL foi posto em votação e a oposição conseguiu obstruí-lo. Por sua vez, os defensores do projeto, na pessoa de Marcos Rogério, reconheceram o trabalho dos deputados da oposição. Os parlamentares favoráveis solicitaram que a votação fosse adiada para 2019 devido às alterações. A oposição saiu vitoriosa na Câmara ao obstruir a aprovação do projeto em 11 de dezembro de 2018. Na página da Câmara dos Deputados¹¹¹, particularmente na Comissão que trata sobre o assunto, foi publicado que:

A comissão especial que analisa a proposta conhecida como Escola sem Partido (PL 7180/14 e outros) adiou para a próxima terça-feira (11), às 9 horas, para tentar votar o relatório do deputado Flavinho (PSC-SP).

Ontem, os deputados contrários ao projeto, apesar de estarem em menor número, conseguiram novamente obstruir o processo de votação. A reunião foi suspensa devido ao início da Ordem do Dia do Plenário da Câmara.

O presidente da comissão, deputado Marcos Rogério (DEM-RO), afirmou que vai continuar pautando a votação da proposta, mesmo com a obstrução dos deputados contrários ao projeto. "Há um processo de obstrução sistemático, faz parte do processo legislativo. Mas é papel do presidente da comissão conduzir os trabalhos com vista ao encerramento, com aprovação do texto ou rejeição deste", declarou.

A votação da proposta conhecida como Escola sem Partido (PL 7180/14 e outros) ficou para o ano que vem. Em razão da falta de quórum e da agenda apertada de fim de ano, o presidente da comissão especial, deputado Marcos Rogério (DEM-RO), decidiu que não vai mais convocar reuniões do colegiado.

Caberá à nova Câmara, que toma posse em 1º de fevereiro de 2019, analisar novamente o assunto.

Analisando os vídeos que constam na página da Comissão responsável pelo assunto, verifica-se a forte atuação de Alice Portugal (PC do B), Erika Kokay (PT) e Glauber Braga (PSOL) no embate político e discursivo com os defensores do projeto. Em todas as audiências, os debates e encontros foram bastante acirrados, o que demonstra que as diferenças entre os defensores do EsP e aqueles que o combatiam eram profundas e do âmbito da concepção de projeto educacional, escola, ser humano, educando e, sobretudo, de valores que o norteiam.

Nas audiências municipais e estaduais, não raro, foi necessário chamar a polícia

111

Disponível

em:

https://www2.camara.leg.br/busca/?o=recent&v=noticias&colecacao=AGENCIA_CAMARA&assunto=Escola+sem+Partido. Acesso em: 20 dez. 2018.

e/ou seguranças para conter brigas, interromper audiências ou mesmo proibir a entrada da população nas casas legislativas. O Jornal de Minas¹¹², online, na sessão sobre política de 14 de outubro de 2019, publicou:

A Câmara Municipal de Belo Horizonte proibiu a entrada de populares nas galerias para a reunião ordinária desta segunda-feira. Segundo a assessoria da Casa, a medida foi adotada por motivos de segurança, já que a sessão plenária desta tarde pode ter a votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei 274/17, apelidado de escola sem partido. Um “cordão” com 35 guardas municipais foi montado para impedir a entrada na Câmara. A Polícia Militar apoia a operação, enquanto os cidadãos concentrados na entrada - cerca de 100 pessoas -, majoritariamente contrários ao “Escola Sem Partido”, tentam acompanhar o andamento da sessão. Desde a última quarta-feira, a população está impedida de acompanhar às plenárias na galeria da Câmara. Naquela ocasião, aconteceu uma briga generalizada entre contrários e favoráveis à Escola Sem Partido com troca de socos, empurrões e muita gritaria.

Cenas como essas se repetiram por todo o país. Os estratagemas foram parecidos: impedimento da entrada de pessoas contrárias ao PL, forte aparato policial, expulsão de professores dos recintos, acusações, agressões físicas, insultos verbais, ataques virtuais, difamação e perseguição.

Na Assembleia Legislativa do Ceará, a CCJR aprovou o projeto do EsP protocolado pela deputada Silvana Oliveira (no mesmo dia em que a Comissão Especial da Câmara dos Deputados arquivou o EsP em Brasília). O PL cearense continuou tramitando e na Comissão de Educação, mas a própria deputada que o submeteu à aprovação o retirou de pauta. No dia da votação, havia na Assembleia um grande número de representantes de movimentos sociais, estudantes, professores, sindicatos, dentre outros, posicionando-se contra o PL. Ao retirar o projeto de pauta, Silvana exclamou:

Eu não darei altar para quem veio aqui fazer bagunça. O projeto escola sem partido é puramente informativo e eu, a deputada Silvana, quanto mais tempo ele se mantiver, é melhor pra mim. Então, eu, essa deputada, que sei perfeitamente o que estou fazendo, retiro de pauta para que ele na próxima legislatura esteja apresentando junto com o meu marido lá na Câmara Federal, porque agora o presidente é Jair Messias Bolsonaro. Milhões e milhões de digitais que consagraram um presidente conservador. Um presidente que colocou o ministro da educação que é a favor do Escola sem Partido. Para quem não sabe ler nem escrever eu quero dizer para vocês que é um cartaz que vai se manter em pauta enquanto essa deputada tiver voz. Então, na próxima legislatura eu apresento no primeiro dia e vocês vão tremer, convulsionar porque independente da aprovação, o projeto é informativo porque as urnas mostraram que vocês doutrinadores ideológicos ficaram no passado. Agora a juventude se levantou, a juventude disse não, disse não ao Lula que está preso e Bolsonaro foi diplomado presidente da república. Então, eu não vou dar palanque

112 Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/10/14/interna_politica,1092654/em-possivel-dia-d-do-escola-sem-partido-camara-proibe-entrada-de-popu.shtml. Acesso em: 23 out. 2019.

para deputado que queira crescer em cima de mim porque o mar não tem cabelo. O mar não tem cabelo. Aliás, vocês têm que amargar que a maioria dos ministros são militares. A maioria dos ministros é militar. Nem na ditadura militar, teve tanto militar como no governo de Jair Messias Bolsonaro, presidente do Brasil. Aqui vai a minha saudação aos militares do Brasil, porque eu sim, me sinto representada por eles e vocês que deviam estar na escola estudando, porque os meus eleitores estão trabalhando, ensinando e estudando. Morram e durmam com essa declaração. Obrigada, meu querido presidente. (Diário de campo, dezembro de 2018).

Deveras, há grande presença de militares no governo Bolsonaro¹¹³, mais do que no Regime Militar de Castelo Branco. A parlamentar sempre se apresentou de modo polêmico e às vezes sarcástico em seus discursos na tribuna, mencionando a igreja evangélica da qual faz parte, a bíblia e a religião, e negando-se a discutir temas como sexualidade, “ideologia de gênero” e feminismo no ambiente escolar. Na Assembleia Legislativa, com uma bíblia na mão, disse:

É a vontade, de fato, da maioria, a vontade um povo que se cansou de ver a afronta de símbolos sagrados. O nosso povo se cansou de ver marchas de vadias, de movimentos organizados. O conservador não é uma onda, é uma rocha, é alicerce, mesmo pra quem quer enfrentar, denegrir o que nós conhecemos por família. Deus fala comigo e diz: olha você bateu na ideologia de gênero, agora, você vai bater no feminismo. Eu tive medo, mas é um desafio pra esse novo tempo. Agradei ao Deus Todo-Poderoso que me deu coragem de ir na propaganda da televisão e dizer que esse modelo de feminismo eu sou contra. Eu gosto de ser mulher, mãe, deputada. (DIÁRIO DO NORDESTE, 2018)

Além disso, Oliveira afirmou que já foi denunciada na auditoria da Casa "porque estava, segundo alguns, confundindo a Assembleia Legislativa com a Assembleia de Deus". Acrescentou que "O Estado é laico, bando de analfabetos políticos. O Estado laico é aquele que exatamente respeita o meu direito de subir à tribuna dessa Casa com o que há de mais precioso, que é capaz de revolucionar a Segurança desse Estado", mostrando a bíblia no púlpito, de acordo com matéria do Jornal Cearense Diário do Nordeste.¹¹⁴ Ainda em dezembro de 2018, o governador do estado do Maranhão, Flávio Dino, editou decreto contra o EsP. No Ceará, o Conselho Estadual de Educação (CEE) lançou nota em apoio aos professores e contra o EsP. Pelas vias legais, o ministro do STF, Luís Roberto Barroso, declarou inconstitucional o PL 7.800/2016 que instituía o Escola Livre em Alagoas. Abaixo, alguns de

113 No governo Bolsonaro, os militares da reserva ocupam o primeiro escalão do poder executivo, especialmente no ministério da Segurança. Podemos assinalar que é um governo de militares sem golpe e-ou ainda com fortes de militarização da política ou politização das Forças Armadas.

114 Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/politica/online/deputada-leva-biblia-a-tribuna-e-dispara-vou-bater-no-feminismo-1.2011408>. Acesso em: 20 dez. 2018.

seus raciocínios¹¹⁵:

[...] A imposição da neutralidade – se fosse verdadeiramente possível – impediria a afirmação de diferentes ideias e concepções políticas ou ideológicas sobre um mesmo fenômeno em sala de aula. A exigência de neutralidade política e ideológica implica, ademais, a não tolerância de diferentes visões de mundo, ideologias e perspectivas políticas em sala.

[...] A liberdade de ensinar é um mecanismo essencial para provocar o aluno e estimulá-lo a produzir seus próprios pontos de vista. Só pode ensinar a liberdade quem dispõe de liberdade. Só pode provocar o pensamento crítico, quem pode igualmente proferir um pensamento crítico. Para que a educação seja um instrumento de emancipação, é preciso ampliar o universo informacional e cultural do aluno, e não reduzi-lo, com a supressão de conteúdos políticos ou filosóficos, a pretexto de ser o estudante um ser “vulnerável”. (p. 24).

Vale notar, ademais, que a norma impugnada expressa uma desconfiança com relação ao professor. Os professores têm um papel fundamental para o avanço da educação e são essenciais para a promoção dos valores tutelados pela Constituição. Não se pode esperar que uma educação adequada floresça em um ambiente acadêmico hostil, em que o docente se sente ameaçado e em risco por toda e qualquer opinião emitida em sala de aula. (p.25)

Deputados eleitos do PSL e de outros partidos de direita, apoiadores de Bolsonaro, se manifestaram contra a decisão proferida pelo ministro Barroso, alegando ser ela uma afronta ao presidente do país que ainda nem tinha recebido o cargo. Ressaltamos que alguns políticos como Erivelton Santana (PATRI/BA), Cabo Sabino (PR/CE), Laerte Bessa (PR/DF) e Magno Malta (PR/ES), que faziam apologia ao PL EsP na legislatura 2015-2018 perderam seus cargos na Câmara e no Senado nas eleições de 2018¹¹⁶.

No primeiro dia do governo Bolsonaro (04/02/2019), foi protocolado, pela deputada Bia Kicis¹¹⁷ (PSL/DF), o PL 246/2019, mais rigoroso em relação aos anteriores. A patrulha do trabalho docente ficou acentuada devido ao 7º artigo que assegura aos estudantes o “direito de gravar as aulas, a fim de permitir a melhor absorção do conteúdo ministrado de viabilizar o pleno exercício do direito dos pais ou responsáveis de ter ciência do processo pedagógico e avaliar a qualidade dos serviços prestados pela escola”.

Além de permitir gravação de professores, há uma mudança significativa em relação aos outros PL: a lei será aplicada somente em escolas públicas, as quais receberão denúncias anônimas, sofrerão aumento das dimensões do cartaz com os deveres do professor e considerarão “ato de improbidade administrativa não expor ou destruir o cartaz”. As escolas

115 Disponível: <https://www.conjur.com.br/dl/liminar-suspende-lei-alagoas-criou.pdf>. Acesso em: 23 out. 2019.

116 Na verdade, as eleições de 2018 excluíram nomes “de coronéis da política” de várias cidades, como Eunício Oliveira (CE), Roberto Requião (PR), Magno Malta (ES), Aníbal Gomes (CE), Sarney Filho (MA) e Roseana Sarney (MA). Os dois últimos do Maranhão são filhos de José Sarney que comandam politicamente o Estado há pelo menos seis décadas.

117 Cunhada de Miguel Nagib.

particulares ficariam de fora dessa nova proposta do EsP, o que mostra a cisão escancarada de classes sociais. Os filhos da elite estudam em escolas particulares¹¹⁸ – como a filial paulistana da Avenues e a Escola Waldorf São Paulo, cuja proposta é a de formar “cidadãos globais” – ou em escolas no exterior. Para a escola pública, os princípios do EsP devem ser aplicados enquanto para as escolas privadas são destinados diversos tipos de conhecimentos científicos produzidos pela humanidade: é o dualismo educacional revelado mais uma vez na história da educação brasileira (SAVIANI, 2019).

O ESP coaduna diretamente com o tipo de homem, formação, escola e concepção de mundo do sistema capitalista vigente que explora a mão-de obra e a política do consenso e promove a “educação em doses homeopáticas”, como escreveu Adam Smith no século XVIII.

O novo PL tem gerado debates e embates na nova legislatura. Há quem reivindique que o EsP deva ser deixado de lado enquanto se votam pautas mais urgentes como a econômica, exportação, privatização, Reforma da Previdência e outras do interesse do ministro da Economia Paulo Guedes, que segue à risca os ditames das políticas neoliberais. A deputada Tábata Amaral (PDT/SP) se manifestou no começo do ano alegando que as discussões em torno do ESP vão de encontro às pautas “reais da educação do país”.

Para contrapor o PL da Kicis, as deputadas Talíria Petrone (PSOL-RJ), Luiza Erundina (PSOL-SP), Fernanda Melchionna (PSOL/RS), Sâmia Bomfim (PSOL-SP) e Áurea Carolina (PSOL/MG) lançaram, em 06 de fevereiro de 2019, o Projeto de Lei 502/2019 que institui o Programa “Escola sem Mordça” em todo o território brasileiro. Na legislatura anterior, o deputado Jean Willis havia protocolado o PL Escola Livre, mas no novo PL as supracitadas parlamentares alteraram o nome com a justificativa de que o movimento contrário ao EsP vinha se tornando mais conhecido como “Escola sem Mordça”. Seguindo a mesma linha de raciocínio, o deputado Alexandre Padilha (PT/SP) lançou o PL Escola Livre, homônimo ao Projeto de Alagoas lançado em legislatura anterior, mas com teor completamente diferente. Ao apresentar o PL 375/2019, em 06 de fevereiro de 2019, declarou:

Quem fala aqui é o médico Alexandre Padilha, que continua atendendo no Sistema Único de Saúde (SUS) e vou continuar frequentando, atendendo a unidade básica de saúde, mesmo como deputado federal. E lá vejo como vários dos temas trazidos pelos pacientes tem a haver diretamente com a falta de informação que a nossa

118 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/12/1840339-escola-de-elite-que-forma-cidadao-global-chega-a-sao-paulo-ate-2018.shtml>.

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/zona-sul-concentra-38-das-escolas-top-100-da-grande-sp-no-enem-2014.html>. Acesso em: 18 ago. 2017.

escola, infelizmente, não traz sobre, por exemplo, a gravidez na adolescência, sobre o preconceito e estigma em relação a população LGBT, sobre o tema das drogas, sobre os impactos ambientais e a relação disso com as doenças, por isso é inadmissível a tentativa de se colocar uma mordaca nos professores.

Falo aqui inspirado as centenas de milhares de professores e professoras que já vinham aguentando as baixas condições de trabalho no Brasil. E que além das baixas condições de trabalho, tem um elemento a mais para impedir sua atuação que é a incitação ao ódio, a violência, a criar um clima, que não é clima frutífero para a aprendizagem no espaço da escola. Tem criado um clima de divergência, de ódio, de incitação, de calúnia, no espaço escolar que é tão oposto aquilo que Paulo Freire dizia que a aprendizagem é um ato de amor, de respeito, de construção coletiva do conhecimento. (Padilha, 2019).

Na 4ª sessão legislativa ordinária da 55ª legislatura, da Comissão Especial criada para deliberar a respeito do PL de Erivelton Santana sobre o EsP, o deputado Ivan Valente (PSOL -SP) depôs:

[...] nós temos que parar pra pensar o que é que está acontecendo aqui. Entende? Porque essa proposta vai chegar na sociedade brasileira pra estimular o conflito e a guerra cultural... É exatamente pra enevoar a questão de fundo no Brasil que é a miséria, que é a baixa distribuição de renda, que são as injustiças, que são as perseguições, que são as violações dos direitos humanos e que são, particularmente, algo que talvez tenha consenso: que a escola pública brasileira, ela está sendo apunhalada com salários miseráveis de professores, com salas lotadas, sem qualidade, sem formação continuada e aqui está se propondo criminalizar, exatamente, aqueles que ainda mantem um vocacionamento para a educação. Isso é uma vergonha! Esse projeto deveria ser imediatamente retirado em nome da liberdade e da democracia. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 22 de novembro de 2018).

Valente, em seu discurso, aproxima-se das contradições reais e históricas da escola pública: estruturas precárias, falta de saneamento básico, água, internet, biblioteca, merenda escolar, materiais básicos – como papel e cartuchos de toner para impressão de documentos – atividades e avaliações. O deputado (2018) aponta que o EsP tem a pretensão de tirar de cena os reais problemas brasileiros (como distribuição de renda), criminalizando o trabalho docente. Vejamos:

[...] Esta Comissão não é maior do que a Constituinte, esta Comissão não é maior do que a Constituição, um projeto de lei não é maior do que o que está registrado na Constituição, que é a liberdade de organização, que é a liberdade de manifestação, que é a liberdade de ensinar, de aprender, que é o direito de cátedra dos professores. O que está sendo feito aqui é uma tentativa vã de criminalizar os nossos mestres, do Brasil inteiro. Merecerão o repúdio. Transformar alunos e pais em dedos-duros levará essas pessoas que V.Exas. estão incentivando a fazer filminhos em sala de aula a serem escoraçadas pela sociedade, pelos mestres, pelos professores. E, mais do que nunca, o Brasil não vai aceitar que cada sala de aula vire uma Gestapo, para impedir o livre debate, a diversidade, o diálogo. (Palmas.) E mais: o que existe dentro da escola é um grande diálogo entre professores e alunos, entre pais. Criar

essa cizânia, em nome de uma verdade, de um partido único, porque V.Exas. querem escola sem partido? Vocês querem a escola do partido único fascistoide. Nós queremos a escola de todos os partidos, de todas as ideias, da diversidade política, ideológica e cultural, da criação, da crítica, do debate que interessa a toda a sociedade brasileira. É por isso que nós estamos resistindo a esta proposta aqui. Eu tenho certeza de que ela será repudiada por toda a sociedade civil, como já foi por toda a imprensa e inclusive por pensadores da direita. Este projeto é absurdo, é ridículo, é fascista. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 22 de novembro de 2018, p. 9).

No segundo semestre de 2018, os debates na Câmara dos Deputados da Comissão de Educação foram bem incisivos tanto por parte de seus defensores quanto de seus opositores. Como declarou Valente, os representantes do Legislativo que defendem a proposta do EsP não apresentam projetos para atender às reais necessidades da educação pública brasileira.

Em janeiro de 2020, o senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE) encaminhou à SECITECE um ofício solicitando esclarecimentos em relação ao edital 01/20 que trata do Mestrado Profissional em Educação (MPEDU) ofertado pela URCA – sob a alegação da existência de “ideologia de gênero” no edital, especificamente no que se refere à Linha de Pesquisa Práticas Educativas, Culturas e Diversidades, que tem como uma de suas sublinhas Gênero, educação, sexualidades e diferenças. A universidade se pronunciou por meio de uma carta aberta à comunidade científica brasileira intitulada: “URCA em defesa da autonomia universitária”¹¹⁹, publicada no próprio site da universidade da SECITECE.

Reafirma, com a mesma intensidade, o seu compromisso com a promoção da autonomia universitária (didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial), prevista no Artigo 207 da Carta Magna de 1988 e no Artigo 53 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, sem a qual é impossível pensar a consolidação dos pilares supramencionados. A promoção e expansão dos Cursos de Graduação e dos Programas de Pós-Graduação, por conseguinte, é compromisso inarredável da Gestão Superior da URCA. Amparados nas particularidades da região do Cariri e Centro-Sul e na necessidade de garantir o fiel cumprimento dos pressupostos básicos da democracia, da cidadania plena e dos direitos humanos fundamentais, sem a distinção de pessoas, etnias, credo, identidade de gênero ou orientação sexual, defenderemos de maneira inafastável a importância da educação como meio para combater toda e qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação.

Em relação à autonomia universitária garantida por lei, reza o artigo 207 da Constituição Federal de 1988 que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da

119 Disponível em: <https://www.sct.ce.gov.br/2020/01/23/carta-aberta-a-comunidade-cientifica-brasileira-urca-em-defesa-da-autonomia-universitaria/>. Acesso em: 29 jan. 2020.

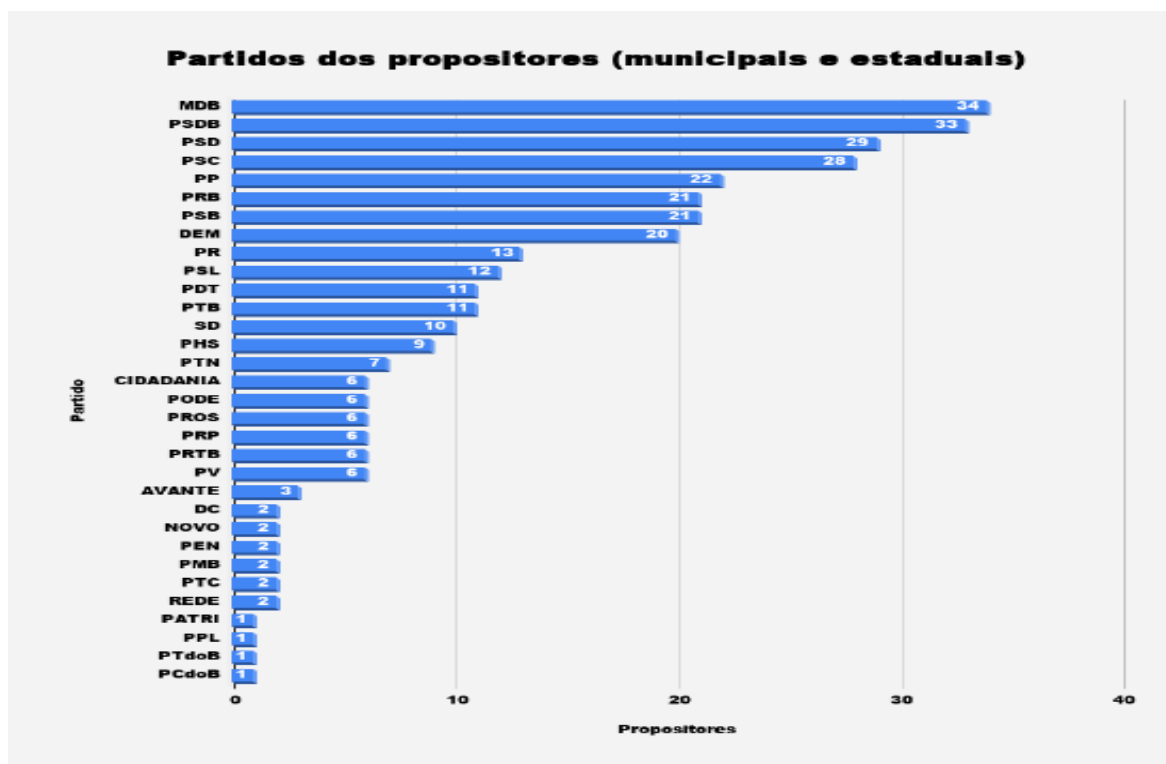
indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

A Frente Nacional Escola sem Mordaça divulgou, em dezembro de 2020, um mapeamento de projetos de lei relacionados ao EsP apresentados nas câmaras e assembleias legislativas. Ao longo de seis anos, foram registrados 237 PL em 214 municípios e estados e 23 na Câmara Federal. O estudo teve como objetivo levantar a quantidade de PL para ter noção do local em que eles foram protocolados, o teor, o partido, a ementa e se foram ou não aprovados. A pesquisa foi financiada pelo ANDES-SN, Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (SINASEFE) e Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) e realizada pelas pesquisadoras Fernanda Moura e Renata Aquino (MOURA; SILVA, 2020).

Os diversos projetos foram agrupados em quatro categorias: 1) Escola sem Partido; 2) Tipo Escola sem Partido; 3) Antigênero e 4) Infância sem Pornografia. Apesar de serem em grande número, a maioria se adéqua ao item 1, isto é, tem quase o mesmo teor do PL original, sendo praticamente sua cópia literal, inclusive nos nomes. Os PL de tipo 2 também apresentam quase o mesmo teor, salvo poucas alterações, inclusive em seus títulos (como o “Escola Livre de Alagoas”). Sobre Antigênero, “São projetos e leis que censuram especificamente e somente o direito à educação em gênero e sexualidade” (p.7). O item 4, por sua vez, está relacionado a proposições de PL que supostamente combatem a pornografia e a pedofilia (MOURA; SILVA, 2020).

Supúnhamos que a maioria dos PL tivesse sido idealizada por partidos de ultradireita como o PSL. No entanto, o mapeamento mostrou que muitos tiveram origem em partidos como o MDB e o PSDB (MOURA; SILVA, 2020). A sistematização abaixo mostra que a proposta vem, sobretudo, dos partidos de centro. Vejamos o gráfico a seguir:

Figura 8 – Partidos dos propositores do EsP



Fonte: Moura e Silva (2020)

O MDB, antigo PMDB, aparece como o maior propositor, seguido pelo PSDB e pelo PSD. Nesse meio campo, aparece o DEM. Curiosamente, são os três partidos do chamado Centrão que mais vêm se destacando nas cenas eleitorais de 2020 (segundo o TSE) e que ocupam a presidência da Câmara dos Deputados e do Senado. A adesão do Centrão ao EsP, na visão de Moura e Silva (2020, p. 16), explica-se por multivariados fatores para formar capital político, manter o poder e o *status quo* por meio da educação, adotando

[...] projetos de direita para ganhar capital político com o familismo; uma forma inerentemente autoritária de pensar o que é um processo de ensino-aprendizagem ético; a força do termo e da ideia de uma Escola sem Partido como simbolizando o projeto político da direita para a escola.

A maioria desse grupo compõe a Bancada da Bíblia, mas também integra outras frentes como a do agronegócio, pecuária, extrativismo e empresas, inclusive o mercado educacional. A proposição conservadora casa perfeitamente com o fisiologismo, viés neoliberal e clientelista do centrão no Congresso Nacional. Na arena política, o discurso atual

do Centrão¹²⁰ é se apresentar como alternativa para o radicalismo petista e o autoritarismo bolsonarista e criar a terceira via, diga-se de passagem, apoiado pela Rede Globo de televisão, empresa da família Marinho do Rio de Janeiro.

A CPI da covid-19¹²¹ tem mostrado a projeção política/partidária de antigos caciques como o senador Renan Calheiros (MDB-AL), que ocupa o cargo de relator e diariamente atualiza os dados de mortos pelo vírus em sua bancada, e o presidente Omar Aziz (PSD-AM) que mandou prender o ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde Roberto Ferreira Dias. É inegável que o capital político deles toma proporções consideráveis em meio a conjuntura tão distópica.

A ideia de que o EsP não tem relação com os partidos de direita e extrema direita, assim como de que o EsP não seria uma bandeira desses partidos é desmascarada pelos dados dessa pesquisa (MOURA; SILVA, 2020), contrapondo-se à explicação que se encontra no site para a pergunta “o EsP é de direita?”, no link “Perguntas e respostas”:

O ESP não defende e não promove nenhum tópico da agenda liberal, conservadora ou tradicionalista. Logo, não é de direita. Mas isso não impede que professores e estudantes de esquerda nos apliquem esse rótulo, com o objetivo de desqualificar o nosso trabalho. Fazem isso porque reconhecem que é a esquerda a única responsável pela instrumentalização do ensino para fins políticos e ideológicos; e, como nos opomos a essa prática, somos vistos como adversários ideológicos. Ou seja: se combatemos uma prática da esquerda, temos de ser “de direita”. É assim que eles raciocinam. (ESCOLA SEM PARTIDO, 2018, s/p).

Flagrante e perceptível é a ausência de fundamentos e o discurso manipulatório dessa resposta. É explícito o fato de que o EsP é uma bandeira da direita brasileira na medida em que a maioria dos legisladores nas três esferas de poder são de partidos de direita ou ultradireita. O argumento de que não são conservadores nem liberais, igualmente é tombado. Os ideólogos defensores da proposta, como dissemos, são integrantes da Frente Parlamentar

120 A respeito deste grupo político, é importante frisar que o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (fundo eleitoral) de 2 bilhões passou para a ordem de 5,7 bilhões, conforme aprovação no Congresso Nacional da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) prevista para 2022. Também é válido ressaltar que o PL foi protocolado na madrugada e no outro dia pela manhã já entrou em votação e à tarde foi aprovado. Além disso, foram determinadas fatias maiores a serem controladas pelo Congresso. Será que o Ministro da Economia encapará lutas para barrar? Será que o presidente vetará em nome dos elevados custos públicos? Tudo indica que não, visto que nomes da base bolsonarista, como Carla Zambelli, Bia Kicis e Eduardo Bolsonaro, votaram a favor. Por outro lado, armar guerra com o centrão pode lhe trazer sérios problemas, inclusive a não aprovação dos projetos do governo e, em último caso, a destituição do cargo de presidente.

121 Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>. Acesso em: 08 jul. 2021.

Evangélica (FPE), outros integram *think tanks* e propagam os ideários do mercado e agenda liberal.

Em um trabalho colossal, as pesquisadoras Moura e Silva (2020) mostraram que 2017 foi o ano em que mais se protocolaram PLs nas instâncias federal, estadual e municipal. O gráfico abaixo, ilustra o quantitativo de PLs entre os anos 2011 e 2019:

Figura 9 – Projetos propostos por ano

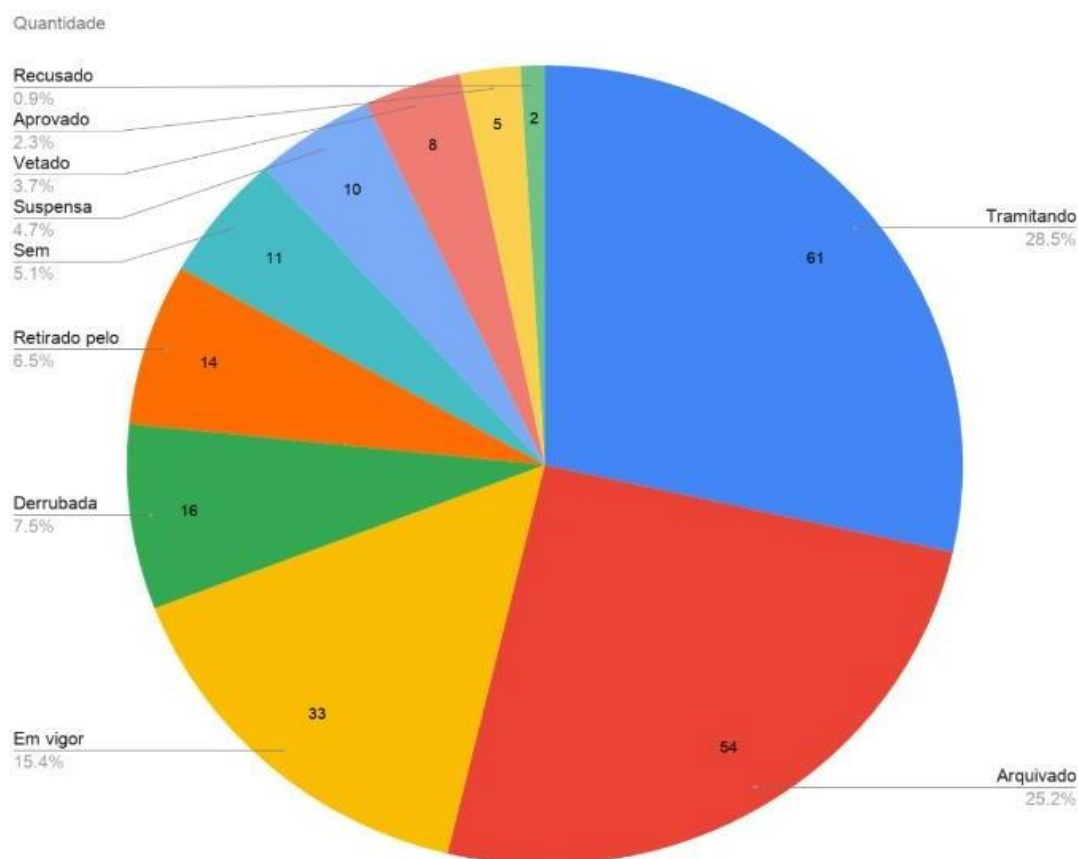


Fonte: Moura e Silva (2020)

Em 2014, já haviam sido protocolados 16 projetos, e observamos que a cada ano o número aumenta vertiginosamente. Em 2016, houve um pequeno decréscimo (três PLs) e em 2017 foi o ano do apogeu: 122. É relevante pensarmos no porquê do aumento considerável em 2017. Talvez, a conjuntura seja reveladora: além de ter sido o ano pré-eleitoral, em que entraram em cena vários atores políticos da extrema direita, foi também o ano pós-impeachment (ou pós-golpe) de 2016. A atuação da Lava Jato também pode ter tido um papel importante. Além disso, ajustes fiscais foram realizados e foram implementadas contrarreformas, como a do Ensino Médio (Lei 13.415/17), a Trabalhista (Lei 13467/17) e a da Previdência (EC nº 103/19). Nesse contexto, ocorreram as eleições de 2017 nos EUA com a vitória de Donald Trump, representante da extrema direita que influenciou sobremaneira o governo de Bolsonaro.

Muitos desses PL estão em tramitação, conforme demonstram Moura e Silva (2020) no tópico intitulado “Último status dos projetos” e no gráfico a seguir:

Figura 10 – Status dos projetos



Fonte: Moura e Silva (2020)

De acordo com o gráfico, 28,5% (61 projetos) ainda estão tramitando, 25,2% (54) foram arquivados, 6,5% (14) foram retirados de pauta, 3,7% (8) foram vetados e 7,5% (16) foram derrubados. A maioria dos projetos EsP é da Região Sudeste.

Outra questão premente a ser discutida é a inconstitucionalidade do EsP. O Ministério Público Federal e o Supremo Tribunal Federal já se posicionaram contra porque fere princípios constitucionais, como a liberdade de ensinar, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, conforme as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.537, ADI nº 5.580 e ADI nº 6.038.

Com a dificuldade de aprovar o EsP nas câmaras legislativas, o então ministro da educação Abraham Weintraub (2019-2020), em coletiva à imprensa em setembro de 2019,

divulgou o documento “Escola de Todos”¹²². Na prática, trata-se do ofício nº 76/2019 cujo assunto é: “Idéias [*sic*] para condução de um ensino plural e respeitoso no ambiente escolar”. Segundo o ex-ministro, o documento deveria ser encaminhado a todas as secretarias de educação municipais, estaduais e do Distrito Federal para conhecimento de todos os gestores escolares, professores e alunos. Acreditamos que esse documento pretende esconder em sua essência os princípios do EsP. Analisemos:

Queremos ressaltar que o papel da escola é criar a próxima geração de forma sadia, humana e civilizada. Queremos que as estratégias de ensino possam potencializar o futuro das crianças, em um ambiente sadio, combatendo bullying e suicídio, respeitando o direito dos professores de ensinar, **mas sem doutrinar**¹²³. (BRASIL, 2019).

Weintraub reitera que o ofício “só” pretende lembrar ao professor e ao aluno qual é o papel da escola. No entanto, fica explícita a visão corrente do governo de que o professor é doutrinador quando ele diz respeitar o direito dos professores de ensinar, mas sem doutrinar.

Por ocasião dos 30 anos da Convenção dos Direitos da Criança, em novembro de 2019, o MEC e o Ministério da Família e Direitos Humanos assinaram protocolo para firmar parcerias a fim de garantir o cumprimento dos princípios do “Escola de Todos”. Weintraub falou: “Esse ofício tem o papel de ser um chamamento, lembrar a todos para que serve uma escola. Lembrar a todos que quem frequenta uma escola é vulnerável, é pequeno, e por isso a escola tem de ser acolhedora, plural, democrática¹²⁴”. Os princípios elencados no ofício vão ao encontro dos deveres dos professores reivindicados pelo EsP e trazem canais de denúncias a professores “para coibir excessos”, como o sistema de ouvidorias, protocolo integrado, e-mail e telefones institucionais, central de relacionamento, portal “fale conosco” e serviço de informação ao cidadão. O Escola de Todos é um título sugestivo e aparentemente democrático, mas que mascara, em sua essência, a imposição do EsP. É, portanto, uma forma sutil de burlar o ilegal. Enfim, o que dizer de uma Escola de Todos e de uma política inclusiva (no nome) que na prática é um engodo e retrocesso?

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em parceria com o MEC, em 27 e 28 de abril de 2021, promoveu o Fórum Nacional sobre Violência Institucional

122 Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/1569331161_oficiomecescoladetodos.pdf. Acesso em: 08 jul. 2021.

123 <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/211-noticias/218175739/80611-escola-de-todos-quer-assegurar-melhor-convivio-no-ambiente-de-ensino?Itemid=164>. Acesso em: 08 jul. 2021.

124 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/escola-de-todos>. Acesso em: 08 jul. 2021.

contra crianças e adolescentes¹²⁵. O evento foi virtual e o folder trazia a programação com as seguintes palestras: “Violência institucional no ambiente escolar”, “Ideologia: desserviço na educação da criança e do adolescente”, “A ideologia em sala de aula na perspectiva dos tratados internacionais de direitos humanos”, “Taxonomia de denúncias cometidas contra crianças e adolescentes”, “A desconstrução da identidade promovida pela ideologia de gênero”, “Panorama geral [sic] das questões de gênero na infância e adolescência: impacto na saúde física e mental”, “Desenvolvimento infantil e violência institucional contra crianças e adolescentes”. No currículo dos palestrantes é notório que nenhum é professor, embora suas palestras ataquem diretamente o trabalho docente.

Reiteramos que o EsP, apesar de não ter sido aprovado até hoje, alcançou algumas conquistas, por exemplo, a exclusão da questão de identidade de gênero e da expressão “orientação sexual” tanto do PNE, aprovado na Lei 13.005/14, quanto da BNCC. A tramitação do Plano no Congresso Nacional foi de intenso debate, protestos e mobilização, principalmente do movimento LGBTQTT e das organizações em defesa dos direitos humanos. Por outro lado, a bancada evangélica conservadora defendeu pautas relativas à moral cristã e à família tradicional.

Em 29 de outubro de 2018, um dia após as eleições, a fim de promover perseguição aos professores, a deputada federal Ana Caroline Campagnolo (PSL/SC) pediu que alunos gravassem os professores em salas de aulas e denunciassem casos de “doutrinação”.

Segunda-feira, 29 de outubro, é o dia em que os professores e doutrinadores estarão inconformados e revoltados. Muitos deles não conterão sua ira e farão da sala de aula um auditório cativo para suas queixas político partidárias em virtude da vitória de Bolsonaro. Filme ou grave todas as manifestações político-partidárias ou ideológicas.

A postagem gerou controvérsias e polêmicas nos meios escolares e universitários, com manifestação de revolta e angústia dos opositores e satisfação dos apoiadores. O Ministério Público de Santa Catarina abriu investigação de ofício para verificar se Campagnolo teria violado os direitos dos estudantes. À época, a Secretaria de Educação do Município emitiu nota sobre a proibição do uso de celulares em sala de aula e destacou que a

125 Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/abril/forum-nacional-debate-violencia-institucional-contracrianças-e-adolescentes/ProgramaodoFrumNacionalsobreViolnciaInstitucionalcontraCrianseAdolescentes.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2021.

Constituição Federal de 1988 e a LDB 9.394/96 garantem a liberdade de ensino e aprendizagem. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação protocolou uma denúncia na Promotoria e professores lançaram um abaixo-assinado online para a impugnação do cargo de deputada. Consta na página do abaixo-assinado:

Nós, professores, entendemos que a referida Ana Caroline está incitando ódio ao afirmar inverdades, provocando um ambiente escolar insalubre, visto que nas atribuições em sala de aula, os professores sobretudo os da área de Humanas (alvo das críticas da referida) não fazem doutrinação ao ensinarem seus conteúdos, mas os apresentam e promovem debates com a total lisura respeitando o livre pensamento dos alunos e da comunidade educacional em geral.¹²⁶

Além dos professores, a OAB e as universidades do país também repudiaram a publicação da deputada. Na Justiça, em primeira instância, foi determinado que Campagnolo retirasse seu texto do Facebook sob pena de multa por danos morais coletivos. Porém, a parlamentar recorreu e saiu vitoriosa em segunda instância. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por meio da desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta, liberou Campagnolo para a abertura de um canal para denúncia de supostos professores doutrinadores sob a alegação de que a deputada seria uma “ouvinte social” em defesa dos alunos.

Além de Campagnolo, alguns representantes do poder legislativo forçaram entrada nas escolas, inclusive nas salas de aula, para fiscalizar os planos de aula dos docentes e observar os cartazes afixados no ambiente escolar, a exemplo do que o vereador Fernando Holiday (DEM-SP) fez nas escolas municipais de São Paulo, conforme matéria veiculada pelo Estadão: “Vereador Holiday faz blitz em escolas para verificar doutrinação”.

A seguir, discutiremos mais detidamente sobre um tema exaustivamente atacado pelo EsP, a denominada “ideologia de gênero” associada ao feminismo, à sexualidade e aos debates de gênero na escola, com o objetivo de desvelar as concepções por trás dessa expressão. Outrossim, discorreremos sobre a cruzada contra a educação no período da Ditadura Militar no Brasil e o pseudo fantasma do marxismo cultural. Nesta seção, questionamo-nos: como foi construído tanto pavor em torno de algo que, simplesmente, não existe nas escolas?

4.2 Ideologia de gênero e feminismo: a sexualidade em xeque na “pauta cristã”

126

Disponível

em:

https://secure.avaaz.org/community_petitions/po/Professores_estudantes_e_comunidade_escolar_em_geral_Impugnacao_Ana_Caroline_Campagnolo/. Acesso em: 20 fev. 2020.

A discussão em torno da “ideologia de gênero” se insere no campo da disputa ideológica travada pelos setores ultraconservadores e defensores do EsP. A pauta ganhou grande força nas igrejas cristãs ou “Bancada da Bíblia” (um dos principais grupos da Câmara de Deputados) que inclui evangélicos e católicos, em especial os integrantes da Renovação Carismática Católica que criticam veementemente o conceito e a discussão de gênero nas escolas.

Para Amorim (2016) e Salej (2016), o gênero não é uma questão de ideologia, mas de teoria. Nas Ciências Sociais, gênero é tido como conceito analítico. Beauvoir, em “O segundo sexo” (2014), contesta todo determinismo biológico e afirma que ninguém nasce mulher ou homem, pois essa construção é sociocultural. Louro (2000), por sua vez, observa que a sexualidade sempre foi e continua sendo alvo de controle por diversas instituições, como Estado, família e igreja, já que no Brasil “a Igreja sempre manteve estreitas relações com o Estado, apropriando-se dele para ampliar suas estruturas de poder e consolidar-se como instituição de importância social” (DANTAS, 2011, p. 21).

Faoro (2001), em “Os donos do poder”, demonstrou que essas relações de dominação e controle da sexualidade e da reprodução feminina existem há séculos. O modelo patriarcal até hoje tem grandes implicações no cotidiano e nas configurações da vida social, política, econômica, cultural e familiar, reincidindo, principalmente, na vida da mulher.

Além do acentuado controle e censura dos corpos e da sexualidade, majoritariamente de mulheres e LGBT, há também o controle social por meio das escolas, com a busca da legalização de projetos em nome da moral e da ordem cristã, a exemplo do EsP e de seus correlatos, como o *homeschooling* e a militarização das escolas públicas.

Seguindo esse fio condutor, todos os problemas da educação brasileira podem ser atribuídos à ordem moral e, assim, por extensão, aos professores, tidos como “doutrinadores de partidos esquerdistas que dominariam a cabeça dos estudantes e incentivariam crianças e adolescentes a tornarem-se homossexuais”. Miskolci (2007, p. 113) salienta que

O estudo de pânico morais permite compreender como preocupações e temores de um dado momento histórico expressam lutas de poder entre grupos sociais, valores e normas, pois pânico morais nunca são espontâneos. Eles são produto da catalisação de temores já existentes na coletividade. O pesquisador deve descobrir quem foi o agente no processo e como agiu de forma a transformar um temor existente em pânico. Dessa forma, será possível determinar quais valores e normas sociais estão em disputa no realinhamento do que a coletividade considera aceitável ou não em termos de comportamento e estilo de vida.

Penna, um dos estudiosos que mais vêm se destacando no combate ao EsP, assevera que o uso da “ideologia de gênero” é “uma poderosa ferramenta política para manipular o pânico moral em troca de ganhos eleitorais. A tentativa de censurar a discussão de gênero nas escolas é uma estratégia transnacional” (PENNA, 2018, p. 112).

Os estudos de Miskolci (2007, p. 112) acerca de “pânico moral e controles sociais” possibilitam compreender a aceitação massiva da “ideologia de gênero” do EsP. O pesquisador (2007, p. 113) explica que

Os pânicos morais são fenômenos privilegiados nessa nova ordem do poder, pois levam sempre à discussão sobre o controle social e legal apropriado de uma forma de comportamento. Os empreendedores morais, ao invés de propor a criminalização e o aprisionamento tendem a sugerir medidas educacionais, de prevenção e regulamentação legal.

No caso em tela nesta tese, o medo e o pavor são instrumentos para o controle e adequação dos sujeitos à ordem social moralizante. Essa prática foi notada em todo o período eleitoral de 2018 e nas justificativas em defesa de PL, como o EsP. Nesse período, notamos nos discursos maior incidência do combate à chamada ideologia de gênero e ao denominado kit gay e a defesa de “políticos cristãos que guardassem a fé”. Essas técnicas e estratégias não são novas: são acionadas e valoradas para amplificar o “caos e a anomia social” (DURKHEIM, 2014) em tempos de crise e conservadorismo.

Movimentos contra a denominada ideologia de gênero vêm crescendo vertiginosamente em muitos países. Em novembro de 2018, em Portugal, o grupo Escudo Identitário colou mais de mil cartazes em diversos pontos do país contra o que identifica como ideologia de gênero. A imagem abaixo ilustra o combate à discussão de gênero nas escolas nesse país:

Figura 11 – Escudo identitário

P publico.pt - 9 nov 17:38

Grupo extremista cola cartazes contra “ideologia de género” em mais de 300 escolas

Organização Escudo Identitário colou mais de 1000 cartazes junto a escolas em vários pontos do país. Autoridades estão a acompanhar crescimento de movimentos ligados à extrema-direita.



Fonte: Twitter Escudo Identitário

O Escudo Identitário dissemina ideias da extrema direita. Segundo o que consta no Instagram, esse escudo é “constituído por patriotas que lutam pelo bem-estar social, pela soberania e pela identidade Portuguesa e Europeia”. Nas páginas sociais, o grupo é definido como antissistema.

A vinda da cientista social Judith Butler ao Brasil, em novembro de 2018, provocou os ânimos da extrema direita, que, nas redes sociais, passou a atacá-la e às instituições que organizaram o Simpósio Internacional “Os fins da democracia” no SESC Pompeia. Esses movimentos de extrema direita pensaram que a palestra seria sobre gênero e criaram na internet um abaixo-assinado contrário a ela com os seguintes dizeres:

Cancelamento da palestra de Judith Butler¹²⁷

127 Disponível em: <https://citizengo.org/pt-br/fm/108060-cancelamento-da-palestra-judith-butler-no-sesc-pompeia>. Acesso em: 30 out. 2019.

Judith Butler não é bem-vinda no Brasil! Nossa nação negou a ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação e nos Planos Municipais de Educação de quase todos os municípios. Não queremos uma ideologia que mascara um objetivo político marxista. Seus livros querem nos fazer crer que a identidade é variável e fruto da cultura. A ciência e, acima de tudo, a realidade nos mostra o contrário.

Sua presença em nosso país num simpósio comunista, pago com o dinheiro de uma fundação internacional, não é desejada pela esmagadora maioria da população nacional.

Zelamos pelas nossas crianças e pelo futuro do nosso Brasil. #ForaButler

Atenciosamente,

[Seu nome]

Essa ofensiva contra as discussões relacionadas a gênero também se reflete nas políticas públicas na área da saúde, assistência social e educação do governo Bolsonaro, marcado pelo retrocesso, moralismo, fundamentalismo religioso, chauvinismo e pauta dos costumes. A educação sexual dos jovens é ignorada “em nome da família”, mesmo com altos índices de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência.

A respeito da educação sexual, a ministra Damares Alves recomendou castidade e abstinência sexual como forma de evitar doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce em campanha publicitária veiculada em fevereiro de 2020, por ocasião do carnaval, negando todas as pesquisas e iniciativas já desenvolvidas por educadores, profissionais da saúde e de outras especialidades. A temática e seus desdobramentos, como os direitos, têm sido desconsiderados nas políticas educacionais do MEC, comprometendo seriamente os serviços de saúde sexual e reprodutiva.

Tendo em vista que a sexualidade é tema imprescindível no currículo escolar desde 1998, a orientação sexual passou a ser considerado tema transversal dos PCN. No entanto, ainda não é aceita por gestores, educadores e pais bolsonaristas, embora a questão sexual permaneça latente e suas manifestações estejam nas portas dos banheiros (com desenhos dos órgãos sexuais), nas dúvidas e nos questionamentos dos alunos sobre métodos contraceptivos, na desinformação, na gravidez na adolescência, nos casos de ISTs que alunas compartilham com professores em segredo e, muitas vezes, nem revelam aos próprios pais.

Vigora a ideia de que “educação vem de casa” e, portanto, a educação sexual deveria acontecer somente no âmbito doméstico por meio dos pais e não de professores. Essas ideias supostamente teriam base em “valores cristãos” e na defesa da família e da moral, contrariando muitos estudos em matéria de educação sexual que mostram a escola como local propício para se debater a sexualidade, fundamentada em “perspectivas pluralistas, enfim, no reconhecimento de comportamentos sexuais e de valores a eles associados” (MAIA; RIBEIRO, 2011, p. 79).

Igualmente, o governo desconsidera a homofobia, tratando a homossexualidade como doença – a ponto de alardear a existência de cura, a “cura gay” – e gerar debate no Congresso Nacional, embora já seja consenso entre os estudiosos de gênero e identidade que “a homofobia na escola é um agente de exclusão social com impactos graves na formação das identidades de todos os estudantes” (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2016, p. 78).

O Programa Escola sem Homofobia do MEC, por exemplo, foi tão propagado pela Bancada da Bíblia quanto o “kit gay”, tendo muita aceitação e divulgação nos meios religiosos. Os discursos sobre o kit e o que chamam de “ideologia de gênero” deu o tom das campanhas eleitorais em 2018. Na verdade, o intitulado “famigerado kit” era uma distorção de um material didático criado em 2011 pelo Ministério da Educação (MEC) com a finalidade de combater a homofobia nas escolas públicas do Brasil – muito diferente, portanto, daquela propagada nas mídias sociais em forma de *fake news*.

Assim, gênero e sexualidade não surgem apenas como dimensões da vida social, mas como pontos centrais do debate político. Cabe considerar que “A multiplicação e a renovada visibilidade de sujeitos políticos, suas lutas por reconhecimento e a oposição por parte de setores conservadores têm posicionado tais questões no centro de uma intrincada arena de disputas”, conforme pontuam Facchini e Sivori (2017, p. 20).

As discussões contra a expressão “ideologia de gênero” estão no cerne da gestão Bolsonaro e cada vez mais integradas às políticas educacionais, a exemplo do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Em janeiro de 2020, o presidente afirmou que os livros didáticos precisavam ser revistos, pois “tem muita coisa escrita, tem que suavizar aquilo”, acrescentando que medidas seriam tomadas para alterar os conteúdos:

A questão de livros botei uma matéria ontem, já começa a mudar alguma coisa. Mas tem livros que eu vou ser obrigado a distribuir esse ano ainda levando-se em conta sua feitura em anos anteriores. Tem que seguir a lei. A partir de 2021, todos os livros serão nossos, feitos por nós. Os pais vão vibrar. Vai estar lá a bandeira do Brasil na capa. Vai ter lá o hino nacional. Os livros hoje em dia, como regra, são um montão de amontoado de muita coisa escrita. Tem que suavizar aquilo. Falar em suavizar, estudei na cartilha ‘Caminho Suave’, você nunca esquece. Não esse lixo que, como regra, está aí. Essa ideologia de Paulo Freire. [...] Devemos buscar cada vez mais facilitar a vida de quem produz, fazer com que essa garotada aqui tenha um ensino que vá ser útil lá na frente. Não ficar nessa historinha de ideologia. Esse moleque é macho, pô. Estou vendo aqui, o moleque é macho, pô. E os idiotas achando que ele vai definir o sexo quando tiver 12 anos de idade. Sai para lá. (BOLSONARO, 2020).

Concordamos com Tomaselli (2018, p. 96) em sua afirmação de que o EsP

representa a penetração política da ideologia da nova direita no campo educacional, o que talvez seja uma estratégia de construção hegemônica no plano da consciência, em que os temas em comum do ESP e da nova direita evangélica se combinam, reforçando a tríade Deus, Família e Pátria.

Em vários estados e municípios, deputados e vereadores criaram PLs que proíbem debates sobre gênero nas escolas públicas, reforçando, por meio do EsP, “a proposição unânime da direita sobre a necessidade de o Estado intervir na legislação, sob o aspecto da moralidade sexual e familiar” (TOMASELLI, 2018, p. 96).

Por ocasião da audiência realizada em 31 de outubro de 2019, na Câmara Municipal de Fortaleza, antes da votação sobre o EsP, houve debates acalorados entre os que o defendiam e os que o rechaçavam. Alguns pastores e vereadores contrários conversaram com os professores na tentativa de justificar o voto nas oito emendas criadas para anexar ao projeto original. Na ocasião, alguns professores pediram respeito ao seu trabalho, indignados com um vídeo replicado no YouTube pelo deputado estadual André Fernandes (PSL) sobre uma matéria da jornalista Regina Villela (filiada ao PSL) que tratava de uma formação recebida por professores da SME com conotação sexual que seria repassada às crianças. A SME denunciou¹²⁸ o caso à polícia e o vídeo foi repostado em redes sociais e sites de direita, como o de Olavo Carvalho, João Dória, entre outros.

O vereador Evaldo Lima (PCdoB) propôs duas Emendas Aditivas ao PL em discussão: a primeira (0001/2019) para considerar a violência aos alunos a “ideologia de gênero nas escolas de Fortaleza” e a segunda (0003/2019) para que os “equipamentos eletrônicos” fossem considerados “excelentes formas para qualquer um do povo (sic) exercer o CONTROLE SOCIAL das ações de qualquer servidor público”. Ambas foram protocoladas pelo vereador Jorge Pinheiro.

A vereadora Larissa Gaspar (PT/CE), por sua vez, enfatizou os cortes na educação do Brasil, as estruturas precárias das escolas, as péssimas condições de trabalho dos professores e o piso salarial. Destacou que contrariar a liberdade de cátedra é desrespeito à Constituição Federal de 1988 e que a pauta de costumes nada mais é que uma bandeira eleitoral e chamou esses vereadores adeptos ao EsP para visitar e observar as reais necessidades e as estruturas físicas das escolas.

Na Assembleia Legislativa do Ceará, a deputada Silvana Oliveira, da base

128 Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/09/19/policia-investiga-youtuber-que-acusa-prefeitura-de-fortaleza-de-fazer-cartilha-com-conteudo-sexual-para-professores-de-creches.ghtml>. Acesso em: 01 nov. 2019.

governista, cobrou do governador Camilo Santana a revisão do decreto 33.376, de 2 de dezembro de 2019, porque, segundo a parlamentar, a lei possibilita a imersão da “ideologia de gênero” no currículo escolar, contrariando o Plano Estadual de Educação do Ceará, que retirou quaisquer menções à palavra “gênero”. Como justificativa, proferiu as seguintes palavras:

Talvez ele não tenha condições de ler detalhadamente cada papel que assina, pois esse decreto é confuso, confrontando e ameaçando a paz dos cristãos, e não vamos aceitar [...]. Nós não podemos permitir isso, pois vai inquietar toda a sociedade. Nós não fazemos guerra com ninguém, e queremos que todas as pessoas sejam respeitadas independentes de suas opções sexuais.¹²⁹

Há uma contradição no discurso de Oliveira, pois, ao mesmo tempo em que afirma que “não quer guerra com ninguém”, questiona os direitos sexuais das minorias sociais – no caso, mulheres e homossexuais. Acrescente-se que a deputada é assumidamente contra o movimento feminista. Em sessão na Assembleia Legislativa, em 4 de setembro de 2018, declarou:

Enquanto existir guerra entre sexos, realmente, a sociedade jamais poderá ser uma sociedade pacífica. Ser feminista pra mim é ser alguém que procura desconstruir o elo mais precioso da sociedade, que é a família. Eu entendo e digo que luto pelos direitos e deveres das mulheres, as mulheres podem ser absolutamente tudo o que quiserem, isso não passa por ser feminista, isso passa por ser mulher. Luto pela sociedade feminina que não odeia os homens.

Sua fala denota incompreensão, intencional ou não, sobre o movimento feminista como luta pelos direitos das mulheres. Para ela, o que há é uma disputa entre os sexos, em que a mulher quer se igualar ao homem, o que, segundo os preceitos bíblicos, seria um atentado à figura masculina, “a cabeça da casa”.

Por fim, os que combatem as discussões sobre gênero, apoiados em um falso discurso da existência de uma “ideologia de gênero”, desdenham a violência doméstica no Brasil. Milhares de mulheres morrem todos os anos, na maioria das vezes dentro de sua própria casa, por culpa do companheiro e até na frente de crianças. Se existe algum tipo de ideologia de gênero, podemos chamá-la de patriarcalismo e machismo. A escola pode ficar alheia a estes fatos?

129 Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/index.php/noticias/item/87168-doutora-silvana-contesta-decreto-governamental-sobre-diversidade-de-genero>. Acesso em: 2 set. 2019.

4.3 Marxismo cultural e comunismo: um fantasma que volta ao presente?

Discutiremos neste subcapítulo outro tema alvo de ataques do EsP, o denominado marxismo cultural. Trata-se de uma teoria da conspiração da extrema direita para disseminar pânico e terror acerca de um suposto plano da esquerda para dominar culturalmente a sociedade e conseqüente implantação do socialismo e/ou comunismo.

Bolsonaro, nas campanhas eleitorais de 2018, prometeu aos seus eleitores expurgar o comunismo não só combatendo-o, mas libertando os brasileiros de um suposto socialismo implantado nos governos do PT de Lula e Dilma Rousseff. Por meio desses e de outros jargões pejorativos e insultuosos, também fez ameaças de enviar petistas para a Venezuela ou Cuba.

Em meados de agosto de 2019 em evento político em Parnaíba-PI, no qual foi homenageado pelo prefeito Mão Santa (DEM) e pelo Serviço Social do Comércio (SESC) na inauguração de uma escola militar que levaria seu nome (Escola Presidente Jair Messias Bolsonaro), continuou com os ataques: “[...] acabar com o cocô no Brasil. O cocô é essa raça de corruptos e comunistas”.

Promessas eleitorais, como a de Bolsonaro, não são inéditas na História do Brasil, conforme a citação a seguir: “A ideia de um ‘marxismo cultural’ como conspiração parece nova, mas começou com a reedição de uma teoria da conspiração da década de 1930: a do bolchevismo cultural” (CARAPANÃ, 2018, p. 38). Elas carregavam a mesma obsessão discursiva como a que ocorre hoje, justificando-se por meio de uma suposta erosão dos valores tradicionais. De fato, se remontarmos à década de 1930, notaremos que o candidato à presidência da República, Getúlio Vargas, também se elegeu e manteve-se no poder com a mesma narrativa utilizada por Bolsonaro.

Aludimos que o discurso é parecido, porém as práticas divergem entre um e outro. Enquanto Getúlio Vargas era garantidor de direitos sociais (nos estreitos marcos da sociedade de classes) e nacionalista, Bolsonaro é pseudonacionalista e entreguista¹³⁰, abdica totalmente dos recursos naturais brasileiros, um “lambe botas” do ex-presidente Trump e do imperialismo americano. Portanto, as ideologias convergem em alguns momentos, mas os governos e práticas divergem. Vejamos parte do discurso proferido por Vargas na Câmara dos Deputados,

130 A exemplo da Base de Alcântara no Maranhão deliberadamente entregue aos Estados Unidos e da venda da Embraer praticamente de graça, conforme o Decreto Legislativo Nº 64 publicado no DOU em 20 de novembro de 2019.

no dia 1 de janeiro de 1936:

Sejam quais forem os disfarces e os processos usados, os adeptos do comunismo perseguem invariavelmente os mesmos fins. Como por toda parte, também entre nós se distribuem por categorias de fácil identificação. Há os conspiradores, partidários da violência, querendo precipitar os acontecimentos pelos golpes de força e pela técnica da rebelião, certos de que nunca poderão contar com a maioria da representação política ou, antes, seguros de que terão de enfrentar sempre a repulsa integral do povo brasileiro. Esses são, pelo menos, coerentes, porquanto o regime soviético visa, precisamente, instituir o governo das minorias opressoras, escravizando a inconsciência das majorias. Há os pregadores, **os professores, os doutrinadores do comunismo**, disfarçados em marxistas, em ideólogos de nova era social, mistificadores de toda casta, perniciosos e astutos. São os que envenenam o ambiente, turvam as águas, não praticando mas, **ensinando o comunismo nas escolas, distribuindo livros sectaristas, propinando o veneno e protestando inocência a cada passo**, pois não invocam, na sua lábia, a violência e sim a modificação evolutiva dos valores universais. (VARGAS, 1936, p. 349)

Os dois políticos têm em comum o fato de serem apresentados à sociedade como mitos, salvadores da nação e amantes da pátria, lutarem contra o socialismo e o comunismo, supostamente ideologias de grupos com o objetivo de implantar o terror, a opressão, a dominação e a rebelião. Os comunistas, por exemplo, tentariam ganhar mentes e consciências por meio da escola e livros sectários e contrários aos valores morais da família tradicional, da moral cristã, corroendo não só a inocência e a moralidade, mas também os ideais nacionalistas. Fica evidente que em ambos os casos foi trabalhada a ideia de conspiração em que forças políticas e ideológicas usam de persuasão para enganar mentes, corações e razões. A técnica do medo, pavor e até do pânico são utilizadas para fazer acreditar no terrível perigo vermelho.

Para salvar a pátria desse perigo vermelho, são necessários homens “iluminados” que reiterem os comunistas como causadores de desordem, confusão, subversão que precisam ser combatidos e extirpados pelo bem coletivo. Conforme Negrão, “A sistemática repetição e a constante atribuição de termos negativos aos comunistas (horrores, execução, selvageria), a derrota e os procedimentos desumanos se fazem sempre aliados aos predicados positivos” (NEGRÃO, 2005, p. 49) direcionados a nacionalistas.

Rodeghero (2002, p. 464) igualmente descreve o imaginário social construído para caracterizar os comunistas com “imagens repetidas através do tempo e que relacionam o comunismo ao inferno e os comunistas ao demônio, que representam esses como vermes, abutres, polvos, serpentes, que os relacionam à doença, ao estrangeiro, à traição, à ilusão”.

Observemos o discurso proferido per Getúlio Vargas, em 07 de setembro de 1936,

na Esplanada do Castelo, durante as comemorações da Independência do Brasil:

Os agentes da subversão e da desordem persistem nos seus planos diabólicos. Sob os mais variados disfarces, procuram infiltrar-se no meio social, insinuando, iludindo, apelando para sentimentos generosos que intimamente repudiam, reclamando a liberdade que pretendem estrangular. É da tática comunista a dissimulação e o embuste [...]

Precisamos, portanto, estar em guarda contra a investida bolchevista, anarquizadora e maléfica, e alertar aqueles a quem se dirige, com insistência, a propaganda sinuosa e torva. O trabalhador desprevenido, votado aos problemas do seu ofício, e a mocidade, aberta a todos os entusiasmos nobres, são alvos preferidos dessa ofensiva dos inimigos da pátria, da família e da religião [...].

[...] Tenho, entretanto, fé na vitória. Estou confiante em que os comunistas e os que se acumpliciam para aniquilar-nos serão abatidos pelo esforço comum, pelo devotamento de todos os brasileiros que querem, sob a égide da justiça, o ambiente de ordem imprescindível às realizações do seu destino criador de um Brasil maior e mais próspero. (VARGAS, 1936, p. 355 e 356)

Não raro, a imagem dos comunistas transmitida pelos detentores do poder era a de selvagens, matadores, incendiários, inimigos da democracia e da ordem. O mesmo recurso é utilizado por Bolsonaro que, usando também de sua formação militar, adota em sua plataforma eleitoral o resgate ao nacionalismo, patriotismo e do anticomunismo aliado ao cristianismo. Em várias aparições no Palácio do Planalto, fala em patriotismo como forma de defender os planos estipulados por seu governo e expostos no Projeto Fênix¹³¹. Tanto em reuniões políticas formais quanto nas informais nos movimentos pró-governo, candidatos e eleitores pró-Bolsonaro cantavam o Hino Nacional com a mão no peito, com orgulho de ser brasileiro usam a camisa do Brasil, hasteavam a bandeira nacional, apropriando-se das cores verde e amarelo como seus símbolos.

Os opositores do presidente foram estereotipados como não patriotas avessos ao avanço do Brasil. Nas redes sociais e nos discursos do presidente, os opositores eram taxados: “você está torcendo contra o Brasil”, “você é contra o Brasil”, “não quer que o país avance” e diretamente associa-os a petistas, comunistas, socialistas. “Ser contra o presidente” passou a significar “ser contra o desenvolvimento e crescimento do país”. O lema “Ame ou deixe-o” da ditadura militar passou a ser relacionado à ideia de mandar os “esquerdistas” ou “esquerdopatas” para Cuba ou para a Venezuela. Nas redes sociais, principalmente no Twitter, Instagram e Facebook, os bolsonaristas criaram vários memes para emitir essas ideias.

Adolf Hitler se utilizou desse mesmo expediente para permanecer no poder e

131 Trata-se do Plano de Governo de Bolsonaro para a presidência da República. Disponível em: https://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf. Acesso em: 20 out. 2018.

implantar o regime nazista na Alemanha e o mesmo se deu com Benito Mussolini em relação ao fascismo na Itália. Motta (1998, p.93) é um dos estudiosos que trata da “construção do mito da conspiração judaico-comunista” como estratégia de dominação nazista e pregação antissemita.

Nos estudos sobre a “indústria” do anticomunismo no Brasil, Motta assinala que “foi a ‘Intentona Comunista’, em novembro de 1935, a maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil” (MOTTA, 2000, p. 7). A Intentona foi um movimento militar encabeçado por Luís Carlos Prestes e outros indivíduos ligados à Internacional Comunista. Segundo Motta (2000, p. 16), embora tenham surgido elaborações próprias relacionadas às peculiaridades da política interna, acompanhando a dinâmica da conjuntura histórica,

[...] em grande parte, as visões sobre o que seria o comunismo e a ameaça que ele implicava à ordem social foram decalcadas de modelos estrangeiros, sobretudo, dos Estados Unidos. As representações anticomunistas elaboradas e divulgadas no Brasil, a partir de 1917, refletem uma influência externa marcante.

Na década de 1960, a sombra do comunismo voltou a aparecer intensamente no Brasil com a tomada do poder pelos militares, que instituíram um dos períodos de autoritarismo mais ferrenhos da história do país. Motta (2010, p. 72) cunhou o termo “indústria do anticomunismo” para mostrar “a exploração vantajosa do perigo vermelho”. O historiador descreve que jornais, partidos políticos, Igreja Católica, Estado e órgãos de repressão usavam o recurso da indústria anticomunista de diversas formas e com variados interesses. Relata que era comum delatar um oponente como comunista para que fosse preso, torturado e exilado. A tática era taxar de comunistas os socialistas mais moderados, os trabalhistas e quaisquer pessoas que tendessem para um viés mais progressista. Enfim, todo aquele que pretendesse mexer no *status quo* era considerado perigo vermelho. Motta (2002, p. 74) esclarece que:

Além disso, a tática era útil para os que almejavam criar condições favoráveis à efetivação de intervenções autoritárias na vida política nacional. Para atingir este propósito era interessante criar um ambiente de polarização política, uma impressão de conflito grave e decisivo opondo comunistas e anticomunistas. Evidentemente, a fim de tornar convincente tal construção era imprescindível que os “comunistas” fossem numerosos, de modo que a sociedade aceitasse como necessário o golpe nas instituições liberal-democráticas.

Historicamente, houve golpe militar em 1964. No entanto, alguns militares ainda

hoje falam em intervenção ou em governo militar, disseminando a ideia de que impediram um golpe dos comunistas no Brasil. Essa versão já foi exaustivamente refutada pela História, pelas testemunhas oculares vítimas da Ditadura Militar e pela Comissão da Verdade¹³². Com efeito, a “ameaça comunista” serviu como pretexto “para justificar golpes autoritários, reprimir movimentos populares e garantir interesses imperialistas ameaçados pelas campanhas nacionalistas, ou seja, manter inalterado o *status quo*”. (MOTTA, 2000, p. 9-10).

A título de exemplificação da força anticomunista, citamos ainda o macarthismo – ocorrido nos Estados Unidos na década de 1950 – termo que designa uma grande perseguição a pessoas, dentre as quais professores, consideradas comunistas. O movimento foi criado pelo senador Joseph McCarthy, contemporâneo da Guerra Fria, período intenso de bipolarização político-ideológico mundial. McCarthy discursou várias vezes no Congresso e criou projetos de lei para combater o mal vermelho. Uma das características mais fortes dessa “caça às bruxas” são as acusações de espionagem e subversão, logicamente infundadas, e as “listas negras” que registravam os desertores.

Para propagandear o anticomunismo, foi publicado em 1948, nos Estados Unidos, o livro “100 coisas que você deveria saber sobre o comunismo e educação”, em que os professores são considerados, ao mesmo tempo, os alvos principais e os mais perigosos do comunismo. Como os docentes eram tidos como doutrinadores, seu trabalho era considerado atividade altamente perigosa, visto que era capaz de doutrinar as gerações mais novas. A publicação contém uma série de informações acessíveis ao público da época com a intenção de supostamente esclarecer os processos doutrinadores na escola. Vejamos o que instruía a Comissão para atividades não americanas da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos (1948, p. 1)

Isto é para lhe dizer o que os mentores do comunismo planejaram para o seu filho em nome da "Educação". Eles pretendem tirá-lo do berçário, colocá-lo de uniforme com a bandeira do martelo e da foice em uma mão e uma arma na outra, e enviá-lo para conquistar o mundo. Se eles tiverem o caminho, ele será guiado desde o jardim de infância até a faculdade, de modo que ele terá tudo exceto sua própria mente.

Pela citação, é possível perceber o professor como doutrinador a serviço do comunismo, captador da mente das crianças do jardim de infância e dos estudantes de universidades, como agente infiltrado que domina as consciências das novas gerações,

132 “A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988”. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 26 jul. 2020.

portanto, alguém extremamente perigoso e em relação a quem pais e responsáveis deveriam ficar atentos para evitar que o mal fosse disseminado. Estudiosos do assunto mostram que, na verdade, os professores eram censurados não por doutrinar, mas por suas preferências políticas, geralmente progressistas e de esquerda.

No Brasil, sob o rótulo “professor perigoso e subversivo”, muitos docentes, pesquisadores e intelectuais foram presos¹³³, exilados, aposentados compulsoriamente ou mortos durante os anos de chumbo; outros se tornaram apoiadores da Ditadura (MOTTA, 2014) e muitos ainda estão desaparecidos, segundo a Comissão da Verdade para a educação.

O historiador Motta, em seu doutoramento, pesquisou os impactos da ditadura nas universidades, a atuação dos apoiadores do regime militar nos meios acadêmicos e as políticas universitárias desse período, que, por sinal, ainda dão forma ao nosso sistema universitário nos dias de hoje. Estudos apontam que a censura promoveu corte de bolsas de pesquisa para a então incipiente pós-graduação no país, irregular repasse de verbas pelo Estado, controle excessivo das ações em pesquisas desenvolvidas e perseguição a docentes e estudantes, além de prisão, tortura e assassinatos nos tempos de “chumbo grosso” a partir da implementação do Ato Institucional nº 5 de 1968 (FERNANDES, 2016; MOTTA, 2014).

O anseio por uma “limpeza ideológica” levou ao bloqueio da livre circulação de ideias e de textos e à instalação de mecanismos para vigiar a comunidade universitária. O controle do trabalho docente se dava por meio de pessoas infiltradas nas universidades com o objetivo de acompanhar as ações e relações dos/entre funcionários no âmbito acadêmico. Não raro, entravam nas salas de aula para acompanhar o que estava sendo ministrado. Conteúdos de ordem política e econômica foram secundarizados em nome da ordem que se instalara no país. Alguns professores relutaram em tocar em aspectos da formação social do Brasil e das questões políticas e econômicas com medo de retaliações e perseguições, muitas pesquisas ficaram comprometidas e precisaram ser interrompidas, salas de aula sofreram invasão, conteúdos foram censurados e havia policiais fardados ou à paisana nos *campi*: tudo isso fazia parte do cenário autoritário das universidades brasileiras (MOTTA, 2014, p. 6).

Já a dissertação de Arapiraca (1978), por outro lado, mostra o *modus operandi* dos Estados Unidos na determinação de políticas educacionais para os países periféricos. Algumas

133 Entre os professores universitários presos no estado de São Paulo, citamos Mario Schenberg, Florestan Fernandes, Isaías Raw, Warwick Kerr, Luiz Hildebrando Pereira e Thomas Maack. Em Belo Horizonte, Simon Schwartzman, Marcos Rubinger, Sylvio de Vasconcellos, Henrique de Lima Vaz, Celso Diniz. Em Brasília, Perseu Abramo, José Albertino Rodrigues, Edgar Graeff, Ítalo Campofiorito, José Pertence, Hélio Pontes, Eustáquio Toledo. Em Recife, foram detidos Paulo Freire, Antônio Baltar e Luiz Costa Lima. Em Porto Alegre, Armando Temperani Pereira, professor e deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

vezes, essa ajuda nada desinteressada “ocorre de forma escudada em ação militar de enfrentamento” e outras vezes adota uma postura mais conciliatória, porém ambas possuem característica monopolizadora do capitalismo. A inequívoca atuação do capitalismo internacional e a política imperialista de dominação e subordinação aos ditames americanos celebrou o acordo MEC-USAID, conservando estruturas de poder, domínio e expansão capitalista por meio do discurso modernizador e desenvolvimentista, segundo o qual

Os valores do capital, coerentemente embutidos nas propostas de ajuda começaram a ser repetidos dentro do aparelho escolar dando foros de eficácia neutral a uma nova racionalidade pedagógica. Impunha-se explicitamente uma nova eficiência de ensino correspondente àquela observada no processo de produção industrial (ARAPIRACA, 1978, p. 152).

Para Cunha (2014, p. 16), “Tratou-se de uma das políticas mais ofensivas à qualidade do ensino brasileiro, cujas consequências se materializaram e estão presentes até a atualidade”. Motta (2014) chama esse processo de “arte de fazer mudanças conservando”, ou seja: conservando a mesma estrutura e mantendo o *status quo*. Modernização conservadora ou autoritarismo? Eis uma questão para se refletir.

Cunha (2014, p. 361) acrescenta que o legado da ditadura para a educação pública se resume basicamente a dois pontos: a educação tratada em função da simbiose Estado-capital e como instrumento de regeneração moral do indivíduo e da sociedade. Destaca ele que não foi necessariamente a ditadura que inventou a relação público-privado na educação: “o que ela fez foi intensificar essa dualidade fundante da educação brasileira” em todos os níveis, especialmente no ensino superior, com a Reforma Universitária de 1968. A simbiose ampliou sobremaneira as matrículas, expandindo quantitativamente a “escola pública de 1º e 2º graus às custas do rebaixamento da sua qualidade” (FERREIRA; BITTAR, 2006, p. 1161).

Acerca da temática moral, a historiadora Setemy (2018, p. 175) observa nos estudos empreendidos sobre a censura desse período que, “além de instrumento de repressão, a censura de temas morais foi um dos mecanismos empregados pela ditadura militar na busca de legitimidade perante a sociedade” e que os militares se colocavam como vigilantes da moral e dos bons costumes. (idem, 2018). Vemos, atualmente, a expressão “cidadãos de bem”¹³⁴ e/ou “pessoas de bem” ressurgindo com características e objetivos similares aos de

134 “Não é possível precisar quando e onde foi criado o termo. Há registros que remontam ao início do século XX, nos Estados Unidos. “*Good Citizen*” [Cidadão de Bem] era o título de um jornal publicado pela bispa da

outrora. A referida expressão foi disseminada na campanha eleitoral de Jair Bolsonaro à presidência da República. “À primeira vista, ‘cidadão de bem’ parece ser sinônimo de cidadão-modelo, representante prototípico de uma sociedade maniqueísta” (CABRAL; CAMPOS, 2019, p. 78). Ciocari e Persichetti (2019, p. 95) falam de uma “cidadania cindida pela desigualdade abertamente admitida entre aqueles que merecem usufruir de seus direitos – em especial, o direito à vida - e aqueles que abandonaram o direito à cidadania para entrar no crime”.

Essa vigilância e censura se expressaram também no currículo, componente escolar que sempre foi disputado. Circe Bittencourt (2011) descreve a “imposição das diretrizes ideológicas conservadoras aprovando a formatação do conteúdo a ser ensinado nas escolas e o caminho para privatização do acesso à Educação” como formato dessa era autoritária. Nos livros didáticos, sobretudo em Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica e OSPB, eram disseminados os valores dos setores do poder instalados no aparelho de Estado. (BITTENCOURT, 2011). Na obra “O controle ideológico na UPS (1964-1978)”, a Associação dos Docentes da USP – ADUSP (2004, p. 20) discute sobre o expurgo de grupos e pessoas que iam de encontro à lógica dos detentores do poder.

Esse processo obedecia à lógica própria de todo expurgo. Em primeiro lugar, o que está basicamente em questão é a existência de idéias [*sic*]. Trata-se de afastar e punir portadores de idéias consideradas marxistas ou subversivas, duas qualificações notoriamente elásticas e imprecisas, o que torna o julgamento obrigatoriamente subjetivo. O próprio de todo expurgo é o vício fundante de envolver necessariamente no processo as referências pessoais, os ódios e antipatias, a parcialidade dos acusadores. Por isso mesmo é que o expurgo possui uma afinidade estrutural fundamental com o fascismo. Dependendo de denúncia anônima e da calúnia, mobiliza a mesquinhez, o espírito vingativo e abre espaço para todo e qualquer tipo de oportunismo. Por sua própria natureza, o processo de expurgo constitui instrumento político que favorece a ascensão às posições de mando, de um lado, dos espíritos mais tacanhos e intolerantes, de outro, dos oportunistas, com o que não se quer dizer, obviamente, que as duas coisas sejam mutuamente exclusivas. [*sic*]

Na atual conjuntura, parece haver um saudosismo da era militar nos protestos e manifestações pró-Bolsonaro, inclusive em plena pandemia de covid-19, em que bolsonaristas fazem apelo e defesa do AI-5 e intervenção militar, argumentando que um governo militar veio para instaurar a ordem e impedir comunistas de se apoderarem do Brasil. A sombra do

Igreja (evangélica) Pilar de Fogo Alma *Bridwell White* de 1913 a 1933. A bispa era racista e apoiadora da supremacista Ku Klux Klan para ela, um grupo “divinamente ordenado” (segundo o livro “A Segunda Vinda da KKK: a Ku Klux Klan de 1920 e a Tradição Política Americana”, de Linda Gordon)”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/cidadaos-de-bem-os-modernos-hipocritas-fariseus/>. Acesso em: 4 set. 2020.

comunismo, portanto, foi reavivada também com a execração de Antônio Gramsci, Paulo Freire, Lênin e Karl Marx nos discursos bolsonaristas que os têm como “teóricos fundantes da doutrinação política nas universidades e escolas públicas”. As falas reavivadas do “perigo vermelho” são um dos eixos da extrema-direita brasileira – ou “nova direita brasileira”. Analisemos essas questões do ponto de vista histórico

Para exemplificar a força e mesmo a longevidade da argumentação e do imaginário anticomunista basta lembrar um episódio relativamente recente. Quando Tancredo Neves articulava sua candidatura presidencial, em 1984, um grupo político de extrema direita imprimiu e fez circular material de propaganda acusando o então Governador mineiro de possuir vínculos com os comunistas. O objetivo, obviamente, era desqualificar o candidato ante a população, tentando despertar e jogar contra ele a força da tradição anticomunista, que em momentos anteriores demonstrara notável capacidade de influir no jogo político (MOTTA, 2000, p. 8).

Até hoje, essa estratégia ainda é usada, como observamos nas eleições de 2018. A frase “O Brasil vai virar Venezuela”, disparada em WhatsApp, fez parte da retórica populista na campanha de Bolsonaro (CHAGAS *at.al.* 2019). Em post que publicamos no Facebook, adeptos de Bolsonaro nos chamaram de “esquerdistas”, “esquerdopata” e nos mandaram “ir para Venezuela”. A seguir, algumas afirmações de Bolsonaro sobre o que ele supõe ser o comunismo:

Se eu for presidente eu saio da ONU. Não serve pra nada essa instituição¹³⁵. A ONU é "local de reunião de comunistas" que não serve "para absolutamente nada"¹³⁶ O Mão Santa me disse agora há pouco, que nós vamos acabar com o cocô no Brasil. O cocô é essa raça de corrupto e comunista. Nas próximas eleições, nós vamos varrer essa turma vermelha do Brasil. Já que na Venezuela está bom, vamos mandar essa cambada para lá. Quem quiser um pouquinho mais para o norte, vai até Cuba.¹³⁷ Vamos nos unir, vamos unir esse Brasil aqui. Não vou botar um corneteiro para tocar uma corneta e dar o toque de sentido não, fiquem tranquilos, não vai ter isso não, mas unir, pelo exemplo, pela dedicação, pelo amor à pátria, pelo respeito da família, pela vontade de nos afastarmos de vez do socialismo, do comunismo.¹³⁸

Em um evento emblemático no Brasil, o impeachment de Dilma Rousseff, Bolsonaro votou a favor da destituição da então presidente, louvando enfaticamente o “Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rouseff”. Durante o Regime

135 Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-diz-que-se-for-presidente-brasil-saira-da-onu/>. Acesso em: 26 jul. 2020.

136 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49796517>. Acesso em: 26 jul. 2020.

137 Disponível em: <https://exame.com/brasil/vamos-acabar-com-o-coco-que-sao-corruptos-e-comunistas-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 26 jul. 2020.

138 Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-diz-defender-pais-de-comunismo-e-curar-lulistas-com-trabalho/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

Militar, Dilma era estudante e filiada à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares e foi presa em 1970. Na prisão, sofreu ameaças de morte, apanhou e teve um dente arrancado, conforme relatório da Comissão da Verdade, publicado em dezembro de 2014. Sobre Ustra, há depoimentos sobre sua forma de punição e tortura, em que baratas e ratos eram introduzidos nas mulheres pela vagina. Portanto, foi esse o herói de Bolsonaro: um dos maiores torturadores da Ditadura Militar, o primeiro no Brasil a ser reconhecido como tal, mas que morreu sem nenhum tipo de punição devido à Lei da Anistia publicada em 1979.

Analisando o Projeto de governo de Jair Bolsonaro, deparamo-nos, por diversas vezes, com o discurso de combate ao comunismo. Mais recentemente, Bolsonaro determinou ao Ministério da Defesa a comemoração do Golpe Militar por ocasião dos 56 anos do Regime ditatorial instalado no Brasil. Em seu discurso, o chefe executivo se referiu ao período como o Dia da Liberdade, gerando, por um lado, alegria e comoção e, por outro, sentimentos de revolta. Hamilton Mourão, vice-presidente da República, em alusão à data, postou no Twitter¹³⁹: “Há 56 anos, as FA (Forças Armadas) intervieram na política nacional para enfrentar a desordem, subversão e corrupção que abalavam as instituições e assustavam a população. Com a eleição do General Castello Branco, iniciaram-se as reformas que desenvolveram o Brasil”. As comemorações aconteceram nos quartéis do país, embora ações contrárias tenham sido mobilizadas para barrá-las. Como exemplo, citamos a petição feita pelo advogado paulista Carlos Alexandre Klomfahs.

Recentemente, o Instituto Datafolha¹⁴⁰ (2020) publicou que a maioria dos brasileiros (56%) é contrária a qualquer tipo de celebração relativa ao início da Ditadura Militar no Brasil, 36% são favoráveis e 7% preferiram não opinar. Os jovens (64%) e a maioria escolarizada (67%) desprezam as comemorações, que já haviam sido retiradas em 2011, no governo Dilma Rousseff.

Eduardo Bolsonaro também deu sua contribuição à criminalização do comunismo, criando, em 2016, o PL 5358/2016¹⁴¹ com a seguinte proposição: “Altera a redação da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, para criminalizar

139 Disponível em: <https://twitter.com/GeneralMourao>. Acesso em 24 de julho de 2020. A sigla FA refere-se a “Forças Armadas”.

140 Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/04/09/6eeffsftsse375c1edf00e2256494e20b3gm.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2020.

141 Acesso em: 24 jul. 2020. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=6C69A243ED77FFD0DB4EA45550860E2C.proposicoesWebExterno1?codteor=1460579&filename=Tramitacao-PL+5358/2016. Acesso em: 24 jul. 2020.

a apologia ao comunismo”. No Projeto, o filho mais velho de Jair Bolsonaro compara os movimentos comunistas de 1964 a atos terroristas e na justificativa do Projeto (2016, p. 3) pontua:

O que ocorre, na verdade, é o contínuo fomento de formas subliminar, velada ou mesmo ostensiva, da luta entre grupos distintos, que se materializam em textos jornalísticos, falsas expressões culturais, doutrinação escolar, atuações político-partidárias dentre outras, sempre com a pseudo intenção da busca pela justiça social. Em nome desses “ideais” os adeptos dessa ideologia estão dispostos a tudo e já perpetraram toda a sorte de barbáries contra agentes do Estado que objetivaram neutralizar sua “causa”.

No Brasil, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, muitos integrantes de grupos criminosos justificaram inúmeros atos terroristas por, em tese, se oporem ao chamado regime militar, bradando lutar por democracia, quando, de fato, tinham por escopo implantar a “ditadura do proletariado.

Podemos, portanto, afirmar que a “guerra ideológica” travada é explícita e aberta: o comunismo é colocado como o grande mal a ser combatido no governo Bolsonaro.

As críticas tecidas aos grupos supostamente de esquerda têm se realizado de modo inverso, uma vez que a direita se utiliza dos mesmos artifícios que critica: reivindica a neutralidade, mas demonstra perseguição e propaga o ódio como política (GALLEGO, 2018) a ponto de comparar nazismo e comunismo. A propósito dessa comparação, o “Livro Negro do Comunismo”, de Mises (1999), serve de fundamento para embasar noções equivocadas sobre um e outro. A obra é contundente e convincente a ponto de afirmar que os comunistas produziam mais cadáveres do que bens de consumo. Na verdade,

esta disputa pela memória travada pelo governo de Jair Bolsonaro se trata de uma estratégia política que tem por fim, mobilizar o sentimento de vitimização na sociedade e a construção de um inimigo a ser combatido, materializado em seus adversários políticos de esquerda. Como visa apagar do debate público verdades inconvenientes sobre o passado e silenciar a memória traumática sobre a ditadura, a política bolsonarista cria uma narrativa anticientífica ao se vincular às teorias conspiratórias sobre o “globalismo” e aproveita da potencialidade do ciberespaço na difusão de *marketing* político com o fim de produzir uma espécie de estado de irrealidade, onde as instituições são desacreditadas e o governo e seus apoiadores vistos como a única fonte de informações confiável (CAMARGO; MORAIS; ROSA, 2020, p. 80-81).

A perseguição impetrada pelo governo Bolsonaro às liberdades individuais e coletivas ficou mais nítida com a notícia de que a Secretaria de Operações Integradas (SEOPI), vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (representada pelo Ministro

André Mendonça¹⁴²), estava produzindo um relatório/dossiê sobre o “Movimento Policiais Antifascismo”¹⁴³ para investigar ações de integrantes de seus apoiadores:

Após quatro anos de existência, com diversas atividades públicas organizadas em todo o território nacional, fomos surpreendidos com a notícia, veiculada por canais de comunicação no último dia 24 de julho de 2020, de que uma ação sigilosa do governo federal estaria sendo urdida por uma unidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública - a Secretaria de Operações Integradas (SEOPI). Tal medida seria uma represália a um manifesto divulgado por este movimento no início de junho, intitulado “Policiais Antifascismo em Defesa da Democracia Popular” assinado por 579 integrantes e apoiadores. Este órgão federal teria produzido um dossiê com nomes, fotografias e endereços daqueles que subscreveram o documento, os quais estariam sendo monitorados.

Ainda, segundo as matérias jornalísticas, neste mesmo dossiê, a SEOPI tentaria interligar as ações do movimento ao terrorismo, na medida que inclui no processo um certo “Manual de terrorismo BR”. Para nós, não é demais lembrar que a construção de um Estado Policial que persegue servidores públicos, trabalhadores e intelectuais sempre configurou, ao longo da história, um modelo político voltado para o terrorismo de Estado.¹⁴⁴

A notícia de que o Movimento Antifascista estava sendo investigado por um serviço de inteligência do governo federal fez com que a Rede Sustentabilidade protocolasse processo no STF para investigação e suspensão de todos os atos do Ministério da Justiça que pretendessem produzir e/ou compartilhar a vida pessoal dos integrantes do referido movimento político. A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal votou contra o Relatório Antifascista, conforme despacho:

[...] No mérito, por maioria, deferiu a medida cautelar para suspender todo e qualquer ato do Ministério da Justiça e Segurança Pública de produção ou compartilhamento de informações sobre a vida pessoal, as escolhas pessoais e políticas, as práticas cívicas de cidadãos, servidores públicos federais, estaduais e municipais identificados como integrantes de movimento político antifascista, professores universitários e quaisquer outros que, atuando nos limites da legalidade, exerçam seus direitos de livremente expressar-se, reunir-se e associar-se, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio, que indeferia a cautelar (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2020, p. 4).

Conforme Medida Cautelar do STF (2020) supracitada, é fundamental atentar para o voto de alguns ministros):

142 Indicado para a vaga no Supremo Tribunal Federal (STF) com a saída do ministro Marco Aurélio Mello.

143 “O Movimento Policiais Antifascismo é um coletivo de agentes de segurança pública construído em 2016 para se somar à luta pelo aprofundamento das garantias constitucionais e dos direitos humanos, pela proteção à Democracia e ao Estado de Direito, pelo combate às históricas opressões e pelo reconhecimento do policial enquanto trabalhador”. Disponível em: <http://policiaisantifascismo.blogspot.com/>. Acesso em: 8 set. 2020.

144 Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/policiais-antifascismo-contr-o-terrorismo-de-estado/>. Acesso em: 20 fev. 2020.

A utilização das informações do poder do Estado, do sistema brasileiro de inteligência, para separar quem o relatório de Inteligência acha que é a favor ou contra (o governo) e, partir daí, comunicar autoridades. Isso é extremamente perigoso e, a meu ver, há um desvio de finalidade. O que mais me preocupou, o que mais me parece desvio de finalidade é tentativa de órgãos de inteligência de tentar planilhar as preferências políticas e filosóficas de agentes policiais sem que eles tivessem praticado qualquer atividade ilícita [...] Obviamente, não é permitido ao Ministério da Justiça e nenhum órgão que faz parte do Sistema de Inteligência bisbilhotar, ou fichar, ou ainda estabelecer classificações, seja de servidores, seja de particulares, para com isso enviar a outros órgãos (Alexandre de Moraes)

Relatórios de inteligência não podem ter como alvo uma ideologia específica, ou sua ameaça, independentemente da ideologia que expressa. Em uma democracia, ninguém deve temer represálias por apenas expressar uma opinião, uma crença um pensamento não endossado por quem ocupa posição de autoridade. Um Estado constitucional não admite que sejam as ações do Estado orientadas pela lógica do pensamento ideológico (Rosa Weber)

Comparar processo de inteligência capitaneado pelo ministro Alexandre de Moraes torna esse documento absolutamente inócuo. O que se contém no documento são fatos impassíveis de ser objeto de relatório de inteligência. Dever-se-ia denominar relatório de desinteligência. Para que não serve serviço de inteligência? Exatamente para os fins mencionados (Luiz Fux)

Os votos dos ministros e seus respectivos comentários são uníssomos quanto à obrigação do Estado de Direito de resguardar os ideais democráticos e os princípios constitucionais estabelecidos. No documento emitido, o colegiado se contrapõe a quaisquer ações de combate a ideologias ou ações de censura mesmo no âmbito do governo executivo.

Não estão incólumes as universidades e demais instituições de ensino federais no que diz respeito à escolha democrática de seus dirigentes. A Lei 9.192 de 1995 regulamenta os procedimentos para a escolha dos reitores e pró-reitores de IES federais a partir de lista tríplice elaborada por colegiado. Na lei não é explicitado qual dos três poderá ser escolhido (portanto, é discricionário ao presidente da República). Antes, a própria comunidade acadêmica elaborava a lista tríplice e o presidente escolhia o primeiro colocado em atendimento aos anseios coletivos. Contudo, a Medida Provisória (MP) nº 914, de 24 de dezembro de 2019, alterou esse processo, dando prerrogativas para que o presidente escolha aquele que mais lhe aprouver. Desse modo, Bolsonaro tem escolhido aqueles que são afinados ao seu governo e às suas ideologias partidárias¹⁴⁵. Assim ocorreu na UFC, na qual a

145 Segundo o Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Educação Básica e Profissional no Estado de Alagoas (SINTIETFAL), “apesar da grande rejeição da comunidade acadêmica, Cândido Albuquerque é o mais alinhado politicamente aos posicionamentos do governo federal e, por isso, se negou a respeitar a tradição democrática da universidade de retirar seu nome da lista tríplice enviada para a presidência. Na seção do Conselho Universitário que elaborou a lista tríplice, Antônio Gomes (segundo colocado) retirou a candidatura para que apenas o nome do mais votado fosse enviado a Bolsonaro. Cândido Albuquerque manteve a candidatura e a diretora do campus de Crateús, Maria Elias Soares, se ofereceu para ocupar a vaga de Antônio Gomes na lista”. Disponível em: <http://www.sintiefal.org.br/historico/>. Acesso em: 9 set. 2020.

comunidade acadêmica escolheu o professor Custódio Luís Silva de Almeida, que obteve 7.772 votos (64,8%), mas o convocado foi o terceiro da lista, o professor da Faculdade de Direito (FADIR), Cândido Albuquerque, com apenas 610 votos (4,61%). Como acadêmica da instituição, vimos que a decisão não foi aceita com tranquilidade, pois nos corredores, salas de aula e assembleias, notamos mobilizações e críticas à medida que fere a autonomia universitária.

Em setembro de 2020, professores da FADIR da UFC foram surpreendidos com Processo Administrativo Disciplinar (PAD) com a acusação de insubordinação grave sem que houvesse sindicância para a apuração dos fatos. O Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (ADUFC) publicou a matéria “Intervenção na UFC - Perseguição política a docentes da Faculdade de Direito repercute e alerta para avanço do autoritarismo”¹⁴⁶. Uma das pessoas penalizadas, Beatriz Xavier, foi candidata à diretoria da FADIR, tendo obtido a maioria dos votos dos discentes. A matéria denuncia e apoia os professores da FADIR que “estão sofrendo perseguição motivada por atuação política e sindical”. Como medida para evitar o assédio moral e a perseguição política nas Universidades Federais do Ceará, foi criado um observatório permanente em conjunto com docentes e discentes representantes do Ministério Público Federal e da OAB, legisladores das esferas municipal, estadual e federal.

O professor, epidemiologista e ex-reitor da UFPel, Pedro Rodrigues Curi Hallas, e o professor e Pró-Reitor Eraldo dos Santos Pinheiro estão sendo processados pela CGU por meio de representação impetrada pelo deputado federal Alcíbio Bibó Nunes (PSL/RS). Segundo a CGU, os professores usaram os canais da universidade para “proferir manifestação desrespeitosa e de desprezo direcionada ao Presidente da república”, tendo como base o artigo 117, V, da lei 8.112, que proíbe funcionários públicos de “promover manifestação de apreço ou desprezo no recinto da repartição”.

Hallas é responsável pela pesquisa Epicovid-BR, umas maiores do país em termos de mapeamento da covid-19 no Brasil. O pesquisador, em entrevista concedida à Agência Pública para a jornalista Alice Maciel (2021) explica que de “três a quatro pessoas que morreram de covid não deveriam ter morrido se o governo não tivesse cometido tantos erros. E obviamente, tenho que manter a minha posição científica. Não vou mudar minha posição científica por causa desse processo, ou de qualquer outro”. Questionado se sente pressionado

146 Disponível em: <http://adufc.org.br/2020/09/18/intervencao-na-ufc-perseguiacao-politica-a-docentes-da-faculdade-de-direito-repercute-e-alerta-para-avanco-do-autoritarismo/>. Acesso em: 22 set. 2020.

dentro da universidade, o pesquisador respondeu que sofre ameaças nas redes sociais, que por sinal, estão sendo investigadas pela Polícia Federal, pontuou o “extremismo radical que infelizmente aflorou novamente no país” e falou que tem “curiosidade para saber se todos os servidores públicos que criticarem o presidente a partir de agora começarão a ser processados. Já houve época no país que isso acontecia”.

A professora Erika Suruagy (UFRPE) e ex-presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (Aduferpe) está sendo processada pelo presidente Jair Bolsonaro em inquérito instaurado pela Polícia Federal em janeiro de 2021. O teor do inquérito é um *outdoor* com críticas à gestão da pandemia de covid-19 com o seguinte texto: “Inimigo da educação e do povo. Mais de 120.000 mil mortes por covid-19 no Brasil. #FORA BOLSONARO”.

Até novembro de 2021, a pandemia no Brasil já matou mais de 611 mil pessoas. Outras variantes como a Delta chegam ao país e continuam a dizimar mais vítimas. O país foi epicentro da crise sanitária e considerado de alto risco a outros países que, inclusive, barraram entrada de brasileiros em seus aeroportos. Mesmo diante do descontrole da pandemia, deputados buscam reiteradamente abrir as escolas, tornando a educação serviço essencial.

A História não se repete. A não ser como farsa ou comédia (MARX, 1997). De fato, Marx está certo. O perigo do comunismo foi reacendido como farsa. Bolsonaro é um dos personagens caricatos, da História recente, mas o bolsonarismo é a maior farsa nua e crua do capital. Nunca estivemos sob o “risco” de sermos tomados pelo socialismo. Ao contrário disso, esse recrudescimento do conservadorismo é uma forma encontrada pelo capitalismo para a perpetuação da sociedade de classes e a naturalização da barbárie. Mostraremos, na próxima seção, duas pautas que estão na ordem do dia para o governo brasileiro, quais sejam: a educação domiciliar e a militarização das escolas públicas.

3 A EDUCAÇÃO SOB CENSURA: EsP, HOMESCHOOLING E ESCOLAS MILITARIZADAS

No último capítulo, demonstramos o interesse de grupos hegemônicos do capital pela educação pública. Para além do MESP, identificamos outras proposições em confluência, como o *homeschooling* e a militarização das escolas. Cada vez mais tomam assento nos debates políticos e no Ministério da Educação as pautas ideológicas ou as do empresariamento da educação. Pretendemos encerrar nossas análises apresentando focos de resistência em todo o país ao avanço do MESP, dando voz a professores que sofreram perseguição no exercício de seu trabalho, os quais foram ouvidos através de entrevistas semiestruturadas realizadas por plataformas online.

Discorreremos aqui sobre casos de censura ocorridos no âmbito de escolas da educação básica e ensino superior, PNLD, ENEM e apresentações artísticas. Buscamos ainda descrever as consequências da criminalização e da precarização do trabalho docente, demonstrando os efeitos nocivos causados pelo EsP à sociedade.

5.1 Censura sob a égide do EsP

Em seis de fevereiro de 2020, a Secretaria de Educação de Rondônia emitiu o memorando-circular 4/2020 e um procedimento administrativo às Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) com a orientação de que os servidores deveriam recolher uma série de livros das escolas justificando “conterem conteúdos inadequados para crianças e adolescentes”. Os livros censurados são considerados clássicos da literatura brasileira e são de autoria de nomes como Machado de Assis, Mário de Andrade, Rubem Fonseca e Euclides da Cunha, dentre outros. Nos documentos supramencionados, constava a observação de que “todos os livros de Rubem Alves devem ser recolhidos”¹⁴⁷.

A ordem oriunda da Secretaria de Educação era que 43 livros fossem retirados das escolas estaduais. O assunto foi veiculado insistentemente na imprensa e redes sociais, a exemplo da matéria publicada pela Uol “Governo de RO manda recolher ‘Macunaíma’ e mais 42 livros e depois recua”¹⁴⁸.

147 Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/02/momerando-seduc-RO.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

148 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/02/governo-de-ro-manda-recolher-macunaïma-e-mais-42-livros-e-depois-recua.shtml>. Acesso em: 11 fev. 2020.

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) entrou com um pedido de representação no Ministério Público Federal e na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) contra o governador de Rondônia, Marcos José Rocha dos Santos (PSL), o Secretário de Educação, Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu e a Diretora de Educação Irany de Oliveira Lima Moraes, que foi quem assinou o documento no sistema eletrônico. No documento elaborado, o PSOL apresenta os seguintes argumentos:

Há uma clara violação dos princípios da moralidade, da legalidade, da impessoalidade (art. 37 da Constituição Federal). Os Representados utilizaram a estrutura da Secretaria de Educação de Rondônia com o fito de perseguir ideologicamente autores da literatura nacional, materializando-se como evidente censura prévia, com orientação contrária à Constituição Federal, sem nenhum tipo de interesse público envolvido (PSOL, 2020).

A leitura atenta da representação protocolada no MPF mostra que essa é uma prática que vem se tornando corriqueira: “O país vive uma deplorável onda de censuras patrocinadas pelo Governo Federal e que tem se reproduzido, cada vez mais, nos estados” (PSOL, 2020, p. 10). O documento cita o episódio da Bienal do Livro do Rio de Janeiro de 2019, durante o qual o prefeito Marcelo Crivella determinou a apreensão de alguns livros de conteúdo considerado impróprio para crianças e adolescentes, e o caso do Ministro da Cidadania, Osmar Terra, que igualmente censurou as atividades da Agência Nacional do Cinema (ANCINE). Fernanda Melchionna, bibliotecária, deputada federal do PSOL (RS), líder do Partido na Câmara dos Deputados e coordenadora da Frente Parlamentar Mista do Livro, da Leitura e da Escrita tomou a frente na elaboração do texto encaminhado ao MPF (RO).

Atendendo ao pedido do PSOL, o MPF solicitou à SEDUC cópias integrais dos documentos que mandam recolher os livros e, ao mesmo tempo, publicou uma nota¹⁴⁹ explicando as medidas cabíveis que estão sendo adotadas, haja vista que a CF de 1988 garante a liberdade de ensinar e de aprender. A seguir, um trecho da nota:

O procurador da República Raphael Bevilaqua pediu que a SEDUC envie cópias integrais do memorando-circular 4/2020/SEDUC-DGE e do procedimento administrativo SEI 0029.051300/2020-91, documentos em que constam a relação de livros a serem recolhidos e as motivações da Secretaria para retirada dos exemplares (MPF, 2020).

149 Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/ro/sala-de-imprensa/noticias-ro/mpf-investiga-atuacao-do-governo-de-rondonia-em-suposto-recolhimento-de-livros-de-escolas-estaduais>. Acesso em: 11 fev. 2020.

Ademais, o MPF quer saber o porquê de a SEDUC ter colocado em sigilo o documento que estava, antes da repercussão do caso, aberto ao público. O Secretário de Educação desconversou sobre o caso após a repercussão que tomou na imprensa e nas redes sociais. Pesquisando sobre o posicionamento da SEDUC, encontramos duas matérias relacionadas ao assunto em site oficial: “Livros citados em lista são clássicos da literatura e não há ordem de recolhimento¹⁵⁰”, publicada em 6 de fevereiro de 2020, e “Governo inseriu mais livros nas escolas ao contrário de retirar obras literárias das mãos dos alunos”, veiculada em 9 de fevereiro de 2020¹⁵¹.

Suamy explicou que teve uma denúncia de que nas bibliotecas das escolas estaduais havia livros paradidáticos inapropriados para alunos do Ensino Médio. O secretário explicou que os textos que circularam na internet, na verdade, eram rascunhos elaborados por técnico e não se tratavam de documentos oficiais. Complementou dizendo que, de fato, foi aberto um processo pela equipe técnica da SEDUC para que ocorresse a averiguação dos livros denunciados, mas foi encerrado imediatamente por se entender que se tratava de autores consagrados na Literatura.

Várias entidades repudiaram a censura dos livros, como a Academia Brasileira de Letras (ABL), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Sindicato dos Professores e Professoras do Estado de Rondônia (SINPROF). A Academia Brasileira de Letras manifestou repúdio através da emissão de uma nota oficial publicada em seu sítio eletrônico:

A Academia Brasileira de Letras vem manifestar publicamente seu repúdio à censura que atinge, uma vez mais, a literatura e as artes. Trata-se de gesto deplorável, que desrespeita a Constituição de 1988, ignora a autonomia da obra de arte e a liberdade de expressão. A ABL não admite o ódio à cultura, o preconceito, o autoritarismo e a autossuficiência que embasam a censura. É um despautério imaginar, em pleno século XXI, a retomada de um índice de livros proibidos. Esse descenso cultural traduz não apenas um anacronismo primário, mas um sintoma de não pequena gravidade, diante da qual não faltará a ação consciente da cidadania e das autoridades constituídas.¹⁵²

Por sua vez, o SINPROF (RO) emitiu a seguinte nota de repúdio:

O SINPROF acredita que a qualidade de ensino, só é possível mediante a plena liberdade de ensinar e aprender, na pluralidade de ideias e no respeito aos princípios

150 Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/livros-citados-em-lista-sao-classicos-da-literatura-e-nao-ha-ordem-de-recolhimento-afirma-seduc/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

151 Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/governo-inseriu-mais-livros-nas-escolas-ao-contrario-de-retirar-obras-literarias-das-maos-dos-alunos/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

152 Disponível em: <https://www.academia.org.br/noticias/nota-oficial-0>. Acesso em: 20 fev. 2020.

constitucionais que primam pela formação de pessoas para o exercício pleno de sua cidadania e qualificação profissional.

No entanto, tais objetos só poderão ser alcançados com a garantia do Estado Democrático de Direitos, antagônico a qualquer espécie de censura. Portanto, qualquer tentativa de censura deve ser combatida, por todos os cidadãos brasileiros, pois, representa uma ameaça aos direitos e garantias fundamentais, em especial a liberdade de pensar, conhecer, estudar e da leitura. (SINPROF, 2020).

Nessa toada, em março de 2017, na cidade de Ji-Paraná (RO), mais de 150 pais de alunos da E.E.F.M. Júlio Guerra assinaram um abaixo-assinado solicitando ao Ministério Público de Rondônia que retirasse um livro de Ciências do ensino fundamental II que discute educação sexual. Os pais argumentam que o livro é impróprio para adolescentes de treze anos de idade e os induzem a iniciar a vida sexual antes do tempo haja vista trazer imagens dos órgãos sexuais do homem e da mulher e ilustrações de como fazer autoexame da mama.

No mesmo período, segundo o site do Senado Federal, o senador Wilder Moraes (PP-GO) criticou em Brasília o livro “A máquina de brincar”, do escritor Paulo Bentancur (2005), adotado pelas escolas públicas de Goiás. Segundo Moraes, o livro tem conteúdo satanista, faz apologia a Satanás e fala mal de Deus. A seguir, transcrevemos um trecho do discurso do senador discorrendo sobre o cenário econômico “favorável”, mas que tem um problema a ser superado: as de ordem ideológica.

O Brasil está saindo da crise. Está voltando a ser confiável para investir. O mercado internacional reinsere o país como ambiente seguro para negócio. Enfim, a Nação retoma o seu rumo, o rumo do desenvolvimento. Mas tem um tipo de praga difícil de se tirar do caminho. É a praga ideológica. Foi o que se implantou há pouco mais de uma década. É a briga inútil da esquerda contra a direita. Não resulta em nada. E quando dá resultado é contra a humanidade (BRASIL, 2017, p. 62).

O senador Magno Malta corroborando com Wilder, destacou:

Senador Wilder, a política está criminalizada, e a classe política, no Brasil, mergulhou num descrédito tamanho que, de corrupção a usar dinheiro público para colocar em biblioteca pública esse tipo de literatura, são as mesmas pessoas. E olhe o desserviço que esse governo perdulário prestou ao País nesses 13 anos. São as mesmas pessoas que são capazes de zombar da Bíblia. A Bíblia é o livro dos livros, que atravessou séculos e séculos e séculos, amém. Mas eles são mais tarados por citar Freud, por citar Jung, por citar Paulo Coelho, citar sei lá quem, sei lá quem, sei lá quem... Nostradamus, e muitos deles parafraseando o que está na Bíblia, porque é uma minoria de pessoas, que, do alto de sua intelecto-imbecilidade, tentam, na sua bestificação, chamar a atenção de alguma maneira. Chamar a atenção de alguma maneira não me assusta. O que está assustando a mim e a V. Ex^a é o fato de um

homem público fazer mão e lançar mão de dinheiro público para colocar isso em escola pública¹⁵³ (BRASIL, 2017, p. 63).

Cândido (2000), Ingarden (2005) e Ribeiro (2008) entendem ser a literatura uma arte. Quando Malta fala “citar sei lá quem, sei lá quem, sei lá quem”, fica notório o desconhecimento do senador em relação ao significado e à relevância de autores científicos e obras literárias nas escolas e ambientes acadêmicos, prevalecendo a demagogia, o moralismo, o conservadorismo e o fundamentalismo religioso.

Essas atitudes de caráter autoritário não são novas na História brasileira. O Decreto-Lei nº 1.077, de 1970, no auge da Ditadura Militar, determinou, no artigo 1º, que não seriam “toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação”. A “incisiva reação contra o estabelecimento da censura prévia para livros” fez o governo militar retroceder, publicando uma nova instrução, a Portaria 11-B, de 24 de fevereiro do mesmo ano, que diz: “a divulgação de livros e periódicos no Território Nacional fica sujeito à verificação prévia da existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes”.

Diversas obras foram censuradas naquele período. A título de exemplificação, o romance “*Aracelli, meu amor*”, do jornalista José de Jesus Louzeiro, foi terminantemente proibido. A obra é um romance investigativo do caso de violência sexual e assassinato da criança Aracelli de oito anos no estado do Espírito Santo.

As práticas de censura não se restringem às obras, mas à prática docente também. No Colégio Tiradentes, escola Cívico-Militar de Porto Velho-RO, cerca de dez professores foram proibidos de participar de reunião do sindicato onde seriam tratadas questões de interesse da categoria, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEB) e Piso do Magistério. O Jornal Folha de São Paulo publicou que “os professores foram afastados¹⁵⁴” e “devolvidos” à Secretaria de Educação do Estado para que fossem realocados em outra unidade escolar. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado foi acionado pelos professores que denunciaram a situação e pediam intervenção no caso.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia (SINTERO) se pronunciou dizendo que a ação do diretor da escola “não condiz com o Estado Democrático

153 Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/429446>. Acesso em 11 fev. 2020.

154 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/02/escola-civico-militar-em-ro-afasta-professores-que-queriam-ir-a-reuniao-do-sindicato.shtml>. Acesso em: 22 fev. 2020.

de Direito”. No *site* do SINTERO, nota-se a articulação dos professores quando eles se organizam para ver o interesse de quem quer participar da reunião, a comunicação ao Diretor pedagógico e sugestões de organização do período letivo do dia da reunião. Ao tomar conhecimento, o Diretor Geral Capitão Pires discordou e convocou uma reunião para informar que, caso os professores fossem a assembleia, seriam devolvidos a Secretaria de Educação para serem remanejados para outra unidade escolar. O capitão Pires falou que o regimento era diferente de outras escolas e que “os servidores lotados em escolas militares não podem participar de paralisações, pois seguem regime diferente e que os mesmos devem se submeter à rotina, às normas e à decisão do oficial, por se tratar da maior autoridade hierarquicamente da escola”. O SINTERO mencionou que os professores se sentiram coagidos e entenderam o caso como assédio moral, pois mesmo trabalhando em escola militar, eles são servidores civis e tem regimento próprio. Por sua vez, segundo o sindicato, o Diretor Pires

[...] classificou a atitude como “vitimismo” por parte dos professores. Reafirmou que o colégio Militar não se submete a paralisações e a qualquer tipo de atividade nesse sentido. Disse que os servidores apenas o informaram sobre essa decisão, não respeitando a hierarquia da organização. O capitão disse ainda que considerou o comportamento dos servidores desrespeitoso e rebelde [...] (SINTERO, 2020).

De fato, o Diretor encaminhou ofício à SEDUC devolvendo os dez professores que foram à assembleia. Reimão (2014, p. 75) pontua que “uma das primeiras providências dos regimes autoritários é restringir a liberdade de expressão e opinião; trata-se de uma forma de dominação pela coerção, limitação ou eliminação das vozes discordantes”. Tal prática de cerceamento foi perceptível no nazismo, fascismo e nos regimes ditatoriais da América Latina.

No contexto hodierno, o alvo frontal no governo Bolsonaro são os sindicatos. A intenção é acabar com a unicidade sindical, prevista no artigo 8 da CF/1988, de modo a criar outros sindicatos para as categorias. Nesse caso, poderia gerar divisão e fragmentação na organização sindical. É válido destacar que esse mesmo governo acabou com o imposto sindical obrigatório e nos primeiros dias na presidência tratou de anunciar o fechamento do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que foi criado na década de 1930.

Utilizando-se da mesma prática de censura e intolerância, em 31 de janeiro de 2020, o Escola sem Partido publicou em sua página a matéria¹⁵⁵ “Vítimas da doutrinação processam Estado de Santa Catarina por danos morais”. Na sequência, descrevem o seguinte:

Uma estudante de Caçador-SC e sua mãe estão pedindo a condenação do Estado de Santa Catarina ao pagamento de R\$ 100 mil a título de reparação dos danos morais causados por uma professora da rede estadual que usou sua aula para falar mal da religião dos alunos e atacar adversários políticos do PT (ESP, 2020).

Na ação judicial¹⁵⁶ movida pelo advogado e criador do EsP, Miguel Nagib, está anexa uma espécie de carta da aluna suposta vítima de doutrinação ideológica e um vídeo contendo a dita doutrinação da professora de História que havia passado em sala de aula um filme sobre Martinho Lutero. A aluna escreveu o seguinte:

No início, ela não deixava claro sua posição política, mas deixava alguns sinais quando fazia críticas ao atual governo [...] [...] as controvérsias se iniciaram quando em uma aula, após ela ter passado o filme ‘Lutero’, que conta a história da Reforma protestante, ela comparou as vendas das indulgências que ocorreram na história com as igrejas de hoje em dia, dizendo que o que Lutero fez foi em vão, pois os pastores estão roubando dinheiro das pessoas como acontecia naquela época; também falou que a pessoa que gostava de ganhar dinheiro era só abrir uma igreja [...]

Em Vinhedo/SP, diga-se de passagem, cidade onde surgiu o MBL, a professora de Inglês Virgínia Ferreira, da rede pública municipal, sofreu processo disciplinar por falar sobre feminismo e violência contra mulheres em sala de aula. O episódio ocorreu por volta do mês fevereiro de 2019 em preparação para a data 8 de março, Dia Internacional das Mulheres. Uma das atividades solicitava que os alunos respondessem um questionário sobre conceitos e correntes históricas do feminismo. A professora foi gravada por um aluno e sua fala foi postada na página do “MBL-Vinhedo” no Facebook com o título: “Áudio flagra doutrinação de professora de Inglês da Rede pública de Vinhedo”¹⁵⁷.

Um das táticas utilizadas por movimentos de direita para censurar o trabalho docente tem sido incentivar jovens e adolescentes a gravar vídeos e áudios de professores no efetivo exercício de seu trabalho para depois postar nas redes sociais e lançar ao crivo de interpretações deturpadas e ao julgo moral da sociedade, especialmente daqueles adeptos ao

155 Disponível em: <http://escolasempartido.org/processos-judiciais-e-mp/vitimas-da-doutrinação-processam-estado-de-santa-catarina-por-danos-morais/>. Acesso em: 20 fev. 2020.

156 Disponível em: <http://escolasempartido.org/wp-content/uploads/2020/01/inicial-Cacador.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

157 Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=597854580686503>. Acesso em: 20 fev. 2020.

EsP. Os vídeos também têm servido de suporte e argumentação nos discursos políticos de representantes do poder legislativo para angariar consciências e votos. O próprio presidente da República, Jair Bolsonaro, postou em seu *twitter* um vídeo¹⁵⁸ com áudio de uma professora de cursinho criticando o guru bolsonarista, Olavo de Carvalho.

Outro caso foi no Colégio Notre Dame de Lourdes em Cuiabá, no qual uma professora foi afastada por tecer críticas ao presidente do país sobre a gestão ambiental da Amazônia. Segundo a União Brasileira de Secundaristas (@ubesoficial¹⁵⁹), para demonstrar “força”, um helicóptero da Secretaria de Segurança Pública de Cuiabá sobrevoou a escola demonstrando a bandeira do Brasil para que as crianças e adolescentes vissem. Em nota, a escola explicou que a ação é alusiva a semana da Pátria e que já estava previamente agendada.

Um dos nossos entrevistados, Euclides de Agrela Braga Neto, professor da rede estadual cearense, foi vítima da ação do Escola sem Partido, em 2018, quando teve um trecho de sua aula de sociologia gravada por um aluno, que o questionou a respeito de sua opinião acerca de Bolsonaro. O vídeo viralizou nas redes sociais dos grupos, movimentos e partidos de direita, extrema direita e do próprio EsP, nas quais o professor sofreu todo tipo de ataque e até ameaça de morte, conforme relata na entrevista, arguido a respeito de “como a atuação do EsP tem afetado professores dentro e fora da escola”:

[...] inúmeros são os professores perseguidos politicamente nas redes sociais e, inclusive, dentro de sala de aula por alunos que estão convencidos e doutrinados por este projeto Escola sem Partido. Eu mesmo fui vítima disso. Em 2018, em sala de aula, em um debate na disciplina de Sociologia, eu estava debatendo o capítulo Poder, Estado e Política, e me perguntaram o que eu achava do Bolsonaro. Eu falei: na minha opinião é um sujeito que representa as ideias do nazifascismo, de um neofascismo, um novo fascismo do século XXI. Me questionaram em sala de aula dizendo que eu era um mentiroso, que eu era um doutrinador, que eu estava enganando a turma porque o fascismo nada tem a ver com Bolsonaro, que o nazifascismo é de esquerda e não de direita. E eu perguntei: de onde você tirou isso? Olhe no seu livro de Sociologia, olhe no seu livro de História, pesquise na internet. Seu celular tem acesso a internet? Busque uma fonte e me aponte: que autor, que fonte? De onde você está retirando isso? Percebe o nível? Não interessa. O que interessa é desqualificar o professor, bater boca, tentar desequilibrar emocionalmente o professor para que isso seja gravado e jogado nas redes sociais [...] pra destruir reputações, pra tentar matar moralmente, no sentido, psicológico, aqueles que se contrapõem a esse projeto ... a ideia é te desmoralizar, inclusive, gerar desconfiança junto a teus pares de que se você foi o responsável por aquele tipo de situação e te deixar sozinho, abandonado numa situação de completo ataque

¹⁵⁸ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1122466597644505089>. Acesso em: 20 fev. 2020.

¹⁵⁹ Disponível em: https://twitter.com/ubesoficial/status/1433455099184095239?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembd%7Ctwterm%5E1433455099184095239%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.cartacapital.com.br%2Fsociedade%2Fhelicoptero-sobrevoa-escola-com-bandeira-do-brasil-apos-professora-ser-suspensa-por-criticar-bolsonaro-em-mt%2F. Acesso em: 03 set. 2021.

onde buscam te destruir como ser humano. [...] Esse é o principal elemento que eu acho que envolve a política do Escola sem Partido para os professores. Ou você está conosco ou é guerra contra você. Guerra psicológica, inclusive, que pode levar a questões de ameaças físicas, ameaças de morte, como eu mesmo fui vítima disso. (Euclides de Agrela Braga Neto, entrevista realizada em 29 de julho de 2021).

A fala do professor Euclides denota o sofrimento que ele passou no exercício da docência. Além da violência psicológica que a vítima passa, há ainda as ameaças de morte que geram ansiedade e sofrimento psíquico. O relato acima é semelhante ao de outros professores que sofreram perseguição no trabalho.

Enfim, a perseguição é contra o pensamento crítico, problematizador, questionador com a justificativa de que é contra o pensamento de esquerda. O link Perguntas e Respostas do site Escola sem Partido é rico para compreender as perspectivas do movimento sobre muitos aspectos, inclusive, a questão da neutralidade e doutrinação, do posicionamento político e ideológico dos membros e defensores da proposta. Um dos questionamentos é: “Mas o que há de errado em querer despertar a consciência crítica dos alunos?” Como resposta está escrito que:

Não haveria nada de errado, se esse “despertar da consciência crítica” não consistisse apenas e tão somente em martelar ideias de esquerda na cabeça dos estudantes. Como se sabe, a visão crítica dos estudantes é direcionada sempre e invariavelmente para os mesmos alvos: a civilização ocidental, o cristianismo, os valores cristãos, a Igreja Católica, a “burguesia”, a família tradicional, a propriedade privada, o capitalismo, o livre-mercado, o agronegócio, o regime militar, os Estados Unidos, etc. Em contrapartida, nada ou quase nada se diz aos alunos sobre os mais de 100 milhões de cadáveres produzidos pelo comunismo; sobre a repressão política e o fracasso econômico da antiga União Soviética; sobre a KGB, o Gulag, a Grande Fome 1932-1933; sobre a ditadura cubana, os presos políticos e a falta de liberdade naquele país; sobre os campos de reeducação e trabalho forçado na China comunista; sobre a fome de 1958-1961, causada pela política econômica de Mao Tsé-Tung — que matou, segundo o historiador holandês Frank Dikötter, pelo menos 45 milhões de chineses entre 1958 e 1962, sendo que desse total, entre 2 e 3 milhões de pessoas foram executadas ou torturadas até a morte. Em suma, o olho crítico dos “despertadores de consciência crítica” só enxerga — quando não inventa — os pecados dos adversários políticos e ideológicos da esquerda; nunca ou rarissimamente os da própria esquerda. Resultado: os estudantes adquirem uma visão distorcida da realidade. O que o ESP defende é o verdadeiro pensamento crítico, não essa fraude que tomou conta do sistema de ensino. (ESCOLA SEM PARTIDO, 2011, s/p).

Em resumo, é justamente dessa forma que o EsP age: atacando a ação docente, o conhecimento, o pensamento crítico e a ciência, bem como distorcendo fatos históricos e a razão. Os defensores do EsP afirmam defender o verdadeiro pensamento crítico, no entanto, pregam a pedagogia tradicional, os conteúdos sem conexão com a realidade social, econômica

e política e a perspectiva de alunos como meros ouvintes. É notório o incômodo gerado acerca de temas que envolvem o poder e a dominação, tais como burguesia, regime militar, agronegócio, imperialismo estadunidense e o próprio sistema de produção capitalista que explora a classe trabalhadora sugando, através da mais valia, todo seu tempo e força de trabalho.

Na tessitura desta tese, os casos de perseguição a docentes não cessam e quase diariamente tomamos conhecimento de ataques à liberdade de ensino. Em suma, as ações do movimento de direita desconsideram que o professor exerce trabalho intelectual. Ele não é simplesmente um especialista técnico nem um professor meramente reflexivo. Outrossim, nos projetos do EsP nota-se a inexistência da preocupação com o trabalho precarizado dos docentes brasileiros. A seguir, discutimos acerca de elementos mais factíveis dessa precarização que adoce cada vez mais os educadores, especialmente em tempos de pandemia, em que triplicaram os trabalhos e as demandas pedagógicas em função do trabalho remoto.

5.2 Ataques e Precarização do trabalho docente aos moldes do EsP

A precarização do trabalho docente atinge níveis exorbitantes. O desprazer no trabalho, as cobranças exageradas por resultados, o contato diário com grupos grandes e diversos, falta de condições de trabalho, falta de recursos materiais, salas quentes, gestores autoritários, burocracias e papeladas, sobrecarga de funções, exigências de habilidades diversas, assédio moral, entre outros fatores, contribuem para o adoecimento do trabalhador da educação. É inegável o aumento dos afastamentos por motivos laborais. Todas estas questões afetam a subjetividade do trabalhador de tal forma que lhes causa adoecimento do corpo e da alma.

Palacios e Flack (2017) apontam os principais tipos de doenças ocasionadas por questões laborais: stress, síndrome de Burnout, ansiedade, depressão, bipolaridade, baixa autoestima. As autoras destacam que o trabalho causa enorme sofrimento e até incapacita definitivamente docentes para o exercício de sua profissão. A ausência desses profissionais no ambiente escolar por adoecimento precariza ainda mais os que estão na ativa porque precisam suprir as lacunas de quem sai. É como um ciclo vicioso que compromete seriamente a saúde de quem adoce e se afasta e de quem permanece e sobrevive no sistema escolar.

A saída encontrada é mais precarização. Estamos a assistir a uberização do trabalho, inclusive da docência, sem regime de contrato de trabalho e sem qualquer direito assegurado graças à Reforma Trabalhista aprovada no governo Temer. A contratação de professores por aplicativo já é realidade no Brasil desde 2017 acentuando mais ainda o trabalho precarizado. Prof-e¹⁶⁰ é uma *startup* educacional que se propõe a “resolver as maiores dores de Gestores Educacionais: As Aulas Vagas e Capacitação Docentes”. Na prática, o professor faz cadastro no aplicativo para ocupar vagas ociosas de emprego. Daí é gerado um cartão digital¹⁶¹ com dados e contatos de telefone e redes sociais como Facebook ou Instagram do candidato. A responsabilidade recai toda sobre o professor. O contratante se imiscui de todo e qualquer ônus. O docente pode ministrar aulas para alunos de qualquer lugar do país. Se for na mesma cidade, a aula pode ocorrer presencial e se for de cidades diferentes, as aulas são no modelo EaD. A “inovação tecnológica” pregada atua no sentido de promover cada vez mais contratação de trabalho informal e flexível tal como preconizam a Indústria ou Revolução 4.0. É o que coloca o ANDES-SN (2020, np)

Os proponentes da Plataforma, tal como os empresários do ensino que lucram com a venda de cartilhas, materiais didáticos e outros serviços, tentam vender a ideia de que estão ajudando a solucionar os problemas da educação. Segundo os proponentes da Plataforma: “A Prof-e não precariza o trabalho do professor, mas a ausência do professor precariza o processo de ensino/aprendizagem dos alunos”. Ou seja, a ausência do(a) professor(a) não é pensada como fruto do adoecimento de um(a) profissional que enfrenta condições de trabalho precárias, mas como um problema a ser solucionado com mais precarização ainda (a criação de um Uber da educação).

É importante destacar que o professor não tem contato com outros professores e, desse modo, não gera vínculos nem relações trabalhistas e de consciência de classe/classe para si que poderiam mobilizar e empreender lutas sociais pela valorização do magistério.

Uma das causas do adoecimento dos professores tem sido o clima constante de tensão, medo e perseguição causada pela onda bolsonarista de combater a fantasiosa doutrinação ideológica nas escolas, criando uma vigilância sobre o trabalho docente, desde quando o Escola sem Partido se tornou uma realidade nas escolas do país, mesmo sem ter sido aprovado. Não podemos mais nem tocar no termo gênero que já induzem que nós professores estamos trabalhando no sentido de alterar a orientação sexual do aluno como se isto fosse

160 Disponível em: <https://www.f6s.com/prof-e>. Acesso em: 4 jul. 2021.

161 Disponível em: https://drive.google.com/file/d/15qICMerBXRu7MbN4Bhj5TD_imNQRxBqD/view. Acesso em: 4 jul. 2021.

possível. Parece surreal, mas é justamente o que vem ocorrendo: a criminalização do trabalho docente.

Esta perseguição tem gerado ansiedades nos professores que ficam sempre muito alertas e receosos de que algum aluno possa estar gravando suas aulas e jogá-las nas redes sociais. Muitos professores antes de ministrar aulas pensam e repensam certos conteúdos programáticos de suas disciplinas devido a “caça às bruxas” empreendida na ofensiva contra a categoria. Exercer a docência virou algo perigoso e fazer ciência incomoda.

No contexto da precarização do trabalho docente, o professor deixa de exercer o papel de intelectual na elaboração de seu trabalho pedagógico comprometendo seriamente a autonomia e liberdade pedagógicas, previstas, inclusive, nos documentos oficiais da CF e LDB. O professor recebe apostilas prontas, com as aulas definidas e seu papel é meramente aplicar algo que outro concebeu. De criador, pensador, proponente e problematizador, passa a executor de programas e currículos externos à sua realidade social. Perdemos a autonomia e autoria de preparar nossas próprias aulas. É uma incumbência completamente acrítica e desrespeitosa ao docente que vem ocorrendo ultimamente. Cumpre pensarmos qual o papel do docente nesse contexto de reformas globais da educação? O professor colabora na elaboração de propostas educacionais? Se não, quem as planeja e quais os objetivos precípuos? O que dizer dos livros didáticos de 2022 que retira conteúdos basilares na área de ciências humanas?

No contexto pandêmico, a precarização do trabalho docente ficou ainda mais acentuada. Os professores (especialmente os da educação básica) relatam estresse, cansaço, trabalho triplicado em planejar aulas, gravar, elaborar atividades, postar no sistema Google Classroom ou Google Sala de Aula, corrigir atividades, avaliações... Muitos relatam a prática de retrabalho. Quando os alunos não comparecem nas aulas virtuais nem enviam as atividades, muitas vezes, por não dispor de aparelhos de celular ou notebook e internet, os professores precisam elaborar novas atividades, novas formas de chegar ao aluno. Como diz Antunes (2020), é o trabalho da classe trabalhadora sob fogo cruzado.

Não temos ainda um quantitativo atualizado de docentes que morreram na pandemia e nem quantos retornaram obrigatoriamente para as escolas e se contaminaram. É elucidativo que a educação tenha sido mobilizada para tornar atividade essencial por lei no Brasil no auge da pandemia com o Movimento Escolas Abertas – expressão contundente do antagonismo capital e trabalho, emprego ou desemprego, vida ou morte para os trabalhadores da educação, enfim, hegemonia do capital. No mês de maio no Ceará, o grupo acionou a

justiça para que adolescentes estudantes do Ensino Médio retornassem às aulas no modelo híbrido. A ação mobilizou educadores com o Movimento Escola sem vacina, é chacina¹⁶².

Ressaltamos a ideia difundida pelo EsP de que o professor não pode ter partido político, embora, seja direito político de todo cidadão brasileiro. É como se fosse um crime. Aliás, os professores são abertamente taxados de doutrinadores e assediadores ideológicos mesmo sem serem filiados a partidos. Filiar-se a um partido é direito político assegurado na CF/1988 e reiteramos que a liberdade de expressão e a liberdade de ensino também são. De forma generalizada, é como se um professor petista, psolista ou de qualquer partido com viés de esquerda fosse um degenerado e estivesse acomunado em um complô para doutrinar crianças e adolescentes com a finalidade de impor o socialismo e/ou comunismo como nova forma de organização social.

É como se fosse um crime. Aliás, os professores são abertamente taxados de doutrinadores e assediadores ideológicos mesmo sem serem filiados a partidos. Filiar-se a um partido é direito político assegurado na CF/1988 e reiteramos que a liberdade de expressão e a liberdade de ensino também são.

A ofensiva contra os docentes é tão grave que Nagib fez a analogia de que professores agem de forma parecida com esturpadores. A comparação feita por Nagib é totalmente descabida, pois coloca no mesmo patamar um agressor sexual e um professor. Vejamos a fala de Nagib, proferida em uma audiência pública:

Apelando para a condição especial de suas vítimas. [...] a verdade tem que ser dita, deputado. A verdade tem que ser dita. É típico dos abusadores que pretendem minimizar a gravidade dos seus atos [...] apelando para a condição pessoal da sua vítima. E digo mais, é um argumento típico também dos esturpadores que alegam em sua defesa que aquela menina de doze anos que eles acabaram de violentar não é tão inocente quanto parece. Esse é o argumento de que o aluno não é uma folha em branco. Esse argumento precisa ser varrido por uma questão de honestidade intelectual. (MIGUEL, 2017)

De fato, o EsP e o governo Bolsonaro reivindicam abertamente que alunos não se interessem e nem discutam política. Segundo a Revista VEJA¹⁶³, Bolsonaro declarou no discurso de posse de Weintraub o seguinte:

162 Disponível em: <http://sindjusticaceara.org.br/noticias/escola-sem-vacina-e-chacina/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

163 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-cita-objetivo-de-desestimular-interesse-por-politica-nas-escolas/>. Acesso em: 20 set. 2021.

Queremos uma garotada que não esteja ocupando os últimos lugares no Pisa. Queremos que não mais 70% dessa garotada não saiba fazer uma regra de três simples, não saiba interpretar textos, não saiba perguntas básicas de Ciências. Nós queremos uma garotada que comece a não se interessar por política, como é atualmente dentro das escolas (VEJA, 9 de abril de 2019).

Cabe a questão: por que o presidente da República não quer que os jovens discutam política? Que problema há nisso? Por que não discutir política ou a coisa pública (*res publica*) cientificamente? Por que o EsP considera perigosa a política no espaço escolar? Será que é pelo fato de a política ser um dos principais canais de mudanças sociais?

Debater política nas escolas é imprescindível para a formação cidadã e política dos alunos. A política no sentido *lato* do termo implica pensar no bem comum, no coletivo. Essa era a concepção grega de política: Qual é a melhor forma de governar? O que é melhor para a *polis*? Estudar política implica pensar na coletividade, na coisa pública e em direitos humanos, proposta bem diferente do empreendedor de si mesmo vendido pelo neoliberalismo. Não discutir política significa ficar alienado da situação em que vive. A alienação permite que os sujeitos se subjuguem ao crivo do poder dominante sem questionamentos e problematizações e levem ao poder populistas e demagogos.

5.3 Temas e propostas educacionais em confluência com o MESP: o *homeschooling* e a militarização das escolas

A educação domiciliar ou *homeschooling* igualmente faz parte desse “guarda-chuva” conservador e neoliberal que denominamos EsP, bem como o Programa das Escolas Cívico-Militares (PECIM) que está sendo implantado no governo (Discutiremos o assunto no subtópico a seguir). A proposta do *homeschooling* possibilita que os pais escolham “pacotes” educacionais que julgarem mais adequados para a educação de seus filhos, cujos projetos educativos estejam isentos das supostas ideologias (de esquerda). Da mesma forma, escolas militarizadas permitem desenvolver projetos específicos, que visam o disciplinamento de corpos, de comportamentos e de pensamentos dentro de um molde doutrinário que se afaste das ditas ideologias. Para Santos e Pereira (2018, p. 265 e 266), militarização e EsP são duas faces de um mesmo projeto, qual seja, um projeto hegemônico de dominação e conservador, onde se busca “um novo tipo de intelectual, que consente com a estrutura econômico-social desumana e desigual e com a ideologia da coesão social de caráter autoritário e conciliatório” em consonância com a perspectiva neoliberal.

5.3.1 *Homeschooling: pauta neoliberal para a educação*

Homeschooling significa educação em casa ou educação domiciliar. O ensino deixa de ser ministrado nas escolas e passa a ocorrer no âmbito doméstico. A ideia é de que crianças e adolescentes não precisem ir às escolas para estudar. Desse modo, toda responsabilidade da educação formal fica a encargo de pais e responsáveis.

O *homeschooling* surgiu nos Estados Unidos por volta da década de 1970, a partir de uma proposta de reforma educacional idealizada por John Holt. O educador americano defendia uma escola mais humana e que estivesse centrada nas crianças, que não fosse tão formal e rígida. Desse pensamento, surgiram o *unschooling* e/ou *deschooling* (desescolarização) e o *homeschooling* (educação em casa ou doméstica).

O *unschooling* propõe que as crianças sejam livres e educadas em ambiente espontâneo e sem tantas formalidades para não atrapalhar o desenvolvimento criativo e natural dos pequenos. Segundo o professor Holt, as crianças deveriam escolher as atividades a seu bel prazer: se quisessem brincar em meio à natureza, plantas e animais, elas deveriam ter esse direito, se preferissem manusear objetos, desenhar, pintar e correr, igualmente, estariam livres. Na escola, as crianças são presas a sistemas/grades curriculares, normas rígidas e engessadas. (OLIVEIRA; BARBOSA, 2017).

Outra referência do pensamento da desescolarização, sob a perspectiva da crítica da escola burguesa, é o livro “Sociedade sem escola”, de Ivan Illich (OLIVEIRA; BARBOSA, 2017).

A questão em debate no Brasil hoje não é a defesa da liberdade das crianças como propunha Holt, mas “o pânico moral” a respeito do que a coletividade entende como legítimo sobre os comportamentos e modos de vida. O pânico exerce controle social sobre os indivíduos (MISKOLCI, 2007; PENNA, 2018). Barbosa (2013) afirma que as principais causas para a adesão são a baixa qualidade do ensino público ou particular, aspectos morais e religiosos, a violência que ocorre nas escolas e o bullying, também por fatores de custo, em famílias numerosas.

constata-se um discurso cada vez mais crescente em favor da escolha pelo ensino em casa, associado a uma opção por um ensino mais individualizado para as crianças, voltado para melhor atender as características e necessidades destas. Este argumento geralmente vem acompanhado do objetivo de um ensino particularizado, que

contribui para que as crianças obtenham um melhor desempenho acadêmico, superior aos dos alunos das escolas públicas e privadas (BARBOSA, 2013, p. 124).

A demanda atende, sobretudo, aos pais cristãos que se preocupam com doutrinas políticas, ideológicas e antirreligiosas que vão de encontro aos valores da “família tradicional” e dos cidadãos de bem. Diga-se de passagem, que muitos são apoiadores do bolsonarismo e fundamentalistas religiosos.

A educação domiciliar gera muitas controvérsias: seja através de quem defende o projeto ou quem critique. Entre os argumentos e justificativas para a defesa estão: o discurso de que a escola pública está falida, que não tem qualidade no ensino, que a violência está tomando conta das escolas, que os professores são despreparados e desvalorizados ou, numa perspectiva religiosa/filosófica, que seus filhos são doutrinados ou tem acesso a conteúdo que não condizem com os valores familiares esperados, que em casa é mais fácil de aprenderem.

Por outro lado, as críticas vão no sentido de que educação é um direito conquistado arduamente no processo histórico de luta e construção da democracia, portanto, é direito de todas as crianças. Outro argumento, é que na escola, as crianças entram em contato com uma diversidade de pensamentos, comportamentos, conteúdos, que são muito salutares para a vida social e que, dificilmente, teriam acesso caso não frequentassem o espaço escolar.

Em tempos de redes sociais, as questões centrais que perpassam o país também passam a ser debatidas no âmbito da internet. Citamos, a seguir, alguns argumentos a favor da educação familiar nas redes sociais, em particular, no Facebook da Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED):

Eu sou católica, e assistindo percebi o preconceito da sra. Mariza Abreu aos protestantes, citando explicitamente a fé do ministro da Educação e da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que fique um alerta a bancada evangélica! Embora não seja uma bandeira religiosa, os opositores ao ensino domiciliar demonstram ódio a fé e perseguição religiosa, já que como argumento para a não aceitação dessa modalidade está a fé de quem defende! O Estado é laico, mas nosso povo, que são eleitores, cidadãos, pagam impostos, é majoritariamente cristãos. (FACEBOOK ANED, 22 de março de 2021).

O motivo pelo qual o ensino domiciliar é proibido na Alemanha tem nome e sobrenome bem conhecidos: Adolf Hitler. A lei que embasa o impedimento da modalidade é de 1938 e foi sancionada pelo próprio Führer. Trata-se do mesmo texto que criou o Ministério da Educação do novo governo nazista. (FACEBOOK ANED, 22 de março de 2021).

Meu muitíssimo obrigada, a deputada federal Luísa Canziani! Defender os direitos dessa minoria tão perseguida, que são as famílias educadoras é uma atitude nobre. (FACEBOOK ANED, 22 de março de 2021).

Conforme podemos notar, a segunda postagem no Facebook relaciona a proibição do *homeschooling* na Alemanha ao nazista Adolfo Hitler. A National Education Association (NEA), uma espécie de sindicato dos professores de escolas públicas, por exemplo, aprova regularmente resoluções anti-*homeschooling* em suas convenções anuais. Na Alemanha, é terminantemente proibido não mandar as crianças à escola.

Na década 1990, foi reivindicada no Congresso Nacional, por meio do PL 4657/1994, de autoria do deputado João Teixeira (PL-MT), cuja ementa era “criar o ensino domiciliar de primeiro grau” (BRASIL, 1994). Depois de Teixeira, outros deputados tentaram legalizar a prática, sem sucesso. Há muitos anos, a educação doméstica ocorre no país, mas a bandeira só voltou a ganhar força na campanha de Bolsonaro para a presidência do Brasil. No vídeo¹⁶⁴ de campanha eleitoral o candidato mencionou que implementaria a educação domiciliar, caso fosse eleito.

A ideia original do governo Bolsonaro era editar Medida Provisória (MP) para regulamentar a questão, conforme o MEC pronunciou: “Tendo em consideração a densidade e a relevância do tema, é fundamental prosseguir com o diálogo para garantir que a MP possua efetividade e amplitude, e que respeite o equilíbrio harmônico entre os poderes [...]”. Em nota oficial a pasta declarou que a MP estava sendo editada (BRASIL, 15 de fevereiro de 2019). A proposta era de que a medida fosse aprovada imediatamente e sem muitos questionamentos. A MP malogrou.

Considerada pauta relevante para a ala ideológica do governo, a educação domiciliar estava entre as principais metas a serem regulamentadas antes dos cem dias de gestão¹⁶⁵ no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), cuja ministra é, em seus dizeres, “terrivelmente cristã”. É elucidativo o fato de que conduzem a discussão no sentido de considerar a matéria um direito humano dos pais *homeschoolers*.

A Ministra Damares, em 28 de maio de 2019, emitiu ofício intitulado “Esclarecimentos acerca da temática da Educação Domiciliar ou *Homeschooling*” a conselheiros tutelares orientando que os profissionais não considerassem evasão escolar nem abandono intelectual os praticantes de educação domiciliar (BRASÍLIA, 2019). Com efeito, Damares, Petrucia Melo Andrade, que era Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, e Aline Duarte, ex-Coordenadora-geral de Fortalecimento de Garantia de

164 Disponível em: <https://www.facebook.com/bolsonaro.enb/videos/226194844910791/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

165 Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2019/janeiro/casa-civil-apresenta-metas-e-aco-es-para-os-primeiros-100-dias-de-governo-1>. Acesso em: 15 jun. 2021.

Direitos, foram processadas por improbidade administrativa. A PDFC solicitou abertura de ação civil pública alegando que as acusadas agiram ilegalmente contrariando a determinação do STF de que a Constituição reconhece apenas o ensino em instituições públicas ou privadas.

O próprio executivo, através do MMFDH e MEC, protocolou o PL 2401/2019 que dispõe sobre o direito à educação domiciliar e alteração da LDB e ECA. Ressaltamos que um dos mais antigos PL é o 3179/2012 do deputado Lincoln Portela (PL-MG), cuja ementa busca acrescentar o “parágrafo ao art. 23 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica”.

A prática da educação em casa tem adeptos em diversos países. As pesquisas mostram que a maior parte dessas famílias tem alto poder aquisitivo, são de classe média e tem formação acadêmica. Algumas mães abandonam o trabalho para ficar em casa com as crianças, enquanto os homens trabalham para prover as necessidades materiais da casa. É de praxe contratarem professores particulares, os chamados tutores. Dispõem de dinheiro para viajar e ampliar o capital cultural dos filhos, elemento de distinção e dominação das classes.

No Brasil, a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED), fundada em 2010, por famílias adeptas do *homeschooling*, realiza uma série de atividades em prol da implantação da modalidade no Brasil. A associação diz que não é contra a escola e que a principal causa de seu trabalho é “garantir autonomia educacional da família”. “Defendemos, portanto, a liberdade, e a prioridade da família na escolha do gênero de instrução a ser ministrado [...]. (ANED, 2021). Segundo o Ministério da Educação (MEC), são cerca de dezessete mil famílias e, aproximadamente, trinta e cinco mil crianças e adolescentes adeptos da educação domiciliar no Brasil (BRASIL, 2021).

Educação Domiciliar é um projeto para a classe média ou alta que pode comprar materiais didáticos e dispor de tempo para acompanhamento direto das atividades, pois, segundo a Associação Nacional de Educação Domiciliar (2021), a “experiência de outras nações mostra que famílias desestruturadas socialmente, vulneráveis ou em condição de miséria não se interessam pela educação domiciliar. Pelo contrário, preferem a escola em tempo integral”.

Não raro, aparecem casos de famílias adeptas do *homeschooling* que ingressam na justiça para conseguir o direito de matricular os filhos aprovados em vestibulares e ENEM nas universidades. A lei brasileira não permite matricular sem a comprovação de conclusão do Ensino Médio. Impetra mandado de segurança e em muitos casos a justiça tem negado porque

não existe respaldo legal para a prática. A pauta chegou ao STF para dirimir os conflitos e solucionar a questão.

Em 2018, o STF reconheceu a constitucionalidade da pauta. No entanto, considerou ilegal por não haver previsão na lei que defina os parâmetros e princípios do *homeschooling* no Brasil. A Suprema Corte entendeu que não é atribuição exclusivamente dos pais educar, mas dever do Estado. As leis brasileiras, CF de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de nº 9.394 de 1996, assinalam a obrigatoriedade da frequência escolar para crianças a partir dos quatro anos de idade e aos adolescentes até dezessete anos. Inclusive, o Programa Bolsa Família (PBF) tem como condicionalidade a frequência escolar e as famílias que descumprem os critérios têm seus benefícios suspensos. O artigo 205 da CF/1988 trata como dever do Estado e da família e direito de todos. Na verdade, a questão da obrigatoriedade se deve às lutas de movimentos sociais e organizações da sociedade civil pelo direito à educação. O artigo 206 do Código Penal trata do abandono intelectual¹⁶⁶ de pais ou responsáveis por menores de idade.

Está em discussão na Câmara dos Deputados o PL 3262/2019 que “altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para incluir o parágrafo único no seu art. 246, a fim de prever que a educação domiciliar não configura crime de abandono intelectual” (BRASIL, 2019). A proposta é criar uma nova modalidade de ensino, a educação domiciliar. Os adeptos alegam que os pais são detentores naturais do direito de educar os filhos e, portanto, têm a liberdade de escolher o tipo de educação que almejam oferecer e que não podem ser responsabilizados por abandono intelectual se não os mandarem à escola.

O PL 3262/2019 tem a deputada Luisa Canziani (PTB-PR) como relatora e tramita com outros sete PL apensados. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou o PL no dia 10 de junho de 2021. O cerne do imbróglio é a alteração do Código Penal (Decreto-Lei 2848/1940) sobre o crime de abandono intelectual deixar de existir para as famílias praticantes do *homeschooling*. A audiência na CCJC foi tumultuada. Muitos se posicionaram a favor e contra a proposta. A deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RJ) declarou: “Não nos enganam. [...] Querem o direito de ensinar para os filhos que a terra é plana. É gente como vocês, que não acreditam na ciência, que querem esse tipo de educação sem nenhuma regulamentação” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

166 Deixar, sem justa causa, de prover a instrução primária de filho em idade escolar: Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa (CÓDIGO PENAL, Artigo 246).

Melchionna se refere aos negacionismos históricos e científicos presentes na perspectiva bolsonarista. Negacionismo esdrúxulo que traz consequências severas para a vida social, como o não uso de máscaras na pandemia de covid-19, o questionamento sobre a validade e eficácia das vacinas, indicação de medicamentos não cientificamente comprovados e aglomerações. Duarte e César (2020, p.14) explicitam que os negacionismos nada mais são que “estratégia política de gestão da pandemia e das condições de vida da população, na ausência de políticas públicas sanitárias coerentes” e interesses econômicos como temos assistido na Comissão Parlamentar de Inquérito da covid-19 ou CPI da Pandemia.

Em audiência na CCJC realizada em 5 de abril de 2021, o Ministro da Educação Milton Ribeiro (que é pastor) defendeu o PL afirmando que a socialização das crianças “ficaria a encargo das próprias famílias, clubes, bibliotecas e até mesmo a igreja, por que não?”. A ministra Damares encabeça a ideia no Planalto dando força ao PL com discursos moralizantes e fundamentalistas, cumprindo à risca o papel de interlocutora entre o segmento religioso, especialmente os grupos evangélicos, e o governo na consecução de pautas moralizantes.

No PL 3262/2019, encontramos a seguinte justificativa: “Quando o Estado usurpa o múnus de ensinar das famílias, ele sufoca a possibilidade de uma educação integral, oferecendo, em seu lugar, apenas uma educação parcial ou de conteúdos; uma educação, portanto, estanque!” (BRASIL, 2019, p. 2).

É nítida a crítica ao Estado como provedor do direito da educação. A ideia que vigora é que o ente estatal não tem capacidade de educar e retira a função da família de educar integralmente os filhos. No PL 3262/2019, os deputados mencionam que o poder público deve se limitar “a ajudar, apoiar, incentivar as famílias que se associam nessas comunidades em busca do bem, da Verdade e da beleza - só assim elevaremos nossas famílias, nossas cidades” (BRASIL, 2019, p. 3). Reitera afirmando: “Enquanto ficarmos nesse estado de coisas, dando toda a responsabilidade e poder a órgãos públicos, pereceremos enquanto estrutura fundamental da sociedade” (BRASIL, 2019, p. 3). De fato, há uma nítida preocupação em desresponsabilizar o Estado para com a educação.

A matéria é tão relevante para a Bancada da Bíblia que em 2 de abril de 2019 foi criada a Frente Parlamentar em Defesa do *Homeschooling* pelo deputado Jaziel Oliveira (PR-CE). A Frente vem realizando ações no sentido de ganhar adeptos para a causa e aprovar a

matéria com a promoção de simpósio¹⁶⁷, audiências públicas, *lives*, criação do PL que se encontra em debate e pressão sobre o Congresso Nacional.

Em outubro e novembro de 2019, a professora e deputada Rosa Neide (PT-MT) protocolou dois requerimentos, o nº 2.675 e o nº 2.899, solicitando a revisão de despacho de distribuição do PL para a CCJC. No requerimento 2.675, a deputada Neide argumenta que “a Comissão de Educação não pode estar a parte do debate que o PL 3262/2019 está propondo. A alteração deve ser discutida no âmbito educacional” e defende que a discussão não se limita à alteração do Código Penal e que é uma questão multifacetada e plural. Envolve o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Os dois requerimentos da deputada foram indeferidos. Renildo Calheiros (PC do B-PE) também solicitou que a matéria fosse para a Comissão de Educação e Alexandre Padilha solicitou a discussão na Comissão de Seguridade Social e Família. Em maio de 2021, Bohn Gass (PT) igualmente requereu que o PL nº 3262/19 fosse discutido nas Comissões de Educação e Seguridade Social e Família (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021). Todas as ações para que não se restringisse somente à CCJC foram refutadas.

Em 10 de junho de 2021, ocorreu na CCJC Reunião Deliberativa Extraordinária (virtual) em que foi aprovado o PL do *homeschooling* com o total de 59 votantes, sendo 35 favoráveis e 24 desfavoráveis ao parecer. A deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS) e os deputados Gervásio Maia (PSB-SP) e Patrus Ananias (PT-MG) protocolaram requerimento de retirada de pauta da discussão, mas ele foi negado. Em 16 de junho, o PL já estava no Plenário, por meio do Requerimento 1952/2020, requerendo “nos termos do artigo 155 do Regimento Interno, tramitação sob o regime urgência do Projeto de Lei nº. 2401/2019”. Reiteramos que o PL tramita sem as discussões necessárias para uma pauta de relevância ímpar e sem passar pelo crivo de outras comissões na Câmara dos Deputados.

Pelo visto, há a tentativa de limitar a discussão do PL a uma simples alteração do Código Penal quanto a não criminalizar os pais que praticam o *homeschooling*, menosprezando e/ou deslegitimando educadores, especialistas e todas as leis e lutas históricas em favor da educação pública. Ficou evidente que o governo quer passar a ideia de que se trata de um Direito Humano. Deputados da oposição denunciam que houve manobra para que o PL não fosse para a Comissão de Educação.

167 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/694221-frente-parlamentar-promove-simposio-sobre-a-regulamentacao-do-ensino-domiciliar/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

Em entrevista realizada com o professor Euclides de Agrela Braga Neto, questionado acerca das motivações dos defensores do *homeschooling* e da sua relação com o EsP, o entrevistado opinou:

[...] o *homeschooling* vem junto com essa proposta [EsP]. Porque o que é o *homeschooling* em última instância? É tirar da escola e do Estado o dever de educar o cidadão e colocar em primeiro lugar como direito da família educar seus filhos. Por que? Porque na família eu vou educar meu filho, inclusive, de acordo com minha religião porque na escola pode ser que ele tenha aula de religião e, mais, se tiver aula de religião, ele tem o direito de não participar e não vai ser reprovado por isso, se o viés de religião de um professor for x, y e z que ele não comunga. Então, nós temos aqui um elemento também que implica um interesse fenomenal dessas igrejas multimilionárias, como a Igreja Universal do Reino de Deus no Projeto Escola sem Partido porque isso implica fazer com que o *homeschooling* e mesmo a educação institucional seja completamente tomada por um retrocesso no que diz respeito à subordinação da educação escolar à religião. Uma das grandes questões que a Revolução Francesa colocou para nós foi a separação entre Igreja e Estado e na separação entre Igreja e Estado se colocava a laicidade da educação. Educação é laica. Se tira da Igreja Católica o poder sobre a educação e o Estado passa assumir o papel de provedor do ensino público, laico para o conjunto da população. Então, nós temos que entender o Projeto Escola sem Partido, exatamente, nessa sua totalidade. (Euclides de Agrela Braga Neto, 28 de julho de 2021).

De acordo com o professor Euclides, um dos nexos entre o *homeschooling* e o EsP reside na prevalência da família sobre a escola nos assuntos religiosos, morais e sexuais na educação das crianças, sendo que no *homeschooling* advoga-se a ausência da própria escola em nome da educação domiciliar, enquanto o EsP defende uma vigilância e um controle constantes sobre o trabalho docente. Outro aspecto apontado pelo entrevistado diz respeito ao retrocesso imposto à educação institucional por ambos os projetos que a submetem ao crivo moral e religioso.

Reiteramos que as referências são norte-americanas e seguem contumazmente a cartilha neoliberal. O ideário liberal é propagado com a valorização do individualismo, do libertarianismo e do direito dos pais de escolherem a educação institucionalizada ou domiciliar para seus filhos.

Nos Estados Unidos, é comum encontrar empresas e/ou associações de direito privado sem fins lucrativos, como as *school choice*, para se referir às alternativas ao sistema de ensino público. Na página EdChoice encontramos:

[...] a escolha da escola permite que os fundos da educação pública sigam os alunos para as escolas ou serviços que melhor atendam às suas necessidades - seja para uma escola pública, escola privada, escola charter, escola em casa ou qualquer outro ambiente de aprendizagem que as famílias escolham (EDCHOICE, 2021).

A educação é posta como um produto a ser escolhido e não como política pública disponível a todos. Como nas prateleiras comerciais, o indivíduo escolhe a que melhor lhe aprouver. A missão da organização é: “promover a liberdade educacional e a escolha para todos como um caminho para vidas de sucesso e uma sociedade mais forte” (EDCHOICE, 2021). É notório o discurso da liberdade dos indivíduos de escolher a escola e o modelo de educação de acordo com seus princípios e valores.

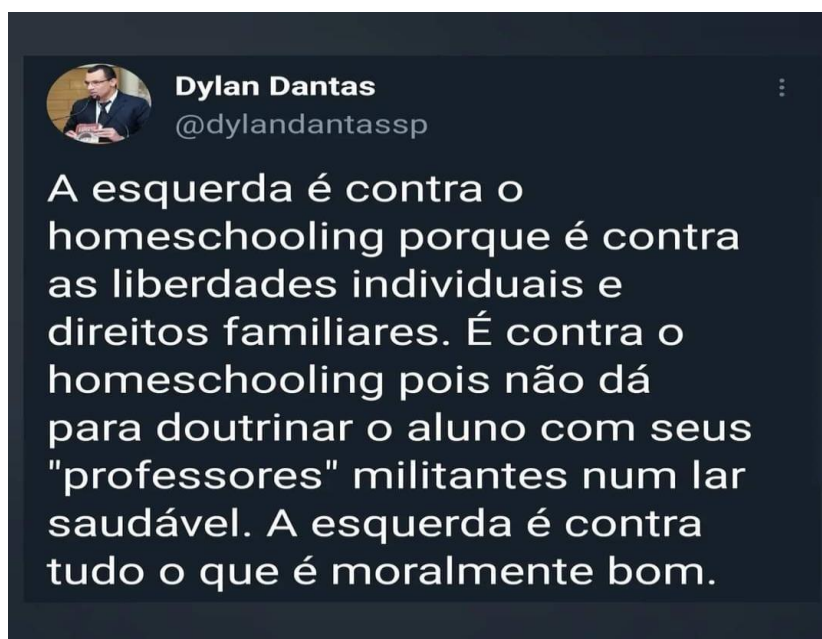
Para Oliveira e Barbosa (2017, p.194), “a fundamentação da educação domiciliar é originária de uma vasta gama de posições antiestatistas, que passam por anarquistas, liberais individualistas e posições religiosas fundamentalistas, entre outras”. Afirmam, ainda, que o neoliberalismo também é uma corrente teórica de sustentação ao modelo de educação. Os clássicos neoliberais Hayek (1985) e Mises (2010) questionam a compulsoriedade da educação e que o Estado seja o único provedor. Mises, na verdade, discorda de quaisquer intervenções do Estado na educação. Friedman (1984), por sua vez, sugeriu os *vouchers* escolares para que os pais tenham a liberdade de escolher a escola de seus filhos. Em evidência o ideário liberal: conservadores investidos dos princípios do Estado mínimo, empresariamento dos serviços públicos e mais liberdade para os indivíduos.

O neoliberalismo é mola propulsora da engrenagem do *homeschooling* (OLIVEIRA; BARBOSA, 2017). Críticos da proposta fazem uma correlação imediata com o projeto neoliberal de educação. Afirmam que a educação domiciliar é desresponsabilização do Estado para com a educação. Vasconcelos (2017, p.126) expressa que o *homeschooling* integra parte das “reformas neoliberais, constando da agenda da nova gestão pública desse contexto, e constituindo-se em uma meta de descentralização no gerenciamento dos sistemas educativos, sem precedentes, após o advento da escolarização”.

A postagem no Instagram de Dylan Dantas¹⁶⁸ explicita os usos de memes para justificar o *homeschooling*:

Figura 12 – Instagram Dylan Homeschooling

168 Disponível em: <https://twitter.com/dylantantassp>. Dylan se apresenta na rede social como: “Vereador e Representante do Movimento Conservador em Sorocaba. Autor e escritor do livro: “A Tomada de Decisão e os Formadores de Opinião”. O vereador é do PSC. Acesso em: 26 jul. 2021.



Fonte: Instagram Dylan Dantas (2021)

A postagem produz poder simbólico no meio “conservador” em que é propagada. Nesse post fica explícito o ataque aos professores taxados de esquerda e militantes doutrinadores que se opõem ao ensino domiciliar porque ficariam impossibilitados de doutrinar os alunos. Com essas e outras estratégias, Dylan Dantas conseguiu aprovar, em 22 de julho de 2021, um PL favorável ao *homeschooling*, em Sorocaba/SP.

Para justificar suas ações, depreciam e menosprezam a escola pública no que se refere às estruturas precárias, ao ensino e aprendizagem não satisfatórios e aos resultados “pífios” em avaliações escolares externas. É corrente a retórica da falência e crise da escola. Criticam a ineficácia escolar pública em auferir resultados satisfatórios. Questionamo-nos: a quem serve dizer continuamente que a escola está falida? Em que consiste o ataque e a desconstrução da escola pública? A quem atende a desescolarização? Ressaltamos que o elóquio é desvencilhado da mundialização e crise do capital (CHESNAIS, 1996) e que, ao invés de propor saídas para a educação pública, a solução proposta é abandoná-la ou gerenciá-la através de mecanismos empresariais que supostamente geram resultados imediatos e de qualidade.

No entanto, não discutem com seriedade as problemáticas históricas que afetam a escola pública, apontando como solução simplista e imediata o *homechooling*. As articulações no Congresso estão avançadas e podem resultar na aprovação do PL como tem ocorrido em alguns municípios. A anuência significa um lamentável retrocesso histórico nas políticas de

Educação, uma vez que incorre na legitimação de famílias que, em situação de miséria, retiram os filhos da escola e os destinam ao trabalho precoce para a garantia do sustento familiar. Ademais, possibilita encobrir situações de violência física, sexual e psicológica resguardadas pelo manto familiar e dificulta a convivência plena na escola com a pluralidade de pensamentos, valores, ideologias.

A proposta de educação domiciliar desconsidera o caráter específico de cada escola e a relevância da socialização para os indivíduos. É, pois, mais uma tentativa de desconstrução da escola pública. Por fim, testemunhamos, mais uma vez e mau grado nosso, a vitória de quem compreende a Educação apenas como mercadoria submetida aos parâmetros e teorias econômicas e um produto que gera grande lucro às corporações globais.

5.3.2 Militarização das escolas públicas: que projeto é esse?

Nessa seção analisamos outra medida de caráter reacionário que se coaduna à visão do MESP: a militarização das escolas públicas no governo Jair Bolsonaro (promessa de campanha eleitoral e projeto educacional). Aqui, buscamos identificar as finalidades de criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) como política educacional para educação básica no Brasil. Justifica-se este tópico pela adesão considerável de municípios e estados ao modelo em questão e pela necessidade de problematizar discursos arraigados e predominantes de que as escolas militares são melhores que as escolas regulares. Outrossim, cremos que a gestão militar cumpre o projeto educacional da gestão federal no combate às fantasmagóricas doutrinações incutidas nas escolas.

O aumento de escolas militarizadas instiga-nos aos seguintes questionamentos: por quê? Quais são as finalidades políticas e educacionais dessas escolas? Quais as implicações para a educação pública? O modelo escolar não gera cisões, clivagens e diferenças entre outras escolas públicas? Os investimentos destinados às escolas são semelhantes ou divergem? Quais elementos existem nesse tipo de escola que contribuem para alavancar os supostos resultados satisfatórios?

Na propaganda do governo, é alardeada como “a maior revolução na área de ensino no país nos últimos 20 anos¹⁶⁹”, conforme destacou o ex-ministro da Educação Abraham Weintraub no Congresso Nacional.

As Escolas Militares no Brasil remontam ao século XVIII (ROSA, 2012), a saber, período colonial. Em 4 de dezembro de 1810, com o processo de transferência da Monarquia para o Brasil, foi criada a Academia Real Militar com a finalidade de formar “oficiais de artilharia e engenharias, bem como oficiais engenheiros, geógrafos e topógrafos” (ACADEMIA REAL MILITAR, 2020). Conforme Santos (2007), era a única escola de Engenharia do país e ali estudavam não apenas oficiais do exército, mas militares e civis. A criação da academia estava diretamente relacionada às reformas educacionais e, em especial, à Reforma da Universidade de Coimbra na gestão do Primeiro Ministro Marquês de Pombal.

Rosa (2012, p. 4) salienta que “a construção de um sistema de ensino militar, porém, foi um longo processo entrelaçado às questões políticas, diplomáticas, econômicas e históricas da complexa construção do Estado Brasileiro”. Desde o término da Guerra do Paraguai, em 1870, os embates ideológicos e políticos entre militares e os representantes do Império ficaram mais acirrados¹⁷⁰. Santos (2000, p. 26) destaca que a ideia dos militares como salvadores da pátria, mantenedores da unidade nacional e civilizadores generalizou-se no Exército.

Os militares tinham fortes interesses em criar escolas para educar os filhos dos membros do Exército e da Força Armada. A ideia era garantir segurança aos militares que iam para as guerras em nome da pátria. Eles podiam morrer em paz, pois seus filhos teriam a educação necessária mesmo sendo órfãos ou filhos de pais incapacitados. Imbuído dessa ideia, Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, abandonou o comando do Exército e se tornou Senador do Império. Em 1853, apresentou a proposta 148 ao Senado, mas não prosperou. Em 1862, Caxias novamente apresentou o projeto e novamente malogrou. Somente no final do Império, o Conselheiro e Ministro da Pasta de Guerra, Tomás José

169 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/12-acoes-programas-e-projetos-637152388/83511-e-a-maior-revolucao-na-area-de-ensino-no-pais-dos-ultimos-20-anos-diz-ministro>. Acesso em: 23 mai. 2021.

170 Havia muitas discordâncias sobre a manutenção do regime escravocrata, monarquia, antilusitanismo e ideais republicanos e constitucionais defendidos pelos militares, embora, depois da Proclamação da República tenha ficado evidente a exclusão de muitos setores da vida social e política e o conservadorismo dos republicanos. (CARVALHO, 1993). É válido destacar que “a fomentação tanto da Proclamação da República, quanto dos movimentos tenentistas de 1922 a 1924 saíram das Escolas Militares” (SANTOS, 2000, p. 30).

Coelho de Almeida, conseguiu aprovar a criação do Imperial Colégio Militar (na capital brasileira Rio de Janeiro) através do decreto 10.202, de 9 de março de 1889 (CUNHA, 2007).

O primeiro artigo do decreto de fundação da Escola Militar define o público do modelo da escola: “instituto de instrução e educação militar, destinado a receber, gratuitamente, os filhos dos officiaes effectivos, reformados e honorarios do Exército e da Armada; e, mediante contribuição pecuniaria, alumnos procedentes de outras classes sociaes [sic]” (BRASIL, 1889). Conforme o decreto, estavam previstos exames de admissão focando na a leitura e escrita dos candidatos e a prioridade de matrícula aos órfãos de pais militares mortos em combate ou a serviço do Exército. Para Cunha (2007), a perspectiva assistencial e a necessidade de formação de quadros militares são questões centrais na criação do primeiro colégio militar do Brasil, embora a última finalidade tenha maior peso.

Uma característica central nesse modelo de escola são os rigorosos métodos disciplinares com recompensas e penas de modo a formar um *ethos* militar (SANTOS, 2000). Entre os incentivos, o Colégio Imperial definiu: boas notas nos livros das aulas, licenças excepcionais para passeio, elogio em ordem do dia regimental, promoção aos diversos postos do corpo de alunos e medalhas de ouro denominadas Duque de Caxias, Almirante Barroso, Marquez do Herval, Visconde de Inhaúma e Conde de Porto Alegre. Conforme o artigo 34, as penas previstas são: notas más nos livros de aulas, privação de recreio, com ou sem trabalho, exclusão momentânea da aula ou do campo de exercício, privação de saída nos dias determinados, repreensão particular ou em ordem do dia, baixa temporária das graduações, baixa definitiva das graduações, prisão na sala do estado-maior, expulsão atenuada e expulsão ostensiva (BRASIL, 1889).

Sobre a organização e gestão do Colégio, o artigo 10 determina: “O Imperial Collegio Militar será commandado por official superior de qualquer das classes do Exercito, effectivo ou reformado, que tenha o curso scientifico dos corpos de engenheiros, de artilharia ou de estado-maior de 1ª classe (sic)”. (BRASIL, 1889). Rosa (2012) enfatiza o sucesso da Escola Militar do Rio de Janeiro: tal era a importância do Colégio que os egressos eram dispensados de exames admissionais para estudar na Escola Politécnica do Largo de São Francisco – referência em engenharia até hoje.

Em 28 de fevereiro de 1912, o Decreto 9.397 criou o Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) e a Escola Militar de Barbacena. Em 7 de janeiro de 1919, é criado o Colégio Militar do Ceará. Em 1925, por motivações políticas, a Escola de Barbacena foi extinta. Santos (2000, p. 13) explica que após a Proclamação da República a formação dos militares

sofreu muitas influências de elementos divergentes das várias correntes presentes no Exército brasileiro. Em 1938, as escolas do Ceará e de Porto Alegre também foram extintas, restando apenas a Escola do Rio de Janeiro. Somente em 1962, voltaram a funcionar como Colégios Militares.

O currículo das escolas militares sofreu diversas alterações ao longo de sua história. Havia divergências entre os oficiais quanto a que tipo de formação devia ser ministrado – se mais militarista ou propedêutico (CUNHA, 2006). É importante frisar que essas escolas exerceram forte influência na política do país desde a Proclamação da República até os dias atuais. O sentimento de honra e status motivou os militares. Posteriormente, foram mobilizados também por fatores econômicos (SANTOS, 2004), como na Ditadura Civil-Militar de 1964.

Cabe, nesse contexto, diferenciar escolas militares de escolas militarizadas. As primeiras objetivam formar novos quadros para carreiras do Exército e recebem primordialmente os filhos de militares, conforme explicitado anteriormente. As do segundo tipo não têm necessariamente esse objetivo: consistem na entrega das escolas públicas à gestão do Exército sob o argumento de combate à violência nas escolas, com a finalidade de aumentar os índices educacionais dos municípios e estados. Por sinal, os discursos hegemônicos que tratam do “sucesso” desse modelo de escola – pela imposição da disciplina e dos resultados satisfatórios dos alunos em exames nacionais – adquirem status de verdade e acabam por ganhar o apoio e adesão de pais que demonstram cada vez mais interesse em matricular seus filhos (ALVES; FERREIRA, 2020).

Honorato (2020, p. 81) enumera quatro pontos principais presentes nos discursos de quem faz apologia às escolas cívico-militares: escolas situadas na periferia, em “situações de vulnerabilidade social e violência urbana e escolar [...]; indisciplina, altos índices de evasão escolar e repetência; critérios socioeconômicos; e resultados pífios nas avaliações nacionais”.

Os critérios para a criação das escolas militares incluem a vulnerabilidade social e a violência na comunidade onde a instituição estará situada. O discurso da violência funciona como elemento justificável para criar uma escola austera, disciplinadora e mantenedora da ordem – a típica pedagogia tradicional, alinhada às finalidades do MESP de afastar os alunos da doutrinação de esquerda. A adesão à pedagogia militarista é quase inquestionável e é aceita mesmo que seja imposta de modo violento. Não raro, as políticas e programas educacionais atribuem à escola uma missão redentora de salvaguardar crianças e adolescentes do “mundo

do crime” e da violência tanto dentro como fora da escola, gerando medo e pavor da criminalidade e da pobreza generalizada, de modo que a escola passa a ser a “salvadora da pátria”. Saviani (2018) descreve a função salvacionista e redentora da escola que propõe a mudança na sociedade sem considerar as questões sociais iminentes do sistema capitalista e sem alterar a estrutura de classes.

Em 2006, quando Bolsonaro era deputado federal, ele apresentou dois Projetos de Lei (PL) para criação de Escolas Militares nos bairros de Realengo e Resende no Rio de Janeiro. No entanto, os PL não lograram êxito. Em 2018, o candidato à presidência da República Jair Bolsonaro propalava problemas educacionais brasileiros e prometia, em campanha eleitoral, que criaria escolas cívico-militares nas capitais para sanar o problema da educação. O Plano de Governo (2018, p.41) de Bolsonaro tinha como meta mudar “o método de gestão” e “modernizar o conteúdo”, haja vista que o montante de recursos gastos em educação era elevado e não surtia efeitos positivos: “Os valores, tanto em termos relativos como em termos absolutos, são incompatíveis com nosso péssimo desempenho educacional”.

É importante destacar que Jair Bolsonaro é capitão reformado do Exército. Igualmente, o filho Eduardo tem formação militar, é escrivão da Polícia Federal e foi eleito deputado federal pelo Partido Liberal (PSL/SP) em favor de militares, utilizando discursos de ódio e pena de morte, posse de armas de fogo¹⁷¹, castração química para estupradores e defesa da Ditadura Civil-Militar de 1964¹⁷². Ele também é a favor do Programa Escola sem Partido, da educação domiciliar e das pautas dos costumes, além de disseminar negacionismos históricos e científicos.

Jair Bolsonaro publicou o decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa das Escolas Cívico-Militares (PECIM¹⁷³) no Brasil. O programa é parceria do Ministério da Educação (MEC) vinculado à Secretaria de Educação Básica com o apoio do

171 Jair Bolsonaro, mesmo antes de ser presidente, fazia a defesa de porte de armas. Em 2017, ele posou com um fuzil da Taurus e faz questão de continuar defendendo a proposta. Existe a Frente Parlamentar Armamentista composta por 204 deputados federais e dois senadores, conforme disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54004>. Acesso em: 20 mai. 2021.

172 Jair Bolsonaro defende que não houve golpe, mas uma revolução militar contra o comunismo no Brasil. É elucidativo o fato de que o presidente ganhou na justiça o direito de comemorar o dia 31 de março de 1964. Sobre o tema, destacamos a votação do impeachment de Dilma Rousseff quando Jair Bolsonaro era deputado federal e declarou seu voto fazendo apologia ao Coronel Carlos Brilhante Ustra, um dos maiores torturadores da Ditadura Civil-Militar.

173 O modelo a ser implementado pelo Ministério da Educação tem o objetivo de melhorar o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas e se baseia no alto nível dos colégios militares do Exército, das Polícias e dos Corpos de Bombeiros Militares. Os militares atuarão no apoio à gestão escolar e à gestão educacional, enquanto professores e demais profissionais da educação continuarão responsáveis pelo trabalho didático-pedagógico (BRASIL, 2019).

Ministério da Defesa e será implantado em regime de parceria com municípios, estados e Distrito Federal. O PECIM apregoa que sua finalidade é promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio (BRASIL, 2019). Vejamos:

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares é uma iniciativa do Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Defesa, que apresenta um conceito de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com a participação do corpo docente da escola e apoio dos militares. A proposta é implantar 216 Escolas Cívico-Militares em todo o país, até 2023, sendo 54 por ano. O modelo a ser implementado pelo Ministério da Educação tem o objetivo de melhorar o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas e se baseia no alto nível dos colégios militares do Exército, das Polícias e dos Corpos de Bombeiros Militares. Os militares atuarão no apoio à gestão escolar e à gestão educacional, enquanto professores e demais profissionais da educação continuarão responsáveis pelo trabalho didático-pedagógico (BRASIL, 2019).

A previsão dos idealizadores do programa é de que até 2023 tenham 216 escolas funcionando de acordo com o modelo lançado pelo MEC. Em Brasília, já há quatro escolas que adotaram esse modelo e estão funcionando. No Brasil, são quase 120 escolas militarizadas em funcionamento. Conforme o decreto de criação do PECIM, os critérios adotados para a instalação das novas unidades serão:

Escola em situação de vulnerabilidade social e com baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
Escola localizada na capital do estado ou na respectiva região metropolitana;
Escola que ofereça as etapas Ensino Fundamental II e/ou Médio e, preferencialmente, atenda de 500 a 1000 alunos nos dois turnos;
Escola que possua a aprovação da comunidade escolar para a implantação do modelo (BRASIL, 2019).

Para aderir ao programa, as escolas precisarão manifestar interesse junto à sua secretaria de educação, que conduzirá o processo de escolha entre as escolas. Até outubro, o Distrito Federal e mais quinze estados tinham adotado o modelo de gestão militarizada nas escolas públicas, incluindo o estado do Ceará. Por sinal, Ceará foi o único estado do Nordeste a aderir ao programa. Em 2020 foram implantadas no Ceará mais duas novas escolas cívico-militares¹⁷⁴, uma em Maracanaú, o 3º Colégio da Polícia Militar Tenente Mário Lima, e outra

174 Ressaltamos que algumas escolas homenageiam nomes de militares que praticaram vários crimes no Regime ditatorial de 1964, como Jarbas Passarinho que foi Ministro do Trabalho e Previdência Social no governo Costa e Silva (1967-1969). Além de escolas, muitas ruas, avenidas e órgãos públicos receberam o nome de militares. Em Fortaleza foram detectados 35 resquícios físicos da Ditadura Militar segundo o Coletivo Aparecidos Políticos através do Projeto Conexões Cartográficas da Memória. Disponível em: <http://www.aparecidospoliticos.com.br/2015/07/lancamento-mapa-e-dvd-cartografia-da-ditadura-em-fortaleza/>. Acesso em: 8 jul. 2021.

em Sobral, o 4º Colégio Militar Ministro Jarbas Passarinho, conforme a Secretaria de Educação (SEDUC) do Ceará. A proposta federal foi prontamente aceita pelo governo estadual que é visto como de esquerda e com roupagem democráticas.

No dia 9 de março de 2021, o portal das Escolas Cívico-Militares divulgou que mais 70 escolas aderiram ao PECIM. Em 2020, 53 escolas aderiram ao programa. Mesmo no contexto de pandemia da covid-19 essas escolas foram implantadas como pautas principais do governo. O “modelo de excelência” em educação, de acordo com o PECIM, abrangerá as áreas:

didático-pedagógica: com atividades de supervisão escolar e psicopedagogia para melhorar o processo de ensino-aprendizagem preservando as atribuições exclusivas dos docentes;

educacional: pretende fortalecer os valores humanos, éticos e morais bem como incentivar a formação integral como cidadão e promover a sensação de pertencimento no ambiente escolar;

administrativa: para aprimorar a infraestrutura e a organização da escola para aprimorar a utilização de recursos disponíveis na unidade escolar (BRASIL, 2020).

Conforme o Manual das Escolas Cívico-Militares em que constam regras de comportamento, os alunos devem bater continência aos militares e têm fardamento padronizado¹⁷⁵. As mulheres devem usar coques nos cabelos e os meninos não podem usar barba, boné, tatuagens, cabelos grandes, nem adereços e devem manter o cabelo sempre cortado. A prática de controle e docilização dos indivíduos conduz à subserviência, a não criticidade, ao disciplinamento dos corpos, ao desrespeito às individualidades, enfim, atua no sentido de gerar comportamentos desejáveis e homogeneizadores para um projeto educativo na contramão da formação crítica e emancipadora.

Mascarenhas e Silva (2020, p. 4) salientam que os fundamentos desse modelo escolar partem de uma lógica de “padronização, [...] descaracterização do trabalho docente, reguladora de subjetividade e identidade, de corpos, com o discurso centrado na moralidade, apreciadora de uma educação aplicacionista e estéril”. O discurso da disciplina é recorrente desde a Escola Imperial do Rio de Janeiro. A escola atua no sentido de adequar os comportamentos dos educandos aos existentes no Exército, reproduzindo a disciplina militar e gerando violência simbólica (BOURDIEU; PASSERON, 1982).

175 Na maioria destas escolas são os pais que compram o uniforme escolar.

A matéria “Aluno-xerife, beijo punido, hino de cor: um dia em uma escola militar”¹⁷⁶ descreve sucintamente a rotina escolar disciplinadora de corpos e mentes em filas, padronizados e alinhados para acompanhar o hasteamento da bandeira e cantar o Hino Nacional. É preciso marchar para entrar e sair das salas. Existe a disciplina “Continência e Sinais de Respeito” (CSR) com cinquenta minutos de aula semanal (HONORATO, 2020). Segundo Madeiro (2020), “ela abrange os cânticos e hinos e a ordem unida – que é aprendizado da marcha, dos comandos de pé firme, desfiles, etc”. O PECIM orienta a escolha de alunos chefes e subchefes de sala para atuarem na manutenção da ordem e disciplina das salas. Em 07 de maio de 2021, a Escola Cívico-Militar Quinze de Novembro (ECIMQN) promoveu uma cerimônia de posse dos novos líderes.

Por sua vez, a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (SECIM) afirma que “O conteúdo que é aplicado a essas escolas cívico-militares são voltados ao civismo, ao patriotismo, à hierarquia, à disciplina, à ordem unida”¹⁷⁷. Que currículo é esse? Quais são suas bases e fundamentos pedagógicos e filosóficos?

Honorato (2020, p. 83) enumera algumas críticas negativas ao modelo de escola: “tipo de comportamento dos professores e alunos mais passivo e subserviente às regras, à hierarquia e à disciplina”; “Ideologia militar da obediência ao invés da participação”; “Educação militarizada representa distorções à formação identitária de crianças e adolescentes. Adestramentos e castração do indivíduo em formação, resultantes da lógica militar”. O Ministério Público da Bahia (MPF), através da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC), encaminhou a Recomendação 04/2019 a escolas públicas municipais e estaduais que adotaram o programa de escolas cívico-militares. No documento, consta que

CONSIDERANDO que a imposição, pelo Estado, de padrão estético uniforme aos alunos e alunas, quanto ao tipo de corte de cabelo, roupas, maquiagem e outros adereços possui impacto negativo desproporcional em indivíduos de grupos minoritários, marginalizados ou alvo de preconceito, que se veem impedidos de manifestar as características de suas personalidades e culturas diferenciadas, especialmente quanto às identidades étnico-raciais, religiosas e de gênero, em grave violação aos princípios dignidade humana e da igualdade; CONSIDERANDO que esses direitos à intimidade e vida privada e à liberdade de expressão, de pensamento e de consciência possuem especial importância para crianças e adolescentes, cujo processo de formação da própria personalidade deve ser protegido pelo Estado, que

176 Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/02/05/escola-militar-aluno-xerife-hino-de-cor.htm>. Acesso em: 19 mai. 2021.

177 Tem como objetivo construir disciplina, coesão e padronização de procedimentos. Disponível em: <http://www.pm.ba.gov.br/cerimonial/legis/Manual%20de%20Ordem%20Unida%20-%20C%2022-5.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2021.

não deve impor visões de mundo ou exigir adequação a modelos definidos unilateralmente (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2019, p. 11).

A recomendação supracitada entende que em nada o padrão exigido coopera para o desenvolvimento intelectual e cidadão dos alunos, explicando que, na verdade, é uma violação dos direitos que constam no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O Ministério Público ressalta que, no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2015, os melhores resultados não foram das escolas militares, mas do Instituto Federal da Bahia, contradizendo que o disciplinamento e o autoritarismo contribuem para melhores desempenhos acadêmicos, mas a estrutura, “nível socioeconômico, a presença e a escolaridade dos pais são fatores determinantes para o rendimento escolar dos alunos da rede pública” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL/BA, 2019, p. 3).

Corroboramos o MPF quando afirma que não é o autoritarismo que garante resultados satisfatórios nas escolas, mas as condições de trabalho dos docentes, a estrutura e as condições socioeconômicas. Pelo contrário, o autoritarismo vai de encontro à autonomia e emancipação dos sujeitos educandos e educadores. Nesse sentido, as escolas militarizadas geram cisão entre as escolas públicas – de um lado, temos a escola estruturada e bem equipada e de outro a escola não militarizada com recursos poucos.

A escola militarizada funciona como “Aparelho ideológico do Estado” e o Exército e Forças Armadas são “Aparelhos ideológicos e repressivos do Estado” (ALTHUSSER, 1974). O primeiro age criando ideologias, consenso e aquiescência social, enquanto o segundo emprega o uso a coerção física, pelo emprego da força e de armas (embora também recorra à ideologia). Os mecanismos de reprodução são diversos: criar hábitos (*habitus*) que formam para a aceitação, conformação, dominação e naturalização das relações de poder (ALTHUSSER, 1974; BOURDIEU; PASSERON, 1982) e, no caso em tela, ideais de civismo, patriotismo, moralidade, adaptação e conformização. A formação do *ethos* utiliza a violência simbólica, desconsiderando a cultura, valores, diferenciações. Conforme Saviani (2000), a perspectiva althusseriana integra “A teoria crítico reprodutivista” à medida que leva em consideração os determinantes sociais da educação, porém, não apresenta uma proposta pedagógica e fica somente no plano da reprodução.

Em Ceilândia (DF), um fato ocorrido no Centro Educacional 7 demonstrou que policiais desconhecem a função social da escola e do trabalho docente, conforme matéria

veiculada em 12 de novembro de 2019 pelo G1¹⁷⁸. A referida matéria transcreveu o áudio gravado em sala de aula:

Professora: Alguém da direção, por favor, pode vir na sala do 9º D? O sargento Policarpo está me desautorizando na frente da turma toda. Dizendo que eu não tenho autoridade sobre esta sala. Ele entrou para fazer advertências indevidas durante o meu período de aulas. Então, esse senhor está andando na minha sala, acabou de me desautorizar perante a minha turma e isso é inadmissível. Eu falei para ele que a turma é minha, a sala é minha enquanto eu estiver aqui dentro. Ele está sorrindo, fazendo chacotas, sendo irônico. Então, por favor... e pedi para ele sair de dentro da minha sala.

PM: Não, a senhora mandou eu sair da sala.

Professora: Sim, eu mandei você sair da sala.

PM: Não, a senhora não tem autoridade para mandar eu sair da sala.

Professora: Eu tenho autoridade sim, a sala de aula é minha, eu tenho autoridade senhor Policarpo.

O episódio demonstra como, no modelo proposto, os docentes têm sua autoridade e autonomia seriamente comprometidas ou até mesmo anuladas diante de seus alunos. Esse caso provavelmente não será único no que diz respeito às dificuldades na relação entre docentes e militares na condução das ECM. O caso chegou à Comissão de Direitos Humanos na Câmara Legislativa e a SEDUC/DF ficou de apurar os fatos. Para Mascarenhas e Silva (2020, p. 5), esse modelo de escola poda o protagonismo intelectual dos docentes, gerando o controle do Estado via pedagogia militar sobre o trabalho docente, “subsidiando e prometendo uma gestão compartilhada precária e sem os fundamentos da ciência pedagógica e da didática, transformando o trabalho docente em um treinamento de fazeres”. Além disso, os gestores militares destituem diretores eleitos pela comunidade escolar, não têm formação na área pedagógica e não conhecem a realidade escolar (HONORATO, 2000).

No site da Escola Vila Militar (Rebouças/PR), consta que a instituição se propõe a trabalhar “com cuidados disciplinares e de conduta”. A perspectiva da militarização é transmutada para as escolas com a predominância da ideia de que, se houver disciplina, haverá aprendizagem e resultados satisfatórios, bem como de combate à doutrinação ideológica de professores que são substituídos por militares. Argumenta-se que as escolas militares (ECM) apresentam os melhores índices educacionais do país. No entanto, quando fazem a comparação, não destacam que essas escolas recebem recursos federais bem maiores que as escolas convencionais. De todo modo, não são as escolas que apresentam resultados mais satisfatórios, porque esse posto é dos Institutos Federais (IF).

178 Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/11/12/professora-e-pm-batem-boca-na-frente-de-alunos-em-escola-militarizada-no-df-ouca-audio.ghtml>. Acesso em: 28 jan. 2020.

As escolas cívico-militares (ECM) se apresentam como modelo de gestão de excelência nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa. O 2º artigo do decreto de criação do PECIM, inciso V, coloca que a gestão de processos educacionais se refere à “- promoção de atividades com vistas à difusão de valores humanos e cívicos para estimular o desenvolvimento de bons comportamentos e atitudes do aluno e a sua formação integral como cidadão em ambiente escolar externo à sala de aula”. No entanto, que significa formar para valores cívicos? O que significa formar bons comportamentos e atitudes nos alunos? O que de fato representa essa proposta? Quais são as suas implicações na formação social e escolar dos indivíduos? O fato de haver seleção para admissão não é, por si só, um aspecto que contribui para elevar os resultados educacionais?

Com o intuito de atender à demanda da elite conservadora e à busca dos pais por escolas com maior rigor e disciplina, estão sendo criadas no Brasil escolas militares também na esfera privada. Segundo matéria da BBC¹⁷⁹, já são mais de uma dezena de escolas situadas no Paraná, Brasília e Ceará.

Em Fortaleza, foi criada a Escola Batalha do Riachuelo, a primeira instituição escolar privada do estado do Ceará. É uma escola de elite com mensalidades de quase três mil reais em regime de tempo integral. No site da instituição, são publicizados os seus valores: “patriotismo, sentimento de honra e dever, cidadania, rigor e respeito à hierarquia, compromisso”. A visão da instituição consiste em: “Ser referência no Brasil na Educação integral privada com conceito de ensino cívico e Militar”. A sua missão seria: “Propiciar ambiência de educação com ênfase nos valores e tradições das forças armadas Brasileiras, em consonância com a legislação Federal da educação nacional, ministrando educação básica nos níveis infantil, fundamental do 6º ao 9º ano e médio”.

Em síntese, encontramos vários nexos entre os princípios do EsP contidos nas propostas do *homeschooling* e os das escolas cívico-militares, tais como o combate à doutrinação e à chamada ideologia de gênero, o uso da censura e o controle do trabalho docente, bem como a ideia da mercantilização da educação na perspectiva ultraliberal.

No tópico a seguir, destacamos a importância de resistir ao MESP e, conseqüentemente, à mercantilização da educação e ao cerceamento do trabalho docente.

179 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51822924>. Acesso em: 4 set. 2020.

5.4 Por que resistir ao Movimento Escola sem Partido: por outra sociedade

O EsP, como já demonstramos, é produto da onda neoconservadora, neoliberal e fundamentalista que paira sobre a ordem social mundial. Pretendemos encerrar nossas análises apresentando focos de resistência em todo o país ao avanço do MESP. Um dos movimentos mais expressivos é a Frente Nacional Escola sem Mordação, que vem contribuindo sistematicamente para ampliar e socializar o debate em defesa da livre expressão na escola, além de prontificar-se na defesa legal direta de muitos docentes.

A Frente Nacional Escola sem Mordação foi criada em 2016, como parte das deliberações do II Encontro Nacional de Educação – II ENE, realizado em Brasília (DF). A Frente reúne, principalmente, entidades sindicais e estudantis ligadas à educação, bem como movimentos e organizações que se contrapõem ao Projeto Escola sem Partido. Uma das entidades que compõe a Frente desde o início e que foi uma das suas fundadoras é o ANDES-

SN, o qual mantém uma representação constante na Frente, contribuindo política e financeiramente para o desenvolvimento de suas atividades, como a elaboração da referida cartilha e levantamento do mapeamento dos PL do Escola sem Partido, já citado aqui, dentre outras iniciativas, conforme informações fornecidas por Elizabeth Carla Barbosa, entrevistada por nós para falar especificamente sobre a atuação da Frente no combate ao EsP (19/07/2021).

Falar de resistência num trabalho que se apoia no materialismo histórico dialético é mais que um dever, é um ato de coerência com a história da luta de classes que, ao longo da existência humana, expressou movimentos de oposição e resistência a toda dominação imposta por aqueles que detêm os meios de produção e subjagam a classe trabalhadora às mais torpes situações, negando-lhe os meios materiais e a própria condição de se manifestar livremente. Assim, antes que o EsP nos silencie e, nas palavras de Frigotto (2017, p. 33),

[...] que a esfinge se torne indecifrável e nos devore, cabe acumular energia intelectual e ética e organização política coletiva para, sem medo como fez Édipo da lenda da esfinge, confrontá-la e derrotá-la. Uma tarefa necessária para que haja futuro humanamente suportável em nossa sociedade.

A professora Elizabeth Carla Barbosa, representante do ANDES-SN na Frente Nacional Escola sem Mordação, em entrevista realizada por nós no dia 19 de julho de 2021, situou o contexto mais geral das reformas educacionais implementadas no Brasil, desde a década de 1990, sob as orientações dos organismos internacionais, que nos ajudam a

compreender a evolução das interferências desses organismos ao longo das últimas quatro décadas e, ao mesmo tempo, inserir o EsP na conjuntura atual em imbricação com os projetos do capital para a educação:

[...] a década de 1990 é um marco [...] nessa perspectiva do neoliberalismo, da perspectiva de uma Reforma de Estado e a gente passa a ter aqui no Brasil a partir desse momento uma influência muito grande de organismos internacionais: Organização [Mundial] do Comércio, Banco Mundial [...] [que] começam a dizer pra gente que tipo de educação, que tipo de formação não só pro Brasil, mas para a América Latina, Ásia, África [devemos ter] uma educação que tenha a perspectiva de aligeirar, de alienar. [...] Conteúdos que são extremamente importantes começam a ser retirados, porque [com esses conteúdos] você tem uma perspectiva de ter um trabalhador crítico e transformador. Não. Ao contrário. [A perspectiva desses organismos] É uma perspectiva de você ter um trabalhador alienado, que não pensa. A gente vai ter ataques que são crescentes e aí a gente vai ter [...] o Banco Mundial ditando, a partir de 1994, uma série de documentos que culmina com o documento de 2017 “Um Ajuste Justo”, que nada mais é do que uma réplica daquele documento de 1994, mas apontando exatamente o que tem que ser feito na educação, na saúde, na previdência. E quando você ler o documento do Banco Mundial de 2017, você vai encontrar nele o que já está posto: o PNE 2014-2024, a Reforma do Ensino Médio, a BNCC, o currículo único nas graduações, os tais itinerários formativos [...] (Elizabeth Carla Barbosa, entrevista em 19 de julho de 2021).

Questionada a respeito do tipo de escola que o Movimento Escola sem Partido defende, sob o signo da suposta neutralidade, a professora Elizabeth Carla Barbosa a definiu nos seguintes termos:

[...] É essa escola alienada, é essa escola que aliena mesmo. [...] é uma escola que é voltada para o grande capital, para o mercado de trabalho, de [formação da] força de trabalho. Não é uma escola que educa [...]. Talvez ela nem ensine. É uma escola que aliena mesmo, uma escola que produz força de trabalho pra esse mercado aí do capital que só pensa no lucro. É uma escola alienada mesmo. É muito duro. (Elizabeth Carla Barbosa, entrevista em 19/07/21).

Jarir Pereira, professor de Filosofia e Coordenador da Frente Estadual Escola sem Mordada do Ceará, explicita porque autores que se contrapõem a essa concepção de educação são tão visados pelo EsP, a exemplo de Paulo Freire, que se tornou o principal alvo dos ataques dos defensores do movimento reacionário:

Por que eles atacam tanto Paulo Freire? Porque o Paulo Freire denunciou um tipo de educação [...] bancária onde o aluno é depósito e o professor despeja todo tipo de conhecimento para o aluno sem nenhuma crítica. O aluno é passivo do processo de ensino aprendizagem e o professor é aquele que contém todo o conhecimento. Veja: nós temos uma concepção contrária a isso. Nós achamos que a educação é crítica, que os estudantes não são passivos, eles são parte ativa da construção do conhecimento e que o conhecimento se dá não numa via de mão única do professor para o aluno, embora o professor seja aquela pessoa preparada e que fez uma

licenciatura, estudou didática. O conhecimento se dá em mão dupla, pelo diálogo, diálogo franco, diálogo aberto, não é um diálogo de autoritarismo. O professor tem autoridade, mas não é autoritário. O professor tem autoridade. Ele está ali como trabalhador, uma pessoa que estudou, mas ele não é autoritário. Ele escuta os seus alunos e o professor dentro de uma visão crítica, dentro de uma aprendizagem crítica, ele está aberto a aprender com seus alunos. Às vezes, as aulas de Filosofia não partem do conceito sobre Kant, sobre qualquer outro filósofo. Não, partem da experiência. Às vezes, eu tenho que começar a aula escutando a realidade, o mundo que esse aluno está inserido para, a partir daí, o conhecimento ter sentido. Então, é isso que nós chamamos de educação crítica. Educação crítica é aquela que passa pela análise, pelo julgamento das causas daquele acontecimento. Eu falei do problema da fome. Então, quais são as causas da fome? E aí também como se resolve esse problema? Aí é a discussão de problema. Então, é assim, não é à toa que elegeram Paulo Freire como inimigo da educação pública. (Entrevista, em 15 de julho de 2021).

O EsP identifica conhecimento crítico com doutrinação. A doutrinação que diz combater é, na verdade, a atividade própria da ação educativa: apresentação do problema, análise do problema, julgamento das causas e busca pelas resoluções, assim como o professor Jarir explicou na sua fala. O que o EsP pretende é desqualificar a escola no sentido de apagar a sua qualidade intrínseca, aquilo que faz dela uma instituição diferente das outras instituições sociais, que é a qualidade de socializar o conhecimento historicamente acumulado.

Elizabeth Carla Barbosa (2021) informou que uma das ações significativas realizadas pela Frente, juntamente com outros grupos, foi a criação de um Manual de Defesa contra o Escola sem Partido¹⁸⁰, elaborado por advogados, entidades sindicais e especialistas em assédio moral, ensinando professores a agir diretamente contra a censura, o qual foi lançado em 2018, por diversas instituições, e que contém 178 páginas. O referido Manual foi pensado com o objetivo de:

[...] combater atos de perseguição que exploram uma eventual fragilidade individual dos profissionais da educação, criando um clima de medo e autocensura nas escolas. Os efeitos mais perversos dessa escalada de censura nas escolas infelizmente não aparecem nos jornais. O Manual é baseado em 11 casos-modelo, quase sempre casos reais ocorridos em escolas estaduais e municipais do país (2018, p. 19).

Ademais, o manual busca socializar estratégias jurídicas de combate à censura ao demonstrar situações-modelo de casos verídicos que ocorreram no país, tais como: nova legislação aprovada por vereadores ou deputados; interferência direta do poder legislativo na escola; interferência de prefeitos, governadores e secretários de educação; interferência de membros da justiça, da polícia ou de outros órgãos; constrangimento de professores pela

¹⁸⁰ Disponível em: <http://www.manualdefesadasescolas.org/manualdefesa.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2020.

diretoria de ensino, supervisão ou direção da escola; ameaça por pessoa externa à escola; ameaças por membros da comunidade escolar por meio de notificação extrajudicial para professor; perseguições e ameaças nas redes sociais (divulgação de vídeo nas redes sociais e “reclamação ou denúncia” divulgada na rede por estudantes, familiares ou colegas); denúncias e processos formais contra professores (denúncia e abertura de sindicância administrativa e Denúncia Formal ao Sistema de Justiça - Ministério Público ou Judiciário). Em linhas gerais, o manual conclui que, na maioria dos casos, a melhor defesa é a reafirmação dos princípios constitucionais de ensino como a liberdade de ensino e a autonomia pedagógica (MANUAL, 2018).

Além das considerações à CF de 1988, o Manual (2018) sugere outras estratégias político-pedagógicas comuns, como: identificar e mobilizar aliados na comunidade escolar, envolver o sindicato de sua categoria, dar publicidade ao problema, exigir um posicionamento da rede de ensino, mapear conflitos e aprender com eles, construir relações de confiança entre famílias e professores, promover a gestão democrática escolar comprometida com o direito à educação de todas e todos e criar espaços de debate plural nas escolas.

Nesse sentido, encontramos o “Guia rápido contra a censura nas escolas” e campanhas de proteção como a do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOSP) que, a propósito, disponibiliza um canal de denúncias em caso de assédio e perseguição a docentes.

Encontramos no site Professores contra o Escola sem Partido um link intitulado “Documentos técnicos para se defender da censura”¹⁸¹. A proposta do grupo foi sistematizar e socializar diversos materiais como pareceres, resoluções, notas técnicas, ofícios e ações diretas de inconstitucionalidade (sendo a maioria do âmbito jurídico) para publicizar os encaminhamentos já adotados de modo que vítimas da censura possam utilizar-se deles em caso de necessidade ou apenas para conhecimento de causa.

À medida que o PL do EsP ia avançando nas casas legislativas, cresciam movimentos no sentido contrário, como o Liberdade para Educar, que virou o Movimento Professores contra o Escola sem Partido¹⁸², Escola Democrática¹⁸³, Escola sem Mordaca¹⁸⁴ (instituído nos estados e Distrito Federal) e o Movimento contra a fraude do Escola sem

¹⁸¹ Disponível em: <https://profscontraoesp.org/bibliografia-referencias-academicas/>. Acesso em: 21 jan. 2020.

¹⁸² Disponível em: <https://profscontraoesp.org/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

¹⁸³ Disponível em: <https://cdhpf.org.br/artigos/3489/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

¹⁸⁴ Disponível em: www.escolasemmordaca.org.br. Acesso em: 30 ago. 2021.

Partido¹⁸⁵, entre outros movimentos e ações.

Destacamos a ação de sindicatos que mobilizaram forças diversas no sentido de combater a proposta em curso e o avanço nos espaços legislativos. O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Educação Superior (Andes) teve destaque e importância significativa ao elaborar um mapeamento de projetos de censura à liberdade de ensino nos espaços legislativos desde o nível municipal e estadual até as instâncias federais. O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) lançou a Campanha Movimento Contra a Fraude do Escola sem Partido e o “Manual de Defesa contra a censura e o assédio nas escolas”¹⁸⁶. As principais ações foram elaboração de notas de repúdio, manuais, campanhas de proteção, palestras de advogados e professores, participação em audiências públicas de discussão de PL e criação de espaços de denúncia e apoio a professores violentados no exercício da docência.

Sobre a onda de censura que paira sobre as instituições de ensino superior e o trabalho da Frente Nacional Escola sem Mordça, a professora Elizabeth Carla Barbosa, da Universidade Federal Fluminense, relatou-nos em entrevista:

[...] esses ataques não pararam. Ao contrário, eles continuaram. A gente teve coisas que começaram a acontecer que fortaleceram a Escola com Mordça, por exemplo, a militarização das escolas. Hoje a gente tem o Estado de Goiás que praticamente todo o ensino estadual de Goiás é via escolas militarizadas. A gente começou a ter um ataque muito grande também nas instituições de ensino superior: universidades, institutos, CEFETs. Em 2018, ainda no período pré-eleitoral vários CAs de várias universidades e DCEs foram invadidos pela polícia, busca de material, as faculdades de Direito da UFF sofreu uma interdição porque botou uma faixa lá na frente do prédio reivindicando democracia e a gente continua hoje com ataque muito grande... Eu faço parte de uma comissão dentro do Sindicato Nacional que é em relação à repressão, à perseguição política, ao assédio e a gente cada vez mais tem recebido denúncias de professores que são perseguidos. Grupos de pesquisa com publicação de livros estão sendo denunciados, pessoas denunciando e ganhando o direito de resposta pela justiça e um dos fatores que também acaba fortalecendo esse ataque, esse cerceamento de liberdade de cátedra tem muito a ver com esse período de ensino remoto. Várias instituições obrigam a gravação das aulas, alunos usando material indevidamente. Acho que a gente teve uma vitória muito grande quando o STF barra, mas ao mesmo tempo a gente tem um alinhamento de outras frentes que vieram de encontro a essa nossa vitória e que cada vez mais tem se aprofundado. (Entrevista Elizabeth Carla Barbosa, 19/07/21).

A professora Elizabeth Carla Barbosa descreve um conjunto de ataques que se localiza no escopo do EsP, apesar de o projeto não ter sido aprovado. Importante registrar,

185 Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/apeoesp-urgente/n-64-movimento-contra-fraude-da-escola-sem-partido/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

186 Disponível em: <file:///C:/Users/USURIO~2/AppData/Local/Temp/4-press-manual-apeoesp-contra-a-censura.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.

ainda, que o PL 7.180/14 não foi aprovado em 2018, quando ocorreram diversas tentativas de aprovação, devido à forte atuação da Frente Nacional Escola sem Mordça em unidade com outros vários movimentos de professores e estudantes.

Ao longo do ano de 2018, a Frente acompanhou a tramitação do PL 7180/14, que foi levado a votação 12 vezes na comissão Especial da Câmara dos Deputados até ser encaminhado para arquivamento no dia 11 de dezembro do mesmo ano, quando ocorreu a última reunião da Comissão Especial da Legislatura em vigor. O PL foi oficialmente arquivado nos termos do artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no dia 31 de janeiro de 2019.

Os relatos da professora Elizabeth e do professor Jarir denotam as lutas travadas contra a legalização do EsP ocorridas em diversas frentes. Para finalizar, a professora enfatiza a importância dessa rede de apoio, especialmente na atual conjuntura de retrocessos e ataques à educação pública.

O movimento dialético da realidade demonstra que os legisladores ou apologetas do EsP que pregavam a moral cristã, a família tradicional, a vida ílibada e a não corrupção, posteriormente tiveram suas ações concretas expostas para toda a sociedade, com casos de violência e abuso sexual contra crianças, violência contra a mulher, corrupção de todas as formas e até homicídio, como a deputada Flor de Lis que mandou matar o marido.

O EsP avançou consideravelmente, mas as resistências ocorrem por todo o país. O caminho da pluralidade de opiniões, de manifestações artísticas e culturais, diversidade religiosa, tolerância e apreço às minorias sociais se sobressalta e é um caminho irreversível.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos argumentos apresentados até aqui, não existe escola sem partido, pelo contrário, **toda escola tem partido**. Mesmo aquelas supostamente neutras e isentas de programas políticos, sejam de esquerda ou direita, denotam concepções políticas em seu interior. Basta atentarmos para as escolas públicas brasileiras cuja maioria apresenta déficits sérios e comprometimentos na estrutura básica. Falta água, sabão, internet, computadores, biblioteca, quadras, material didático-pedagógico, material de expediente, brinquedos, aparelhos tecnológicos como data show e cabos de áudio, entre outros recursos elementares. Não é nossa intenção apontar os dados dessas problemáticas, mas situar que existem e que, em sua essência, são decisões políticas intencionais, deliberadas e situadas historicamente. Portanto, é a política do abandono e descaso. E essa política tem partidos, ideologias, filosofias, ações, decisões, enfim, não é apolítica nem apartidária como propositalmente se propaga e quer se fazer ser acreditada.

O currículo escolar sempre foi alvo de intensos questionamentos e disputas na conjuntura brasileira: seja para manter o atual estado de coisas ou transformar com vistas à emancipação dos sujeitos educandos. Por sermos professora, já éramos cientes da não neutralidade dos currículos e, por assim dizer, da escola e do trabalho docente. Os estudos críticos e pós-críticos demonstram que currículo é historicidade, logo, situado em marcos temporais/espaciais e imbricado em relações de poder. Quaisquer tentativas de implementar ou disseminar o discurso da neutralidade demonstram a busca pela manutenção do status quo. São formas usuais de manipulação e dominação da elite. No EsP, o discurso da neutralidade é reivindicado nas atividades pedagógicas – desde a metodologia, conteúdos, material didático, postura e exercício do trabalho do professor. Atribuem-se a neutralidade, mas, a bem da verdade, **trata-se de pseudoneutralidade**.

A Pedagogia tecnicista adota contumazmente o discurso da neutralidade. Coaduna perfeitamente tal ideário às doses homeopáticas em educação para os filhos dos trabalhadores, propostas por Adam Smith em *A Riqueza das Nações* (1988), em que professores são meros executores e despejadores de conteúdos acrílicos e alunos são receptores de políticas autoritárias e descontextualizadas. A proposta é modelar comportamentos, conteúdos e programas educacionais de forma mecânica e controlada. A visão de aluno é de um ser passivo, acrílico, uma verdadeira tábula rasa, um indivíduo alienado. Nesta proposição, a

função da escola seria basicamente preparar os indivíduos para o trabalho, de modo que outra conclusão desta pesquisa é que **o EsP é tecnicista**.

O EsP é um objeto de estudo multifacetado e compreendemos, desde o início, que não podíamos estudá-lo por ele mesmo. A questão central que reivindica não é a neutralidade e nem a anti doutrinação, como afirmam os protagonistas e adeptos, justamente por entendermos que é impossível ser neutro na atividade docente. Essa compreensão partiu da observação sistemática de que defensores do EsP não são neutros em suas falas, ações e atividades legislativas, econômicas e religiosas e, ao contrário do que pregam, são marcadamente ideológicos. Notamos que o **EsP está situado à direita e/ou extrema direita do espectro político** e integra a agenda reacionária da elite brasileira para a educação pública.

Sob o manto da neutralidade, esconde a essência do objeto. Sua aparência demonstra neutralidade, luta por uma escola de qualidade e liberdade dos pais de escolher (*choice*) a escola dos filhos a seu bel-prazer. No entanto, serve para camuflar o real objetivo de detonar a escola pública. Termos aparentemente neutros e democráticos como Escola sem Partido, Escola Livre e Escola de Todos evocam a neutralidade e o espírito de coletividade, mas servem para camuflar seus verdadeiros interesses de dominação e hegemonia. Um olhar mais acurado deste estudo sobre os grupos que defendem o EsP demonstrou que as ações e projetos que defendem são igualmente ideológicos, de direita, mercadológicos e neoliberais e significam, pois, um **ataque frontal à educação dos filhos da classe trabalhadora**. Trata-se de um projeto bem arquitetado e orquestrado contra a educação pública de gestão pública.

Desta maneira, analisamos o EsP, eminentemente, como um projeto de educação da direita brasileira para a escola pública e, por assim dizer, voltado para a classe trabalhadora. Dizer isso remete a uma série de significados que ultrapassam a educação e relacionam-se diretamente à própria estrutura social cindida em classes. A compreensão do EsP é imbricada à análise da tessitura da sociedade capitalista e de suas sucessivas crises e formas de reestruturação produtiva. Ademais, foi imprescindível considerar algumas características basilares do Brasil, quais sejam: autoritarismo, escravismo, elitismo, fisiologismo, patrimonialismo, entre outras.

Historicamente, a **escola é dualística** e destinou a elite para estudos propedêuticos e superiores e a classe trabalhadora para os trabalhos manuais e conhecimentos elementares para formação básica e profissional. Por isso, direciona os conhecimentos mínimos para a manutenção da ordem e a não transformação de sua realidade social. Para a elite prosperar é preciso manter cabrestos e impor suas próprias condições, como a espoliação e exploração da

força de trabalho usando a escola como fator de reprodução social. Nesse sentido, a escola é doutrinadora dos papéis que a elite impõe. Na medida em que reivindicam neutralidade de professores acabam por suplantá-la pela ideologia do mercado. Graças à mídia e à ignorância da massa, os descabros da burguesia passam despercebidos ou até mesmo são retroalimentados por quem sofre diretamente as consequências da miséria.

É elucidativo o fato de que Nagib, membro do Instituto Liberal e articulista do Instituto Millenium faz ferrenhas defesas à **meritocracia**. Sim, porque no discurso meritocrático corrente se um consegue, o outro, com esforço, dedicação e resiliência, também pode alcançar o sucesso, independentemente da posição social que ocupa. Não importam a fome, as condições habitacionais, o analfabetismo digital e a falta de acesso a aparelhos como computador. A ideia corrente do empreendedorismo é ser patrão de si mesmo. São novas formas de subjetivação, de rentabilidade e concorrência no mundo do trabalho. Porém, essa lógica não menciona que a democracia pregada é burguesa e os discursos de liberdade e igualdade são fajutos e beneficiam tão somente a elite.

Com efeito, o ESP, para embasar sua concepção de escola e educação, **ataca sistematicamente a escola pública de gestão pública**. Afirma reiteradamente que a escola vai mal, que não apresenta resultados satisfatórios, que no ranking internacional do PISA ocupa posição desprivilegiada, que os alunos brasileiros vão muito mal em Língua Portuguesa e Matemática, que a gestão escolar é péssima e que os professores não têm formação adequada. Traz à tona a crise da escola tão propalada em décadas anteriores. É como um reavivamento de estratégias outrora adotadas pelos blocos de poder para detonar a escola pública. Para não apontar os déficits reais e a falta de investimentos, resolve culpabilizar os docentes pelos resultados escolares pífios. É um estratagemas que caiu como uma luva em um país cuja desvalorização profissional da categoria é estratosférica e histórica.

Sequestrador, usurpador, doutrinador, estuprador ideológico, comunista, petista, psolista, esquerdopata, esquerdista, entre outros termos de baixo calão, são sinônimos atribuídos ao professor no contexto do Escola sem Partido. Há uma verdadeira “caça às bruxas” aos professores no exercício de seu trabalho desde a educação infantil ao ensino superior. A liberdade de ensinar, direito constitucional, é desrespeitada abertamente pelo Escola sem Partido de modo a atingir frontalmente o ato educativo, a construção e socialização de saberes e conhecimentos científicos. Há uma aberta e aguda **criminalização do trabalho docente**.

Muitos professores recuam e ficam silenciados com medo da perseguição e acabam praticando **autocensura** ao evitar trabalhar alguns conteúdos considerados polêmicos, como gênero, Ditadura Civil-Militar, nazismo, racismo, conjuntura política, sanitária e econômica, entre outros. Para promover o silenciamento das escolas e dos professores que demonstram visão crítica da sociedade, a solução é o ataque frontal a partir da orientação aos alunos para que gravem professores no exercício de sua atividade laboral e postem em redes sociais de modo deturpado com montagens que alteram o contexto. As consequências da **criminalização do trabalho docente** são adoecimento do corpo e do psicológico dos professores, os quais relatam ansiedade, depressão, síndrome do pânico e medo. O ataque é tão sério que culmina em desconto de salários, processos administrativos, afastamento de docentes, exoneração etc.

Porquanto, o Poder Legislativo com alguns partidos de centro direita nos três níveis adotou ferrenhamente a proposta de tornar lei o Escola sem Partido e, por extensão, a disputa por um projeto de educação, de escola e de sociedade. É válido destacar que muitos vereadores e deputados foram eleitos em 2018 com a bandeira de uma escola neutra, não doutrinária e até com discursos de ódio contra negros, mulheres, homossexuais, imigrantes e outros grupos de pessoas.

O EsP atua no sentido de impedir a verdadeira discussão das políticas educacionais imperativas do Brasil. Durante todo o decurso da pesquisa, ficamos atenta às atividades legislativas de defensores do EsP e seus projetos para a educação pública. Não vimos posicionamentos a favor de melhores condições de trabalho dos docentes, tampouco a reivindicação por melhorias nas estruturas escolares. **Nenhum dos representantes do legislativo que defendem os PL com teor de censura à liberdade de ensino apresentam e se colocam à disposição para solucionar os reais problemas do sistema de educação brasileiro.** Limitam-se a dizer que o problema da educação é de ordem ideológica. E é justamente aí o cerne da questão: ensinar, analisar, problematizar as questões sociais, históricas e fazer ciência são considerados comportamentos doutrinadores e perigosos. Falam em marxismo cultural, doutrinação das escolas, ideologia de gênero, kit gay, *fake News* e pautas conservadoras, mas, reiteramos, não tocam nos aspectos problemáticos e estruturais que atingem a educação pública. Em seus discursos, sequer os mencionam.

As práticas supracitadas, a nosso ver, são estratégias de dominação. Um mecanismo forte de busca de legitimidade desses ideólogos da educação conservadora se configura na “ideologia de gênero” – um verdadeiro pânico moral gerado na sociedade. Esse,

na verdade, é um constructo “perfeito” para acionar medos, confusões e notícias falsas e inflamar os ânimos e discursos de religiosos fundamentalistas. O Escola sem Partido é a “Pedagogia” do medo, do terror e pavor de pais. É uma “pedagogia” mentirosa, negacionista e moralizante.

A propósito, a gestão Bolsonaro é marcada pelo **ataque à educação em todas as modalidades e níveis com o completo desmonte das políticas educacionais** no Brasil.

A reivindicação de Nagib é que a escola seja apenas reprodutora dos conteúdos e das desigualdades sociais como formas de **perpetuação das classes dominantes no poder**. Nesses tempos de pandemia, não notamos nenhum dos vereadores ou deputados da base bolsonarista (favoráveis aos EsP) discutirem a respeito de questões educacionais específicas como as aulas remotas e as dificuldades de crianças e adolescentes terem acesso a elas por falta de computador, celular ou internet. Muito pelo contrário, reivindicaram o retorno às aulas em plena pandemia com o Movimento Escolas Abertas que levou alunos e professores de volta às aulas, resultando na morte de professores por covid.

Uma das pautas prioritárias no Congresso Nacional no primeiro semestre de 2021 foi o debate do *homeschooling* em audiências que deveriam estar pautando assuntos mais urgentes, como o retorno às aulas pós-pandemia e as condições sanitárias das escolas públicas. Por ser uma das principais bandeiras da pauta dos costumes, Bia Kicis está empurrando o PL da educação domiciliar para ser votado a todo custo. A política de educação nacional hodierna não é um destrambelho por mero acaso, trata-se, antes de tudo, de um projeto perspicaz de ordem imperialista, capitalista e dominadora.

Indagávamos, desde o início desta pesquisa, sobre a origem, o nascimento e os verdadeiros idealizadores do pensamento de uma escola tal qual apresentada pelo MEsP. Cientes da história da educação brasileira, nos movíamos pela ideia de que nossas políticas e projetos educacionais são **oriundos de realidades outsiders**, estranhas e diferentes da nossa, transplantadas *ipsis litteris* ou com pequenas adaptações. Isso é característica de país colonizado e dependente como o nosso, onde o que vem de fora é considerado bonito e o que é produzido internamente nem sempre tem o devido valor.

O Escola sem Partido teve origem nos Estados Unidos e Europa e, posteriormente, chegou ao Brasil. Portanto, não é um projeto brasileiro. É importado do No Indoctrination e de outras experiências similares, conservadoras e reacionárias, que propagam a ideia de que as escolas doutrinam política e ideologicamente os alunos. Asseveramos que o Escola sem

Partido foi copiado integralmente, inclusive, os itens e princípios dispostos no site são iguais aos que encontramos no modelo estadunidense.

Há que se considerar o avanço do conservadorismo e reacionarismo em escala mundial. Para uma compreensão mais holística do Escola sem Partido, devemos entendê-lo relacionado **à ofensiva do capital (e das crises sistêmicas e conjunturais)**, do ultraneoliberalismo, do recrudescimento do conservadorismo e do Movimento de Reforma Global da Educação. A análise sistemática de políticas educacionais mostra, sobretudo, os Estados Unidos, em sua política de dominação imperialista, determinando os modelos educacionais para países periféricos da economia através de órgãos multilaterais como Banco Mundial, UNESCO e OMC. Conforme Spring (2018), essas instituições usam as escolas para moldar o homem para o mercado. É o que ele denomina de capitalização da educação. Está em curso a Reforma Global da educação com fins de adaptá-la aos interesses imperialistas e capitalistas. Uma expressão disso é o *accountability*, com transferência direta da responsabilização de resultados escolares para gestores e professores.

A OMC reconhece a educação como produto/mercadoria. A educação é vital para a reprodução do sistema capitalista. O EsP é imprescindível para o mercado porque desconstrói o caráter e a função da escola, qual seja, socializar os conhecimentos científicos produzidos pela humanidade (SAVIANI, 2013). Negacionismo, anticientificismo, revisionismo histórico, propagação de mundo paralelo, teorias da conspiração e *fake news* são formas encontradas para disseminar ideologias de direita em meio à crise do capital. Esses mecanismos ganham corpo e *status* de verdade no meio social, provocando ataques deletérios a professores e comprometendo seriamente as instituições de ensino e pesquisa.

Estão em xeque princípios democráticos como a pluralidade religiosa, tolerância e diversidade sexual. O fundamentalismo religioso detona o princípio constitucional da laicidade do Estado em nome de interesses espúrios e escusos. Muitas igrejas são espaços dos novos currais eleitorais da atualidade. Em vez de púlpito, passaram a ter palanques e líderes religiosos e agora são porta-vozes de partidos e plataformas políticas conservadoras.

A ligação do “criador” do EsP, Miguel Nagib, com institutos liberais demonstra as relações de promoção do empresariamento da educação pública. Movimentos diversos pela privatização da educação estão na ordem do dia brasileiro. A história revela brigas e disputas pelo financiamento das escolas públicas do país. O Todos pela Educação e o próprio Conselho Nacional de Educação são expressões refinadas dos anseios mercadológicos nas

políticas educacionais. Setores empresariais sempre quiseram tomar parte dos recursos públicos.

O EsP é uma das expressões mais fortes do neoliberalismo escolar. A Escola de Chicago, com a teoria do capital humano, serve de embasamento para fundamentar a importância de formação dos recursos humanos. Liberdade dos pais de escolher, *vouchers*, créditos fiscais, conta de poupança na educação e privatização são expressões do alcance do neoliberalismo no campo educacional, receituando uma cartilha de como trabalhar as políticas educacionais.

O Escola sem Partido é anticonstitucional em todos os seus aspectos porque fere o direito e a liberdade de ensinar e aprender como pregam a CF de 1988 e a LDB de 1996. Várias decisões judiciais já julgaram improcedentes as ações movidas em torno da defesa do EsP. Geralmente nas decisões, além de impugnarem a ação, os magistrados salientam a importância da discussão sobre sexualidade e gênero nas escolas e da pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas.

O EsP ganha forma e se amplia no contexto fértil das contrarreformas no Brasil pós *golpeachment*, quais sejam: Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista, Reforma Administrativa, Reforma Tributária, Reforma do Ensino Médio, implementação do teto de gastos públicos, linguagem unilateral do mercado de menos Estado e de severa austeridade fiscal.

Um dos efeitos mais deletérios da gestão Bolsonaro (e por extensão das ações do EsP) é a revogação de políticas consolidadas de saúde reprodutiva com ataques aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres brasileiras, além do desmonte das ações de combate à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e do aparelhamento do Estado.

Diferentemente do que dissemina a Escola com Partido, as escolas públicas no Brasil não são freirianas. Quem dera fossem. Muitas ainda adotam a pedagogia tradicional criticada ostensivamente por Paulo Freire. Os métodos de ensino privilegiam memorizações e a avaliação é somativa. Nestas escolas, as relações são verticalizadas e os alunos são meros ouvintes passivos dos conteúdos transmitidos, enfim, impera a educação bancária. Destarte, fica difícil implementar uma educação problematizadora e questionadora da realidade social na qual estão imersos. Isso não é natural, como já afirmamos. É intencional impedir a discussão capital-trabalho e a compreensão da classe trabalhadora destas relações assimétricas de poder e é notória toda a engenharia criada para elaboração de políticas educacionais na contramão da emancipação dos sujeitos educandos.

As entrevistas realizadas com representantes do Movimento Escola sem Mordação expressam a resistência ao ideário do MEsP que pretende submeter a autonomia docente e enclausurar o pensamento crítico-contextualizado no ambiente escolar. As falas dos sujeitos demonstraram que de fato há censura e perseguição ao trabalho docente tanto na educação básica como na superior.

A despeito da “caça às bruxas” no trabalho docente, as entrevistas demonstraram que existe um movimento de resistência forte que vai na contramão do EsP. Essas forças progressistas atuaram em diversos espaços como nas escolas, universidades, câmaras legislativas, senado, sindicatos e associações, resultando no impedimento da aprovação do projeto de censura à liberdade de ensino.

Chegando ao término desta pesquisa, temos a clareza da multiplicidade de enfoques que pode ter a análise do Escola sem Partido. Muitas questões ficaram abertas e precisam ser estudadas com mais afinco por outros pesquisadores, a exemplo da relação entre marxismo cultural e o EsP. É um campo que precisa de maiores análises e estudos para que, mais à frente, com a devida distância do tempo presente, as questões possam ficar mais claras aos estudiosos.

Reconhecemos e assumimos amplamente nossas limitações no que concerne aos resultados aqui apresentados. É importante salientar que a tessitura desta tese nos dois últimos anos ocorreu em plena pandemia de covid-19, período de incertezas, aflições e uma conjuntura distópica com aumento considerável da miséria no Brasil.

O contrassenso EsP é um projeto do capital para a escola pública que objetiva manter a subsunção do trabalho ao capital e a hegemonia de burgueses. Por fim, reiteramos que o disparate Escola sem Partido trata-se de um programa na contramão da emancipação dos sujeitos educandos. É o distanciamento da politecnicidade e da Escola unitária pensada por Gramsci, que propunha a superação do senso comum e a formação do pensamento filosófico. Para a educação emancipadora que tanto almejamos é necessário lutar contra a farsa Escola sem Partido e nos posicionar contra o empresariamento e a Reforma Global da educação pública de gestão pública. Assim como Rosa Luxemburgo (1871-1919), encerramos este trabalho de pesquisa com a utopia: “Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. Editora Companhia das Letras, 2018.

AÇÃO EDUCATIVA. **A Ideologia do Movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

ACCURACY IN ACADEMIA. **About**. Disponível em: <https://www.academia.org/about-aia/>. Acesso em: 29 fev. 2020.

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 8-28, 2018.

AFD - FRAKTION BERLIN. **Neutrale-schule Berlin**. Disponível em: <https://www.afd-fraktion.berlin/neutrale-schule>. Acesso em: 03 fev. 2020.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê “Violência Contra as Mulheres – Dados Nacionais”**. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/violencia-domestica-e-familiar-contras-as-mulheres/>. Acesso em: 23 out. 2019.

AGOSTINI, Renata. MEC cortará verba de universidade por 'balbúrdia' e já enquadra UnB, UFF e UFBA. **Estadão**, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>. Acesso em: 03 fev. 2020.

ALAGOAS. **Lei nº 7.800, de 5 de maio de 2016**. Lei da Escola Livre. Maceió, 2016.

ALMEIDA SANTOS, C.; PEREIRA, R. da Silva. Militarização e Escola sem Partido: duas faces de um mesmo projeto. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 23, p. 255-270, 2018.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1974.

ALVES, Damares. Twitter: Perfil de Damares Alves (@DamaresAlves). Disponível em: <https://twitter.com/DamaresAlves/status/1178664179768668161>. Acesso em: 27 fev. 2020.

ALVES, Deyse Souza; CHAUI, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2001.

ALVES, Pedro. Professora e PM batem boca na frente de alunos em escola militarizada no DF. **G1/DF**, 12 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/11/12/professora-e-pm-batem-boca-na-frente-de-alunos-em-escola-militarizada-no-df-ouca-audio.ghtml>. Acesso em: 28 jan. 2020.

AMARAL, Nelson Cardoso. PEC 241/55: a “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 653-673, 2016.

AMORIM, Marina Alves; SALEJ, Ana Paula. O conservadorismo saiu do armário!: a luta contra a ideologia de gênero do Movimento Escola Sem Partido. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 32-42, 2016.

ANAJURE. **Quem somos**. Disponível em: <https://anajure.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 31 de janeiro de 2020.

ANDES. **Nota de repúdio às declarações de Abraham Weitraub ao Jornal da Cidade**. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/nota-de-repudio-as-declaracoes-de-abraham-weitraub-ao-jornal-da-cidade1/page:6/sort:Conteudo.created/direction:DESC>. Acesso em: 29 fev. 2020.

ANED. **Quem somos**. 2019. Disponível em: <https://www.aned.org.br/sobre-nos/quem-somos-aned>. Acesso em: 25 out. 2019.

ANHUSSI, Elaine Cristina. **O uso do jornal em sala de aula: sua importância e concepções de professores**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2009.

ANPOF. **Nota de repúdio a declarações do ministro da educação e do presidente da República sobre as faculdades de humanidades nomeadamente Filosofia e Sociologia**. Disponível em: <http://www.anpof.org/portal/index.php/en/artigos-em-destaque/2075-nota-de-repudio-a-declaracoes-do-ministro-da-educacao-e-do-presidente-da-republica-sobre-as-faculdades-de-humanidades-nomeadamente-filosofia-e-sociologia>. Acesso em: 30 set. 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Artmed Editora, 2016.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano**. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro, FGV, IESAE, 1979.

ASSAM, Ana Beatriz; HOLANDA, Mariana; GODOY, Marcelo. Ministério terá mais militares do que em 64. **Estadão**, 16 dez. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,numero-de-militares-no-1-escalao-e-o-maior-desde-1964,70002647839>. Acesso em: 19 dez. 2019.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP. **O controle ideológico na USP (1964-1978)**. São Paulo: Adusp, 2004.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Website**. Disponível em: <https://antrabrazil.org/>. Acesso em: 30 jan. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL NAS UNIVERSIDADES PARTICULARES. **Website**. Disponível em: <https://anup.org.br/#>. Acesso em: 23 jan. 2020.

BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. **Ensino em casa no Brasil: um desafio à escola?** Tese (Doutorado). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2013.

BASTOS, Remo Moreira Brito et al. A circularidade do autoreferencial teórico do Banco Mundial em suas pesquisas educacionais e seus projetos. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 21, p. 322-333, 2017.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê “assassinatos contra travestis e transexuais brasileiras em 2019”**. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2020.

BERRINGER, Tatiana. Reforma política, neodesenvolvimentismo e classes sociais/ Fragmentation of the political struggle and the development agenda. **SER Social**, Brasília, v. 16 n. 35, 2014.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Produção didática de História: trajetórias de pesquisas. **Revista de história**, São Paulo, n. 164, p. 487-516, 2011.

BOITO JR, Armando. A burguesia no governo Lula. **Crítica marxista**, Rio de Janeiro, v. 21, 2006.

BOITO JR, Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Revista Lumen**, São Paulo, v. 2, n. 3, 2017.

BOITO JR, Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica marxista**, Rio de Janeiro, v. 17, p.10-36, 2003.

BOITO JR, Armando. Lava-Jato, classe média e burocracia de Estado. **Revista Lumen**, São Paulo, v. 2,n. 3, 2017.

BORTONI, Larissa. Brasil é o país onde mais se assassina homossexuais no mundo, **Rádio Senado**, 17 mai. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2018/05/16/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude; DA SILVA, C. Perdigão Gomes. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Lisboa: Ed. Vega, 1975.

BRASIL é destaque em relatório sobre perseguição a universidades e acadêmicos. **Revista Galileu**, 11 dez. 2019. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2019/12/brasil-e-destaque-em-relatorio-sobre-perseguiacao-universidades-e-academicos.html>. Acesso em: 3 fev. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 01 mar. 2018.

BRASIL. **Constituição Federal**. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

BRASIL. **Decreto nº 9.671, de 2 de janeiro de 2019**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Decreto/D9671.htm. Acesso em: 14 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Disponível em:

http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/decreto_n10004de5desetembrode2019dou_pecim.pdf. Acesso em: 19 out. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.671, de 2 de janeiro de 2019**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Decreto/D9671.htm. Acesso em: 14 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei 9.394.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em:

<http://http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125099097/lei-13005-14>. Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Diário Oficial da União, 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.834, de 4 de junho de 2019**. Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para tipificar o crime de denunciação caluniosa com finalidade eleitoral.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13834.htm. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1990]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 2 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 2 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº. 5692/71, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Domiciliar** - Um direito humano tanto dos pais quanto dos filhos. Brasília, 2021. Disponível em:

https://www.gov.br/mec/ptbr/media/acao/acesso_informacao/pdf/CartilhaEducacaoDomiciliar_V1.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 375, de 2019**: Acrescenta os § 3º e 4º ao art. 1º e os arts. 3-A e 80-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a liberdade de opinião e pensamento e dá outras providências, denominado Projeto de Lei Escola Livre. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 502, de 2019**. Institui o Programa “Escola sem Mordação” em todo o território brasileiro. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/resultadoPesquisa?numero=502&ano=2019&autor=&inteiroTeor=&emtramitacao=Todas&tipoproposicao=%5BPL+-+Projeto+de+Lei%5D&data=06/02/2019&page=false>. Acesso em: 2 nov. 2020.

BRASIL. **Projeto de lei nº 8.035, de 20 de dezembro de 2010**. Aprova o Plano Nacional de Educação Decênio 2011-2020 e dá outras providências. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/831421.pdf>. Acesso em: 2 out. 2018.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serv. soc. soc**, São Paulo, v. 128, p. 85-103. 2017.

BOITO JR, Armando *et al.* Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica marxista**, Rio de Janeiro, n. 50, 2020.

BULGARELLI, Lucas; ALEGRIA, Paula. **Gênero, Sexualidade e Movimentos Sociais: Reconfigurações e resistências de lutas feministas e LGBTI**. São Paulo, 2019. Disponível em: <http://antropologia.fflch.usp.br/sites/antropologia.fflch.usp.br/files/MDidaticos/Ge%CC%82nero%2C%20Sexualidade%20e%20Movimentos%20Sociais.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2020.

CADENA, Sílvio Ricardo Gouveia. **Entre a História Pública e a História Escolar: as redes sociais e aprendizagem histórica**. 2017.

CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2015/11/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec1.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

CALBINO, Daniel *et al.* Embates sobre a neutralidade na Educação: a formação ideológica do discurso da Revista Veja. **Revista Contrapontos**, Itajaí, v. 9, n. 1, p. 81-94, 2009.

CALDAS, Renan Rubim. **Narrativas em movimento - do Escola sem partido à educação democrática: história pública e trajetórias docentes**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

CALEIRO, João Pedro. Líder do PSL diz que Bolsonaro é vagabundo e que vai “implodir” presidente. **Exame**, São Paulo, 17 out. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/lider-do-psl-diz-que-bolsonaro-e-vagabundo-e-que-vai-implodir-presidente/>. Acesso em: 20 out. 2019.

CALIL, Gilberto Grassi. Embates e disputas em torno das jornadas de junho. **Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 47, 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Reunião deliberativa ordinária**, 22 de nov, 2018. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2167680>. Acesso em: 27 jan. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Debatedores Reforma Trabalhista levou a demissões em massa em faculdades, 12 set. 2019. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/584201-para-debatedores-reforma-trabalhista-levou-a-demissoes-em-massa-em-faculdades/>. Acesso em: 27 jan. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Joice Hasselmann denuncia “milícia” e “gabinete de ódio” na disseminação de fake news. 4 dez. 2019. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/622252-joyce-hasselmann-denuncia-milicia-e-gabinete-de-odio-na-disseminacao-de-fake-news/>. Acesso em: 29 fev. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PEC nº 287/2016. Atividade legislativa. Projetos de lei e outras proposições. Inteiro teor. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra. Acesso em: 20 dez. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei nº 2.974, de 13 de maio de 2014. Disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e4bb858a5b3d42e383256cee006ab66a/45741a7e2ccdc50a83257c980062a2c2?OpenDocument>. Acesso em: 16 nov. 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei nº 7800/2015. Dispõe sobre a inclusão anual, na programação pedagógica das escolas da rede de educação básica do País, do debate sobre o tema do combate à violência contra a mulher. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1378233. Acesso em: 20 out. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Resultados de Pesquisa de Notícias com Assunto “Escola sem Partido”. Disponível em:

https://www2.camara.leg.br/busca/?o=recent&v=noticias&colecão=AGENCIA_CAMARA&assunto=Escola+sem+Partido. Acesso em: 20 dez. 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Projeto de nº 0524/2018. Dispõe sobre a liberdade de expressão no ambiente escolar e a proteção do professor frente a casos de violência contra o mesmo, no exercício da sua atividade profissional, 11 dez, 2018.

Disponível em:

<https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2018/45986/pl05242018.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

CÂMARA MUNICIPAL RIO DE JANEIRO. Projeto de Lei nº 867/2014. Disponível em:

<https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/f6d54a9bf09ac233032579de006bfef6/5573ae961660b4cd83257ceb006bc7d4?OpenDocument>. Acesso em: 16 nov. 2017.

CÂMARA, Uipirangi Franklin; RAMOS, Rangel Ramiro; BONIFÁCIO, Carlos. Memes e Tretas Políticas: uma análise de controvérsias nos tweets da #EscolaLivre. Brasília: [s.n.], 2019.

CAMARGO, Giovane Matheus; MORAES, Pedro Rodolfo Bodê; ROSA, Pablo Ornelas. A (des) construção da memória sobre a ditadura pós-1964 pelo governo de Jair Bolsonaro. **Revista Cantareira**, Rio de Janeiro, n. 33, 2020.

CAMPOS, Marcella Machado de; CABRAL, Luís Rodolfo. Uma arma na mão e Jesus no coração: circulação e aspectos formulaicos do sintagma ‘cidadãos de bem’. **VERBUM**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 78-98, 2019.

CANCELAMENTO de palestra Judith Butler no SEC Pompeia. **Citizen GO**, 26 out, 2017. Disponível em: <https://citizengo.org/pt-br/fm/108060-cancelamento-da-palestra-judith-butler-no-sesc-pompeia>. Acesso em: 30 out. 2019.

CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945. **Literatura e sociedade**, Rio de Janeiro, v. 8, p.101-126, 2000.

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. *In*: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 33-40, 2018.

CARVALHO, Olavo de. O estupro intelectual da infância. **Sapientiam Autem Non Vincit Malitia**, 19 set. 2003. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20030921075113/http://www.olavodecarvalho.org/convidados/mnagib.htm>. Acesso em: 06 nov. 2019.

CASARA, R. Precisamos falar da “direita jurídica”. *In*: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil, p. 161-177, 2018.

CEARÁ. Desenvolvimento das Competências Socioemocionais ganha espaço no Ceará e fortalece perspectiva da educação integral. **SEDUC**, 12 dez. 2018. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2018/12/12/desenvolvimento-das-competencias-socioemocionais-ganha-espaco-no-ceara-e-fortalece-perspectiva-da-educacao-integral/>. Acesso em: 18 jan. 2020.

CHAGAS, V. A febre dos memes de política. **Revista FAMECOS**: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 1-26, 2018.

CHAGAS, V. Entre criadores e criaturas: uma análise sobre a relação entre memes de internet e propriedade intelectual. **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Rio de Janeiro, v. 38, 2015.

CHAGAS, Viktor; MODESTO, Michelle; MAGALHÃES, Dandara. O Brasil vai virar Venezuela: medo, memes e enquadramentos emocionais no WhatsApp pró-Bolsonaro. **Esferas**, Brasília, n. 14, p. 1-17, 2019.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2000.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. Trad. Ilka Stern Cohen. **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CIOCCAR, Deysi *et al.* Jair Bolsonaro: a construção do personagem político nas eleições 2018. **TUIUTI: CIÊNCIA E CULTURA**, Curitiba, v. 5, n. 58, p. 81-120, 2019.

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. **Revista Alterjor**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 201-214, 2018.

CITTADINO, Gisele. Poder Judiciário, ativismo judicial e democracia. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, v. 2, n. 2, 2001.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. *In*: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação, 2015.

CÓDIGO PENAL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 20 mar. 2020.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ. **Resolução nº 471/2018**. Dispõe sobre garantias constitucionais de liberdade de expressão e de pensamento do professor no exercício da docência nas escolas de educação básicas e universidades integrantes do sistema de ensino do Estado do Ceará, e dá outras providências. DOE – CE, 26 dez 2018.

CONSERVATIVE UNIVERSITY. **Website**. Disponível em: <http://www.conservativeuniversity.org/>. Acesso em: 08 ago. 2018.

COSSE, Gustavo. Voucher educacional: nova e discutível panaceia para a América Latina. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 207-246, 2003.

CRIANÇA morre após cair em fossa enquanto brincava em escola de Fortaleza. **G1/CE**, 23 de mai, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/crianca-morre-apos-cair-em-fossa-enquanto-brincava-em-escola-de-fortaleza.ghtml>. Acesso em: 01 nov. 2019.

CUNHA, Luiz Antônio. O legado da ditadura para a educação brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, 2014.

DAMARES Alves diz que ‘menino veste azul e menina veste rosa’, 3 jan. 2019. 1 vídeo (42 s.). Publicado pelo canal Poder360. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q6X3-nXjmv4>. Acesso em: 02 mar. 2020.

DAMARES: “Eu vi Jesus no pé de goiaba”, 9 dez. 2018. 1 vídeo (3 min. 38 s.). Publicado pelo canal Ator-Edson Custódio. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mAgeb3M3H_c. Acesso em: 02 mar. 2020.

DANIELE, C. Professores, estudantes e comunidade escolar em geral: impugnação de Ana Campagnolo. **AVAAZ.org/Petições da Comunidade**. Disponível em: https://secure.avaaz.org/po/community_petitions/Professores_estudantes_e_comunidade_escolar_em_geral_Impugnacao_Ana_Caroline_Campagnolo/. Acesso em: 21 out. 2019.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. Psicologia política das religiões: uma análise dos símbolos e ideologias da Igreja Universal do Reino de Deus. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v.13, n. 28, p. 489-506, 2013.

DATAFOLHA. **Temas polêmicos**.

<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/01/15/9d1a93fe17726819d7088b03c0278862tpo.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2020.

DEPUTADA eleita do PSL pede que estudantes denunciem professores contra Bolsonaro em sala de aula. **Folha de São Paulo**, 29 out. 2018. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/deputada-eleita-do-psl-pede-que-estudantes-denunciem-professores-contrabolsonaro-em-sala-de-aula.shtml>. Acesso em: 02 nov. 2018.

DEPUTADA leva bíblia à tribuna e dispara: 'vou bater no feminismo'. **Diário do Nordeste**, 9 out. 2019. Disponível em:

<https://diarionordeste.verdesmares.com.br/editorias/politica/online/deputada-leva-biblia-a-tribuna-e-dispara-vou-bater-no-feminismo-1.2011408>. Acesso em: 27 fev. 2020.

DEPUTADOS aprovam reforma da previdência estadual no Ceará. **G1 CE**, 19 dez, 2019.

Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/12/19/deputados-aprovam-reforma-da-previdencia-estadual-do-ceara.ghtml>. Acesso em: 31 jan. 2020.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Mauad X, 2018.

DIAS, Raquel Dias. **As articulações entre o Programa Escola sem Partido e o Projeto do capital para a educação**: as sintonias e contradições. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2020.

DINO, Flávio. **Editei agora Decreto garantindo Escolas com Liberdade e Sem Censura no Maranhão**. 12 nov. 2018. Disponível em:

https://twitter.com/FlavioDino/status/1061986224401981441?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1061986224401981441&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.poder360.com.br%2Fbrasil%2Fgovernador-do-maranhao-edita-decreto-contrabolsonaro-em-sala-de-aula-sem-partido%2F. Acesso em: 20 dez. 2019.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 6.122, de 1 de março de 2018**. Dispõe sobre a inclusão do tema educação moral e cívica como conteúdo transversal no currículo das redes pública e privada de ensino do Distrito Federal e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, 9 mar. 2018. Seção 1, p. 4.

DUARTE, Tatiane dos Santos. A participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro: ação política e (in)vocação religiosa. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, v. 14, n. 17, p. 53-76, 2012.

DUARTE, André de Macedo; CÉSAR, Maria Rita de Assis. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, 2021.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

É HORA da Igreja governar, diz ministra de Bolsonaro, 7 dez. 2019. 1 vídeo (8 min. 29 s.). Publicado pelo canal Gabriel Montta. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zBfdKZeCl9Q>. Acesso em: 02 mar. 2020.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Unesp, 1997.

EDUARDO Bolsonaro desmascara 'presidenta' da UBES. 21 fev, 2017. 1 vídeo (13min. 51 s.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0FTNkz-mwF8>. Acesso em: 23 jan. 2020.

EM NOVA decisão, Justiça do Rio autoriza prefeitura a censurar obra com tema LGBT. **Folha de São Paulo**, 7 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/liminar-que-impedia-apreensao-de-livros-na-bienal-e-suspensa-por-tribunal.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2019.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

ESCOLA SEM PARTIDO, Brasília, 16 jul. 2019. Twitter: @escolasempartid. Disponível em: <https://twitter.com/escolasempartid/status/1151270755813994498>. Acesso em: 18 out. 2019.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Modelo de notificação extrajudicial**: arma das famílias contra a doutrinação nas escolas. Disponível em: <http://escolasempartido.org/artigos/modelo-de-notificacao-extrajudicial-arma-das-familias-contr-a-doutrinacao-nas-escolas/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Quem Somos**. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos>. Acesso em: 20 mar. 2017.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Vítimas da doutrinação processam Estado de Santa Catarina por danos morais**. Disponível em: <http://escolasempartido.org/processos-judiciais-e-mp/vitimas-da-doutrinacao-processam-estado-de-santa-catarina-por-danos-morais/>. Acesso em: 20 fev. 2020.

ESPINOZA, Betty Solano; QUEIROZ, Felipe Campanuci. Breve Análise Sobre as Redes do Escola Sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola "Sem" Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2017.

ESTRELLA, Bianca. Educação no mundo 4.0 é tema de debate virtual no MEC. **Portal MEC**, 8 abr. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=88151>. Acesso em: 20 abr. 2020.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Revista Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 15, 2012.

EVANGELISTA, Olinda; FIERA, Letícia; TITTON, M. Diretrizes para formação docente é aprovada na calada do dia: mais mercado. **Jornal Universidade à Esquerda, Debate**, São Paulo, v. 14, 2019.

FACCHINI, Regina; SÍVORI, Horacio. Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. **Cadernos pagu**, Campinas, n. 50, 2017.

FRENTE Parlamentar Evangélica. **Facebook**, 7 fev, 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/fparlamentarevangelica/>. Acesso em: 02 mar. 2020.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FEENBERG, Andrew. Racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia. **A teoria crítica de Andrew Feenberg**: racionalização democrática, poder e tecnologia. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/Capes, p. 69-95, 2010.

FERNANDES, Luan Aiuá Vasconcelos. Professores universitários na mira das ditaduras: a repressão contra os docentes da UFMG (Brasil, 1964-1969) e da UTE (Chile, 1973-1981) no contexto das reformas do ensino superior. **Cuadernos Chilenos de Historia de la Educación**, Santiago, v. 3, n. 4, p. 86-120, 2015.

FERREIRA JR, Amarilio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, 2006.

FERREIRA, Verônica Ventorini. **Fundamentos éticos da educação**: uma análise a partir do movimento escola sem partido. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

FICO, Carlos. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia história**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, 2012.

FIORUCCI, Rodolfo. Considerações acerca da história do tempo presente. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 11, n. 125, p. 110-121, 2011.

FRANÇA, Vera Veiga; BERNARDES, Mayra. Imagens, crenças e verdade nas manifestações de 2013 e 2015. **RuMoRes**, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 8-24, 2016.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 2002. Obra digitalizada, formatada e revisada pelo Coletivo Sabotagem, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREY, Luisa. “Uma injustiça histórica”: o impeachment de Dilma Rousseff na imprensa alemã. **Made For Minds**, 01 set. 2016. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/uma-injusti%C3%A7a-hist%C3%B3rica-o-impeachment-de-dilma-rousseff-na-imprensa-alem%C3%A3/a-19517970>. Acesso em: 20 out. 2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. California: University of California Press, 1986.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Leya, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio (ed.). **Escola "Sem" Partido**: esfinge que ameaça a educação ea sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017.

GALLEGO, Esther Solano (ed.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

GENTIL, Denise Lobato. **A política fiscal e a falsa crise da seguridade social brasileira**: uma história de desconstrução e de saques. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2019.

GENTIL, Denise Lobato. A previdência social ‘paga o preço’ do ajuste fiscal e da expansão do poder financeiro. **Revista da ABET**, São Paulo, v. 16, n. 1, 2017.

GONZALEZ, J. A.; COSTA, M. C da C. Neoliberalismo, neoconservadorismo e educação. **Quaestio-Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, v. 20, n. 3, 2018.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

GOVERNADOR do Ceará aciona justiça contra vídeos que denunciam fraude na gestão da educação de Sobral. **Tribuna do Ceará**, 22 set. 2018. Disponível em: <https://tribunadoceara.com.br/noticias/eleicoes-2018/governador-do-ce-aciona-justica-contra-videos-que-denunciam-fraude-na-gestao-da-educacao-em-sobral/>. Acesso em: 29 out. 2019.

GOVERNO inseriu mais livros nas escolas ao contrário de retirar obras literárias das mãos dos alunos. **SEDUC**, 9 fev. 2020. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/governo-inseriu-mais-livros-nas-escolas-ao-contrario-de-retirar-obras-literarias-das-maos-dos-alunos/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

GOVERNO quer investir 45 milhões com propaganda da Reforma da previdência. **Poder 360**, 23 fev. 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/governo-quer-investir-r-45-mi-com-propaganda-da-reforma-da-previdencia/>. Acesso em: 30 set. 2019.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere** vol. 2 - Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HERMIDA, Jorge Fernando; LIRA, Jailton de Souza. Políticas educacionais em tempos de golpe: entrevista com Dermeval Saviani. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 144, p. 779-794, 2018.

HERMIDA, Jorge Fernando; LIRA, Jailton de Souza. Políticas educacionais em tempos de golpe: Entrevista com Dermeval Saviani. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 144, p. 779-794, 2018.

HONORATO, Hercules Guimarães. A militarização como política de Educação pública: um outro olhar. **REVES-Revista Relações Sociais**, Viçosa, v. 3, n.1, p. 76-94, 2020.

INGARDEN, Roman. **La comprensión de la obra de arte literaria**. Cidade do México: Universidad Iberoamericana, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA DATAFOLHA. **Temas polêmicos**. - PO813983, 2018.

Disponível em:

<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/01/15/9d1a93fe17726819d7088b03c0278862tpo.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2020.

INSTITUTO LIBERAL. **História**. Disponível em:

<https://www.institutoliberal.org.br/historia/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

INSTITUTO MISES BRASIL. **Resultados de pesquisa pelo autor Leonard Read**.

Disponível em: <https://www.mises.org.br/SearchByAuthor.aspx?id=237&type=articles>.

Acesso em: 05 nov. 2019.

JESUS, Júlio César Lopes de. A expropriação da previdência pública como estratégia de financeirização do capital. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 131, p. 155-174, 2018.

KALIL, I. O. Notas sobre ‘Os Fins da Democracia’: etnografar protestos, manifestações e enfrentamentos políticos. Ponto Urbe. **Ponto Urbe - Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, São Paulo, v. 22, 2018.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

LEHER, Roberto; VITTÓRIA, Paolo; MOTTA, Vania Cardoso. Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 14-24, 2017.

LEITÃO, Míriam. O que houve foi no ENEM foi falha de gestão. **O Globo**, 29 jan. 2020.

Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/o-que-houve-no-enem-foi-falha-de-gestao.html>. Acesso em: 30 jan. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 159, p. 38-62, 2016.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, 2019.

LIVROS citados em lista são clássicos e não há ordem de recolhimento, afirma SEDUC.

SEDUC, 6 fev, 20202. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/livros-citados-em-lista-sao-classicos-da-literatura-e-nao-ha-ordem-de-recolhimento-afirma-seduc/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. São Paulo: Autêntica, 2018.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

LOWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. Editora Cortez, 1992.

LÖWY, Michael. O golpe de Estado de 2016 no Brasil. **Blog da Boitempo**, v. 17, 2016.

LUCKÁCS, George. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUIZ, Gabriel. ENEM 2016 será adiado para 240 mil alunos de 364 escolas. **G1**, 4 jan. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2016/noticia/enem-2016-sera-adiado-para-240-mil-alunos-de-364-escolas-veja-lista.ghtml>. Acesso em: 23 jan. 2020.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das Jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p.945-970, 2019.

MACHALA, Bárbara Nassif. A reforma do Ensino Médio no Brasil e seu impacto no ensino da sociologia. **Revista Três Pontos**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 2017.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997.

MANCEBO, Deise *et al.* A educação superior no Brasil diante da mundialização do capital. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p. 205-225, 2016.

MANHAS, Cleomar. Nada mais ideológico que “escola sem partido”. *In: AÇÃO Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação* (org.). **A Ideologia do Movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista USP**, São Paulo, n. 120, p. 61-76, 2019.

MARINI, Luisa; CARVALHO, Ana Luiza de. Renovada, bancada evangélica chega com mais força no próximo Congresso. **Congresso em Foco**. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/renovada-bancada-evangelica-chega-com-mais-forca-no-proximo-congresso/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política - Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MASCARENHAS, Aline Daiane Nunes; SILVA, Aida Maria Monteiro. Didática e projeto educacional vigiados: reconversão colonial na escola cívico-militar - uma afronta aos direitos humanos. **XXV EPEN** - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020). Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/20/7485-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 27 fev. 2020.

MELLO, Patrícia Campos. Escola de elite que forma cidadão global chega a São Paulo até 2018. **Folha de São Paulo**, 11 dez. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/12/1840339-escola-de-elite-que-forma-cidadao-global-chega-a-sao-paulo-ate-2018.shtml>. Acesso em: 20 out. 2018.

MENDES, Paulo Henrique A.; DO NASCIMENTO, Milton. Análise do processamento metafórico no discurso: metáforas da crise econômica e da corrupção política. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 14, n. 26, p. 89-106, 2010.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 621-648, 2017.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do Capital**. Trad. Francisco Cornejo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. Boitempo Editorial, 2015.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MIGUEL Nagib compara professores a estupradores! **Facebook**, 17 fev. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1695364180755891>. Acesso em: 20 fev. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: HUCITEC- ABRASCO, 1994.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Plano Mais Brasil - a transformação do Estado**, 5 dez, 2019. Disponível em: http://www.economia.gov.br/central-de-conteudos/apresentacoes/2019/apresentacao_pacto_federativo_final_.pdf/view. Acesso em: 20 dez. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Perguntas e respostas do Future-se, programa de autonomia financeira da educação superior**. 22 jul, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/52641>. Acesso em: 04 out. 2019.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Ofício aos Conselhos Tutelares cujo assunto foi “Esclarecimentos acerca da temática da Educação Domiciliar ou Homeschooling”**, Brasília, 28 maio. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/instituto-politeia/wp-content/uploads/2019/09/Ofic%C3%ADcio-Ministerio-Ensino-Domiciliar.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Discurso do presidente Jair Bolsonaro na abertura da 74ª assembleia geral das Nações Unidas**. Nova York, 24 dez. 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/20890-discurso-do-presidente-jair-bolsonaro-na-abertura-da-74-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-24-de-setembro-de-2019>. Acesso em: 30 out. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ação Civil Pública com pedido de tutela provisória de urgência**. Belo Horizonte, 24 de jan. 2019 Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/2020/acp-enem-2020>. Acesso em: 27 fev. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ação civil pública com pedido de tutela provisória de urgência**, 24 jan, 2020. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/2020/acp-enem-2020>. Acesso em: 20 fev. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Recomendação nº 04/2019/PRDC/BA/MPF**. Militarização das escolas públicas da Bahia. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/recomendacoes/recomendacao-04-2019-prdc-ba-mpf>. Acesso em: 30 out. 2019.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. **BR RJANRIO.TT.0.JUS.AVU.103**, 20 mai, 1971. Disponível em: http://querepublicaessa.an.gov.br/images/CensuraFev19/BR_RJANRIO_TT_0_JUS_AVU_0103_d0001de0001.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

MISES BRASIL. **Resultados de pesquisa pelo autor Leonard Read**. Disponível em: <https://www.mises.org.br/SearchByAuthor.aspx?id=237&type=blog>.

MISKOLCI, Richard. **Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay**. **Cadernos pagu**, Campinas, n. 28, p. 101-128, 2007.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-748, 2017.

MONTEIRO, Raquel Araújo. **Escolas estaduais de educação profissional do Ceará e a tecnologia empresarial socioeducacional: a transposição da lógica empresarial para a escola pública**. Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2015.

MONTEIRO, Solange. Bolsonaro não poderá prescindir da ‘velha política’. **Revista Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 72, n. 11, p. 12-17, 2018.

MOREIRA, Armindo. **Professor não é educador**. Toledo: Indicto, 2012.

MOTA, K. C. C. D. S. Os lugares da sociologia na formação de estudantes do ensino médio: as perspectivas de professores. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 29, p. 88-107, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. São Paulo: Editora Schwarcz/Companhia das Letras, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O mito da conspiração judaico-comunista. **Revista de História, São Paulo**, n. 138, p. 93-105, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Em guarda contra o "perigo vermelho"**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOURA, Fernanda Pereira de. **“Escola sem partido”**: Relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de história. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MOURA, Fernanda Pereira de; SILVA, Renata da C. A. da. **6 anos de projetos “Escola sem Partido” no Brasil**: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar. Brasília: Frente Nacional Escola Sem Mordça, 2020.

MURATORI, Matheus. Em possível dia D do Escola sem partido, Câmara proíbe entrada de populares. **Estado de Minas**, 14 out, 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/10/14/interna_politica,1092654/em-possivel-dia-d-do-escola-sem-partido-camara-proibe-entrada-de-popu.shtml. Acesso em: 23 out. 2019.

NA HOLANDA, ensinam que o menino tem que ser masturbado com 7 meses, diz Damares Alves, 24 jan. 2019. 1 vídeo (39 s.). Publicado pelo canal Jornal O Globo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HQzhDaZG0-w>. Acesso em: 02 mar. 2020.

NAPOLITANO, M. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n.96, p. 395-420, 2019.

NOVA decisão do TJ RJ pede para recolher livros com temática LGBT que não estejam lacrados na Bienal. **G1/RJ**, 7 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/07/nova-decisao-do-tj-rj-pede-para-recolher-que-livros-com-tematica-lgbt-que-nao-estejam-lacrados-na-bienal.ghhtml>. Acesso em: 13 nov. 2019.

NOTA de repúdio. **SINPROF**, 08 fev. 2020. Disponível em: <https://www.sinprof.org/nota-de-repudio/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

NÚMERO de militares no 1º escalão é o maior desde 1964. **Correio do Povo**, 15 dez. 2018. Disponível em:

<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/n%C3%BAmero-de-militares-no-1%C2%BA-escal%C3%A3o-do-governo-%C3%A9-o-maior-desde-1964-1.275054>. Acesso em: 19 out. 2019.

OLIVEIRA FILHO, Michel Baltazar de. **O imaginário conservador na educação: uma análise dos discursos das audiências do Escola sem Partido (PL nº 7.180/14)**, 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de; BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. O neoliberalismo como um dos fundamentos da educação domiciliar. **Pro-Posições**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 193-212, 2017.

PALACIOS, Rosiane; FLECK, Carolina Freddo. DOCENTE OU DOENTE?. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, Santana do Livramento, v. 9, n. 2, 2017.

PARASKEVA, João M. Nova Teoria Curricular. **Journal of Educational Policy**, Massachusetts, v. 3, n. 5, p.235-248, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. rev. e ampl. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

PENNA, Fernando Araújo. O discurso reacionário de defesa de uma " escola sem partido. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 109-113, 2018.

PENNA, Fernando de A.; SALLES, Diogo da C. A dupla certidão de nascimento do escola sem partido: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária. In: MUNIZ, A. C.; LEAL, TITO B. (orgs.). **Arquivos, documentos e ensino de história: desafios contemporâneos**. Fortaleza: EdUECE, 2017.

PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio (eds.). **Educação democrática: antidoto ao Escola sem Partido**. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018.

PESQUISANDO O ESCOLA SEM PARTIDO. **Blog**. Disponível em: <https://pesquisandoesp.wordpress.com>. Acesso em: 10 mar. 2019.

PINHEIRO, Cristiano Guedes. **Escola Sem Partido (ESP) versus Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP): tensões e discurso nas redes sociais**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: **ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS ARTIGOS, METAS E ESTRATÉGIAS DA LEI 13.005/2014**. Campanha Nacional pela Educação, 2014.

POLÍCIA investiga youtuber que acusa prefeitura de Fortaleza de fazer cartilha com conteúdo sexual para professores de creches. **G1/CE**, 19 de set, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/09/19/policia-investiga-youtuber-que-acusa-prefeitura-de-fortaleza-de-fazer-cartilha-com-conteudo-sexual-para-professores-de>

creches.ghtml. Acesso em: 01 nov. 2019.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. Trad. José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Cortez, 2010.

PORVIR. **Especial Socioemocionais**. Disponível em: <https://porvir.org/especiais/socioemocionais/>. Acesso em: 18 jan. 2020.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. Em Nome do Pai: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online], São Paulo, v. 33, n. 96, 2018.

PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. **Website**. Disponível em: <https://profscontraesp.org/sobre/>. Acesso em: 23 out. 2019.

PROFESSORES da escola Militar Tiradentes são devolvidos por manifestarem interesse em participar de assembleia do Sintero. **Sintero**, 20 fev. 2020. Disponível em: <https://sintero.org.br/noticias/geral/professores-da-escola-militar-tiradentes-sao-devolvidos-por-manifestarem-interesse-em-participar-de-assembleia-do-sintero/1879>. Acesso em: 27 fev. 2020.

PSOL X Feliciano – Escola sem Partido tem discussão acalorada, 23 nov. 2018. 1 vídeo (1 min. 42 s.) Publicado pelo canal UOL. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AJqaIF3_drQ. Acesso em: 27 nov. 2018.

QUEIROZ, Eliani de Fátima Covem. Ciberativismo: a nova ferramenta dos movimentos sociais. **Revista Panorama-Revista de Comunicação Social**, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 2-5, 2017.

RAMOS, Rangel Ramiro; CÂMARA, Uipirangi. Representação e representatividade no conflito narrativo: quando intolerância religiosa vira meme. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, v. 16, n. 30, 2019.

RANQUETAT JÚNIOR, Cesar Alberto. Steve Bannon: o ideólogo da Nova Direita populista americana. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 11, n. 2, p. 25-39, 2019.

READ, Leonardo. Ensinando o básico da ciência econômica para suas crianças. **Mises Brasil**, 10 ago. 2019. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/1960/ensinando-o-basico-da-ciencia-economica-para-suas-criancas>. Acesso em: 20 out. 2019.

RECK, Janriê Rodrigues; BITENCOURT, Caroline Muller. A jurisprudência do STF sobre Impeachment e sua repercussão aos Prefeitos Municipais em uma perspectiva discursiva. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 191-214, 2016.

REDAÇÃO GALILEU. Brasil é destaque em relatório sobre perseguição a universidades e acadêmicos. **Galileu**, 11 dez. 2019. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2019/12/brasil-e-destaque-em-relatorio-sobre-perseguiçao-universidades-e-academicos.html>. Acesso em: 3 fev. 2020.

REDAÇÃO VEJA. ‘Confesso que errei’, diz Joice Hasselmann sobre discussão com Eduardo’. **Veja**, São Paulo, 21 out. 2019. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/politica/confesso-que-errei-diz-joyce-hasselmann-sobre-discussao-com-eduardo/>. Acesso em: 22 out. 2019.

REICH, Rob. Testing the boundaries of parental authority over education: The case of homeschooling. **Nomos**, Cambridge, v. 43, p. 275-313, 2002.

RÉMOND, Réne. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996.

RIBEIRO, Acemira Maria Ferreira *et al.* Fake News e os desafios da Justiça Eleitoral nas eleições de 2018. **Anais da EXPO**, Brasília, v. 2018, n. 01, p. 11-11, 2018.

RIBEIRO, Darcy *et al.* **LDB**: lei de diretrizes e bases da educação nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2014.

RIBEIRO, Maria Goretti. O arquétipo da deusa na vida, na cultura e na arte literária. **Graphos**, João Pessoa, v. 10, n. 1, 2008.

ROSSI, Pedro *et al.* O discurso econômico da austeridade e os interesses velados. *In*: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política**: A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

SANTOMÉ, J.; PARASKEVA, J. M.; APPLE, M. W. (orgs.). **Ventos de desescolarização**: A nova ameaça à escolarização pública. Lisboa: Plátano, 2003.

SANTOS, Catarina A.; PEREIRA, Rodrigo da S. Militarização e Escola sem Partido: duas faces de um mesmo projeto. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 23, p. 255-270, 2018.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. A atualidade da História do Tempo Presente. **Revista Historiar**, Sobral, v. 1, n. 1, 2009.

SANTOS, Thiago Pereira. **Corpo, sexualidade e resistências**: o contraste entre as propostas dos projetos denominados Escola sem Partido e as perspectivas foucaultianas. Parnaíba, MS: UEMS, 2017.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica, as lutas de classe e a educação escolar. **Germinal**: Marxismo e educação em debate, Salvador, v. 5, n. 2, p. 25-46, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. Campinas: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 36º ed. revista. Campinas: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, Dermeval; MENDES, Durmeval Trigueiro. **Filosofia da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger; TORRES, Samantha; ECKER, Daniel Dall'Igna. Psicologia e ditadura civil-militar: reflexões sobre práticas psicológicas frente às violências de estado. **Revista Epos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 57-78, 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, 2014.

SCHOLARS AT RISK NETWORK. **Protecting scholars and the freedom to think, question, and share ideas**, 19 nov. 2019. Disponível em: <https://www.scholarsatrisk.org/resources/free-to-think-2019/>. Acesso em: 3 fev. 2020.

SENADO FEDERAL. **24ª Sessão Deliberativa Ordinária**, 14 mar. 2017, Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/50873>. Acesso em: 11 fev. 2020.

SENADO FEDERAL. **Medida provisória nº 746, de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei 9.394. Brasília, 2017.

SENADO FEDERAL. **Medida provisória nº 746, de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei 9.394. Brasília, 2017.

SENADO FEDERAL. **Pronunciamento de Wilder Moraes**, 14 mar. 2017. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/429446>. Acesso em: 11 fev. 2020.

SENADO FEDERAL. **Segundo o relator da CPI, o senador Hélio José (PROS/DF), a previdência não é deficitária**. 23 nov. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/10/23/empresas-privadas-devem-r-450-bilhoes-a-previdencia-mostra-relatorio-final-da-cpi>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SEPULVEDA, José Antonio; SEPULVEDA, Denize. Conservadorismo e Educação Escolar: um exemplo de exclusão. **Movimento - revista de educação**, Rio de Janeiro, n. 5, 2016.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.19, n. 37, p. 171-197, 2018.

SEVERO, Ricardo Gonçalves; GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira; DUQUE, Rodrigo. A Rede de Difusão do Movimento Escola Sem Partido no Facebook e Instagram: conservadorismo e reacionarismo na conjuntura brasileira. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, 2019.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Formação humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 314-341, 2015.

SILVA, Andréa Villela Mafra. Memes, educação e cultura de compartilhamento nas redes sociais. **ARTEFACTUM - Revista de estudos em Linguagens e Tecnologia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2018.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. Emocionalização, algoritmização e personalização dos itinerários formativos: como operam os dispositivos de customização curricular. **Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 699-717, 2017.

SINGER, André *et al.* **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

SOUSA JUNIOR, Justino de. A Política educacional brasileira de 2003 a 2010 e a proposta da integração do ensino médio ao profissional. **Anais do Congresso Íbero-Americano de Política e Administração da Educação**, 3, Madri, 2010.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Leya, 2017.

SOUZA, Kátia Reis de; ROZEMBERG, Brani. As macropolíticas educacionais e a micropolítica de gestão escolar: repercussões na saúde dos trabalhadores. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 433-447, 2013.

SOUZA, M. A. Memes de internet e educação: uma sequencia didática para as aulas de Historia e Língua Portuguesa. **Periferia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 193-213, 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DO PROGRAMA ESCOLA LIVRE Nº 5.537.**

Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/liminar-suspende-lei-alagoas-criou.pdf>. Acesso em: 23 out. 2019.

TASSINARI, Clarissa. **Jurisdição e ativismo judicial**: limites da atuação do judiciário. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2018.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Las protestas en Brasil en época de crisis (2011-2016). **Opinião Pública**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019.

TEMER, Michel. **Roda Viva**, 16 set, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OGDCN8ikj8U>. Acesso em: 27 fev. de 2020.

THE BEST SCHOOLS. **The 20 Best Conservative Colleges in America**. Disponível em: <https://thebestschools.org/rankings/20-best-conservative-colleges-america/>. Acesso em: 08ago. 2018.

TOMISHIMA, Guilherme de Oliveira. Lawfare: a lei como arma de guerra e seus impactos nas relações sócio-vituais. **Intertem@s**, Presidente Prudente, v. 34, n. 34, 2017.

TOMMASELLI, Guilherme Costa Garcia. **Escola Sem Partido**: indícios de uma educação autoritária. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2018.

TRAVINCAS, Amanda Costa Thomé *et al.* **A tutela jurídica da liberdade acadêmica no Brasil**: a liberdade de ensinar e seus limites. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2016.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. **RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 593.254**. Trata da Apelação Cível sobre liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação. Rio de Janeiro, 2012.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. O CAMINHO DA PROSPERIDADE - **Proposta de Plano de Governo**, 2018. Disponível em:
http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 20 out. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **REPRESENTAÇÃO Nº 0601699-41.2018.6.00.0000, de 16 out. 2018**. Trata-se de RP com pedido de direito de resposta. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/tse-determina-remocao-video-kit-gay.pdf>. Acesso em: 30 out. 2018.

UFRJ. Nota sobre bloqueio de orçamento da UFRJ. 13 mai. 2019. Disponível em:
<https://ufrj.br/noticia/2019/05/13/nota-sobre-bloqueio-de-orcamento-da-ufrj>. Acesso em: 18 out. 2019.

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI. **Carta Aberta à Comunidade Científica brasileira**: URCA em defesa da autonomia universitária. 22 jan. 2020. Disponível em:
<https://www.sct.ce.gov.br/2020/01/23/carta-aberta-a-comunidade-cientifica-brasileira-urca-em-defesa-da-autonomia-universitaria/>. Acesso em: 29 jan. 2020.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres**: a educação no Brasil de oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Educação na casa: perspectivas de desescolarização ou liberdade de escolha? **Pro-Posições**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 122-140, 2017.

VENCO, Selma. Situação de quasi-uberização dos docentes paulistas? **Revista da ABET**, São Paulo, v.17, n. 1, 2018.

VIEIRA, H. Fundamentalismo e extremismo não esgotam experiência do sagrado nas religiões. In: GALLEGU, Esther Solano (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

VITÓRIA. **Lei Nº 9562, de 2019**. Trata da Educação Domiciliar, ou Homeschooling, em Vitória. Disponível em:
<http://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Sistema/Protocolo/Processo2/Digital.aspx?id=185644&arquivo=Arquivo/Documents/PL/PL50382018-assinado.pdf#P185644>. Acesso em: 20 jan. 2020.

WEBER, Max. **Conceitos Básicos da Sociologia**. 4. ed. São Paulo: Editora Centauro, 2005.

YOUNG, Michael. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 151, p. 190-202, 2014.

VOTO de Jair Bolsonaro no processo de impeachment, 17 abr. 2016. 1 vídeo (1 min. 23 s.). Publicado pelo canal Cachorro 1337. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=2LC_v4J3waU. Acesso em: 27 nov. 2018.

ZONA Sul concentra 38 das escolas top 100 da grande SP no ENEM 2014. **G1 SP**, 7 ago, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/zona-sul-concentra-38-das-escolas-top-100-da-grande-sp-no-enem-2014.html>. Acesso em: 18 ago. 2017.

ZUBOFF, Shoshana. Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. *In*: CARDOSO, Bruno; BRUNO, Fernanda; MELGAÇO, Lucas; GUILHON, Luciana (Orgs.). **Tecpolíticas da vigilância**: Perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

ANEXO A – MODELO EXTRAJUDICIAL

Notificação extrajudicial: arma das famílias contra a doutrinação nas escolas AOS PAIS:

*** Ao nosso ver, o item 20 é importante, e deve constar da notificação, ainda que, para poupar seus filhos de um estresse desnecessário, os pais decidam não lhes falar sobre a iniciativa.**

**** A cópia enviada à direção do colégio pode conter, ainda, a sugestão de que seja providenciada a afixação nas salas de aula do cartaz com os Deveres do Professor, do Movimento Escola sem Partido, com o objetivo de prevenir a ocorrência de violações aos direitos dos estudantes, como determina o art. 70 do Estatuto da Criança e do Adolescente.**

Ao Sr. **Fulano de Tal**
Endereço (**profissional**)
CEP

Prezado Professor,

1. Na condição de pai de um dos seus alunos, dirijo-me a Vossa Senhoria para comunicar-lhe formalmente, em caráter premonitório, algumas de minhas apreensões e exigências relativamente à educação do meu filho. Faça-o de forma anônima para que ele não venha a sofrer nenhum tipo de represália.

2. Como sabe Vossa Senhoria, muitos professores se aproveitam da função docente e da audiência cativa dos alunos, para promover suas próprias concepções, opiniões e preferências políticas e ideológicas. Segundo pesquisa realizada em 2008 pelo Instituto Sensus, 80% dos professores reconhecem que seu discurso em sala de aula é “politicamente engajado”.

3. Utilizando como desculpa o argumento da inexistência da neutralidade na ciência, esses professores sentem-se desobrigados, profissional e eticamente, de fazer qualquer esforço para conhecer e apresentar aos estudantes o outro lado de questões controvertidas existentes no campo da sua disciplina; e, como resultado, acabam aprisionando seus jovens e inexperientes alunos nas mesmas gaiolas ideológicas em que foram encerrados por seus professores.

4. Sob a falsa alegação de incentivar o exercício da cidadania por parte dos estudantes, não são poucos os docentes que abusam da sua autoridade e ascendência sobre eles para incitá-los a participar de atos políticos, campanhas salariais (“em defesa da educação”), greves, passeatas, invasões e manifestações, transformando-os em massa de manobra a serviço dos seus próprios interesses corporativos ou políticos.

5. Há, ainda, os professores que, a pretexto de combater o “preconceito”, a discriminação, a homofobia, o machismo, a AIDS etc., se intrometem ilegalmente na formação moral dos alunos.

6. Esses abusos, infelizmente, vêm ocorrendo em todo o país, tanto nas escolas públicas, como nas particulares, sejam leigas ou confessionais, e não há razão para supor que não possam estar ocorrendo também em nossa escola.

7. Além de covardes e antiéticas, as condutas descritas constituem atos ilícitos, na medida em que violam os direitos constitucionais dos estudantes à educação, à impessoalidade, à laicidade, ao pluralismo de ideias, à liberdade de consciência e de crença, à liberdade de aprender, à intimidade e à dignidade da pessoa humana; bem como o direito dos

pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos, previsto no art. 12, item 4, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH).

8. Professores que abusam da sua liberdade de ensinar em prejuízo dos direitos acima referidos expõem a si mesmos e às instituições em que trabalham ao risco de ser processados e condenados a indenizar os danos sofridos pelos alunos e seus pais. O prazo para o ajuizamento dessas ações varia, conforme o caso, de 3 a 5 anos após a ocorrência do dano.

9. A Lei 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, facilita bastante o ajuizamento dessas ações. Dependendo do valor da causa, os pais nem sequer precisam estar representados por advogado: basta redigir uma petição demonstrando ao juiz a ocorrência do dano, e pedir a condenação dos réus (o professor e/ou a escola) a repará-lo mediante o pagamento de determinada soma em dinheiro. E é de graça.

10. Por desconhecerem a Constituição Federal, muitos professores e gestores imaginam que o exercício da atividade docente está acobertado pela liberdade de expressão. Nada mais equivocado. Liberdade de expressão significa o direito de dizer qualquer coisa sobre qualquer assunto. É evidente que, se os professores desfrutassem desse direito em sala de aula, eles sequer poderiam ser obrigados (como são) a transmitir aos alunos o conteúdo da sua disciplina. A simples existência dessa obrigação já demonstra que o exercício da atividade docente é incompatível com a liberdade de expressão.

11. Não existe na legislação brasileira nenhuma lei válida que permita aos professores usar suas aulas para tentar “fazer a cabeça” dos alunos a respeito de questões políticas ou ideológicas, religiosas ou morais.

12. O princípio constitucional da laicidade do Estado – aplicável às escolas públicas e às particulares não confessionais – impede que atividade educacional seja usada para depreciar, de forma direta ou indireta, os valores e os sentimentos morais associados a determinada tradição religiosa, por mais que eles se choquem com as convicções dos governantes ou dos professores. É que as religiões, como se sabe, têm a sua moralidade, e se o Estado deve ser neutro em relação a todas as religiões – como exige o princípio da laicidade –, ele não pode usar a sua máquina (funcionários, equipamentos, instalações etc.) para promover valores, comportamentos e atitudes que sejam hostis à moralidade dessa ou daquela religião. Por isso, com muito mais razão, não podem os professores se aproveitar dos seus cargos para tentar inculcar nos alunos os seus próprios valores morais, sejam eles quais forem.

13. Isto se aplica de modo especial ao campo da sexualidade humana, onde praticamente tudo é objeto de regulação estrita por parte da moral. Tome-se, por exemplo, a relação de temas cuja abordagem era sugerida (ilegalmente) pelo MEC, no caderno de orientação sexual dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997): masturbação, homossexualidade, hermafroditismo, transexualismo, aborto, prostituição, erotismo, pornografia, desempenho sexual, disfunções sexuais, parafilias, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e questões de gênero. Ora, é praticamente impossível a um professor discorrer sobre esses assuntos em sala de aula, sem acabar afrontando, de um lado, o direito dos alunos à laicidade do Estado, à liberdade de consciência e de crença e à intimidade; e, de outro, o direito dos seus pais a que eles recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções (CADH, art. 12, item 4).

14. Nesse domínio, ademais, a linha que separa a ciência da moral, além de não ser muito nítida, pode variar de indivíduo para indivíduo, conforme o estágio de amadurecimento, a sensibilidade e a formação de cada um. Portanto, até mesmo para fazer uma abordagem estritamente científica, o professor deverá atuar com o máximo de cuidado, sob pena de desrespeitar o direito dos estudantes e o de seus pais.

15. É certo que Vossa Senhoria encontrará, em documentos e diretrizes oficiais, fundamento para que professores introduzam esses temas em suas aulas. Asseguro-lhe, no

entanto, que nada disso tem valor diante do direito dos alunos – crianças e adolescentes – à intimidade, à dignidade e ao respeito, que consiste, segundo o ECA, na "inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral" (art. 17); e do direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos, já mencionado; de modo que essa instituição de ensino não está obrigada a seguir aquelas determinações ou recomendações, em razão da sua manifesta ilegalidade.

16. Embora alguns pais não se importem que os professores dos seus filhos lhes transmitam seus próprios valores morais – pois, no fundo, não se importam com seus filhos –, quero adverti-lo formalmente de que este não é o meu caso.

17. Sirvo-me, pois, da presente para NOTIFICÁ-LO a **abster-se de praticar**, no exercício de suas funções, pessoalmente ou por intermédio de material didático ou paradidático cuja utilização seja imposta aos estudantes, as condutas abaixo, sob pena de responder judicialmente pelos danos que vier a causar:

- a) aproveitar-se da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias;
- b) favorecer, prejudicar ou constranger os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;
- c) fazer propaganda político-partidária em sala de aula;
- d) sob qualquer pretexto, incitar os alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;
- e) sob qualquer pretexto, veicular conteúdos ou realizar atividades que possam dificultar o exercício da minha autoridade parental, ferir o direito do meu filho a uma convivência familiar saudável, ou prejudicar a realização de afeto nas suas relações com os genitores e com o grupo familiar (Lei 12.318/2010, art. 2º, par. único, inc. II; e art. 3º);
- f) usurpar o meu direito sobre a educação religiosa e moral do meu filho (CADH, art. 12, item 4);
- g) sob qualquer pretexto, imiscuir-se, direta ou indiretamente, no processo de amadurecimento sexual dos alunos;
- h) adotar, promover, aplicar ou, de qualquer forma, submeter os alunos aos postulados, aos dogmas e à propaganda da ideologia de gênero;
- i) utilizar qualquer técnica de manipulação psicológica com o objetivo de obter a adesão dos alunos a determinada causa;
- j) permitir que os direitos dos alunos e seus pais sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula.

18. Cabe, ainda, a Vossa Senhoria, apresentar aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito das questões controvertidas abordadas em sala de aula.

19. Como já foi salientado, o descumprimento desses deveres tem como consequências a violação dos direitos do meu filho à educação (CF, art. 205), à impessoalidade (CF, art. 37), à laicidade (CF, art. 19, I), ao pluralismo de ideias (CF, art. 206, III), à liberdade de consciência e de crença (CF, art. 5º, VI e VIII), à liberdade de aprender (CF, art. 206, II), à intimidade (CF, art. 5º, X), ao respeito (ECA, art. 17) e à dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III); e do meu direito a que ele receba a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as minhas convicções (CADH, art. 12, item 4); e a que a escola e seus professores — sob cuja autoridade, guarda e vigilância meu filho se encontra durante o período de aulas — se abstenham de dificultar o exercício da minha autoridade parental (Lei 12.318/2010, art. 2º, *caput*, par. único, inc. II).

20. Informo que meu filho tem ciência da presente notificação e está orientado a reportar-me de forma detalhada as possíveis transgressões aos direitos acima elencados.

21. Uma cópia desta notificação está sendo encaminhada à direção do **(nome da instituição de ensino)**, que responderá solidariamente pela reparação dos danos que Vossa Senhoria porventura vier a causar, no exercício de suas funções.

Local e data

**APÊNDICE A – ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DE INTEGRANTE
DA FRENTE ESCOLA SEM MORDAÇA**

- 1 Quando e como surgiu a Frente Nacional/Estadual Escola sem Mordação? E quais são os seus propósitos?
- 2 O que é a Frente Nacional/Estadual Escola sem Mordação? Quais são as principais ações da Frente no combate ao EsP?
- 3 Quais entidades e movimentos participam da Frente Nacional/Estadual Escola sem Mordação e como é sua forma de funcionamento?
- 4 Quais determinantes podem ter contribuído para o surgimento da proposta de uma Escola sem Partido e a adesão ao movimento vinculado a ela?
- 5 Como você analisa a proposta de uma Escola sem Partido?
- 6 O EsP defende uma visão de currículo escolar limitado aos conteúdos das “matérias” propriamente ditas. Dessa forma, questiona e combate tudo aquilo que considera fora do currículo. Como você analisa isso?
- 7 Comente a respeito da doutrinação que o EsP diz combater nas escolas. Em que consiste?
- 8 Como a atuação do EsP tem afetado professores dentro e fora da escola?
- 9 Como você enxerga a questão da neutralidade defendida pelo EsP?
- 10 Como ficam as Ciências Humanas sob o marco do EsP?
- 11 Você vê alguma relação entre as ideias defendidas pelo EsP e as defendidas pelo governo Bolsonaro para a área da educação?
- 12 Que conquistas mais significativas você considera que a Frente/Escola sem Mordação obteve desde sua atuação?
- 13 Quais são os maiores desafios que a Frente/Escola sem Mordação tem enfrentado?
- 14 Questão aberta para o entrevistado falar o que quiser: O que você gostaria de acrescentar?

APÊNDICE B – ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DE PROFESSOR

- 1 Como você analisa a proposta de uma Escola sem Partido?
- 2 Comente a respeito da doutrinação que o EsP diz combater nas escolas. Em que consiste?
- 3 Como a atuação do EsP tem afetado professores dentro e fora da escola?
- 4 Como você enxerga a questão da neutralidade defendida pelo EsP?
- 5 Como ficam as Ciências Humanas sob o marco do EsP?
- 6 Quais determinantes podem ter contribuído para o surgimento da proposta de uma Escola sem Partido e a adesão ao movimento vinculado a ela?
- 7 O EsP defende uma visão de currículo escolar limitado aos conteúdos das “matérias” propriamente ditas. Dessa forma, questiona e combate tudo aquilo que considera fora do currículo. Como você analisa isso?
- 8 Você já teve receio de discutir algum conteúdo em sala de aula? Por que? Comente.
- 9 Como o EsP enxerga o aluno? Como sujeito ativo ou passivo na aprendizagem?
- 10 Você vê alguma relação entre as ideias defendidas pelo EsP e as defendidas pelo governo Bolsonaro para área da educação?
- 11 Você já foi alvo da censura do Escola sem Partido? Como?
- 12 Questão aberta para o entrevistado falar o que quiser: O que você gostaria de acrescentar?